

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

NATÁLIA DE CAMPOS TAMURA

**ENTRE NARRATIVAS ENUNCIADAS E O SILENCIAMENTO: A
INTERFACE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INDIVÍDUOS
QUE COABITAM UM ESPAÇO URBANO**

São Paulo

2020

NATÁLIA DE CAMPOS TAMURA

**ENTRE NARRATIVAS ENUNCIADAS E O SILENCIAMENTO: A
INTERFACE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INDIVÍDUOS
QUE COABITAM UM ESPAÇO URBANO**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, na área de Concentração Interfaces Sociais da Comunicação, linha de pesquisa Comunicação: Interfaces e Institucionalidades para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de Oliveira

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Tamura, Natália de Campos
ENTRE NARRATIVAS ENUNCIADAS E O SILENCIAMENTO: : A
INTERFACE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INDIVÍDUOS QUE
COABITAM UM ESPAÇO URBANO / Natália de Campos Tamura ;
orientador, Paulo Roberto Nassar de Oliveira. -- São
Paulo, 2020.
319 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade
de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Narrativas 2. Territorialidades 3. Representações
Sociais 4. Vulnerabilidades 5. Sideração I. Nassar de
Oliveira, Paulo Roberto II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

TAMURA, Natália de Campos. **Entre narrativas enunciadas e o silenciamento: a interface das representações sociais de indivíduos que coabitam um espaço urbano**. Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação.

Aprovada em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

Prof(a). Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Ass.: _____

DEDICADO À:

Aos meus antepassados que lutaram para que as próximas gerações tivessem mais oportunidades. Especialmente Vô Nelson e vó Nono, vô Octávio (*in memoriam*) e vó Angelina (*in memoriam*) e à minha querida tia Lola (*in memoriam*).

À mãe, pelo amor ao conhecimento.

À Vi, pela coragem com a vida.

Ao Ta, por acreditar sempre.

AGRADECIMENTOS

Deus se manifesta de muitas formas em minha vida e essa é uma delas. Meu agradecimento por ter me permitido conhecer tantas pessoas especiais ao longo dessa pesquisa, pelo suporte nessa caminhada e por ter chegado aqui com entusiasmo pelo que ainda virá.

À minha mãe Rose. As páginas mal feitas arrancadas do meu caderno de escola valeram a pena mãe. O incentivo à leitura desde pequena (com os gibis da Turma da Mônica) e o ideal sobre cada mulher ter uma profissão são marcas suas em mim.

Ao meu pai Osmar. O apoio atento em solucionar comigo problemas de matemática e de física sempre me incentivaram a aprender o que para mim era tão difícil. Obrigada pelo investimento nos meus estudos pai - “a única coisa que ninguém nunca poderá te tirar”.

À minha irmã e amiga Vívian, pela presença acolhedora e conselhos sábios em cada decisão que me ajudou a tomar. Vi, você sabe quantas vezes acalmou meu coração! Obrigada!

Ao meu amor, meu companheiro e confidente Marcelo, meu Ta. Seu respeito, apoio e acalento em cada conquista nesses 18 anos juntos mostram o quanto crescemos lado a lado. Obrigada por tanto!

Ao grande orientador Prof Paulo Nassar, cujas palavras são sempre inspiradoras. Obrigada por acreditar no tema que me propus a estudar e colocá-lo em evidência quando foi necessário. Nossos poucos encontros (porque para mim ouvi-lo é um prazer) me ajudaram a dar o rumo desse trabalho.

À singular Else, amiga mais que querida. Do momento em que entrou em minha vida me ensina sobre as possibilidades de descoberta pela pesquisa incapazes de finitude. Else, não há palavras para descrever minha gratidão por tê-la por perto! Você é inspiração!

Ao querido Prof Luis Alberto de Farias. Suas contribuições, especialmente na qualificação, me ajudaram a construir raciocínios fundamentais.

Aos vários amigos que compõem meu ser e me instigam a pesquisa. Cada um a seu modo, colabora na construção de um mundo mais igualitário, justo, afetivo e solidário. Vocês são especiais pra mim: Gabriela Neves, Fabiana Ramos, Fernanda Figueira, Danilo Gurdos, Tato Carbonaro, Renata Senlle, Eliane Fogliati, Odenicio e Daniele Marques, Gabriel Moura, Majo Coutinho e Hermes de Souza.

Aos amigos da Aberje pelo suporte e parceria sempre: Alessandro Marinelli, Emiliana Pomarico, Victor Henrique, Hamilton dos Santos e Gisele Souza.

AGRADECIMENTOS

Ao Frank Luccas. Sua presença me ajudou a colocar tantas ideias no seu devido lugar.

A todos os professores que cruzaram meu caminho, do Ensino Básico ao Doutorado, e foram sopro de vida e luz. Vocês fazem parte dessa tese, de alguma maneira. Cito aqui apenas alguns deles: Iberê, Maria Lúcia, Fernando Teixeira (FT), Marcos, Laan Mendes de Barros, Eugenio de Menezes, Liráucio Jr, Dirce Escaramai, Ethel Pereira, Júlio Barbosa, Daniel Zimmermann, Sérgio Andreucci, Maurício Marra, Sergio Bairon, Ingrid Ambrogi, Mirian Celeste, Silvana, Márcia Tiburi e Eclea Bosi.

Aos amigos professores com quem tenho o prazer de dividir e aprender a cada encontro: Bianca Dreyer, Patrícia Salvatori, Agatha Paraventi, Valéria Castro, Vania Penafieri, Carolina Terra, Fabiana Pinheiro, Pedro Nogueira, Maria José Rosolino, Cícilia Peruzzo, João Nery, Marcos Bonfim e Luis Vicente.

Aos alunos que estiveram por perto ao longo dos anos. Vocês me ensinam sobre a arte de estar do lado de cá da sala de aula todos os dias. O olhar atento e aguçado de vocês por conhecimento faz valer os desafios de carregar o título de Professora.

Aqueles que me apoiaram na confecção de raciocínios importantes à essa tese: Profa Renata Ferraz de Toledo, Prof Leandro Giatti e Profa Nina Wallerstein pela apresentação ao universo das pesquisas participativas; Flávia Kolchraiber e Profa Karen, da Unifesp, pela disponibilidade em oferecerem um software para as análises da pesquisa.

À todos os amigos e colegas que se disponibilizaram em serem entrevistados ou abriram espaço para que as pesquisas ocorressem: Monica Machado e Ana Luisa Sirota (Sesc Bom Retiro), Mariana Aidar (Pinacoteca), Luciana Nemes (Museu de Energia e Saneamento) Noemi (Associação de Moradores), Paula Senziani (Vedatec), Francisco (Sebrae), Raquel Coelho e Luiza (Projeto Aprendiz), amigos queridos da Porto Seguro (Ari Neves, Alexandre Estevan, Wagner Ohara, Edson Nogueira, Eliana Reginaldo, Viviane de Vasconcellos, Fábio Souza, Roseli Riolão, Regina Barbosa, Igor, Cida Pedrosa, Rafael Queiroz), Élide de Freitas, Daniel e todos os educadores da Favela Moinho, amigos do Moinho (Fabiana Silva, Michele, Rúbia, Weder, André e todos que abriram suas portas e corações para essa pesquisa), aos colegas em situação de rua (Edmar Matoso, Alexandre Frederico, Roseli Barbosa, Nivaldo, Wanderlery, Igor), Maria Eulina Hilsenbeck e Eliza Sena Gomes (Castelinho), Elisa Moreau e João Moreau, Kim von Schonfeld (pesquisadora). Muito obrigada, de todo coração, pelo apoio, disponibilidade e generosidade de cada um!

RESUMO

Esta tese analisa criticamente as narrativas de indivíduos que (con)vivem em um espaço do centro de São Paulo: os habitantes do local, sejam moradores de residências ou da favela, os trabalhadores e os indivíduos em situação de rua. Para identificar as narrativas enunciadas ou silenciadas que se expressam sobretudo nas representações sociais dos entrevistados, foram construídos mapas falantes, ou seja, representações gráficas do que os grupos reconhecem como territórios e territorialidades do bairro. Na base deste trabalho está o estudo da questão sócio-histórica sobre a construção das cidades e a distribuição das populações pelos territórios urbanos, bem como as segregações dos espaços e as vulnerabilidades deflagradas neles e evidenciadas pelas representações comuns desses locais. Esta pesquisa evidenciou o território como um signo ideológico representado sob diversas cores, sons, massas físicas das estruturas que o constituem e movimento dos corpos em mapas e vozes que compuseram o minucioso exame do ato de narrar de grupos reunidos a partir de seu pertencimento e vínculo com uma região. A narração, mais do que o impulso de “contar histórias” é um elemento potencialmente vinculador e relacional entre os indivíduos, que colabora não somente com a transmissão do que entendemos por realidade e quem somos nela, como também aquilo que não somos. Posicionando-se contra a sideração ou estupefação paralisada de algumas pessoas diante do tecido social que compõem, este estudo propõe a adoção do que chamamos de novas narrativas para cidades em consideração, defendendo quatro proposições: a necessidade de tomarmos contato com as narrativas de outrem para o envolvimento psicossocial e o estabelecimento de vínculos sociais nas cidades; a necessidade da superação do mito narrativo de que territórios definem capacidades e potencialidades; a substituição de narrativas de compaixão e empatia pela solidariedade honesta; e, a urgência das organizações em assumirem sua responsabilidade como transmissoras de uma concepção psicossocial sobre o território onde atuam.

Palavras-chave: narrativas, representações sociais, espaço, território, territorialidade, vulnerabilidades, sideração.

ABSTRACT

This thesis critically analyzes the individual narratives of local inhabitants who coexist in a specific space in the São Paulo City Downtown. The ones who live at regular houses, ones who live at favelas, regular workers, and homeless people. Talking mappings were performed to identify the spoken and unspoken narratives expressed by interviewees' social representations, which mean graphical expressions about what these groups identify and acknowledge as territories and territorialities of this neighborhood. The basis of this work lies on the social and historical aspects about the way that districts were built, how the population distribution across the urban territories was done as well as how the segregation of spaces and the vulnerabilities triggered in them are evidenced by a common representation of these places. This research revealed the territory as an ideological sign represented under different colors, sounds, and physical masses that constitute its structure as well as the bodies movements at maps and voices that composed a meticulous examination of narratives about singular groups according their belonging region. The narrative is more than a storytelling impulse. It is a binding potential and relational element among the participants, who besides of transmission, collaborates on what we understand by reality, who we are, and who we are not. In opposite of people's stupefaction towards this social fabric, this study purposes the adoption of what we call new narratives for considered cities. It purposes four items: Interface with the narratives of others, by aiming the psychosocial involvement and the social bonds establishments in the cities; overcome the narrative myth that a territory defines the resources and potentials; replace the compassion and empathy narratives by honest solidarities; urgency of the associations to assume their responsibilities as main spreaders of psychosocial conception over the territory they operate.

Keywords: narratives, social representations, space, territory, territoriality, vulnerability, sideration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O campo de pesquisa – principais locais onde a pesquisa foi realizada.....	21
Figura 2: Recortes dos mapas MORAD 04, SC 02 e SC 01	130
Figura 3: Recortes dos mapas RUA 04, SC 09 e DIZ 03	130
Figura 4: Recortes dos mapas SC 03, DIZ 1 e SC G 2.....	130
Figura 5: Recortes dos mapas SC 3 e SC 2 e DIZ 01.....	130
Figura 6: Recortes dos mapas SC G 2, DIZ 2 e SC G 2.....	131
Figura 7: Recorte do mapa SC 1	131
Figura 8: Recortes dos mapas SC G 2, SC 6, TECA 03.....	131
Figura 9: Recortes dos mapas SC 9, DIZ 1, MORAD 04.....	131
Figura 10: Recortes dos mapas SC 01, SC 09 e SC 10	132
Figura 11: Recortes dos mapas SC G 2 e SC 1 e MORAD 01.....	132
Figura 12: Recortes dos mapas DIZ 1 e MORAD 3.....	133
Figura 13: Recortes dos mapas TO 02 e TO 01 e TEC 03	134
Figura 14: Recortes dos mapas DIZ 3 e DIZ 2	134
Figura 15: Recortes dos mapas TO 03 e MORAD 1	134
Figura 16: Recortes dos mapas SC 02 e SC 08	134
Figura 17: Recortes dos mapas ENE 01 e DIZ 2	135
Figura 18: Recortes dos mapas MOI SC 01, SC 1 e DIZ 1.....	135
Figura 19: Recortes dos mapas SC 2 e SC 10	136
Figura 20: Recortes dos mapas MORAD 1, TO 03 e SC G 2.....	136
Figura 21: Recortes dos mapas MOI SC 01, SC G 2 e DIZ 2.....	136
Figura 22: Recortes dos mapas DIZ 3, MORAD 01 e SC 10	137
Figura 23: Recortes dos mapas TO 01 e SC 5, MOI 11	137
Figura 24: Recortes dos mapas SC 01 e SC 7	137
Figura 25: Recortes dos mapas TO 03, SC 2 e RAE 2.....	137
Figura 26: Recortes dos mapas TEC 01, MORAD 03, TO 03 e DIZ 2	138
Figura 27: Recortes dos mapas TO 02, TO 03 e DIZ 1 e SC G 2.....	138
Figura 28: Recortes dos mapas MOI ED, DIZ 2, DIZ 03.....	139
Figura 29: Recortes dos mapas MORAD 01, SC 01	139
Figura 30: Recortes dos mapas RAE 02, SC 09, SC 10 e TO 03	140
Figura 31: Recorte do mapa SC 09 e SC 03	140
Figura 32: Recortes dos mapas DIZ 2, SC 9 e DIZ 1.....	140
Figura 33: Recortes dos mapas MORAD 05 e RUA 14	140
Figura 34: Recortes dos mapas MORAD 01 e DIZ 1, SC 01 e SC 4.....	141
Figura 35: Recortes dos mapas RAE 02 (acima) e SC 4 (abaixo).....	141
Figura 36: Recortes dos mapas TEC 03 e MOI ED.....	141
Figura 37: Recortes dos mapas MOI ED, RUA 03, TEC 01.....	142
Figura 38: Recortes dos mapas MORAD 04 e TO 03	142
Figura 39: Recortes dos mapas CASTEL 04, ED CA e RUA 08.....	143
Figura 40: Recortes dos mapas PE 01 e RUA 09.....	143
Figura 41: Recortes dos mapas DIZ 3 e SC 1.....	143
Figura 42: Recortes dos mapas SC 2, DIZ 1 e SC 10.....	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 43: Recorte do mapa SC 9.....	144
Figura 44: Recortes dos mapas MORAD 02, SC 8 e SC 06.....	144
Figura 45: Recortes dos mapas MOI ED, MOI 04 e TEC 02	144
Figura 46: Recortes dos mapas ENE 01 e MOI 06.....	145
Figura 47: Recortes dos mapas PE 01 e TO 02.....	145
Figura 48: Recortes dos mapas DIZ 3 e MORAD 3.....	145
Figura 49: Recortes dos mapas SC 8 e SC 01	145
Figura 50: Recortes dos mapas SC 1 e SC 02	145
Figura 51: Recortes dos mapas TO 01 E SC 02.....	145
Figura 52: Recortes dos mapas SC 09 e MORAD 03.....	146
Figura 53: Recortes do mapa SC 5.....	146
Figura 54: Recortes dos mapas CASTEL 05 e SC 2.....	146
Figura 55: Recortes dos mapas CASTEL 06 e TEC 03.....	147
Figura 56: Recortes dos mapas SC 03, MOI AD 07, SC 6 e MORAD 02.....	147
Figura 57: Recortes dos mapas MOI ED e RUA 03	147
Figura 58: Recortes dos mapas MORAD 03 e SC 6	147
Figura 59: Recorte do mapa MORAD 2.....	147
Figura 60: Recortes dos mapas CATEL 02, MOI SC 06 e MOI 1	148
Figura 61: Recortes dos mapas PE 1, MOI ED e RUA 03	148
Figura 62: Recorte do mapa MOI SC 05.....	148
Figura 63: Recorte do mapa TEC 01	148
Figura 64: Recorte do mapa MOI AD 10.....	148
Figura 65: Recortes dos mapas MORAD 03, SC 3 e DIZ 2	148
Figura 66: Recortes dos mapas MOI SC 02, SC G 2 e SC 9.....	148
Figura 67: Recortes dos mapas SC G 2 e SC 05	149
Figura 68: Recortes dos mapas DIZ 2, TO 02, ENE 01 e SC 09	149
Figura 69: Recortes dos mapas MOI ED, TO 01, TO 03 e TEC 03	149
Figura 70: Recorte do mapa TEC 03	149
Figura 71: Recortes dos mapas TEC 03 e TEC 01	149
Figura 72: Recortes dos mapas RUA 09 e RUA 03.....	150
Figura 73: Recortes dos mapas DIZ 2 e PE 01.....	151
Figura 74: Recorte do mapa MORAD 03	151
Figura 75: Recorte do mapa ED CA.....	151
Figura 76: Recorte do mapa CASTEL 07.....	151
Figura 77: Recorte do mapa RUA 11.....	151
Figura 78: Recortes dos mapas SC 8 e MOI SC 02.....	154
Figura 79: Recortes dos mapas SC 7 e MOI SC 01.....	154
Figura 80: Recortes dos mapas DIZ 2 e SC 1.....	154
Figura 81: Recortes dos mapas SC 2 e TO 02	154
Figura 82: Recortes dos mapas TEC 3 e DIZ 01	154
Figura 83: Recortes dos mapas MOI ED e TO 01	155
Figura 84: Recortes dos mapas TO 03, RUA 04 e SC G 2	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 85: Recortes dos mapas RAE 02, SC 8 e SC 9.....	155
Figura 86: Recortes dos mapas SC 01 e ENE 01.....	155
Figura 87: Recortes dos mapas SC 06, SC 3 e SC 5	155
Figura 88: Recortes do mapa SC 4.....	155
Figura 89: Recortes dos mapas PE 01 e TEC 01.....	156
Figura 90: Recortes dos mapas RUA 11 e DIZ 3.....	156
Figura 91: Recortes dos mapas SC 2 e TECA 3.....	156
Figura 92: Recortes dos mapas DIZ 2 e RUA 13.....	156
Figura 93: Recortes dos mapas TO 03 e SC G 2	157
Figura 94: Recorte do mapa SC 01.....	157
Figura 95: Recortes dos mapas SC 8 e MORAD 01	157
Figura 96: Recortes dos mapas ENE 01 e MORAD 04	157
Figura 97: Recorte do mapa DIZ 3.....	157
Figura 98: Recortes dos mapas SC 2, SC 3 e TEC 03.....	158
Figura 99: Recortes dos mapas CASTEL 01, TEC 01 e TO 01.....	158
Figura 100: Recortes dos mapas SC 10, ENE 01 e TEC 02.....	158
Figura 101: Recortes dos mapas RUA 14, TEC 01 e TEC 02	158
Figura 102: Recortes dos mapas SC 8, MOI AD 15 e SC 3.....	158
Figura 103: Recortes dos mapas DIZ 3, SC 2 e DIZ 2.....	158
Figura 104: Recorte do mapa MOI 13 e MOI AD 05	159
Figura 105: Mapas MOI SC 04 e MOI SC 03	159
Figura 106: Recortes dos mapas MOI SC 01 e MOI SC 06.....	159
Figura 107: Recortes dos mapas MOI SC 05 e MOI 01	160
Figura 108: Mapas MOI 11 e MOI 12.....	160
Figura 109: Recortes dos mapas MOI 08, MOI 05 e MOI 13.....	160
Figura 110: Recortes dos mapas MOI AD 07 e MOI 09	160
Figura 111: Mapas MOI ED e TO 02.....	160
Figura 112: Recortes dos mapas ENE 01 e SC 01	160
Figura 113: Recortes dos mapas TO 03, MORAD 03	161
Figura 114: Recortes dos mapas TEC 03, SC G 2 e SC 02	161
Figura 115: Recortes dos mapas SC 10 e DIZ 2	161
Figura 116: Mapa Morad 01 / Mapa MORAD 04.....	180
Figura 117: Mapa SC 08 / Mapa SC 3.....	180
Figura 118: Mapa SC 04 / Mapa SC 5.....	181
Figura 119: Mapa MORAD 02 / Mapa MORAD 03	181
Figura 120: Mapa RAE 01 / Mapa RAE 02	196
Figura 121: Mapa TEC 03 / Mapa TEC 02.....	197
Figura 122: Mapa TECA 01 / Mapa TECA 02	197
Figura 123: Mapa TECA 03 / Mapa TECA 04	197
Figura 124: Desenho de entrevistado da Pinacoteca.....	210
Figura 125: Mapa ENE 01 / Mapa TO 01	213
Figura 126: Mapa MOI ED / Mapa SC 02.....	214

LISTA DE FIGURAS

Figura 127: Mapa DIZ 02 / Mapa SC 01	214
Figura 128: Mapa SC G1	214
Figura 129: Mapa MOI 11 / Mapa MOI SC 05	236
Figura 130: Mapa MOI SC 04 / Mapa MOI SC 03	236
Figura 131: Mapa MOI SC 01 / Mapa MOI 08	237
Figura 132: Mapas MOI 14	242
Figura 133: Mapas MOI AD 02 (esq.) e MOI AD 04 (dir.)	242
Figura 134: Mapas MOI AD 05 (esq.) e MOI AD 16 (dir.)	242
Figura 135: Mapas MOI AD 09 (esq.) e MOI AD 01 (dir.)	242
Figura 136: Recortes dos mapas MOI 02	243
Figura 137: Recortes dos mapas CASTEL 02 e MOI 09 (centro e dir.)	243
Figura 138: Recortes dos mapas MOI 08 (esq.) e MOI 10 (dir.)	244
Figura 139: Recorte do mapa MOI 01	244
Figura 140: Recortes dos mapas MOI 05 (esq.) e MOI 10 (dir.)	244
Figura 141: Recortes dos mapas MOI 12 (esq.) e MOI 13 (dir.)	245
Figura 142: Recortes dos mapas MOI AD 15 (esq.) e MOI 11 (dir.)	245
Figura 143: Recortes dos mapas MOI 06 (esq.), MOI 09 (centro), MOI 10 (dir.)	246
Figura 144: Recorte do mapa MOI ED 07	246
Figura 145: Recortes dos mapas MOI AD 08 (esq.), MOI 03 (centro) e MOI 01 (dir.)	246
Figura 146: Recortes dos mapas MOI 02 e MOI 05	246
Figura 147: Recortes dos mapas CASTEL 05 e CASTEL 02	246
Figura 148: Mapa RUA 03 / Mapa RUA 09	253
Figura 149: Mapa RUA 11 / Mapa RUA 14	254
Figura 150: Mapa RUA 13 / Mapa RUA 04	254
Figura 151: Mapas RUA 01 / RUA 02	263
Figura 152: Mapas RUA 05 (esq.) e RUA 07 (dir.)	264

Lista de Quadros

Quadro 1: Os movimentos para análise crítica das narrativas segundo Motta (2013)	168
Quadro 2: Panoramas das narrativas obtidas com a pesquisa	178
Quadro 3: A narrativa do campo por quem mora nele	179
Quadro 4: A narrativa do campo por quem trabalha nele.....	196
Quadro 5: A narrativa do campo por quem trabalha – um outro olhar	213
Quadro 6: a narrativa por quem mora na Favela do Moinho	235
Quadro 7: A narrativa por quem está em situação de rua.....	253

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	29
2.1 <i>A função social das narrativas</i>	33
2.2 <i>Narrativas como produto da interação social</i>	43
2.3 <i>O uso das representações sociais na construção da realidade</i>	49
2.4 <i>O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos.....</i>	64
3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE	73
3.1 <i>O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades.....</i>	80
3.2 <i>A representação dos territórios segregados da cidade</i>	97
3.2.1 <i>A segregação das favelas, cortiços e ocupações</i>	100
3.2.2 <i>A segregação das pessoas em situação de rua</i>	109
3.2.3 <i>A segregação das periferias</i>	112
3.3 <i>Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo</i>	121
3.4 <i>Representações gerais do campo de estudo</i>	127
4. SOBRE NARRATIVAS DAS REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE	162
4.1 <i>O método da análise crítica das narrativas</i>	165
4.2 <i>As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira.....</i>	174
4.2.1 <i>A narrativa do campo por quem mora nele.....</i>	179
4.2.2 <i>A narrativa do campo por quem trabalha nele</i>	195
4.2.3 <i>A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar</i>	212
4.2.4 <i>A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho</i>	235
4.2.5 <i>A narrativa do campo por quem está em situação de rua.....</i>	252
5. SOBRE NOVAS NARRATIVAS PARA CIDADES EM CONSIDERAÇÃO.....	274
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
REFERÊNCIAS.....	301
APÊNDICE.....	312

1. INTRODUÇÃO

Se quer seguir-me, narro-lhe; não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me. Surpreendo-me, porém, um tanto à-parte de todos, penetrando conhecimento que os outros ainda ignoram. O senhor, por exemplo, que sabe e estuda, suponho nem tenha idéia do que seja na verdade – um espelho? Demais, decerto, das noções de física, com que se familiarizou, as leis da óptica. Reporto-me ao transcendente. Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.

João Guimarães Rosa (1956)

1. INTRODUÇÃO

O escritor, romancista e poeta F. Scott Fitzgerald disse, certa vez, que escrever era como mergulhar prendendo a respiração. Essa foi a sensação de escrever uma tese entre 2017 e 2020. Encerrada? Possivelmente não, porque a discussão não finaliza aqui. Esta tese é o recorte de uma travessia. Seu processo de confecção passou por muitos antecedentes reflexivos que extrapolam os quatro anos de escrita. Como projeto, instigou-me a avaliar minhas verdades, rever aquilo que eu julgava saber sobre o espaço da cidade em questão, buscar informações e direcionamentos constantemente, ouvir vozes de diferentes contextos, conhecer métodos de pesquisa com os quais já havia trabalhado em outras circunstâncias da minha vida, mas sem qualquer rigor metodológico, e estabelecer relações entre teorias e autores que não havia sequer lido.

Por isso, ela não foi um ponto de partida. Tampouco é de chegada. Ela é um percurso entre campos, um deslocamento de saberes, um ato de encorajar-me a falar a partir de outros lugares e, com isso, aprender a pensar diferente. Esta tese busca trilhar caminhos reflexivos diversos sobre o mundo urbano, ainda visto tão somente pelas lentes do comum.

A proposta apresentada no exame de qualificação, consideravelmente frágil em razão da abrangência do objeto de estudo até então, foi completamente repensada, desconstruída e reorganizada para, a partir daí, encontrarmos a pergunta-chave desta tese: como se constroem as narrativas de um espaço dentro do centro urbano da cidade de São Paulo?

Ao buscar tal resposta, perdi-me e achei-me em mim mesma, mergulhei em abordagens de diferentes autores e nos meus próprios questionamentos, encontrei pessoas que me fizeram olhar através de prismas até o momento não percebidos. Vivi o caos, a inquietação, a aflição e a solidão que uma tese oferece. Mas, do mesmo modo, percebi a plenitude das descobertas, das sincronias de encontros inesperados (quanta gente conheci e quantos amigos fiz nesse processo), das palavras fraternas de amigos(as) maravilhosos(as), da resignificação de constatações a cada leitura (quantos mergulhos no desconhecido) ou a cada conversa sem intenções acadêmicas. Desfrutei de colos, abraços e palavras afetuosas que aplacaram minhas

incertezas ao longo do caminho e que tanto me ajudaram a encontrar as respostas que eu procurava.

As descobertas descritas e refletidas nas próximas páginas, ainda que simples, resultaram da minha interação com o mundo: amigos que fiz pelo caminho, pessoas com quem trabalhei, professores e teóricos que admiro tanto, alunos que me revigoram e me curam a cada conexão, pessoas que afetuosamente compartilharam sua percepção comigo. São tantos “outros” que se transformaram em “nós” – pronome pessoal e entrelaçamento de vínculos, convicções e disparidades sobre a realidade vivida em conjunto.

Há quase dez anos conheci o bairro do Campos Elíseos, no centro de São Paulo, e seus territórios marginalizados e ignorados pela mídia. Diariamente, por passar a trabalhar lá, entrei em contato com muitos públicos diferentes – do colega de trabalho de sapato envernizado à carroceira que morava na favela da rua de baixo. Ao ampliar minha vivência para além dos muros organizacionais do qual fazia parte meu mundo se abriu. Enxerguei a amplitude e potência de um bairro adormecido por estereótipos que não condiziam em sua totalidade com o que eu vivenciava. Lá existia o território dos “noias”, próximo à Estação da Luz, desorientados, sujos e desnutridos, mas também havia as senhoras que faziam ginástica todas as quintas pela manhã como forma de habitar a praça pichada do Terminal Princesa Isabel. Existiam os viventes urbanos caídos na calçada ao sol do meio-dia ou revirando o lixo para se alimentar. Mas, do mesmo modo, havia as mães que moravam na favela e levavam seus filhos à escola sem conseguir protegê-los da violência verbal que os esperava por serem moradores de um local hostilizado da cidade.

No mestrado busquei ouvir histórias de vida de pessoas que habitavam a última favela da região central de São Paulo e registrar o que pensavam sobre educação, violência, felicidade, cultura e sonhos. Mais do que divulgar estatísticas, foi um trabalho que buscou entender como era viver aquela vida e como os que a viviam enxergavam o mundo.

Agora, no doutorado, retomando o contato com pessoas com as quais tinha convivido à época do mestrado (educadores, representantes da associação de moradores e da segurança local, moradores, trabalhadores, ativistas de rua, entre outros) e conhecendo outras tantas, busquei ouvir e analisar as narrativas sobre um espaço da cidade a partir de diferentes perspectivas de vivência nele – das pessoas

que moram em casas ou barracos da favela, das que trabalham ou educam na região e das que estão em situação de rua.

Em todo caso, ao estabelecer contatos ou reativar alguns deles eu era a estrangeira no território em questão. Não moro nem nasci por lá. Minha família não habita ou frequenta periodicamente a região. Nada me liga ao lugar senão a inquietação de compreender as diferentes percepções e narrativas de pessoas que coexistem em um pedaço da cidade – espacialmente próximas, temporalmente afastadas. Para conectar-me às pessoas vinculadas ao Campos Elíseos por diferentes motivos, passei por ritos e provas de ingresso necessários para nos irmanar. Tomei café com muitos colegas e pesquisadores, aprendi a dançar funk com as crianças da favela, dividi chocolate com usuários de drogas, comi pizza nas ocupações das redondezas com ativistas em situação de rua, puxei pelas ruas uma carroça emprestada (com o auxílio da dona da carroça), passei tardes à beira da calçada ouvindo histórias de corpos afetados por processos sociais que os tornam sujeitos vulneráveis, se não invisíveis.

Entendo que o problema da invisibilidade não é brasileiro, mas mundial. E ele se amplia notavelmente à medida que nos distanciamos da nossa humanidade e deixamos de narrá-lo, porque não o percebemos ou o naturalizamos como parte constituinte das metrópoles. Por isso, este trabalho pretende estabelecer trocas e discutir a construção de narrativas sobre a compreensão da cidade a partir da comunicação.

O objetivo central foi analisar criticamente as narrativas de indivíduos sobre um espaço do centro de São Paulo (parte de Campos Elíseos). Entre os objetivos teóricos e práticos desta tese estão:

- 1 – Ampliar a discussão sobre a produção de narrativas contra-hegemônicas na esfera das metanarrativas do espaço urbano e sobre a possível intervenção delas na construção de diálogos na cidade.
- 2 – Analisar a questão sócio-histórica sobre a construção do ambiente urbano das cidades, a distribuição das populações pelos territórios urbanos, as segregações deles e as vulnerabilidades deflagradas neles.

3 – Discutir a relação entre os territórios segregados das cidades (favelas, ocupações, periferias e situações de rua) e as representações comuns deles, quando já configurados como espaços urbanos.

4 – Reconhecer e interpretar as histórias sobre o espaço da cidade: do silenciamento de pessoas que compartilham tal ambiente urbano às narrativas enunciadas e construídas para que possam existir no território.

Para tanto, a tese foi construída em torno de três questões, estruturadas sob a forma de argumentos.

Primeiro: as representações sociais, ou seja, as formas de conhecimento prático pelas quais compreendemos o mundo e os objetos sociais com os quais interagimos, são expressas decisivamente pelas narrativas cotidianas – a maneira pela qual estruturamos a realidade lógica e cronológica e assimilamos os significados dela. Geradas no nosso universo interior, ainda que não sejam conscientes, as representações sociais são manifestadas pelas macronarrativas, produzidas a partir de interações sociais, e pelas micronarrativas, no contato com o outro.

Segundo: as pessoas que convivem em um mesmo território urbano (campo desta pesquisa), como moradores, trabalhadores e educadores, reconhecem alguns problemas sociais da região, mas não se enxergam como parte dele ou coautores da situação dramática que enfrentam. As narrativas desses grupos sobre as imediações, portanto, destacariam predominantemente os aspectos negativos, utilizando parâmetros pessimistas para se referir a diferentes públicos vulneráveis que ali coexistem (drogaditos, pessoas em situação de rua e favelados, por exemplo).

Terceiro: a Favela do Moinho e as pessoas em situação de rua são invisíveis a uma parte dos moradores e trabalhadores do bairro, mesmo que estes saibam da existência deles. Tal afirmação foi evidenciada desde a finalização de minha dissertação de mestrado, que registrou histórias de indivíduos que residem na favela e se consideram despercebidos no bairro. Além de sentirem que incomodam às pessoas do bairro onde residem, são associados a narrativas que os desclassificam – vagabundos, maloqueiros e drogados. As crianças que moram na favela seriam também representadas com adjetivos equivalentes, dificultando sua convivência nas escolas e o estabelecimento da sua identidade como cidadãs no espaço urbano.

Este percurso indica que olhar para o campo de estudo através da lente das narrativas comuns e, simultaneamente, analisá-las a partir das representações sociais do urbano, descortina problemáticas e novas possibilidades importantes para uma crítica à cidade e aos campos dos quais essas teorias emergem. Implica não apenas localizar as narrativas, mas considerar sua produção e apropriação a partir das especificidades da área onde ganham vida.

Para construir este trabalho foi necessário definir a metodologia a ser utilizada, ou seja, as concepções teóricas da abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitam elaborar a realidade visada. Uma vez que o *campo de pesquisa* diz respeito ao recorte que o pesquisador faz do ambiente empírico a ser estudado por meio de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação (MINAYO, 1992), esta tese trata de alguns quarteirões de um território localizado no centro de São Paulo, denominado como bairro do Campos Elíseos, pertencente ao distrito de Santa Cecília – com pouco mais de 83 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ muito elevado, segundo censo de 2016 (MARGUTI; COSTA; FAVARÃO, 2017), o mais atualizado encontrado. A região tem como distritos limítrofes a Barra Funda (oeste), o Bom Retiro (leste), a República (sul) e a Consolação (sudoeste).

A história do bairro remonta ao final do século XIX, quando o suíço Frederico Glete e o alemão Victor Nothmann lançam o primeiro bairro planejado de São Paulo – Campos Elíseos – nome dado em homenagem à famosa avenida parisiense, a Champs-Élysées. O bairro passou a abrigar a aristocracia do café e logo se tornou um ambiente nobre da cidade, berço da política cafeeira que governou o Brasil por décadas. Ao longo de quase cinquenta anos de glória, recebeu edificações de renomados arquitetos, como a estação de ferro Sorocabana – atualmente Júlio Prestes – e o santuário Sagrado Coração de Jesus, cujos ornamentos e relíquias foram trazidos diretamente da Europa. Hoje abriga uma vasta diversidade de equipamentos culturais (Sala São Paulo, museus, teatros, Sesc Bom Retiro) e

¹ Medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, natalidade e outros fatores.

organização ou representação (MINAYO, 2004), incluímos no grupo social desta pesquisa os moradores da área, as pessoas que trabalham na região, os educadores de escolas públicas da área e de alguns equipamentos culturais, as pessoas em situação de rua e os moradores de ocupações e da Favela do Moinho. Dentro de minhas possibilidades, entrevistei algumas pessoas e ouvi algumas vozes, mas não todas as que gostaria.

Embora boa parte do grupo social tenha sido definida antes do início da pesquisa, mantivemos aberta a possibilidade de incluir progressivamente pessoas ou instituições a partir das descobertas de campo ou até que tivéssemos composto o quadro empírico suficiente para ser confrontado com a teoria. Nesta pesquisa trabalhamos especialmente com a noção de que a vivência dos entrevistados com o campo era satisfatoriamente diversificada a ponto de possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças no conjunto de suas experiências.

Para obter as narrativas sobre o espaço urbano (as percepções explícitas e também as veladas, silenciosas), era fundamental escolher adequadamente a técnica para coletar informações. Ater-me apenas a realizar entrevistas, ainda que em profundidade, parecia-me em certa medida equivocado, uma vez que o diálogo é uma atividade bastante complexa, pois envolve estratégias de interlocução que podem impedir a revelação daquilo que se busca. Minhas perguntas internas eram: que perguntas suscitam uma narrativa? Até que ponto as pessoas realmente expressam em narrativas o que pensam? Foi então que em 2019 me deparei com um curso de verão na Faculdade de Saúde Pública da USP, ministrado pelos professores Leandro Luiz Giatti e Renata Ferraz de Toledo, curso cujo tema eram os instrumentos de pesquisas participativas. Nele, entre as várias propostas apresentadas, conheci a técnica de construção de *mapas falantes*.

Mapas falantes, segundo Toledo e Pelicioni (2009), objetivam representar graficamente um espaço ou situação problematizada da realidade comunitária e podem ser elaborados coletivamente por pessoas que fazem parte dos problemas identificados. Sua construção, de acordo com Santos e Pekelman (2008), ajuda a compreender e qualificar a leitura da realidade a partir de um breve distanciamento, necessário ao processo de reflexão e de problematização da realidade, cujo desvelar pode ocorrer de diversas formas e por meio de diferentes fontes de informação.

Mapas falantes, assim como diversas outras técnicas de cunho participativo (jornal comunitário, *world café*, círculo de cultura, *Photovoice*, rio da vida), têm como referência as propostas CBPR (*Community Based Participatory Research*) e a pesquisa-ação, ambas com similaridades em relação ao processo colaborativo entre pesquisadores e sujeitos, adequações metodológicas conforme demandas reconhecidas nessa interação, busca de relações mais simétricas ou dialógicas, valorização dos saberes do senso comum e reflexão conjunta permitindo construir novos saberes, de natureza híbrida e com grande potencial de aplicação para promover a saúde (GIATTI, 2018). Pesquisas participativas, desse modo, são compreendidas como processos adaptativos que possibilitam ampliar os algoritmos que representam alternativas mais includentes e aplicáveis a fenômenos complexos (GIATTI, 2018).

Este é um trabalho que realiza, portanto, uma pesquisa participativa utilizando os mapas falantes como principal ferramenta para estimular o despertar de narrativas sobre como os participantes enxergam e vivenciam o campo de estudo. Segue-se, após a apresentação dos mapas de cada indivíduo ou grupo, uma entrevista semiestruturada que buscou apreender impressões que não haviam sido expostas nos desenhos. Entre as perguntas motivadoras: quais as emoções e o vínculo com o bairro? Quais são os espaços que mais estimam e as coisas que menos gostam na região? Quais são as mudanças recentes e significativas que identificaram no local? O que entendem por favela e por Cracolândia? Quem são as pessoas em situação de rua? Como se dá a dinâmica entre as pessoas que vivenciam aquele bairro?

A pesquisa participativa da qual o mapa falante resultou amplia o reconhecimento de novos paradigmas científicos com potenciais críticos e reflexivos capazes de aproximar ciência, política e sociedade (TOLEDO *et al.*, 2019). Sua flexibilidade metodológica, a combinação de múltiplos instrumentos de pesquisa e intervenção, bem como a participação ativa e a cooperação entre sujeitos e pesquisadores colaboram com novas posturas investigativas, não com menos rigor científico, mas diminuindo as relações abissais entre os tipos de saberes (populares e reconhecidamente científicos).

Independentemente da técnica de coleta de informações usada, pesquisas participativas como a pesquisa ação preveem uma proposta de investigação acoplada à ação explícita de um conjunto de atores. O processo de identificação dos problemas,

causas e possíveis soluções possibilita um pesquisar e agir coletivo (TOLEDO, *et.al*, 2019). Este trabalho, no entanto, não equaciona os problemas apresentados, pois a complexidade de sua resolução está além dos olhares pragmáticos. As pessoas que participaram da confecção dos mapas falantes puderam identificar os problemas da realidade-território-contexto, levantar pontos críticos que achavam pertinentes a partir de sua vivência no local e propor o que entendiam ser soluções adequadas para o espaço. O conhecimento gerado ao longo destes encontros não pode ser entendido apenas como conjunto de fatos coletados. Em vez disso, precisa ser visto como uma produção coletiva, social e representativa de aprendizagens múltiplas, tanto para quem foi entrevistado como para quem realizou as entrevistas. E, apesar de não terem sido resolvidas as problemáticas levantadas, a vivência conjunta em campo propiciou o envolvimento reflexivo e afetivo em diferentes movimentos e intensidades entre os participantes, se não novos prismas sobre o contexto discutido.

Além disso, a partir do estímulo dos mapas falantes, associado à entrevista, buscou-se perceber os elementos da zona muda das representações, ou seja, os elementos contranormativos que não são considerados adequados em relação às normas sociais vigentes – os estereótipos e preconceitos de grupos de pessoas ou situações que não se revelam facilmente em discursos diários ou questionários de investigação. Nem sempre foi necessária a intervenção da entrevista. Frequentemente bastou apenas atentar ao transbordamento de suas percepções, observar o incômodo quando tratavam de temáticas frágeis, como pessoas em situação de rua e moradores da favela, ou ainda, perceber o silenciamento como forma de invisibilizar temas como a Cracolândia.

Os 93 mapas falantes foram produzidos por 236 pessoas que vivenciam interações com o bairro em diferentes perspectivas (as que moram em casas ou na favela, as que trabalham e educam e as que estão em situação de rua).

Como procedimento metodológico para analisar as narrativas expostas nos mapas falantes e nas entrevistas semiestruturadas, optou-se pela análise crítica da comunicação narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta, “um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revela processos de representação e constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis” (2013, p. 23). Segundo o autor, a análise da narrativa é

uma técnica hermenêutica², ou seja, a interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos. O que interessa não é o fato em si, mas o sentido do fato. Em breve abordaremos mais detalhadamente o raciocínio do autor sobre tal análise, a partir de sua concepção sobre as narrativas.

METODOLOGIA UTILIZADA NESTA TESE

CAMPO – Quarteirões do bairro de Campos Elíseos

MÉTODO – Estudo de caso, com abordagem qualitativa

TÉCNICA DE COLETA DE INFORMAÇÕES E EVIDÊNCIAS –

Mapas falantes + entrevistas semiestruturadas

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DE ANÁLISE – Análise crítica das narrativas

Para realizar tal pesquisa foi necessário construir um arcabouço de discussões teóricas que embasam sua aplicação e relação com outros campos de estudo. Por isso, percorri abordagens que entendo elementares para elaborar o raciocínio deste trabalho – do diálogo entre as teorias da narrativa e as representações sociais à noção de territórios e espaços urbanos enquanto locais onde tais teorias se realizam.

A tese está estruturada em cinco capítulos, afora as considerações finais. Nesta introdução, “Capítulo 1”, detenho-me em explicar como cheguei ao campo de estudo, as argumentações e objetivos que me motivaram a estudá-lo e os procedimentos metodológicos que vislumbrei para abordá-lo.

No “Capítulo 2” discuto as narrativas das relações sociais a partir das concepções de Paul Ricoeur, Luiz Gonzaga Motta, Paulo Nassar, Luis Alberto de Farias e Emiliania Ribeiro. Utilizo obras de Adam Schaff e Marcelo Ribeiro para tratar do modo de percepção da realidade por meio da linguagem, e de Mikhail Bakhtin e Jairo Ferreira para refletir sobre a narrativa como signo e fenômeno ideológico.

Nesse capítulo também abordo, a partir de autores da psicologia social e da sociologia, o uso das representações sociais na construção da realidade, a fim de

² Hermenêutica é o ramo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, que pode se referir tanto à arte da interpretação quanto à prática e treino da interpretação. Segundo Paul Ricoeur (1978), a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão e de sua relação com a interpretação da polissemia dos textos.

refletir sobre a construção social que fazemos da realidade e daquilo que chamamos de conhecimento. Para tratar das representações sociais utilizo especialmente Serge Moscovici, Denise Jodelet e Wolfgang Wagner. Sobre a construção social da realidade, acerco-me do raciocínio dos sociólogos Pierre Bourdieu, Berger e Luckmann, aproximando-me das concepções sobre as representações sociais.

No “Capítulo 3” a proposta é discutir a noção de territórios e espaços e a maneira como são representados quando falamos de territórios segregados. Para isso utilizo análises e dados sobre o processo de urbanização das cidades e a formação de territórios segregados, como favelas, cortiços, ocupações, periferias e a situação de rua em São Paulo. Claude Raffestin, Milton Santos, Sarita Albagli, Raquel Rolnik, Erminia Maricato, Paulo Garcez Marins, Suzana Taschner, Janice Perlman, Valter Caldana e Mike Davis são os teóricos geógrafos, historiadores e urbanistas que embasam a discussão. Acrescentam-se a isso os dados de relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Organização das Nações Unidas (ONU), do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids), da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo (Sehab) e da Secretaria de Habitação do estado de São Paulo, entre outros. Do mesmo modo, nesse capítulo, trato do conceito de vulnerabilidade de Luís Mauro Sá Martino, Angela Marques, Judith Butler, Amartya Sen e Arjun Appadurai e da relação com os territórios segregados. Raull Santiago, Eliana Silva, Jailson de Souza e Silva, Peter Spink e Fernando Burgos foram elementares para a compreensão da relação entre as necessidades dos territórios e as narrativas sobre eles.

Esse capítulo também retoma os estudos feitos ao longo do mestrado, sobre a última favela do centro de São Paulo e seu entorno, além de apresentar um primeiro contato com os mapas produzidos – recortes das macronarrativas e micronarrativas – e as impressões iniciais sobre a concepção psicossocial dos entrevistados sobre a realidade. Entre todos os mapas falantes produzidos (93 mapas) foram selecionados 35, de grupos específicos, conforme a interação com o bairro, para depurá-los à luz da análise crítica das narrativas, segundo Luiz Gonzaga Motta (2013). Para tal seleção priorizaram-se os mapas que continham mais elementos nos desenhos e nas falas.

No “Capítulo 4” explico o procedimento metodológico que Motta utiliza ao analisar narrativas e o aplico ao material coletado (mapas e entrevistas

semiestruturadas). Reforço que compreendo como narrativa tanto as falas quanto os mapas, e que os entendo como complementares, mesmo quando se contradizem e se negam.

O “Capítulo 5”, por fim, associa a pesquisa analisada e as teorias apresentadas, salientando a dimensão política que se confere à ciência da comunicação quando relacionada a outras disciplinas. Esse capítulo foi construído a partir da abordagem de autores já tratados anteriormente, como Marques, Martino, Ribeiro e Butler, e outros fundamentais para a conclusão dos raciocínios pretendidos, como Esposito, Honneth, Castel e Macé. Aponto, por fim, algumas proposições sobre o uso de novas narrativas voltadas ao contexto de cidades em consideração.

É importante dizer, enfim, que este é um trabalho de natureza hermenêutica (MINAYO, 2002). Isto significa assumir que esta tese considera que os atores sociais, ao se comunicarem sobre qualquer assunto, interpretam e julgam-no a partir de um estoque de referências, como classe, gênero, grupo de pertinência, etnia, idade, função social etc., que interferem em seu entendimento de mundo parcial e inacabado. Da mesma forma, como pesquisadora com a função de analisar e interpretar, ainda que eu conviva no mesmo tempo histórico das pessoas que compõem o objeto de estudo, sofro interferência dos diversos fatores sociais que me constituem, de maneira que assumo minha percepção incompleta. Acredito que para desenvolvermos a capacidade de compreender é preciso entender as contradições: o ser que compreende o faz na ação e na linguagem, e ambas têm como características o conflito e a contradição causados pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses (MINAYO, 2012). Interpretar, neste sentido, é um ato contínuo que sucede à compreensão, pois elabora as possibilidades projetadas do que é compreendido. A interpretação é parte interior da compreensão e não o contrário.

O momento de relatar uma pesquisa é de importância *sui generis* para o pesquisador, graças à oportunidade de, acompanhado daqueles que se interessam pelo tema, reconstruir o caminho desbravado. Em uma contemporaneidade na qual as convicções, como sentenças, têm se sobressaído à compreensão, gerando narrativas que não se sustentam, este trabalho tem a sincera intenção de explicar as interpretações das compreensões (MINAYO, 2012) tidas ao longo desta jornada e

abrir genuíno diálogo com novas possibilidades e interações que colaborem efetivamente na construção de uma cidade mais humanizada.

Convido o leitor, então, a percorrer pelas próximas páginas a pesquisa e os saberes aprendidos com ela, lembrando que cada olhar, sorriso, abraço e silêncio trocado com tantas pessoas ao longo destes quatro anos transformaram-me como pesquisadora e como ser humano. Boa leitura!

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A função social das narrativas

2.2 Narrativas como produto da interação social

2.3 O uso das representações sociais na construção da realidade

2.4 O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro, que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram, forma que, ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

MIKHAIL BAKHTIN (2002)

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A função social das narrativas

2.2 Narrativas como produto da interação social

2.3 O uso das representações sociais na construção da realidade

2.4 O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos

Como diz antropólogo catalão Lluís Duch (1998), não existe vida humana à margem da palavra. Dependemos decididamente da linguagem para conhecer e fazermos-nos existir no mundo, uma vez que é a linguagem que nos torna, em certa medida, humanos. E por isso, “empalavramos seguidamente o mundo porque essa é a forma humana de conhecer” (MOTTA, 2013, p. 69).

Palavras, segundo o filósofo polonês Adam Schaff (SCHAFF, 1974), são por definição uma operação de pensamento, no sentido da experiência que o sujeito faz das suas significações. Já a linguagem, da qual a palavra é atualização, seria, por assim dizer, um pensamento em potência. A linguagem, mesmo sendo gerada a partir de um pensamento individual, é a mediadora entre o que é social e o que é particular, e tem significativa influência na origem e generalização de pensamentos sociais. Schaff deu expressiva importância à linguagem entendendo-a “não só como um modo de expressão de uma realidade, mas também o modo de percepção dessa realidade, modo que está indissociavelmente ligado à maneira de falar dessa realidade e pensá-la” (SCHAFF, 1974, p. 256). Para o autor, a palavra é a grande criadora da nossa imagem de mundo e sua significação, tanto sob a forma de conceitos como sob a forma de como representações operam nosso pensamento.

A linguagem influencia nosso modo de percepção da realidade e, como reflexo específico dela, é a criadora de nossa imagem do mundo: “a nossa articulação do mundo é, pelo menos em certa medida, a função da experiência não só individual, mas social, transmitida ao indivíduo pela educação e, antes de tudo, pela linguagem” (SCHAFF, 1974, p. 255). Para o autor, a sociedade nos transmite, com a linguagem, estereótipos de comportamento que agem sobre a consciência com força suficiente para determiná-la, de maneira que não conseguimos decifrá-los e acabamos por aceitá-los, incorporando-os, na maior parte dos casos, como naturais. Palavras ajudam a construir discursos e narrativas. Partimos do pressuposto de que tanto discursos como narrativas são práticas performativas que definem a maneira como as

peessoas se posicionam nas relações psicossociais e constroem a realidade por meio deste processo de significação compartilhada (RIBEIRO, 2013).

Discursos são posicionamentos coletivos, macronarrativas construídas e legitimadas nas relações psicossociais e baseadas em significados e processos de significação mais estáveis, como discursos socioculturais mais amplos e intimamente associados à distribuição de poder na sociedade (RIBEIRO, 2013). Revestem-se de retórica e detêm a convicção acerca de alguma ideia. Trata-se, em geral, de construções linguísticas nas quais há uma proposta ideológica. São narrativas coletivamente compartilhadas que perduram (GERGEN, 1997; SPINK, 2010).

A abordagem crítica sobre o conceito de discurso do filósofo pós-estruturalista Michael Foucault (2007) não entende o discurso como dado, mas como um conjunto de regras anônimas, históricas e sempre determinadas no espaço-tempo, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007). Por isso, para o autor, discursos precisam ser elaborados em profundidade e não compreendidos em linearidade ou em suas estruturas. A metodologia arqueológica proposta por Foucault para analisar discursos não busca descobrir a gênese dos enunciados, mas compreender como eles são feitos, uma vez que são “representações culturalmente construídas pela realidade e não cópias exatas” (FOUCAULT, 2007, p. 60).

Narrativas, por sua vez, exigem que nos coloquemos no tempo e no espaço. Dizem respeito à forma como nos situamos no mundo e nos ajudam a elaborar nossa identidade conforme as construímos. Nossas vidas são nossas narrativas. Por isso narrar é uma forma de dar sentido à vida. Para o jornalista Luiz Gonzaga Motta (2013) quando narramos algo nos constituímos, construímos nossa moral, nossas leis, costumes, valores morais e políticos, crenças e religiões, mitos pessoais e coletivos, instituições, porque por meio das narrativas recobrimos nossas vidas de significação. Elas são posicionamentos individualizados que organizam micronarrativas legitimadas nas relações psicossociais e baseadas nos discursos sociais disponíveis, marcando a contribuição pessoal mediante saberes e experiências da vida cotidiana transformadas em linguagem (RIBEIRO, 2013). É uma maneira de a singularidade da existência entrar no mundo humano e na ordem do discurso (GERGEN, 1997; SPINK, 2010).

Enquanto discursos são constituídos pelos significados, as narrativas são formadas pelos sentidos, tendo funções antagônicas, pois, de um lado, discursos pretendem cristalizar posicionamentos coletivos (macronarrativas) por meio da produção de significados, e, de outro, narrativas singulares (micronarrativas) buscam interpelar e desconstruir discursos por intermédio da produção de sentidos (RIBEIRO, 2017).

A concepção psicossocial pressupõe um processo de coconstrução contínua e compartilhada e não um ajuste ou adaptação de uma pessoa e suas narrativas pessoais a uma realidade e seus discursos sociais, pois ambos não devem ser pensados como processos discursivos delimitados e separados, mas antes como um único processo marcado por um elo de continuidade do subjetivo ao social (e vice-versa) (RIBEIRO, 2017). O autor acredita que

somos psicossocialmente coconstruídos pelas relações e práticas psicossociais, nas quais são gerados significados, que como discursos possíveis, orientam as ações e experiências cotidianas, tendo como foco a pessoa no contexto e o contexto na pessoa, que produzem construções discursivas sobre si, sobre os processos sociais e sobre as práticas sociais, configurando a realidade, que é sempre relacional. (RIBEIRO, 2011, p. 56)

A realidade psicossocial, enquanto relação entre aspectos psicológicos e sociais na qual se desnuda a relação eu-outro, estaria nos discursos produzidos e compartilhados sobre a realidade, entendida como práticas sociais, enquanto as narrativas, para se construírem, teriam relação constitutiva com o outro, permitindo-nos criar relações com o mundo para além das repetições de modelos repletos de determinações.

Este trabalho buscou ouvir, analisar e pensar narrativas de pessoas que compartilham um mesmo espaço da cidade. Por isso, nos empenhamos, a seguir, em refletir sobre conceitos da narrativa e sua produção e significação nas relações sociais.

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A função social das narrativas

2.2 Narrativas como produto da interação social

2.3 O uso das representações sociais na construção da realidade

2.4 O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos

O conceito de narrativa é descrito no *Dicionário Michaelis* (NARRATIVA, 2015) como “história, conto, narração, modo de narrar”. Segundo a etimologia do verbo, narrar origina-se do latim, *narrare*, que remete ao ato de contar, relatar, expor um fato, uma história. De acordo com o exposto, construímos nossa realidade por meio de imagens representadas que continuamente se somam ou se modificam em nossa consciência, mas que somente ganham corpo quando as narramos. Por isso, as narrativas contêm um significado que transcende o simples ato de contar uma história, indicando seu caráter valorosamente histórico-sociológico.

O filósofo francês Paul Ricoeur (1994) tinha convicção de que pela narrativa nos organizamos no tempo e no espaço. Além disso, a linguagem empregada ao narrar não deve ser vista como um mero dispositivo simbólico que torna apreensível a experiência humana, mas como um dos principais elementos constitutivos dessa experiência. Por meio das narrativas estruturamos a realidade em um desenrolar lógico e cronológico, possibilitando que assimilamos significados e permitindo que construamos significância em relação ao que somos, onde estamos, quais são os sentidos da vida, o que é belo e o que não é. Ainda conforme Ricoeur (1994), a compulsão de contar ou ouvir histórias provém da necessidade humana de organizar a experiência e torná-la pública. Ao construir suas relações pelo ato de narrar, o ser humano compreende as coisas do mundo. O autor observa que a mimese ou imitação narrativa é uma metáfora da realidade que refere-se à ela não para copiá-la, mas para lhe outorgar uma nova leitura, um novo significado.

Como possibilidade de interação humana, a narrativa, para o filósofo, é também ligada à dimensão pública: a possibilidade de estar-com-outros de uma maneira registrada.

A narratividade, desde o princípio, estabelece uma repetição no plano do estar-com-outros [...] a narrativa de uma investigação se desdobra no tempo público. Este tempo não é o tempo anônimo da representação

ordinária e sim o tempo da interação. Nesse sentido, o tempo narrativo é, de fora, tempo de estar-com-outros". (RICOUER, 1980, p. 184)

Como o autor assinala, é dessa maneira que as coisas se parecem quando observadas "de fora". Mas, por dentro, a partir da perspectiva de nossa experiência individual vivida, a narrativa não é menos essencial para sua constituição.

A abordagem da filosofia do sujeito e da ação, de Ricouer (1978), complementa sua teoria narrativa na medida em que desenvolve uma teoria do sujeito, dotado de capacidades, potencialidades e disposições cuja realização só pode ser alcançada no nível intersubjetivo e institucional. Neste sentido, para o filósofo é necessário restaurar o sentido de um discurso sobre o sujeito no interior do discurso filosófico, alterando o uso do *eu*, primeira pessoa do singular, para o *si*, reflexivo de todas as pessoas.

Falamos de um sujeito humano que se distingue por suas disposições e potencialidades, que, no entanto, só se desenvolvem no espaço interpessoal e institucional, na relação de proximidade com o outro mediada pelas instituições. Somente no meio social as capacidades e disposições do sujeito se desenvolvem e o indivíduo se torna humano e capaz de construir suas relações pelo ato de narrar.

Narrativas factuais ou fictícias expressam como nós, sujeitos sociais, construímos os significados da realidade. Emiliana Ribeiro (2019) lembra-nos que elas não são apenas palavras, mas o silêncio, o gesto, a arte, o afeto e a comunicação. Devido a estas manifestações e possibilidades as narrativas diferenciam os seres humanos dos animais, pois, além da natureza externa e dos sentimentos, carregamos histórias (narrativas ontológicas, ideológicas, institucionais, conceituais, públicas, individuais), e as usamos para dar sentido à complexidade do mundo.

O que é o dinheiro senão uma narrativa sobre o valor que se coloca em um papel ou em um metal? O que são os deuses senão narrativas imagináveis sobre seres superiores a nós? O que são marcas pessoais modernas, como artistas e influenciadores digitais – endeusados – senão narrativas construídas sobre eles, suas vidas e seus feitos? O que são nações senão demarcações criadas por narrativas? O que são as guerras senão narrativas inventadas para a defesa e para a oposição dessas próprias narrativas? O que são as corporações senão uma soma de narrativas explicativas sobre suas existências e suas ações? (RIBEIRO, 2019, p. 122)

Para Motta (2007), a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos, como o conhecimento sobre a natureza física, as relações

humanas, as identidades, as crenças, os valores e mitos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de organizar nossas perspectivas, acomodá-las lógica e cronologicamente e relacioná-las. A forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados em transformação. Tal enunciação organiza o discurso narrativo, produzindo significações que dão sentido às coisas e aos nossos atos e estabelecendo sequências que integram ações no passado, presente e futuro. Para o jornalista, nossa tendência de organizar a experiência de forma narrativa é um impulso humano anterior à aquisição da linguagem: temos uma predisposição primitiva e inata para a organização da realidade por meio dela.

A narrativa constitui-se como sentido não porque os fatos narrados sejam verdadeiros ou falsos, mas porque ela possui uma estrutura interna de conexão que determina a sua configuração integral. Não é de se surpreender, portanto, que maneiras opostas de relatar fatos, como a história e a literatura, utilizem ambas a forma narrativa. Na verdade, cada uma dessas formas imita a outra: a imaginação imita a vida e a vida imita a ficção. (MOTTA, 2013, p. 73)

Vê-se, portanto, de acordo com o autor, que contar histórias (por meio das telenovelas, do jornalismo, do cinema, da literatura) não é uma atividade meramente estética, desprovida de intencionalidade. Trata-se de um dispositivo argumentativo da linguagem para convencer, provocar efeitos, mudar o estado de espírito de quem ouve, lê ou vê uma história.

Partindo do princípio de que quem narra, principalmente em textos de natureza comunicacional, tem sempre um propósito, uma intenção, Motta (2007, p. 46) salienta que, à análise, “interessa descortinar esse propósito e sua realização (ou não)”.

A narratologia³ é um campo de estudo e um método de análise das práticas culturais sobre as narrativas humanas. Apesar de ser uma técnica de pesquisa relativamente nova, a mais antiga reflexão que se conhece sobre a configuração de uma narrativa é a obra *Arte poética*, escrita por Aristóteles, em 335 a.C., na qual se discute sobre a realidade representada (a mimese ou imitação do real), sobre as partes constitutivas da tragédia, a unidade da ação imitada (princípio, meio e final das

³ Está em discussão se a expressão estudos narrativos seria mais adequada do que narratologia, em razão de uma renovação interdisciplinar, já que não se trata somente de uma teoria literária, mas também se aplica ao estudo de narrativas históricas e fílmicas, por exemplo.

estórias), as personagens, caracteres e heróis, os efeitos provocados pela tragédia (catarse, comoção, purgação, purificação) e outras tantas questões que apoiam a definição conceitual, metodológica e prático-operacional da narrativa.

Apesar de ter nascido do esforço de pesquisadores em decompor as partes das estórias narradas e estabelecer uma gramática ou sintaxe narrativa única, sofrendo, logo, a influência de diversos movimentos, a narratologia hoje, para além da teoria literária, é utilizada na antropologia, na teoria dos atos discursivos, na história, nas teorias da comunicação e em várias outras áreas do conhecimento, transformando-se em uma teoria interpretativa da cultura.

As narrativas são representações, construções discursivas sobre a realidade humana. São representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida. Sejam elas fictícias ou fáticas, são sempre construções de sentido sobre o mundo real ou imaginado. [...] A realidade física e social se introduz nas práticas humanas por meio de categorias e descrições que formam parte das práticas humanas da linguagem. [...] São os homens que classificam, através de algum tipo de linguagem e moldura, o mundo no qual os seres humanos vivem. O mundo passa a existir para os seres humanos na medida em que as pessoas falam sobre ele, o discutem e descrevem, o classificam e demarcam, na medida em que organizam representações mentais a respeito dele e, por razões cognitivas ou políticas, atribuem credibilidade e legitimidade a essas representações. (MOTTA, 2013, p. 85)

A nova narratologia, explica Motta (2013), dedica-se ao estudo dos processos das relações humanas que produzem sentidos mediante expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias ou manifestações orais, por exemplo) ou ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). Procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representação e expressão narrativa da realidade a partir da manifestação cultural de sentidos. Trata-se de entender a narratologia como procedimento analítico para compreender os mitos, as fábulas, os valores subjetivos, as ideologias, a cultura política de uma sociedade – a análise da narrativa como construção dos significados.

A narrativa foi abordada pelo psicólogo Jerome Bruner (1998) como ferramenta para construção da representação do mundo. Para ele, temos uma predisposição cultural, primitiva e inata a organizar e compreender a realidade de modo narrativo, uma vez que ordenam os acontecimentos, recriando o passado, o presente e o futuro em significações e explicações. É o narrar que funde nossas raízes ancestrais e

heranças culturais no formato das histórias. Segundo o autor, as narrativas medeiam o mundo canônico da cultura e o mundo idiossincrático das crenças, dos deuses e das esperanças pessoais; fazem com que o excepcional seja compreensível e reiteram as normas sem serem didáticas.

Sobre a representação da nossa experiência de vida como narrativa, ele postula duas teses:

A primeira tese é a seguinte: nós não temos outra maneira de descrever o tempo vivido a não ser na forma de uma narrativa [...]. Minha segunda tese é a de que a *mimesis* entre o que chamamos de vida e a narrativa é uma via de mão dupla: isto é, assim como a arte imita a vida, no sentido de Aristóteles, assim, como propõe Oscar Wilde, a vida imita a arte. Narrativa imita a vida, vida imita a narrativa. Vida, neste sentido, é o mesmo tipo de construção da imaginação humana que a narrativa. Ela é construída pelos seres humanos a partir de um raciocínio ativo, através do mesmo tipo de raciocínio a partir do qual nós construímos as narrativas. (BRUNER, 2004, p. 692-13, tradução nossa)

Segundo seu ponto de vista, podemos chamar de *self* o resultado de um processo de construção de significado. O *self* não é um núcleo isolado de consciência, mas um construto interpessoal, definido pelos significados pessoais e coletivos que também passam pela cultura. O significado do *self* é negociado entre o indivíduo e a cultura na qual se insere, uma vez que cada cultura tem sua própria representação do que compreende por personalidade. Nesta negociação, de acordo com Bruner (2004), o indivíduo constrói narrativas sobre si mesmo a partir daquelas culturalmente dadas – tragédias, comédias, novelas, romances e mitos –, nas quais assume o lugar de protagonista em um processo de autoconstrução. Essas narrativas teriam, assim, uma função organizadora do *self*.

Enquanto versões da realidade, e não como fatos empíricos ou precisões lógicas, as narrativas podem ser identificadas por meio de características que assumem como instrumentos mentais de construção de realidades.

A *diacronicidade narrativa*, uma das características identificadas por Bruner (1991) indica que a essência de uma narrativa é a exposição temporal de eventos em seu próprio ritmo. Não se trata de um tempo abstrato, mas de um tempo humano, como já havia detectado Ricouer (1994). É o tempo cuja significação é determinada pelo significado atribuído aos eventos. Narrativas têm grande plasticidade, pois podem sofrer deformações temporais ou infidelidades cronológicas dos acontecimentos em relação a quem as conta.

A *particularidade* revela que “narrativas têm acontecimentos particulares como sua referência ostensiva. Mas isso é seu veículo e não o seu destino” (BRUNER, 1991, p. 6). Histórias planas são feitas de tipos mais gerais, como o bom mocinho ou o homem que galanteia a mulher. Nesse caso, os pormenores são símbolos de tipos mais abrangentes e podem ser substituídos quando estiverem perdendo seu poder explicativo.

Os *vínculos de estados intencionais* denotam que as narrativas tratam de pessoas que agem em um cenário e que os acontecimentos devem ser pertinentes a seus estados intencionais enquanto estiverem atuando – com suas convicções, desejos, teorias, valores. Para Bruner (1991), os estados intencionais de uma personagem são somente um indicativo de como ela se sente ou percebe a situação. A interpretação dos personagens, neste sentido, está relacionada com as razões das coisas acontecerem e não com suas causas.

A *composicionalidade hermenêutica* pressupõe que as explicações dos protagonistas e dos eventos que constituem uma narrativa são moldadas em uma história ou em um enredo hipotético, constituído pelo todo (a história) e por suas partes. Na narrativa, a interdependência textual parte-todo é uma ilustração da propriedade definidora do círculo hermenêutico, pois uma história poderá realizar-se somente quando suas partes e o todo forem feitos para estar juntos.

A *canonicidade e violação* são outra característica das narrativas. Para se tornar apta a ser contada, uma história precisa ter implicitamente um enredo canônico que foi quebrado, violado ou desviado de maneira a agredir a legitimidade do enredo canônico. “A construção e a reconstrução perpétuas do passado proveem as formas de canonicidade que nos permitem reconhecer precisamente quando uma violação aconteceu e como poderia ser interpretada” (BRUNER, 1991, p. 19).

A *referencialidade* indica que a verdade narrativa é julgada por sua verossimilhança e não por sua verificabilidade, ou seja, a aceitabilidade de uma narrativa não pode depender de sua correta referência à realidade, caso contrário não haveria ficção.

A *genericidade* revela que, para além dos tipos reconhecíveis de narrativa (farsa, humor negro, tragédia, autobiografia, romance, sátira, viagem, saga, entre outros), o gênero é mais do que uma propriedade de um texto: é um modo de compreender a narrativa. Além de maneiras livres de representar situações humanas,

os gêneros também são modos de contar que nos predispõem a usar nossas mentes e sensibilidades de maneira específica. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que são representações da ontologia social, são convites a um estilo particular de epistemologia, tendo o poder de influenciar nossos modos de pensamento e de criação da realidade.

A *normatividade* é o caráter necessariamente normativo da narrativa em razão de sua narrabilidade, visto que se trata de uma forma de discurso baseada em uma violação da expectativa convencional. “Sua forma muda com o momento e as circunstâncias que cercam sua produção. Nem se requer da narrativa que os problemas com que lida sejam solucionados. Ela é projetada mais para conter esquisitices do que para solucioná-las” (BRUNER, 1991, p. 14).

A *sensibilidade de contexto e negociabilidade* pressupõe que assimilamos a narrativa em nossos próprios termos. Nas palavras de Bruner (1991, p. 17) “a dependência do contexto da explicação narrativa permitiria a negociação cultural tornando possível a coerência e interdependência que uma cultura pode alcançar”.

A última característica das narrativas descrita pelo psicólogo é o *acréscimo narrativo*, ou seja, a proposta de remendarmos histórias, quer sejam concomitantes ou não, para criar visões de mundo. Ao identificar tais características das narrativas, Bruner (1991) descreveu algumas propriedades da realidade construídas de acordo com princípios narrativos, propriedades que abrangem de poderes mentais narrativos até sistemas simbólicos do discurso narrativo que tornam possível exprimir estes poderes.

Paulo Nassar (2016, p. 79), idealizador do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (Genn), e grande propulsor do estudo sobre elas desde 2012, compreende o poder dos sistemas simbólicos das narrativas a partir do que chama de novas realidades, relatos em suas expressões mais subjetivas, disponibilizadas para a sociedade em contextos de debate, de controvérsias, de dissensos e consensos. Ou seja, o uso de textos e palavras como remédio e cura (NASSAR, 2016). Para Nassar e Cogo (2012) o ato de contar histórias, o ritual e os símbolos são os principais meios narrativos pelos quais os integrantes de um grupo ligam-se uns aos outros e, portanto, criam suas experiências mais intensas.

Na disciplina “Memórias rituais: narrativas da experiência”, ministrada por Paulo Nassar e Luis Alberto de Farias em 2018, no Programa de Pós-graduação em

Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), discutiram-se os impactos sociais e psicológicos dos rituais nos indivíduos, em suas atuações grupais e sociáveis, uma vez que “suas narrativas em ação configuram as experiências, canalizam e expressam emoções, promovem a orientação de comportamentos, consolidam ou questionam o status quo”⁴.

Para os autores, a centralidade das narrativas rituais na efetividade dos processos de comunicação no ambiente das organizações e da sociedade é substancial, posto que,

rituais são narrativas construídas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais) que são marcados pela repetição e pela intenção retórica. Em um primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da experiência. Estão presentes em todas as culturas, como processos de identificação e afirmação dessas culturas e de seus integrantes. Em um segundo enquadramento conceitual pode-se falar em memórias rituais. Essas narrativas rituais e da experiência – marcadas na memória humana – podem se caracterizar como sagradas ou profanas⁵.

Para Nassar⁶, o mito igualmente é uma narrativa, na medida em que sintetiza, cria e recria contextos sociais de significativa carga simbólica e valorativa, funcionando como elemento de coesão social. Se a linguagem (escrita ou visual) exerce papel fundamental nas construções simbólicas, trazendo à tona a subjetividade que caracteriza nosso imaginário e nossas construções mentais, ela também nos permite acessar conteúdos mitológicos a partir da análise dos modelos, valores e comportamentos expressos pela linguagem e pelas narrativas. O mito narrado dá espaço ao nosso imaginário, sendo capaz de estabelecer vínculos. Narrativas míticas são, por assim dizer, uma expressão deste imaginário, aptas a alicerçar padrões, reatualizar verdades e ressignificar comportamentos, deflagrando nossa cultura e modos de compreendermos a vida.

⁴ Notas de aula da disciplina “Memórias rituais: narrativas da experiência” do PPGCOM da ECA-USP, ministrada por Paulo Roberto Nassar e Luiz Alberto de Farias, 2018.

⁵ Notas de aula da disciplina “Memórias rituais: narrativas da experiência” do PPGCOM da ECA-USP, ministrada por Paulo Roberto Nassar e Luiz Alberto de Farias, 2018.

⁶ Notas de aula da disciplina “Memórias rituais: narrativas da experiência” do PPGCOM da ECA-USP, ministrada por Paulo Roberto Nassar e Luiz Alberto de Farias, 2018.

Narrativas míticas são macronarrativas – ontológicas, públicas, aceitáveis, incontestáveis e até inventadas sobre acontecimentos ligados aos grandes objetivos da humanidade e às abrangentes explicações dos acontecimentos mundanos (RIBEIRO, 2019). Na guerra, por exemplo, a vitória só existe nas macronarrativas. No mundo organizacional elas dizem respeito aos grandes objetivos de negócios, missão, visão e valores que são anunciados (NASSAR, COGO, 2012).

As micronarrativas (CEIA, 2009), por sua vez, entendidas como pequenas narrativas, embora não devamos limitar o conceito à sinonímia de “pequeno texto narrativo”, estão no interior de cada macronarrativa, formadas a partir do “afeto gerado pela amarração de palavras, sons, silêncios, gestos e artes e também pelos encontros com os outros” (RIBEIRO, 2019, p. 144). Ainda segundo Ribeiro (2019), essa combinação forma a realidade narrativa sentida e apreendida por um indivíduo num determinado recorte de tempo e espaço, dando sentido à sua existência. Micronarrativa, a partir do dicionário de termos literários (CEIA, 2009), é o oposto de metanarrativa. As metanarrativas da ciência comportam visões totalitárias do mundo, abrangendo as verdades possíveis e experimentadas sobre o conhecimento. Por isso, seriam a forma textual de autoconsciência que ocorre no processo narrativo, ou seja, todo discurso que se volta para si mesmo, questionando a forma como aquela narrativa foi produzida. Uma metanarrativa assume o sentido de uma grande narrativa, como um nível superior (“meta” é um prefixo de origem grega que significa “para além de”), capaz de explicar todo o conhecimento existente ou capaz de representar uma verdade absoluta sobre o universo (HARVEY, 1996). A Bíblia e o Alcorão são exemplos de metanarrativas universalmente conhecidas. A filosofia iluminista e o marxismo são outros.

Lyotard (1989), filósofo francês, definiu o pós-moderno como “a incredulidade em relação às metanarrativas”. Com isso, acreditava que a experiência da pós-modernidade decorreria da perda de nossas crenças em visões totalizantes da história, que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade. Para o autor, não há mais uma metanarrativa que torne os discursos aceitos por todas as culturas. Por isso, ao invés dos grandes relatos, Lyotard (1989) defende nos tempos pós-modernos as pequenas histórias, nas quais se pode reivindicar um homem mais relacional e relativo.

Logo, enquanto discursos (dos quais as meta e macronarrativas se aproximam) são constituídos pelos significados, narrativas são formadas pelas micronarrativas que lhes dão sentido em um contexto de interação psicossocial. Para compreendermos uma narrativa é necessário levar em consideração a história que ela conta e o discurso narrativo que a enuncia. Para tanto, vislumbramo-la não apenas como modo de expressão de uma realidade, mas, igualmente, como modo de percepção dela. Tratar do papel ativo da linguagem que a constitui e de sua ação sobre o comportamento dos homens a partir das palavras que a compõem é nossa próxima proposta.

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 *A função social das narrativas*

2.2 *Narrativas como produto da interação social*

2.3 *O uso das representações sociais na construção da realidade*

2.4 *O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos*

O filósofo Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975) pode ser considerado um dos maiores estudiosos da linguagem humana. Em sua filosofia da linguagem, aborda a importância das relações dialógicas na produção de sentido e na constituição do campo de existência do indivíduo, tendo em vista que essas relações dialógicas são produzidas e apreendidas discursivamente na interação com o outro. O autor buscou compreender a realidade do homem a partir de uma visão ampla dela. A isso denominou-se dialogismo. O dialogismo bakhtiniano (BAKHTIN, 2002) compreende o homem como um ser de linguagem, ou seja, um ser que se constitui pela interação social por meio da linguagem, sem dissociá-la da vida social. Tendo em vista que os indivíduos são socialmente organizados e compostos pelas relações sociais nas quais estão imersos, Bakhtin (2002) entende a palavra como um fenômeno ideológico por excelência, cuja realidade é absorvida por sua função de signo.

Para o autor, tudo que é ideológico contém um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é signo, pois sem signos não existe ideologia. E tudo que é ideológico tem um valor semiótico. Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também o fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, massa física, cor ou movimento do corpo. O signo é um fenômeno do mundo exterior.

Assim, compreender um signo significa aproximá-lo de outros signos já conhecidos. E essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só se revelam entre uma consciência individual e outra. “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, apenas no processo de interação social” (BAKHTIN, 2002, p. 34).

Mas, mesmo que cada consciência individual esteja repleta de signos, eles aparecem somente em um terreno interindividual. Segundo Bakhtin (2002, p. 35), “não

basta colocar dois indivíduos face a face para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados e formem um grupo ou uma unidade social: só assim um sistema de signos pode constituir-se”. É neste sentido que Bakhtin (2002) afirma que a consciência individual é um fato socioideológico. A consciência individual nada pode explicar. Ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social do qual participa. Por isso, para o autor, a única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica.

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria do seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. A imagem, a palavra e o gesto significante constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN, 2002, p. 36)

Para Bakhtin (2002), o papel contínuo da comunicação como fator condicionante não aparece em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. A partir disso o autor afirma que a palavra é o fenômeno ideológico por excelência e o modo mais puro e sensível de relação social.

Neste sentido, não pretendemos discutir a pureza semiótica da palavra, mas sua disposição social, uma vez que está em todas as relações entre indivíduos, nas relações ideológicas, nas de colaboração, na vida cotidiana e nas relações de caráter político, entre outras tantas.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro, que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram, forma que, ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2002, p. 41)

Como signo social, a palavra acompanha e reforça os sentidos de boa parte das criações ideológicas – um quadro, uma peça, uma música, um ritual ou celebração. Para Bakhtin (2002), a palavra está em todos os atos de compreensão e interpretação: sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e sua presença em atos conscientes fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias.

Segundo Bakhtin (2002), todo signo resulta de um consenso no decorrer de um processo de interação entre indivíduos socialmente organizados – razão pela qual as formas do signo são determinadas tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Isso explicaria as diversas palavras que compõem o vocabulário de grupos sociais específicos, não apenas pela regionalidade, mas também pela territorialidade, pela geração da qual fazem parte e pela classe social que representam.

Há uma importância hierárquica no processo de interação verbal que não devemos desconsiderar, pois se trata de influência relevante nas relações sociais (regras de etiqueta, palavras aceitas em determinados contextos e vestimentas, por exemplo). “Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica” (BAKHTIN, 2002, p. 43).

A linguagem não seria apenas um instrumento de comunicação, de acordo com Bakhtin (2002), mas, por surgir de interações sociais que naturalmente carregam suas intencionalidades, seria, tal qual, o meio pelo qual nos inserimos em nossa própria realidade. Ou seja, apenas é possível estudarmos a linguagem quando tomamos conhecimento de sua condição de produção.

Portanto, o dialogismo, elemento constitutivo da linguagem, como citado anteriormente, manifesta-se no contexto de interação social, uma vez que corresponde às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instituídos historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, formam-se e são formados por esses discursos.

O *eu* que se realiza no *nós* enfatiza o caráter polifônico dessa relação trazida à tona pela linguagem. Assim, a fala, por sua natureza social e não individual, está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação, as quais estão sempre atadas às estruturas sociais.

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles irão sempre mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (BAKHTIN, 2011, p. 410)

Em visto disso, Bakhtin compreende o discurso de modo amplo, podendo ser utilizado de múltiplas formas, mas sempre considerado a partir do caráter social da interação e não de maneira individualizada. Dessa forma, o discurso verbal não acontece fora de um contexto, de forma isolada, pois está sempre em conjunto com “atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias), dos quais ele é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (BAKHTIN, 2011, p. 128).

Há um breve diálogo conceitual entre a filosofia da linguagem de Bakhtin (2002) e a filosofia do sujeito e da ação de Paul Ricoeur (1978), justamente no processo constitutivo de uma narrativa. Para Bakhtin, a língua ganha vida com a enunciação, momento em que o locutor fala algo a alguém. O enunciado é a natureza social da interação verbal (Bakhtin, 2002), e por meio da palavra o sujeito se define em relação ao outro e à coletividade. Desse modo, a operação da língua é uma tomada de consciência – uma atividade mental do *eu* – em relação à elaboração ideológica – a atividade mental do *nós*.

Segundo Ricoeur, esse exercício narrativo é uma ascrição, isto é, o ato narrativo no qual o sujeito do discurso, ao falar algo de alguém, adquire uma identidade narrativa, uma vez que, de certo modo, também diz algo sobre quem ele mesmo é. Isso ocorre porque ascrever uma ação é mais do que dizer o que alguém fez, disse ou pelo que é responsável. Ascrever é propriamente vincular nossas ações e as de outra pessoa a uma identidade, como exercício dialético de projeção de intenções, motivos e acontecimentos. Mas a constituição dessa identidade narrativa, conforme o autor (RICOEUR, 1978), somente é possível se levarmos em conta a intenção e a relação dialógica para com alguém, ou seja, se percebermos com quem

se desenvolve o diálogo e a qualidade ética da relação dialógica na qual ele está envolvido.

Considerando a discussão sobre as narrativas como produto da interação social e a função da palavra como signo social, qual seria uma possível abordagem contemporânea sobre o conceito de criação de novas narrativas? O jornalista Jairo Ferreira (2014) acredita que vivemos em um cenário de ruptura em relação ao bloqueio das narrativas potenciais pelas dominantes⁷. Ele entende que as narrativas contemporâneas não são mais propriedade exclusiva das instituições midiáticas e nem mesmo das não midiáticas. Elas “incorporam, transformadas, as narrativas dos agentes sociais em rede que, nesse processo, almejam a conquista da individualidade e autogoverno” (FERREIRA, 2014, p. 52).

De acordo com Ferreira (2014, p. 49) signos narrativos e discursos são matéria-prima da circulação midiática e funcionam como a base infraestrutural da vida social exercendo um papel central nos processos de institucionalização e formação dos Estados, das religiões e das sociedades. O processo narrativo é, neste sentido, o meio de manifestação do signo e da institucionalização da vida social. Um de seus papéis é dar lugar e espaço para os signos sociais, como objetos, ícones, atos e símbolos. Além disso, a força da narrativa está em seu reingresso nas interações, afetando as narrativas sociais ali produzidas e os objetos sociais.

O jogo narrativo, na medida em que posto nas interações, é propício a esta construção semiótica e reflexiva que toca à porta do senso comum, permitindo à sociedade (re)visitar suas práticas. A premissa é de que o indivíduo *sujeito de* se localiza para além das práticas (processos incorporados em diversos níveis: socioantropológicos, técnicos e discursivos) repetidas em rituais e estratégias, posicionando-se no espaço das trocas com suas narrativas próprias, convidando seus pares individuais a participar da história do presente, buscando, em interlocução, decifrar os desafios e enigmas em curso, projetando, em interações, cenários possíveis sobre os quais se sente comprometido a intervir. Nesse sentido, o indivíduo é ator. Isto é, atravessado por diversas determinações, não resta, ao individual, senão elaborar suas próprias sínteses, não predominantemente lógicas, mas principalmente

⁷ Conforme o conceito de dominação linguística e discursiva do sociólogo Pierre Bourdieu (1996), a competência de narrar tem sua construção social barrada pelas formações dominantes disciplinares, uma vez que as instituições midiáticas e não midiáticas pretenderiam, como estratégia, regular tais narrativas. Nesse sentido, as narrativas potenciais são bloqueadas pelas narrativas dominantes, e essas (narrativas dominantes) estão relacionadas à distribuição também dominante dos capitais econômicos, culturais e políticos.

em narrativas de si, em interlocução com seus pares, no presente, em interações. (FERREIRA, 2014, p. 51)

Nessa fase de ruptura e de inéditas situações contemporâneas, como a posse de dispositivos móveis particulares por boa parte da população, seriam construídas e propagadas narrativas valorizadas pela sociedade. Se anteriormente o acesso ao âmbito público era mediado e regulado por circunstâncias religiosas, políticas, culturais e econômicas, quando as instituições detinham os capitais simbólicos de legitimação dos valores em jogo, hoje outras vozes ganham espaço para suas narrativas, trazendo à tona o que entendem por ideologia. Se antes as narrativas individuais eram desconsideradas publicamente, quando não apagadas, escondidas, ou trajadas como sintomas do vulgar, hoje ganham a potencialidade de tornarem-se signos nos processos de interação verbal.

A sociedade constrói, assim, novas narrativas, apesar das relações sociais dominantes, e o faz porque “as narrativas institucionais, midiáticas e não midiáticas, perdem valor social em decorrência de diversas zonas de conflitos – reais, imaginários e simbólicos” (FERREIRA, 2014, p. 49). Neste sentido, Ferreira acredita que a emergência das narrativas individuais e a construção das narrativas sociais

decorre de uma dimensão socioantropológica parida nas mercantilizações diversas que atravessam os agentes a serem sujeitos de mais que sujeitos a disposições na economia, na cultura, na política, na esfera do desejo, das instituições e dos valores morais. (FERREIRA, 2014, p. 50)

Tendo em conta a perspectiva de que a linguagem é constituída socialmente e de que as narrativas são o espaço de encontro com o outro e estão intrinsecamente ligadas à função social das palavras que as constituem, julgamos ser necessário compreender a teoria científica da psicologia social, as representações sociais, que são fundamentais na construção do que entendemos por realidade, influenciando o modo como nos comunicamos e narramos o mundo em que vivemos.

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A função social das narrativas

2.2 Narrativas como produto da interação social

2.3 O uso das representações sociais na construção da realidade

2.4 O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos

“Nem sempre estamos dispostos à aventura da percepção. Somos insensíveis e desatentos às coisas que povoam o nosso mundo e, por isso, sofremos de uma perda [...] que nos faz capitular e enxergar através de mediações impostas”, disse Ecléa Bosi (2003, p. 115) ao evidenciar que a nossa pressa e insensibilidade nos tornavam desatentos à paisagem ao redor e a todas as coisas que povoam nosso mundo. A psicóloga, professora e pesquisadora entende que, quando não temos simpatia pelas coisas, nossa observação se torna mediada por filtros e facilitadores que empobrecem nossa percepção da realidade. Por conta disso, acredita que nosso círculo de experiência é limitado, nosso espaço vivido no mundo é pequeno e, embora tenhamos a ilusão de participar intensamente desse mundo único que encerra os seres vivos, conhecemos, na verdade, um reduzido pedaço dentro dele, e um caminho familiar pelo qual nos guiamos e onde repetimos passos antepassados entre a infinidade de caminhos oferecida a outros seres.

Se a nossa atividade essencial como sujeitos é ação e percepção, nós a exercemos dentro de um espaço de vida que nos rodeia como uma bolha de sabão e onde encontramos nosso significado biológico e existencial. Conhecemos algumas pessoas, algumas coisas, alguns pedaços de paisagens, de ruas, alguns livros. Presenciamos alguns fatos, mas não a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso cotidiano se alimenta dessa confiança social. Além disso, sabemos que transfiguramos uma cena por nós assistida e ela sofre uma distorção causada pelo ponto de vista. Como se a nossa percepção das coisas fosse, mais do que uma recepção, uma construção, uma tarefa sobre o mundo. (BOSI, 1977, p. 97)

Por vezes tal recepção do mundo sofre um processo de facilitação e consequente imobilismo, ajudados pelo recorte cultural, que se apodera do nosso

olhar para o mundo, entre outros fatores: A isso denomina-se estereotipia⁸, cujos padrões correntes interceptam as informações rumo à consciência (BOSI, 1977). Como nem sempre estamos dispostos à aventura de perceber o diferente, sofremos uma perda e um empobrecimento na forma como enxergamos e recapitulamos a realidade. Passamos a vislumbrá-la através de mediações impostas, que por vezes nos são transmitidas com tamanha força e autoridade que mais parecem um fato biológico do que um comportamento aprendido. Por consequência, nos aprisionamos em narrativas existentes, que condicionam a forma como vemos a realidade.

A psicologia social descreve nossa tendência de formar noções simplificadas que recobrem os elementos contraditórios do real, ignoram exceções e permanecem rigidamente imunes à experiência (BOSI, 1977). É esta tendência que nos chama a atenção. Percebemos o mundo a partir dos elementos que constituem nossa realidade e formamos padrões que nos acompanham em boa parte da vida e servem como principal meio para estabelecer as associações com as quais nos ligamos uns aos outros. Para a psicologia social (MOSCOVICI, 2015), uma pessoa é uma unidade biológica que deve ser transformada em uma unidade social. Por sua vez, a sociedade seria um dado imutável encontrado pelo indivíduo como ambiente já pronto em uma estrutura de círculos constituídos pela família, companheiros, instituições e outros tantos grupos aos quais ele (indivíduo) deverá se adaptar assim que for absorvido pelo seu ambiente social. Dentro dessa concepção, a sociedade não seria um produto dos indivíduos. Os indivíduos é que seriam um produto (e não um dado) da sociedade. Consequentemente, à medida que o indivíduo se torna um ser social, também a sociedade adquire individualidade, já que uma (sociedade) difere da outra por suas origens e pelas características dos atores sociais que a compõem e a produzem.

Conforme o *Dicionário de ciências sociais*, pode-se definir psicologia social (PSICOLOGIA..., 1987) como a área da psicologia e da sociologia especificamente destinada a descrever e explicar como os *eus* são modificados pela interação com outros e como é dirigido seu comportamento de reciprocidade. Além disso, toda ciência social adota premissas sociopsicológicas ao formular suas proposições, mas

⁸ Para Ecléa Bosi (1977), estereótipos são como o gesso que perpetua lembranças enquanto as imobiliza e as resume. Eles se estabelecem enquanto procuramos conhecer a realidade, durante um processo de facilitação e de inércia. Como se colhêssemos aspectos do real, confeccionados pela cultura, e permitíssemos que isso se apoderasse da nossa vida mental. No entanto, para a autora, a interação do homem com a realidade dinâmica possibilita a todos condições de ultrapassarem a barreira do estereótipo, corrigindo as impressões iniciais.

só a psicologia e a sociologia incluem explicitamente a psicologia social em seu currículo.

A psicologia social é tida pelas ciências sociais (PSICOLOGIA..., 1987) como campo intermediário/conciliador entre a psicologia e a sociologia, dividido pela discordância quanto à unidade motivacional da identificação dos *eus*. Enquanto a psicologia social psicológica destaca o instinto ou impulso, a psicologia social sociológica ressalta a atitude. Na abordagem sociológica a ação, tanto do indivíduo como do grupo, é caracterizada como interação dos *eus*, feita pelos meios de comunicação a partir do uso da linguagem e de vários outros signos. Essa interação realçaria os vários atributos de identidade e rotulação das qualidades dos *eus*. Já a concepção de orientação psicanalítica assegura a atribuição de motivos inconscientes ao comportamento.

No entanto, ambos os campos se unem ao reconhecerem a identificação como conceito mestre da psicologia social. Esta é constituída de objetos sociais, ou seja, grupos e indivíduos que elaboram sua realidade social, controlam-se mutuamente e criam tanto seus laços de solidariedade como suas diferenças. A psicologia social, desta forma, somente pode ser entendida como uma ciência do comportamento se isso significar que ela se interessa por um modo muito específico desse comportamento – o modo simbólico (MOSCOVICI, 2015). O modo simbólico ao qual a psicologia social se refere diz respeito ao exame do aspecto representativo dos relacionamentos e dos universos consensuais em que habitamos. Ele considera que toda cognição, motivação e comportamento somente existem quando significam algo, ou seja, quando ao menos duas pessoas compartilham linguagem, valores e memórias.

Logo, pesquisar com uma abordagem crítica a partir da psicologia social significa problematizar as relações sociais que se estabelecem em determinado contexto, considerando-as múltiplas, transitórias, em processo de transformação e passíveis de contínua ressignificação. Nesse sentido, tanto o pesquisado como o pesquisador são participantes ativos na construção dos percursos de pesquisa. Representações sociais, entendidas como conceito intermediário entre a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica, são uma teoria científica sobre os processos pelos quais os indivíduos em interação social constroem explicações sobre objetos sociais. Um dos grandes expoentes dos estudos das representações sociais

foi Serge Moscovici (1925-2014), psicólogo social romeno naturalizado francês que divulgou estudos sobre a temática, em 1961, na sua tese de doutoramento.

Para ele, a representação social seria um sistema de valores ideais e práticas com dupla função: primeiramente, estabelecer uma ordem para possibilitar que as pessoas orientem seu mundo material e social e, em segundo lugar, possibilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade fornecendo-lhes um código para nomear e classificar sem ambiguidade os vários aspectos de seu mundo, de sua história individual e social (1978).

As representações sociais são uma teoria geral na medida em que, dentro do que lhe compete, uma sociedade não poderia ser definida pela simples presença de um coletivo que reuniu indivíduos através de uma hierarquia de poder, por exemplo, ou através de intercâmbios baseados em interesses mútuos. Certamente existem poder e interesses, mas para serem reconhecidos como tais na sociedade devem existir representações ou valores que lhes deem sentido e, sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos convirjam e se unam através de crenças que garantam sua existência em comum. Isso tudo é guiado por opiniões, símbolos e rituais, isto é, por crenças e não simplesmente pelo conhecimento ou técnica. (MOSCOVICI, 2015, p. 173)

Moscovici, no entanto, não foi o primeiro teórico a tratar das representações sociais. Émile Durkheim, sociólogo, antropólogo e filósofo francês, identificou crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens como produções mentais sociais. Entendia as representações sociais como representações coletivas, designando a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Conforme Durkheim (1977), o pensamento individual seria um fenômeno puramente psíquico, mas que não se reduziria à atividade cerebral, enquanto o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais. Para ele, o estudo das representações individuais seria atribuição da psicologia e o estudo das representações coletivas seria do campo da sociologia, realizado a partir da análise de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, tempo e espaço. O autor acreditava que as leis que explicavam os fenômenos sociais eram diferentes das leis que explicavam os fenômenos individuais. Visto que as representações coletivas eram fruto dos acontecimentos sociais e consequência de uma consciência coletiva, deveríamos tratar as representações coletivas numa perspectiva individual.

Outra diferença entre sua abordagem (psicologia social sociológica) e a da psicologia social psicanalítica é o fato de as representações coletivas estarem relacionadas a sociedades menos complexas, marcadas pela proposta do coletivo, como as organizações tribais – caracterizadas pela imutabilidade e pelo poder de coerção. Já as representações sociais são características das sociedades modernas, em função da agilidade das mudanças e do grande fluxo de informações vivenciadas – realidade em constante transformação, cujo poder de coerção é fluido e específico para alguns grupos. Enquanto a psicologia social sociológica dava-se conta de que as representações sociais existiam nas sociedades, ainda que desinteressadas em relação a sua estrutura ou dinâmica interna, a psicologia social psicanalítica defendia que as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações facilmente apreendidas.

Moscovici (1988) entendia que, embora se imponham às pessoas pela forma como somos organizados na sociedade, as representações não são coletivas, mas geradas no nosso universo interior, apresentando características que nos autorizam a chamá-lhes igualmente de sociais. Por conta de sua transversalidade e por terem interface com fenômenos individuais e coletivos, as representações sociais costumam interessar a várias ciências humanas. Segundo Sperber (1989) a questão está na forma de analisar. Para o autor, quando abordadas como fenômenos intraindividuais, enquanto representações mentais, são estudadas pela psicologia cognitiva e pela psicanálise, para as quais o social é apenas uma sombra; como elementos centrais da comunicação, enquanto representações públicas, são objeto de estudo da psicologia social; ou, ainda, interessam à antropologia enquanto elementos coletivos, comunicados repetidamente e distribuídos numa determinada formação social, configurando-se como representações culturais.

A representação social teria uma dupla dimensão – do sujeito à sociedade – situando-se entre conceitos sociológicos e psicológicos. Seria uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com o objetivo prático de construir uma realidade comum a um conjunto social (MOSCOVICI, 1961). Uma representação não é uma cópia autêntica de um objeto existente na realidade objetiva, mas uma elaboração coletiva em que as estruturas de conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes, substituindo-o. Por isso, o termo social, que acompanha a palavra representação, evidencia seu caráter coletivo e

consensual: elas não são criadas por um, mas por vários indivíduos, e compartilhadas entre eles e por eles.

Moscovici (1976) aponta três características que fundamentam seu conceito sobre a atribuição da palavra social. A primeira é o fato de as representações serem expressas por grupos sociais. A segunda está relacionada ao seu processo de produção – qualificar uma representação social significa optar pela hipótese de que ela é engendrada coletivamente. A terceira refere-se a sua funcionalidade – estas representações são sociais porque contribuem para os processos de formação dos comportamentos e de orientação das comunicações sociais.

As representações sociais rompem, de certa forma, com o conhecimento científico formalizado, isto é, o saber epistemológico, já que são constituídas por diferentes normas de verificação e coerência. Por revelarem-se nos sistemas de saber e serem geradas a partir das inter-relações, as representações sociais descontinuum as características impessoais que veem o conhecimento como racionalidade pura, “nos fornecendo a chave para entender a relação que amarra o conhecimento à pessoa, a comunidade e mundos de vida” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 21). Ainda assim, não deixam de ser objeto de estudo tão legítimo quanto qualquer outra variedade de construto social, como as ideologias ou imagens sociais, mostrando verdadeira relevância pelos esclarecimentos que produzem sobre alguns processos cognitivos e interações sociais.

Segundo a psicóloga social Sandra Jovchelovitch (2011), o dinamismo de nossa vida social nos impõe constantemente a necessidade de posicionarmo-nos diante do cotidiano, por estarmos inseridos em um grupo social. A utilização das representações, assim, nos apoia na construção, consolidação e transmissão de mundos. Representar seria propriamente o ato de dar forma, de tornar presente o que está ausente, por isso estaria na base da inclusão e da exclusão (quem é e quem não é representado?), no centro do nosso conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos. Por isso, as representações devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm (JODELET, 1989).

Representações sociais são, da mesma forma, conhecidas como estudo do senso comum, o qual se tornam diária e espontaneamente na medida em que dizem respeito a todo conhecimento compartilhado pela sociedade, entrelaçado com a nossa linguagem e constitutivo de nossas relações e de nossas habilidades.

Produzidas e manifestadas sobretudo por meio das nossas narrativas, as representações de diferentes origens são reduzidas a um conhecimento popular, tendo sua própria coerência e rigor e sendo temporalmente substituídas por outro embate. Tomemos o exemplo da aids. Quando a epidemia veio à tona, no início dos anos 1980, as representações sociais e as linguagens elaboradas ao redor da denominação, principalmente nos Estados Unidos, foram de câncer gay. As representações sobre o tema estavam ancoradas na homossexualidade, pecado, obscenidades, promiscuidade e outros fenômenos indesejáveis e tinham mais influência sobre a população, no Brasil, do que as campanhas de saúde veiculadas que desmistificavam boa parte do imaginário social.

Ou seja, o senso comum, como forma de conhecimento, é constituído por numerosas crenças que reconhecemos misturadas com valores e atitudes que não são discutidos, de tal modo que as conclusões que tiramos de informações ou ideias são, por assim dizer, aceitas de antemão. É verdade que vieses cognitivos, distorções subjetivas e tendências afetivas existem. Mas, a partir das representações sociais, passamos a entendê-los como vieses, distorções e tendências em relação ao modelo que estabelecemos como norma ou senso comum de nosso universo.

É possível encontrar representações das mais abstratas e impessoais às mais concretas e pessoais. A questão está na força da crença que as constitui. Por isso, Moscovici duvida que possamos realmente compreender a vida mental dos indivíduos ou grupos “se menosprezarmos o cruzamento híbrido de fé e conhecimento, a mistura daquilo que é considerado verdadeiro porque nós nele acreditamos e aquilo em que nós acreditamos porque o consideramos verdadeiro” (MOSCOVICI, 2015, p. 346). Boa parte da influência de uma pessoa sobre outra acontece principalmente por meio do pensamento, embora estejamos inclinados a considerar que são irreais ou que não parecem exercer influência sobre os acontecimentos. Pensar, julgar, falar e compreender são atos que constituem a vida humana e transmitem nossa fé e conhecimento sobre ela.

Representações são perspectivas que se impõem sobre nós com uma força inevitável. “Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2015, p. 36). Por isso, representações não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez elaboradas, adquirem vida própria, circulam e dão oportunidade ao nascimento de novas representações à medida que as velhas deixam de existir. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza ignorada, mais enrijecida ela se torna. Quanto menos conscientes somos em relação às nossas representações, maior se torna sua influência sobre nosso comportamento e formas de pensar.

Para o polonês Bronislaw Baczko, por meio das representações a coletividade

designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc. (BACZKO, 1985, p. 309)

Para explicar o conceito, Moscovici (1976) expõe duas principais especificações, às quais denomina de internas – uma sobre a elaboração descritiva do que é uma representação social e outra sobre os processos pelos quais estas representações se constituem. Sobre a elaboração descritiva, o autor entende que representações são um conjunto de proposições, ações e avaliações emitidas pela opinião pública que estão organizadas de formas diversas segundo classes, culturas e grupos e que constituem vários outros universos de opiniões. Em relação à segunda elaboração interna do conceito, Moscovici especifica os processos pelos quais as representações sociais são elaboradas – a ancoragem e a objetivação – mecanismos que ajudam a tornar familiar e próximo o que desconhecemos.

Como não nos é fácil transformar em algo próximo palavras, ideias ou seres com os quais não temos convivência, damos-lhes uma feição familiar, pondo em funcionamento os mecanismos citados, que são baseados na memória e em conclusões passadas. A ancoragem busca classificar informações sobre um objeto social em relação a estruturas de conhecimento anteriormente existentes e familiares.

Ancoragem – esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos

ser apropriada. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. (MOSCOVICI, 2015, p. 61)

Representações sociais procedem de arquétipos de raciocínio comum ou preconceções estabelecidas ao longo de um considerável espaço de tempo ou, em outras palavras, coletadas de histórias e crenças sociais que carregam consigo o padrão de imagens genéricas. Elas encontram a fonte de desenvolvimento e os meios de se legitimarem, pois esses locais estão ancorados no perceptível (cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (a cultura, seus ritos e suas partes operativas na representação).

Nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações superimpostas aos objetos e às pessoas aos quais eles dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos. (MOSCOVICI, 2015, p. 33)

Por sua vez, a objetivação busca, tal como o nome indica, objetivar a nova realidade, transformando o abstrato em concreto por meio de imagens ou ideias. Ela implica três movimentos: seleção e descontextualização (os sujeitos retiram algumas informações do conjunto total, a partir de conhecimentos anteriores, valores culturais ou religiosos, tradição cultural ou experiência prévia); formação do núcleo figurativo (construção de um núcleo imaginante a partir da transformação do conceito); e, naturalização dos elementos (os elementos que foram construídos passam a ser identificados como elementos da realidade do objeto). Em outras palavras, a familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação pelo qual o não familiar passa a ocupar um lugar dentro do nosso mundo familiar.

Segundo a teoria das representações sociais, quando não somos capazes de avaliar ou descrever algo a nós mesmos ou a outras pessoas, experimentamos uma resistência, um distanciamento que só é superado quando nomeamos ou classificamos este objeto, ou ainda quando o colocamos em uma determinada categoria, rotulando-o com um nome conhecido. Moscovici (2015) afirma que a representação é fundamentalmente um sistema de classificação denotativo de

alocação de categorias e nomes. Classificar ou categorizar algo significa escolher um dos paradigmas armazenados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele. Portanto, é como se em nós habitasse, de forma preestabelecida, um conjunto de comportamentos e regras que estipulamos serem ou não permitidos em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe, considerando um conjunto de limites linguísticos espaciais e comportamentais de certos hábitos.

Uma vez nomeado o objeto ou a pessoa, eles podem: adquirir as características e tendências descritas; tornarem-se distintos de outros objetos e pessoas, por meio das mesmas características e tendências; ou também, tornarem-se a convenção entre os que adotam ou partilham a mesma convenção. Rótulos convencionais, assim, são aceitos e adotados pela sociedade a partir de um conjunto de sintomas vagos de certos padrões sociais e individuais. Nossa tendência de classificar, seja pela generalização ou pela particularização, não é de nenhum modo uma escolha puramente intelectual, mas reflete uma atitude específica para com o objeto, um desejo de defini-lo como normal ou aberrante. Neste sentido, tal disposição estaria em jogo em todas as classificações que fazemos de coisas não familiares como uma necessidade de defini-las a partir de sua conformidade ou divergência à norma.

Duas consequências da teoria das representações seriam: não existiria a ideia de pensamento ou percepção sem ancoragem. Ou seja, os vieses frequentemente descritos não expressam uma limitação social ou cognitiva, mas uma diferença de perspectiva normal entre indivíduos ou grupos heterogêneos dentro de uma sociedade. A segunda consequência seria que sistemas de classificação e de nomeação não são simplesmente meios de rotular pessoas ou objetos, mas formas de facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, servindo, na realidade, para formar opiniões.

Da perspectiva das representações sociais, as classificações que fazemos não seriam as únicas pré-moldadas. Igualmente, as emoções, percepções e racionalizações não seriam apenas respostas a estímulos externos, mas reações à categoria segundo a qual nós classificamos tais imagens, aos nomes que damos a elas. Isto é, representações sociais “determinariam tanto a natureza do estímulo como a resposta que ele incita” (MOSCOVICI, 2015, p. 100). Isso ocorre porque tentamos organizar nossas crenças em estruturas internamente coerentes, preferindo estruturas estáveis às instáveis.

Nas palavras de Valla (1986), as representações são sociais não por sua extensão, mas porque emergem num dado contexto social, porque são elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem valores, ideologias e sistemas de categorização social partilhados pelos diferentes grupos sociais, porque se constituem e circulam por meio da comunicação social e porque refletem as relações sociais ao mesmo tempo em que contribuem para sua produção.

Jodelet (1989), por sua vez, desenvolve uma abordagem cultural das representações sociais, já que, para a autora, elas são como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Elas intervêm em processos como a propagação e assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, no estabelecimento das identidades pessoais e sociais e na expressão dos grupos e transformações que sofrem.

Para a pesquisadora, por serem modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos, as representações são, conseqüentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias –, mas que não se reduzem a eles. Jodelet (1989) afirma que as representações sociais se revelam no pertencimento social dos indivíduos, em suas manifestações afetivas e normativas, em suas práticas e nos modelos de conduta e de pensamento. Por este motivo, auxiliam na aproximação da vida mental individual e coletiva, sendo produto e processo da apropriação da realidade exterior e elaboração social da realidade.

Representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto. Quanto ao ato de pensar, que estabelece a relação entre o sujeito e o objeto, este tem características específicas em relação a outras atividades mentais (perceptiva, conceitual, memorial etc.). De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter

construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. (JODELET, 1989, p. 37, tradução nossa)

Jodelet (1989) destaca a vitalidade, a transversalidade e a complexidade como particularidades do estudo das representações sociais e enfatiza a necessidade de articulação da teoria com “elementos afetivos, mentais e sociais, integrando-os, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, à consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm” (JODELET, 1989, p. 39).

Se há uma contribuição fundamental desta pesquisadora para o assunto é seu olhar cuidadoso para a comunicação, tanto nos processos de formação das representações sociais quanto no reconhecimento de seu caráter legitimador. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, elas contribuem para a construção de uma realidade comum, o que possibilita a comunicação. Deste modo, Jodelet entende que, como fenômenos sociais, ainda que acessadas por meio de elementos cognitivos, as representações precisam ser entendidas a partir do seu contexto de produção, ou seja, das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação pelas quais circulam. Para a pesquisadora, as representações sociais têm a comunicação de massa como condição de possibilidade e determinação (JODELET, 1989), pois é por meio dela que ideias podem difundir-se largamente e chegar a diversos grupos sociais, gerando debate na esfera pública.

Por entender que a noção de representações sociais pode parecer demasiado ampla, Wagner (1998), apresentou-nos cinco critérios para reconhecê-las, partindo da concepção de que são produzidas e compartilhadas por membros de grupos sociais. O primeiro critério é o *consenso funcional*, ou seja, o papel desempenhado pela representação para manter a unidade do grupo, orientar as autocategorizações e interações de seus membros (WAGNER, 1998). O segundo é a *relevância*, tal qual as representações referem-se a objetos sociais relevantes para os atores em questão. O terceiro critério diz respeito ao objeto das representações sociais envolvido em *práticas*, especialmente de comunicação. O critério da prática demonstra que uma representação existe se é acompanhada, de forma correspondente, nas práticas realizadas por uma quantidade razoável de pessoas dentro de uma rotina de um grupo (WAGNER, 1998). O quarto critério denomina-se *holomorfose*: as representações sociais sempre contêm referências à pertença grupal, por serem parte da identidade

social. Esse é um critério que nos ajuda a delinear limites entre processos de pensamento localizados em pontos distintos do continuum individual-social. É, portanto, um critério sobre as diferenças entre representações sociais e individuais. Enquanto o conhecimento individualizado baseia-se em experiências pessoais que não dizem respeito ao grupo, as representações sociais apresentam metainformações sobre ele. Quando se trata de crenças fundadas em representações sociais, as pessoas tendem a projetar suas crenças em outras pessoas que pertençam ao mesmo grupo. Isso não acontece, no entanto, com crenças ligadas a representações individuais. Por último, o quinto critério é a *afiliação*, que permite delimitar uma realidade sociogrupal dentro da qual certa representação existe. É o lado objetivo do critério de holomorfose, pois possibilita sua validação (WAGNER, 1998).

Nem todos os critérios apresentados estão necessariamente em todas as representações, uma vez que há diferenças estruturais e funcionais em representações de diferentes tipos. Para o autor (WAGNER, 1998), o diálogo, o discurso e os significados compartilhados, alastrados pelas macrocondições de fatores sócio-históricos, produzem dinâmicas indissociáveis entre institucionalização, discurso e práticas sociais – fenômenos que explicam a sociogênese das representações sociais como teorias dinâmicas, que se atualizam e se potencializam pela interdependência entre processos psicológicos, coletivos e individuais.

Em vez de nos perguntarmos com que referenciais construímos nosso mundo, deveríamos nos questionar: em que representação nos baseamos? Ainda que consigamos localizar a origem de uma representação social, fatos e discursos possivelmente nutrem-na ou corrompem-na. Segundo Moscovici (2015), as representações penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas a constituem. E podemos dizê-las complexas, uma vez que estão necessariamente inscritas em um sistema preexistente de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo. São as representações que temos do mundo que nos permitem ou não enxergar o que está diante dos nossos olhos, mesmo que sejam óbvias à primeira vista. Pensamos que tudo é por nós observado, até que nos damos conta de que determinada classe de pessoas, devido à idade (os velhos pelos novos ou os novos pelos velhos), raça, religião ou orientação sexual, por exemplo, passam despercebidas, mesmo quando estamos frente a frente. Tais imperceptibilidades da realidade não se devem à falta

de informação, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis. O uso da primeira pessoa do plural, “nós”, e da terceira pessoa do singular, “eles”, pode expressar esse contraste, segundo o qual “nós” ocupa o lugar do grupo de indivíduos com os quais nos relacionamos e “eles” o lugar de um grupo diferente, ao qual nós não pertencemos. O intervalo entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social, no qual nos sentimos incluídos do lugar que entendemos como impessoal. “Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de “nós” e “eles”; de opor “nós” a “eles”; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro” (MOSCOVICI, 2015, p. 50).

A manifestação do estereótipo como uma representação social, segundo Baptista (1996), significa compreender a teoria científica da psicologia social a partir de dois âmbitos: como constante processo dinâmico na complexidade de uma estrutura e no alcance de sua influência. Conforme essa teoria, as representações sociais explicam a formação dos estereótipos como atitudes rígidas com forte carga afetiva tendendo a refletir posições relativas em sistemas generalizados de estratificação, porque são igualmente balizados por ancoragem e objetivação. Vale lembrar que “a representação social é mais do que o estereótipo, mas este constitui uma parte importante da representação social” (TAJFEL, 1980, p. 22). Tal como as representações sociais, os estereótipos têm como função formar e orientar tanto a comunicação como os comportamentos. As representações sociais, quando surgem sob a forma de estereótipos sociais, são “teorias sociais práticas”, (VALA, 1993) ou “um saber prático” (JODELET, 1998), que organizam as relações simbólicas entre os atores sociais. Trata-se, no entanto, de dois conceitos diferentes, pois se os estereótipos sociais podem ser vistos como formas de representação social, nem todas as representações sociais são estereótipos (TAJFEL, 1980).

De acordo com Baptista (1996), estereótipos são percepções socialmente partilhadas de sujeitos pertencentes a grupos diferentes, que adquirem rigidez e alto grau de generalização. Também apresentam uma relevante característica afetiva e podem ser encontrados com frequência na base de atitudes de discriminação social. Representações sociais, por sua vez, podem incluir todos estes elementos (inclusivamente a estereotipia social), mas, no caso de não incluírem claras

categorizações de grupos sociais, podem não remeter a qualquer tipo de estereotipia social, não implicando, por isso, fenômenos de discriminação social.

Do ponto de vista da organização do real o estereótipo social é uma forma de categorização da realidade que possui uma forte coloração avaliativa e afectiva (sic), frequentemente negativa, mas que também pode surgir com conteúdo positivo. [...] os estereótipos têm como função reduzir a incerteza e organizar a realidade envolvente, tornando-se eles mesmos elementos “reais” constituintes desse mesmo meio, enquanto tendentes a produzir efeitos sociais auto fundamentadores e reforçantes. (BAPTISTA, 1996, p. 13)

No entanto, para compreender o estereótipo enquanto modalidade de representação social, é necessário ultrapassar as metarrepresentações sobre o conceito de homem e focar o conteúdo específico do objeto concreto do estereótipo, diante do qual se procura produzir explicações causais.

Somente na articulação das metarrepresentações da ideia de homem e representação específica do sujeito pertencente ao grupo estereotipado é possível compreendermos a eficácia prática da estereotipia fundada em formas de explicação e argumentação do senso comum. (VALA, 1993, p. 54)

As representações, logo, devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar algo que já sabemos, ocupando uma posição entre nossos conceitos. Sua finalidade primeira é dar sentido ao mundo que vivenciamos, criando de forma significativa certa ordem em nossas percepções. Assim como uma folha de papel, elas têm duas faces interdependentes – a face simbólica e a icônica. Ou seja, as representações sociais seriam a imagem e sua significação ou, em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem. Como os estudos da teoria buscam articular representações com atitudes, atribuição de causalidade, estereótipos, relações intergrupais, dentre outros, abrem-se novos rumos à pesquisa ou à intersecção com outras teorias e abordagens. Uma vez que refletimos sobre parte da contextura psicológica das representações sociais e seu estabelecimento social e cultural, cabe-nos avançar sobre como construímos socialmente a realidade, dando espaço às interfaces com o *habitus* socialmente estabelecido.

2. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A função social das narrativas

2.2 Narrativas como produto da interação social

2.3 O uso das representações sociais na construção da realidade

2.4 O conhecimento e o habitus socialmente estabelecidos

O que é real para um indivíduo pode não o ser para alguém com outra vivência social. Um homem do campo não enxerga a realidade da mesma forma que uma pessoa que habita um ambiente urbano. A questão não está apenas no ambiente físico habitado, já que, mesmo morando em locais próximos da mesma cidade, duas pessoas podem apresentar conhecimento diferentes. Aglomerações específicas de uma realidade do conhecimento referem-se a contextos sociais específicos e estas relações precisam ser levadas em conta. Para Berger e Luckmann (2013) a sociedade é resultado da construção social da realidade, isto é, o modo cotidiano pelo qual definimos a sociedade, percebemos as ações humanas e interagimos com as pessoas constrói o mundo social. É como se a percepção dos sentidos em si fosse moldada pelos sentidos subjetivos atribuídos a uma experiência objetivamente vivida.

Para analisar tal fenômeno, os autores utilizam a sociologia do conhecimento, a partir das diferenças observáveis entre as sociedades em termos do que é admitido como conhecimento. Isto é, não somente o conhecimento empírico do cotidiano, mas também os processos pelos quais qualquer conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade.

A sociologia do conhecimento é a área que se ocupa com o que os homens conhecem como realidade em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o conhecimento do senso comum é foco central da sociologia do conhecimento, enquanto constituinte do tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade existiria. Segundo a sociologia do conhecimento, cada um de nós tem um estoque social do conhecimento que representa o nosso mundo cotidiano. Os autores (BERGER; LUCKMANN, 2013) comentam, por exemplo, que uma pessoa com baixa renda não espera viver em um bairro caro e este conhecimento é partilhado tanto por pessoas de baixa renda quanto por quem tem alta renda. Ou seja, a participação no acervo social do conhecimento permite a localização dos indivíduos na sociedade conforme suas próprias representações. Isso, no entanto, não é possível para quem

não participa deste conhecimento, como um estrangeiro, que pode ter outros parâmetros do que consideramos no Brasil uma pessoa com baixa renda.

Esse processo cotidiano de trocas intersubjetivas que ajudam a construir o conhecimento é uma das premissas das representações sociais e vem ao encontro do que menciona Moscovici (1978) quando diz que elas circulam, cruzam-se e se cristalizam continuamente pela fala, pelo gesto, em um encontro em nosso universo cotidiano. Por isso, boa parte das relações sociais e comunicações que estabelecemos, além dos objetos que consumimos, por exemplo, estão delas impregnadas. “As Representações Sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração da realidade e, por outro, à prática que produz a dita substância” (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

É como se o nosso conhecimento da vida cotidiana se estruturasse a partir do que entendemos como conveniente a nós. “Não tem importância para mim se as ações de uma companhia estiverem caindo se não tenho tais ações ou se os católicos estão modernizando sua doutrina se sou ateu; ou, que é possível voar sem escalas até a África se não desejo ir para lá” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 65). Ainda assim, nossas estruturas de conveniências cruzam com as estruturas de conveniências dos outros em muitos pontos, fazendo com que nosso conhecimento da vida cotidiana esteja, de alguma forma, conectado ao conhecimento das estruturas de outros.

Para fundamentar seu argumento, Berger e Luckmann (2013) defendem que somente uma pequena parte das experiências humanas é retida na consciência e assim sedimentada, consolidando-se nas nossas lembranças como reconhecíveis e capazes de serem lembradas. Se essa sedimentação não ocorresse, possivelmente não daríamos sentido à nossa biografia.

A sedimentação intersubjetiva também ocorre quando vários indivíduos participam de uma biografia comum, cujas experiências se incorporam em um acervo comum de conhecimento. A sedimentação intersubjetiva só pode ser verdadeiramente chamada social quando se objetivou em um sistema de sinais desta ou daquela espécie, isto é, quando surge a possibilidade de repetir-se a objetivação das experiências compartilhadas. Só então provavelmente estas experiências serão transmitidas de uma geração a seguinte e de uma coletividade a outra. (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 93)

Os autores chamam de internalização os parâmetros dos objetos socialmente aceitos por nós. Entendem que a sociedade, formada por hábitos e instituições, cria a consciência e molda a nossa percepção de realidade. À maneira como revelamos a ordem das impressões que temos da realidade os autores chamaram de externalização e acreditam que a praticamos ao darmos forma aos nossos pensamentos e linguagem. Como produtos sociais, cumprimos a dialética social na sua totalidade quando transmitimos o mundo social à nova geração (BERGER; LUCKMANN, 2013).

Mas, aprender um papel não é simplesmente adquirir as rotinas necessárias para desempenhá-lo exteriormente. Segundo Berger e Luckmann (2013, p. 103) “é preciso que seja também iniciado nas várias camadas cognoscitivas, e mesmo afetivas, do corpo de conhecimento que é diretamente e indiretamente adequado a este papel”. Costumamos apreender a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus acontecimentos, em geral, estão previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que temos deles.

Até então, tanto sob o ponto de vista de Moscovici (2015) quanto de Berger e Luckmann (2013), contemplamos a realidade da vida cotidiana constituída por uma ordem de objetos designados como tais antes de entrarmos em cena. Há igualmente uma proposta que se ocupa das representações sociais por meio da valorização da fala como expressão das condições de existência. Trata-se da leitura do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002).

Um dos seus objetivos foi identificar as estruturas mais profundas dos diversos mundos sociais que formavam o universo social, bem como os mecanismos que facilitavam sua reprodução, já que, para ele, o fato de um indivíduo agir em dada situação de acordo com o que é mais previsível para alguém de sua posição social não é suficiente para que se conclua que esse indivíduo seguiu regras explícitas de comportamento e nem mesmo que tenha plena consciência dos modos regulares de ação.

Ao buscar se afastar das abordagens que reduzem nossa ação a uma simples execução de regras sociais, sem explicar adequadamente como e por que os atores participam do processo de produção e reprodução das regularidades de seu contexto social, Bourdieu (1981) acredita que a estruturação das práticas sociais não é um processo que se faça mecanicamente, de fora para dentro, conforme as condições

objetivas presentes num determinado espaço ou situação social. Também não seria um processo conduzido de forma autônoma e consciente por nós. Ele (BOURDIEU, 1981) considera que as práticas sociais seriam estruturadas, e tudo aquilo que nos leva a perceber e vivenciar a realidade (nossos gostos, preferências, desejos, por exemplo) e a construir o que chamamos por conhecimento estaria previamente estruturado, a partir de propriedades típicas da posição social que temos.

Apesar de não ter se referido explicitamente à teoria das representações sociais, Bourdieu (2001) tratou da maneira pela qual grupos distintos em situações de conflito social representaram a si mesmos, aos outros e a suas práticas culturais. Para Bourdieu, as representações são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, não se tratando de discursos neutros, já que determinam visões de mundo, implicando condutas e escolhas. “A representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. (BOURDIEU; PASSERON, 2007, p. 447).

Segundo o sociólogo (BOURDIEU, 1981), cada indivíduo, em função de sua posição no espaço social, vivenciaria experiências que estruturariam internamente sua subjetividade, constituindo uma espécie de matriz de percepções e apreciações que orientaria suas ações em todas as situações posteriores. Essa matriz, à qual o sociólogo chamará *habitus*, seria fruto da incorporação no interior do próprio sujeito da estrutura e da posição social de origem. Em outras palavras, constituiria um “princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas” (BOURDIEU, 2001, p. 65) e não apenas um conjunto de regras de comportamento seguidas pelo indivíduo.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2001, p. 87)

O *habitus* de um indivíduo, conforme Bourdieu (2001), leva-o a agir não como um indivíduo qualquer, mas como membro típico de um grupo ou classe social que

ocupa uma posição determinada na estrutura social. Ao agir dessa forma, o sujeito, mesmo sem se dar conta, colabora para reproduzir as propriedades de seu grupo social de origem e a própria estrutura das posições sociais na qual ele foi formado. Portanto, é como se agíssemos como membros de uma classe, mesmo quando não temos clara consciência disso; exercemos o poder e a dominação econômica, incluindo a simbólica, mesmo que de forma não intencional.

As marcas da sua posição social, os símbolos que a distinguem e que a situam na hierarquia das posições sociais, as estratégias de ação e de reprodução que eles são típicas, as crenças, os gostos, as preferências que as caracterizam e resumo, as propriedades correspondentes a uma posição social específica, são incorporadas pelos sujeitos, tornando-se parte da sua própria natureza. A ação de cada sujeito tenderia, assim, a refletir e a atualizar as marcas da sua posição social e as distinções estruturais que as definem, não, em primeiro lugar, por uma estratégia deliberada de distinção e/ou de dominação, mas, principalmente, porque essas marcas se tornaram parte constitutiva de sua corporeidade e de sua subjetividade. Os sujeitos não precisariam ter uma visão de conjunto da estrutura social e de um conhecimento pleno das consequências objetivas de suas ações, particularmente, no sentido da perpetuação das relações de dominação, para deliberadamente decidirem ou não agir de acordo com a sua posição social. Eles simplesmente agiriam de acordo com o que aprenderam ao longo de sua socialização no interior de uma posição social específica e, dessa forma, nos termos de Bourdieu, confeririam às suas ações no sentido objetivo que ultrapassa o sentido subjetivo diretamente percebido e intencionado. (NOGUEIRA, 2017, p. 25)

O *habitus* é apropriado por cada grupo social como fruto de um processo histórico de adequação às possibilidades e necessidades de sua existência. Pelo acúmulo histórico da experiência de êxitos e fracassos, grupos sociais construíram um conhecimento prático sobre o que é possível ou não ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social que vivenciam. Na perspectiva de Bourdieu (2001), ao longo do tempo, as melhores estratégias foram adotadas pelos grupos e incorporadas pelos agentes como parte de seu *habitus*.

O sociólogo evidencia que o *habitus* é muito mais um fato inconsciente de classe, pois opera em um nível pré-reflexivo, aquém da representação explícita (BERTONCELO; SALLUM JR., 2017) e consiste de disposições duráveis e transponíveis. Duráveis, mas não estáticas ou eternas, porque o *habitus* seria o modo como a sociedade se deposita nas pessoas, carregando as marcas do passado, principalmente das primeiras experiências familiares de uma dada condição de classe.

E transponíveis porque as formas de pensar e agir são capacidades determinadas que, de certa forma, guiam as práticas pelas quais os agentes se manifestam nos campos econômico, político e cultural em que se organiza a vida social. Isso explica a semelhança que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo, como a música, a alimentação, a mobília e as escolhas políticas e matrimoniais entre indivíduos da mesma classe, o que reforça os estilos distintos de vida. Falamos de uma “inércia incorporada” (WACQUANT, 2017, p. 215), na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que as geraram.

No entanto, mesmo com várias pré-disposições estruturais, o *habitus* não pode ser entendido como uma réplica coerente e unificada de uma única estrutura social, já que, além de revelar um conjunto dinâmico de disposições sobrepostas, também pode sofrer influência de diversos ambientes na vida de uma pessoa. O *habitus*, para Bourdieu, pode mostrar graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade das situações sociais ao longo do tempo: “universos irregulares tendem a produzir sistemas de disposições divididos entre si, que geram linhas de ação irregulares e, por vezes, incoerentes” (WACQUANT, 2017, p. 215). Por isso mesmo é que não podemos universalizar o modo de relação circular da reprodução, que é funcional somente no caso em que as condições de produção do *habitus* são idênticas.

Logo, o modelo teórico de realidade proposto pelo sociólogo está na sobreposição do espaço social e dos estilos de vida, no qual o *habitus* é o elemento que intermedeia a relação entre todos. O espaço social é, ao mesmo tempo, uma estrutura de relações objetivas que determina a percepção, classificação e ação dos agentes, bem como um conjunto de lugares nos quais os agentes lutam pela apropriação de bens econômicos e culturais.

Vale expor que o agente, para Bourdieu (NOGUEIRA, 2017), destaca a dimensão concreta e prática da ação, isto é, o modo como os indivíduos efetivamente agem nas situações, o que é muito diferente da obediência estrita a um conjunto de regras. Em outras palavras, agentes estão inseridos em uma posição determinada do espaço social e são detentores de um conjunto específico de disposições incorporadas, o que os leva a agir nas situações sociais como o fazem. Os agentes, assim, comportam-se de acordo com o *habitus* herdado de seu grupo social e de origem, mas não são capazes de escolher suas ações de forma conscientemente

calculada, considerando racionalmente os custos e benefícios de cada possibilidade de ação. Cada agente ocupa um espaço social que não se define apenas pela dimensão econômica (mesmo sendo um importante capital a ser considerado), mas pela maneira como se distribuem as diferentes formas de poder de uma sociedade e sua relação com seu capital cultural (posse da cultura dominante, nas suas formas incorporada, objetivada e institucionalizada, como os títulos escolares, por exemplo); capital social (conjunto de relações socialmente úteis); e capital simbólico (prestígio, como no caso de um sobrenome típico das elites). “A posição de um agente no espaço social dessa sociedade define-se basicamente em função do volume total desses capitais e pelo peso relativo de cada um deles no interior do seu patrimônio”. (NOGUEIRA, 2017, p. 25).

Em que aspecto os estudos de Bourdieu e Moscovici são congruentes ou complementares? Entendemos que, enquanto Bourdieu nos provoca a observar a realidade, definida pelos espaços sociais e atuação quase imperativa dos agentes, Moscovici, a partir das representações sociais, evidencia o aspecto representativo dos relacionamentos e dos espaços em que habitamos. Ou seja, enquanto as representações sociais mostram-nos uma visão mais uniforme do espaço, dando especial atenção aos processos e dinâmicas de interação social, Bourdieu foca na configuração e complexidade dos espaços sociais e seus elementos.

Para as representações sociais estamos incorporados em nossa fala e todos os nossos discursos, crenças e representações originam-se de muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas. Seria não apenas uma questão de palavras, mas também de imagens mentais, crenças ou pré-concepções.

Devemos levar em consideração que os processos de tematização objetivam a estabilização dos sentidos na forma de relações características do tema, induzindo imagens de situações ou maneiras de ser das coisas e do mundo. São processos que associam constantemente nosso conhecimento comum com nosso conhecimento discursivo e o construto de nossas maneiras de ancoragem cognitiva e cultural. Por conseguinte, nossas representações, nossas crenças, nossos preconceitos são sustentados por uma representação social específica. Isso se dá através do estabelecimento de relações internas ao discurso, consequentemente relações linguísticas, mas agindo necessariamente através do jogo de referências entre, por um lado, aquelas que estão orientadas para uma nova leitura semântica das coisas (aquelas que são tematizadas, ou não, e aquelas que são faladas) e, por outro lado, através da escolha feita a cada vez de uma

origem particular dada a essas rotas de se dizer e se significar. (MOSCOVICI, 2015, p. 228)

Ou seja, por mais que nossa linguagem habitual se fundamente sobre o valor polissêmico de palavras e haja correspondência entre a representação mental dos acontecimentos e o sentido de frases empregadas para expressá-los, elas (palavras) nem sempre são a tradução exata das ideias, do mesmo modo que os discursos não são as reflexões imediatas das posições sociais. A linguagem tipifica as experiências permitindo-nos agrupá-las em amplas categorias, preservando seu sentido para nossos semelhantes. Ela “objetiva as experiências partilhadas e as torna acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, passando a ser, assim, a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 93). Mas, ainda que flexivelmente expansiva, força-nos a entrar em seus padrões, uma vez que levamos em consideração os padrões dominantes da fala correta em diversas ocasiões, renunciando, em certa medida, a nossa linguagem privada.

Isso quer dizer que a linguagem, como imagem mental, intervém nos processos de pensamento social construindo campos semânticos e espaços de significação linguisticamente circunscritos, em que o vocabulário, a gramática e a sintaxe estão conectados. A compreensão da linguagem é, por isso, essencial para nossa compreensão da realidade da vida cotidiana, uma vez que constrói esquemas de classificação para diferenciar os objetos em gênero ou em número; formas para realizar enunciados da ação por oposição a enunciados do ser; e modos de indicar graus de intimidade social (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 60). Tomemos por exemplo algumas línguas que, a partir do uso de pronomes, diferenciam a linguagem formal da linguagem pessoal, marcando, pelo campo semântico, as zonas de intimidade.

Quando dizemos que um grupo de pessoas partilha de uma mesma representação, presumivelmente os elementos de tal representação foram construídos por meio da comunicação e estão relacionados entre si por ela. Ainda assim, diferentes tipos de conhecimento e representações podem coexistir – não eliminam antigos tipos de conhecimento e representações, mesmo se velhos e novos tipos se contradizem. É importante examinarmos os discursos emitidos por grupos representativos de movimentos de opinião ou posições sociais a fim de trazermos à luz, linguisticamente, o que se mostra ou não negociável, o que funciona como crença

estável ou está em processo de desenvolvimento social, visto que uma representação social não é estado remansado e sereno, mas uma batalha ideológica de ideias e narrativas que a construíram.

Neste sentido, há uma aproximação com o pensamento de Bourdieu (2001) ao afirmar que as noções de interesse e de interação, que condicionam espaços de comunicação e dão força às representações, funcionam como um mercado linguístico que possibilita efetivar o grau de pertencimento dos sujeitos envolvidos. Ou seja, o sujeito que fala carrega consigo seu *habitus* linguístico e isso demonstra também relações de poder simbólico nas quais se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Tanto sob a perspectiva de Moscovici quanto sob a de Bourdieu, é evidente a concepção de quanto fazemos parte de um sistema de espaços sociais, com organizações pré-estabelecidas, cada uma com suas regras e regulamentos, com comportamentos adequados ou condicionados para cada circunstância e uma fórmula linguística para cada confrontação. O conhecimento socialmente estabelecido como realidade pode ser obtido por diversos modelos teóricos que se explicam pelas construções sociais atravessadas por memórias, afetos, imaginários e estilos cognitivos, que se revelam a partir de processos que, sendo sociais, são igualmente psicológicos, como aqueles que permeiam a produção das representações sociais e do *habitus* (como sistema de disposições incorporadas). Estruturas, instituições, grupos, práticas, papéis e experiências cotidianas se misturam em uma realidade que une todos os elementos – o social é uma construção e, por mais que acreditamos enxergá-lo, a imagem que dele temos é parcial e subjetiva.

Narrativas constroem socialmente a realidade e representam o que entendemos dela, mesmo que os signos que compõem nossa linguagem reflitam apenas a unidade social que vivenciamos e o *habitus*, do qual estamos inundados. As narrativas, portanto, não são apenas o modo de expressão de uma realidade, mas o modo de percepção dela. A fim de compreendermos a relação dos territórios e espaços da cidade em relação à maneira como são narrados e percebidos, debruçamo-nos no capítulo a seguir sobre o processo de urbanização em São Paulo e suas segregações.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

A força da alienação vem da fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

MILTON SANTOS (1993)

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

A noção de território, não apenas pela geografia, mas também pela ciência política, pelo direito e pela narratologia, até o início do século XX, foi vinculada principalmente à porção de terra e pertencia essencialmente ao Estado, unidade política de poder do espaço. A partir da década de 1970⁹ surgiram novas concepções de território e territorialidade, dando lugar à discussão sobre os reajustes de organização socioespacial dos grupos sociais, sua apropriação do território, seu uso e ocupação e as relações de poder que justificaram suas delimitações em momentos históricos específicos.

Espaço e território, no entanto, não são termos equivalentes, segundo a abordagem do geógrafo suíço Raffestin (1993). Para ele, é essencial compreendermos que o espaço é anterior ao território. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O território, nessa perspectiva, é um local onde se projetou um trabalho, onde uma narrativa organizada dá sentido e significado àquilo que era um espaço e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Para Raffestin (1993), territorializar significa manifestar poder em uma área específica. Por isso, a construção do território coloca em evidência as relações marcadas pelo poder. Assim,

⁹ Especificamente no Brasil, a mudança de perspectiva sobre território é impulsionada pelo IBGE a partir de 1967, quando, do ponto de vista da formatação das políticas de planejamento, começa a trabalhar na confecção do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico, que previa uma nova regionalização do território. Entre as mudanças, ocorreu a definição do Brasil nas cinco grandes regiões como as conhecemos: regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

é o poder exercido por pessoas ou grupos que define o conceito de território, conforme o autor.

Milton Santos, notável geógrafo brasileiro, assim como Raffestin, entende que espaço e território são conceitos diferentes. Mas, se para Raffestin o espaço é anterior ao território, para Santos o território antecede o espaço. “A utilização do território pelo povo cria o espaço” (1978, p. 189). O território seria o lugar determinado, construído ou desconstruído por relações de poder entre vários atores que, a partir de suas ações, o territorializam. E, apesar de constituído de relações de poder, principalmente do Estado, carrega uma faceta complexa que envolve diversos atores e as muitas relações sociais que tecem sua existência. Para o autor, a base territorial influencia as configurações e reconfigurações mundiais, de maneira que a formação do território lhe é externa. “O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos” (SANTOS, 1978, p. 9). A organização da história em períodos define como será organizado o território e, por conseguinte, suas configurações econômicas, políticas e sociais. O território, então, é compreendido como o espaço de uma nação, resultante da ação do homem e de seu trabalho, permeado pelas relações sociais e por diferentes formas de ocupação e produção.

O espaço, por sua vez, seria o conjunto de formas representativas de relações sociais, um campo de forças cuja formação é desigual - “por suas características e funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 1978, p. 171). O conceito de espaço não é apenas um reflexo social, mas um fator social, uma instância da sociedade que ao ser organizada pelo homem funciona como as demais estruturas sociais – uma estrutura subordinada e subordinante.

Apesar de ser resultado e condição de processos sociais, o espaço tem autonomia para evidenciar suas leis e condições, já que se configura a partir da interação de diferentes variáveis. Como espaço humano, é lugar onde a vida se reproduz, onde o homem constrói, à sua maneira, sua morada e seu modo de existir. Em uma de suas últimas obras, Santos (2000) revela que um território deixa transparecer a identidade e o pertencimento, fatos por vezes menosprezados, dando-

se costumeiramente mais atenção às análises territoriais excessivamente técnicas do que ao elemento humano que compõe tal território. Segundo o autor:

O território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. (SANTOS, 2000, p. 80)

Tal concepção de território estreita a relação entre o espaço e a população que o vivencia, rompendo com as visões que predominaram em boa parte do século XX, referentes aos documentos oficiais, à organização político-administrativa, aos manuais e tratados. Falamos de um conceito que trata do espaço da realidade de um indivíduo que, enquanto anônimo e comum, é o ator social que dá vida e constrói sua cotidianidade: espaços rotineiros construídos pelo humano e seus afetos. A organização do território em lugares (a casa, a fábrica, o escritório, a rua, a cozinha, o jardim) e afetos (expressos pelas narrativas dos marcos ocorridos em cada canto), deixa de ser funcional quando expressa a vida acontecida ali, as memórias e os sentimentos de identificação e pertencimento, transformando em espaço e morada, o que era apenas um local.

São nesses espaços cotidianos, onde a vida se faz, que se revelam espontaneamente “o que” e “a quem” enxergamos ou deixamos de enxergar. Essa representatividade do que cada indivíduo entende por real, confeccionada no seu universo significativo, evidencia a nossa construção de realidade nos territórios que ocupamos. Revelamos conhecer, cedo ou tarde, noções representadas e empíricas dos espaços e de suas dimensões territoriais.

“A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade” (ALBAGLI, 2004, p. 39). A geógrafa Sarita Albagli (2004) dissocia as noções de território e territorialidade ao abordar a significação da nossa relação com os espaços. Enquanto o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado pelas múltiplas dimensões das relações de poder, o conceito de territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de

agir em um local geográfico. Individualmente, territorialidade seria o espaço pessoal imediato, entendido em muitos contextos culturais como inviolável. Coletivamente, a territorialidade é um dos meios de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. Territórios, neste sentido, não são apenas dimensões materiais ou concretas, mas também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam podendo assumir diferentes escalas, como a casa, a cidade ou o planeta. Nomear e identificar o território, de acordo com a geógrafa, é uma das primeiras marcas de apropriação e de identidade territorial capazes de transmitir sua existência aos outros.

Se cada território é formado a partir da combinação de condições de forças internas e externas, a territorialidade envolve a construção do futuro. Territorialidade, para além de significar raízes territoriais, denota o resultado de processos de socialização e de interação entre seres humanos, mediadas pela espacialidade, podendo ser transportadas já que são vivas, como no caso de migrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em outros espaços. “A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social” (ALBAGLI, 2004, p. 29).

A territorialidade é uma relação entre indivíduos e o meio, condicionada por normas sociais e valores culturais que podem variar entre as sociedades de um período para outro. E por ser elemento de coesão social, dá espaço para o desenvolvimento tanto da sociabilidade e solidariedade como de hostilidades, ódios e exclusões. Ainda conforme Albagli (2004), a noção de territorialidade foi incorporada pelas ciências humanas e sociais – como a antropologia, a psicologia, a sociologia e a própria geografia – a partir da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados igualmente em sua dimensão espacial. No entanto, não seriam determinados por ela, como se pensava no século XX. Se antes se acreditava que as diferenças do ambiente físico condicionavam a diversidade cultural (determinismo geográfico) e as diferenças genéticas definiam as diferenças culturais (determinismo biológico), hoje compreendemos as diferenças culturais a partir da história cultural de cada grupo humano e da maneira como interagem com a vida. Cada cultura – incluindo conhecimentos, capacidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – é construída no tempo (história) e no espaço (território). Por isso, passa a estar

associada ao que não lhe é inerente, comportamentos socialmente aprendidos que independem de uma doação genética e sobre os quais a influência do ambiente físico é limitada. E como a dimensão simbólica do território confunde-se com sua dimensão cultural, é comum existir uma grande diversidade cultural em um mesmo ambiente físico (ALBAGLI, 2004). A territorialidade seria, neste sentido, um movimento ritual, porque marca repetitivamente tempos e espaços e transmissão de conhecimento mediante a ocupação do local pelo homem. Se o ritual como narrativa se apresenta em texto, em corpos, em performance de atores, em vozes (palavras, murmúrios e cantos), em imagens ou canto (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2018), apresenta-se também nos espaços, demarcados por elementos simbólicos e experiências comuns a ele. A territorialidade é narrativa ritual, transmitida por meio da interação social.

Territorialidades narradas a partir de imagens, símbolos e mitos de quem as habita materializam-se no espaço, transformam-se em símbolos geográficos, referências e modelos comuns aos indivíduos que os cristalizam em uma identidade territorial.

As representações, tanto individuais como sociais, não só contribuem para forjar o território, como também constituem um patrimônio ideológico que atua no sentido da sua conservação, estabelecendo-se uma complexa relação território/identidade/mito/legitimação política. (ALBAGLI, 2004, p. 41)

Da mesma forma, a dinâmica territorial, produto da interação entre as dimensões física, política/organizacional, simbólica/cultural e econômica (ALBAGLI, 2004), se estabelece pela relação individual e coletiva com o meio, assim como pela comunicação entre os indivíduos no território. A manifestação das narrativas sobre o que conhecem, o que percebem, o que sentem e como vivenciam o território fundamenta a construção da cultura e da própria territorialidade como atributo social. É na formação da identidade coletiva vinculada a um território que se definem as relações com os outros e a maneira como vamos entendê-los – se amigos ou rivais. Ao mesmo tempo em que a dinâmica socioespacial ocorre na relação território e territorialidade, as relações sociais são moldadas na vivência com seu meio de referência, mostrando facetas específicas em cada território, ainda que próximos. As diferenças e desigualdades territoriais, além do mais, apresentam-se tanto em suas características físicas e sociais como na forma em que se inserem em estruturas mais

amplas – o bairro onde estes territórios se formam, o núcleo urbano ou não urbano que os configura, a proximidade com áreas periféricas ou centrais, as lógicas produtivas que os cercam.

Partindo de uma fusão entre as abordagens de Santos (2000) e Albagli (2004), que compreendem o território como um espaço apropriado por um indivíduo, definido e delimitado pelas dimensões de poder e apto à territorialidade quando imprime suas próprias marcas e seu modo de agir, discutiremos, a seguir, o processo de urbanização das cidades e sua consequente segregação. Nossa proposta é analisar a relação entre a distribuição dos indivíduos pelos territórios, sua significação como espaços e as representações e narrativas sobre tais ambientes físicos.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

Em geral, quando pensamos em urbanização referimo-nos às cidades. No entanto, há cidades e cidades. Normalmente associamos o urbanismo ao pensamento citadista – grandes metrópoles impulsionadas pelo movimento capitalista industrial. O tecido urbano seria a forma socioespacial resultante do encontro da indústria com a cidade. A indústria subordina-a à lógica produtiva, destruindo-a como obra coletiva e transformando-a também em produto (LEFEBVRE, 1999). De acordo com o sociólogo francês Henri Lefebvre (1991), a cidade sofreu um processo complexo de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço com o crescimento das forças produtivas, principalmente durante a Revolução Industrial. Para ele, os núcleos urbanos sofreram suburbanização e/ou periferização, em contraste com a antiga centralidade, em decorrência da exacerbada concentração de capitais, pessoas e bens, iniciada entre os séculos XIII e XIV, e levada a cabo pela industrialização do século XVIII. As grandes aglomerações e mercadorias, ao assumirem a condição de função urbana e peça-chave do circuito produtivo, submeteram a cidade à lógica do lucro.

Nesse sentido, ela transformou-se em um produto para o consumo, deixando de ser um ambiente de arte humana. O valor de troca e da mercantilização passava a ser maior do que o uso livre e de fruição das coisas. Assim, segundo Lefebvre (1991), instalaram-se no urbano a dominação do capital (estruturada, organizada e repleta de serviços e possibilidades) em contrapartida aos locais degradados de submissão ao capital (ambientes de exploração do trabalho, da ausência do saneamento básico, da violência e do abandono). Em outras palavras, as cidades modernas criaram a demarcação dos espaços diferenciados entre a riqueza e a pobreza, onde a lógica de instalação da pobreza nada mais é do que a lógica da submissão e inclusão marginal.

Entretanto, há uma urbanização que se estende e que é cada vez mais reconhecida no contexto mundial. Trata-se do que o urbanista Roberto Monte-Mór (2006) chama de urbanização extensiva, hoje investigada em várias partes do mundo. Esse conceito, inspirado em Lefebvre (1999), explica a extensão das cidades sobre seu entorno a partir do tecido urbano, que leva as condições gerais de produção urbano-industriais a todo o território a partir da explosão da industrialização.

O valor de troca se impõe sobre o valor de uso, mercantilizando o solo e os próprios meios de vida. A cidade, agora industrial, implode sobre si mesma, recriando a cidadela como centralidade, onde se concentram a riqueza coletiva, o poder e a festa, enquanto as suas bordas explodem sobre o entorno, estendendo-se sob a forma de tecido urbano (MONTE-MÓR, 2018, p. 232)

A urbanização extensiva seria um dos fatores responsáveis pela criação de novas escalas de urbanização, a partir de regiões metropolitanas, resultando em um espalhamento de núcleos urbanos. Outro fator que explica o processo de reestruturação urbana dos últimos trinta anos, identificado pelos trabalhos contemporâneos de Neil Brenner¹⁰ e Christian Schmid (2011), é a rearticulação de territórios urbanos com subúrbios e com o que se entende por interior¹¹ (locais afastados do centro) por meio do consumo (shopping centers e sedes de empresas), de instituições (centros de pesquisa e ensino e sedes de órgãos públicos) e da cultura (teatros, cinemas e casas de shows). Para os estudiosos, a cidade se tornou uma ferramenta analítica obsoleta, de modo que não se pode mais diferenciar por meio das categorias convencionais as grandes aglomerações urbanas e as zonas menos densas. Críticos do citadismo, Brenner e Schmid (2015) entendem necessária uma nova epistemologia do urbano. Uma das questões centrais dos autores é discutir uma teoria urbana sem um lado de fora. Exemplo dessa argumentação é a questão sobre o suburbano ser também urbano. Como diferenciá-lo depois do processo de descentralização econômica? Como se explica um não urbano?

Brenner e Schmid têm colocado em pauta a urbanização planetária como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos. Os estudos em urbanização

¹⁰ O autor coordena o projeto Urban Theory Lab, que busca pôr à prova o termo urbanização planetária por meio da investigação da extensão do tecido urbano ao que ele chama de territórios extremos, como Sibéria, Ártico, Himalaia, África Subsaariana, Amazônia, Oceano Pacífico e Deserto de Gobi.

¹¹ Os autores denominam de *hinterlands* o que chamamos de interior.

dos autores “demarcam parâmetros epistemológicos relativamente amplos, dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica possa ser alcançada” (2015, p. 163). Para eles, o urbano é um processo, não uma forma universal, tipo de assentamento ou unidade delimitada. As configurações urbanas devem ser compreendidas como “campos de força de reestruturação socioespacial”, capazes de envolver tanto as configurações preexistentes quanto as rodadas de reestruturação (passadas e futuras) por intermédio das quais o espaço é produzido. Se nem mesmo os limites da cidade podem ser claramente desenhados, o urbano também não pode ser compreendido como uma unidade delimitada (BRENNER, 2014).

Uma vez que o urbano se desdobra a partir de trajetórias e padrões de desenvolvimento espaciais desiguais, as abordagens sobre urbanização deveriam ter diferenciações capazes de discuti-las para além das conceituações rígidas classicistas. Mesmo que a urbanização planetária anuncie revoluções na maneira de compreendermos as cidades em relação à realidade urbano-industrial, a distribuição geográfica pelo mundo revela, em boa parte, os resultados da colonização do tecido urbano pelas lógicas de produção econômica. Neste sentido, mais do que a disposição demográfica de indivíduos pelos territórios, precisamos compreender os processos de socialização e interação entre eles e como se entendem enquanto indivíduos a partir da apropriação dos espaços que chamam de morada.

O relatório publicado pela ONU, em 2018, “Perspectivas da Urbanização Mundial” (ONU, 2018), afirma que 54% da população mundial¹² vive em áreas urbanas. Uma quantidade bastante diferente se pensarmos que apenas cinquenta anos atrás, por volta de 1960, somente 34% da população mundial ocupava áreas urbanas. O relatório aponta que até 2050 a proporção de pessoas vivendo em áreas urbanizadas aumentará para 66%, com boa parte deste crescimento centrado na Ásia e África. Para compreendermos a proporcionalidade deste crescimento, retomemos o mesmo relatório da ONU (2018), de 1990, quando havia dez megacidades¹³, abrigando 153 milhões de pessoas, cerca de 7% da população urbana global. Em 2014, o número de megacidades no mundo havia aumentado para 28, lar de 453 milhões de pessoas ou aproximadamente 10% da população mundial. Em 2020, das

¹² A população mundial foi estimada em 7,7 bilhões de pessoas em 2018.

¹³ Megacidade é a expressão dada a uma cidade que sedia uma aglomeração urbana com mais de 10 milhões de habitantes.

33 megacidades do mundo, 26 estão localizadas em países emergentes, o que nos leva a enfrentar problemas relacionados à habitação, transporte, energia e emprego, formação profissional, segurança, abastecimento de alimentos, acesso à água potável, organização econômica, maternidade segura, direitos humanos, assim como serviços básicos de educação e saúde. As projeções para 2030 continuam alarmantes – espera-se que haja 41 megacidades, sendo a China, Índia, Estados Unidos, Japão e Brasil os cinco países com o maior número delas.

O cenário nos leva a crer que a urbanização do mundo tem contribuído significativamente com mudanças não apenas nas dimensões física, política/organizacional e econômica, mas também simbólicas, culturais e sociais, afetando diretamente a maneira como entendemos o mundo e o comunicamos. Para além dos territórios, há atributos como o valor comercial de uma mercadoria de acordo com o preço de sua localização e sua disponibilidade de usufruto integral ou não. Gerir áreas urbanas talvez tenha se tornado um dos mais importantes desafios do século XXI.

Na abordagem da arquiteta e urbanista Erminia Maricato (2015), o direito à cidade diz respeito ao aproveitamento de estruturas básicas como a água, o esgoto, a energia elétrica e à “festa da vida urbana” (MARICATO, 2015, p. 13), como os cafés, as praças e os jardins – possibilidades diretamente determinadas pela regionalidade e mobilidade para usufruí-las. As raízes da crise urbana de várias cidades brasileiras não são apenas econômicas, mas podem ser analisadas sob um ponto de vista histórico. Desde o surgimento das metrópoles no país, no século XIX, após a abolição da escravidão (1888), a geografia de segregação social já se materializava, separando em bairros distintos os diversos segmentos da sociedade. Para o historiador Paulo Garcez Marins,

O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a Abolição e com a instauração de princípios democráticos. Surgia então a figura aterradora da massa de cidadãos pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações. (MARINS, 1998, p.133)

No século XX, especificamente em 1940, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1940), o Brasil tinha pouco mais de 41 milhões de habitantes. Destes, 31% viviam nas cidades. Em 2000, o Brasil, já com quase 170 milhões de brasileiros, tinha 82% de sua população habitando locais urbanos. Este exponencial crescimento da população brasileira urbana ocorreu principalmente nas décadas de 1970 e 1980, com o intenso processo de êxodo rural que, apesar de desordenado, melhorou as condições de vida da população vinda do campo, por mais calamitosa que fosse a condição na cidade. O forte processo de metropolização gerou o desenvolvimento de grandes centros metropolitanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Manaus, entre outros, no Brasil.

A identificação e o acompanhamento das expressivas aglomerações de população no país têm sido objeto de estudo do IBGE desde os anos 1960, quando a urbanização se intensificou e assumiu, com os anos, configurações cada vez mais complexas. Entre as mais recentes, a publicação “Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação”, de 2017, mapeou que, no Brasil, 76% da população se concentra em áreas predominantemente urbanas, sendo a região Sudeste a mais expressiva delas, com 93% das pessoas vivendo em áreas urbanizadas. O processo de urbanização das cidades brasileiras, acompanhado da industrialização que parecia representar um caminho de desenvolvimento das metrópoles, evidenciou um problema que aumentaria em proporção ano após ano – o privilégio da habitação em determinadas regiões.

Sociedades desiguais vão dar cidades desiguais [...]. Pertencemos a um país de industrialização tardia com baixos salários e, portanto, a ela corresponde uma urbanização dos baixos salários. O que significa isso? Uma parte da população, principalmente a população trabalhadora, não ganha para comprar uma casa no mercado imobiliário formal capitalista, o salário não é suficiente. Então grande parte da classe trabalhadora brasileira constrói a própria casa nos fins de semana. (MARICATO, 2015, p. 13)

Para a urbanista, as senzalas, habitação dos escravos brasileiros entre os séculos XVI e XIX, continuam a existir, só que adaptadas ao ambiente urbano, revelando-se na infraestrutura da cidade, na arquitetura e na disposição de uma mão de obra barata, fácil e semiescrava disponível como empregado de baixa renda e quase nenhuma escolaridade. Temos, assim, uma legislação urbanística reconhecidamente avançada para a atrasada realidade brasileira e talvez nos

esforcemos mais para esconder a dimensão da desigualdade urbana do que para combatê-la. Se a desigualdade em relação ao usufruto da espacialidade da cidade é concreta e mostra-se nos mapas, “por que é ignorada até mesmo pelas universidades? Há um distanciamento entre o que é a realidade e a representação científica. Vivemos uma representação ideológica, uma ficção” (MELANCOLIA..., 2017).

Da mesma forma, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik deflagra a relação entre as desigualdades urbanas (diferenças econômicas e sociais dos seus habitantes) e a implicação profunda no modo do seu funcionamento:

se tivéssemos que apontar apenas um elemento – comum e o suficientemente forte – para definir cidades brasileiras históricas e regionalmente distintas, este seria sem dúvida a existência (e permanência no tempo) de contrastes profundos entre condições urbanas radicalmente distintas convivendo, muitas vezes conflitando, no interior da mesma cidade. Os morros e o asfalto na zona sul do Rio de Janeiro, o centro e as periferias da metrópole paulistana, o mangue e a orla na cidade beira-mar são traduções territorialmente distintas da desigualdade de oportunidades urbanas que define nossas cidades. (ROLNIK, 1999, p. 100)

Conforme o relatório *Panorama Social da América Latina 2018* (CEPAL, 2018), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)¹⁴, apesar dos avanços em relação à desigualdade de renda e erradicação da pobreza nos últimos quinze anos, a América Latina e o Caribe continuam sendo as regiões mais desiguais do mundo (mais do que a África Subsaariana, que ocupa o segundo lugar). As cidades brasileiras, por sua vez, estão entre as mais desiguais da América Latina. A Bolívia, por exemplo, país com 11 milhões de habitantes, cujo PIB de 2019 (TRADING ECONOMICS, c2020) foi calculado em 40 bilhões de dólares, apesar de mais pobre que o Brasil (7,3 trilhões de dólares em 2019) (IBGE, 2020), é um país menos desigual. O Brasil é um dos piores países do mundo em desigualdade de renda (OXFAM BRASIL, 2017). Mais de 16 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, portanto, em extrema vulnerabilidade.

¹⁴ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre seus membros.

O problema da habitação no Brasil mostra-se realmente grave quando percebemos que o processo brasileiro de urbanização está fortemente associado à pobreza. A cidade, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias e dos cortiços pessoas ainda mais pobres. Quem nos diz isso é Milton Santos (1993) ao entender que a pobreza não apenas resulta do modelo socioeconômico vigente, mas, igualmente, do modelo espacial. A rapidez com que se instala o processo de verticalização nas cidades tem como paralelo um processo de suburbanização. Como o número de pobres se expande mais depressa, há também entre eles pressão pela terra cujo resultado é uma expansão geográfica desordenada para locais distantes e desconectados das centralidades concentradoras de emprego, oportunidades econômicas e culturais. Ou seja, a periferização. Por isso, é um equívoco pensarmos que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social.

O que Milton Santos (1994) chamou de arquipélago urbano evidenciava o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. O termo designava a cidade industrial, peça central da dinâmica capitalista articulada aos centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. São nessas cidades que se concentram as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade, uma vez que nelas são feitos os investimentos em infraestrutura, meios de consumo coletivo e, conseqüentemente, manutenção das condições gerais de produção e crescimento da indústria. A rápida expansão sem planejamento e investimento econômico contínuos leva a fenômenos reconhecíveis, embora menosprezados, como o aparecimento de moradias insalubres e ilícitas, materializando um urbanismo incompleto, quando não de risco.

Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou da condição jurídica da posse daquele território. “As terras onde se desenvolvem estas moradias são, normalmente, aquelas que, pelas características ambientais, são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças” (ROLNIK, 1999, p. 100). As construções raramente são estáveis e dificilmente existe a posse inscrita nos registros de imóveis e cadastrada na prefeitura. O risco é, sobretudo, do morador que se expõe

a viver em um ambiente onde o barraco pode deslizar ou ser inundado pela chuva e o esgoto é adaptado e feito caseiramente pela comunidade. Saúde e vida são costumeiramente ameaçadas pelo dia a dia. Neste caso, o urbanismo é de risco para a cidade inteira pois concentra qualidades num espaço limitado e impede que elas sejam partilhadas por todos.

Os espaços mais bem equipados da cidade sentem-se constantemente ameaçados por cobiças imobiliárias, por congestionamentos, por assaltos. Quando a erosão causada pelos desmatamentos e ocupações das encostas se acumula nas baixadas, rios e córregos, toda a cidade sofre com as enchentes. E quando o excesso de veículos e viagens provoca o colapso da circulação, é toda a cidade que para. Portanto, a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco. (ROLNIK, 1999, p. 101)

A segregação espacial inexistia nas cidades brasileiras no período colonial. As vilas eram locais de convívio comum das diversas classes sociais, senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. “A casa grande e a senzala denotavam a segregação espacial, mas a cidade não” (ROLNIK, 1999). No espaço urbano colonial, a segregação manifestava-se socialmente nas hierarquias e nos comportamentos das relações individuais e públicas. Com a modernidade, no entanto, de acordo com Rolnik, passamos a destacar a segregação espacial conduzida pelas relações socioeconômicas associadas ao trabalho livre, ao mercado de terras, à renda, ao fator localização e ao poder de compra, refletindo-se nas disputas pelo espaço urbano.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece o seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (ROLNIK, 1995, p. 41)

A palavra segregar vem do latim *segregari*, que significa pôr alguém, algo ou a si mesmo a certa distância de pessoas; afastar-se, apartar-se, não permitir sua própria integração ou a de outras pessoas; marginalizar-se (SEGREGAR, 2015). Para a antropóloga Teresa Caldeira (2003), a segregação espacial e social são características importantes das cidades. As regras que organizam o ambiente urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação que revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-

relacionam no ambiente da cidade. Caldeira (2003) entende que ao longo do século XX a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no território urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada, na qual os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana de segregação, a centro-periferia, dominou dos anos 1940 até os anos 1980. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Desde 1980 temos sobrepostas a segregação citada (padrão centro-periferia) e a terceira forma de segregação – diferentes grupos sociais, muitas vezes próximos, estão separados por muros e tecnologias de segurança e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.

O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que Caldeira chama de enclaves fortificados, ou seja, espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. “A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos ambientes atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os marginalizados e os sem-teto” (CALDEIRA, 2003, p. 211). Neste sentido, a segregação contemporânea nas cidades deflagra o quanto os grupos de maior força e poder têm em mãos escolhas e produção para si de infraestrutura necessária do funcionamento do território urbano, que ganham características de usufruto e circulação mais privadas do que públicas.

Tal segregação contribui para criar lugares sem cidadania constituída e assegurada, cenário facilmente reconhecível em São Paulo (e também no Brasil), cujas marcas de exclusão e desigualdade social acentuam-se em áreas periféricas e precarizadas. Tal separação espacial denota mais do que um distanciamento físico: revela territórios onde institucionalizamos a inferioridade e a desclassificação dos seus indivíduos deixando de reconhecê-los como cidadãos. A segregação territorial de classes e grupos sociais expressa uma ordem e um distanciamento que interferem não apenas em dimensões físicas, econômicas e políticas, mas, sobretudo, em aspectos psicossociais, acarretando fragmentações dos processos de construção das narrativas pessoais ou grupais da realidade. Se somos psicossocialmente construídos

pelas relações e práticas sociais nas quais são gerados significados que orientam as ações e experiências cotidianas, quando excluídos, intencionalmente segregados ou com acesso delimitado aos cantos da cidade, nossa interpretação espacial igualmente se fragmenta, restringindo nossa recepção e produção dela.

A segregação espacial tem várias facetas. Manifesta-se em específicos arranjos geográficos, identidades territoriais, representações sociais, cores, sons, grupos sociais, assim como em individualidades, resistências e autonomias. A exclusão territorial, que seria consequência da segregação espacial, no entanto, torna vulneráveis indivíduos, famílias e comunidades, abrindo espaço para a violência e o conflito. “O aumento de dados de violência em regiões urbanas ocorre, em geral, quando há também aumento da pobreza” (ROLNIK, 1999, p. 107). Nesse sentido, violência e exclusão territorial estão diretamente ligadas. Apartar territorialmente indivíduos produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais que estão concentrados em áreas protegidas e específicas nas cidades.

Os territórios segregados constituem-se à parte da presença do Estado ou de qualquer esfera pública e desenvolvem-se sem controle ou assistência. Os serviços públicos, quando existem nesses locais, normalmente são precários e insuficientes em relação a outras regiões. Viver permanentemente sob uma condição de privação de necessidades básicas faz indivíduos sentirem-se como se suas vidas tivessem pouco valor, minorizados pelo território em que habitam.

Chamamos de minorizados pessoas e grupos em situação de desvantagem social, tais como identidades em formação, luta contra privilégios de grupos dominantes ou pessoas em vulnerabilidade. Portanto, isso em nada se relaciona a com pouca quantidade de pessoas, como pode levar a crer a palavra minoria. Ao contrário, a referência diz respeito a quem não tem sua cidadania estabelecida ou igualdade de identificação social, como a população negra, o público LGBTQI+, mulheres, indígenas, deficientes, idosos e, as pessoas de baixa renda. Vemos comumente tais minorias associadas à violência ou vulneráveis ao impulso genocida por todo o globo, conforme aponta o antropólogo Arjun Appadurai (2009), porque elas portam lembranças indesejáveis dos atos de violência que produziram os estados existentes, da convocação militar forçada ou da expulsão violenta à medida que novos estados se formavam. Além disso, elas também lembram “os fracassos de vários

projetos de estado (socialista, desenvolvimentista e capitalista). Elas são as marcas do fracasso e da coação. São um constrangimento para qualquer imagem, patrocinada pelo estado, de pureza nacional e justiça do estado” (APPADURAI, 2009, p. 39).

Produtos de estatísticas, censos e mapas populacionais, criados pelos modernos Estados-nação, essas pessoas compõem uma categoria social/demográfica recente e produzida historicamente nas circunstâncias específicas de cada nação pelas elites de Estado ou líderes políticos. Tais minorias, geralmente de ordem numérica, cultural, política, econômica, étnica e de gênero expõem mazelas e fragilidades sociais que o Estado não consegue solucionar. As maiorias numéricas se tornam violentas, predatórias e etnocidas em relação aos pequenos números precisamente quando, “num contexto de incerteza social, algumas minorias lembram àquelas maiorias a pequena brecha que existe entre sua condição de maiorias e um ethos nacional puro e limpo” (APPADURAI, 2009, p. 17). Segundo o antropólogo, as minorias são a esfera principal para a qual se deslocam as angústias de muitos Estados sobre sua própria marginalidade e vulnerabilidade, num mundo de fluxos econômicos desgovernados e soberanias comprometidas.

Vulnerabilidade representa toda forma de vida suscetível de ser explorada, traída ou ameaçada por guerras, políticas migratórias, dificultada no acesso a espaços físicos ou por doenças¹⁵. Nesse sentido, a vulnerabilidade pode ser moral, física, semântica, financeira, social, econômica, de gênero, interseccional e qualquer uma delas gera sofrimentos morais, simbólicos ou físicos. Ontológicas ou socialmente construídas, tais vulnerabilidades não se opõem às possibilidades de agência e autonomia dos sujeitos: são a expressão situada das assimetrias de poder e podem, dependendo de arranjos econômicos e intersubjetivos específicos, ser parte integrante de táticas de recusa e resistência (MARQUES; OLIVEIRA, 2020). Um indivíduo vulnerável às ameaças a sua integridade, interesses e bem-estar tem pouca capacidade de proteger a si mesmo e insuficiente autonomia para elaborar sua autodefinição e autorrealização. Ainda que todo ser humano seja inerentemente frágil,

¹⁵ Informação verbal obtida de Angela Marques e Luis Mauro Sá Martino no curso “Vulnerabilidades, desigualdades e resistências em contextos organizacionais” ministrado na Abrapcorp em abril 2019.

porque é finito, a impossibilidade da vivência plena da liberdade e autonomia existencial e social da vida humana é a vulnerabilidade que ameaça sua existência. Seja ela social ou existencial, refere-se tanto aos aspectos que questionam as certezas sobre o curso da vida cotidiana quanto às inter-relações sociais que limitam o potencial de atuação dos indivíduos.

A leitura da filósofa estadunidense Judith Butler (2015), ao tratar da distribuição desigual da vulnerabilidade entre indivíduos e grupos, deflagra a inadequação entre o conceito de justiça pautado pela ética discursiva (contempladora de valores como a autonomia, a responsividade e a capacidade de argumentar) e a necessidade do entendimento de justiça que abrange a responsabilidade derivada de nossas conexões, necessidades e vínculos. Butler (1997a) acredita que a formação do sujeito é inseparável da força constitutiva da significação. Assim, “ser abordado não é meramente ser reconhecido pelo que já se é, mas ter conferidos precisamente os termos pelos quais o reconhecimento da existência torna-se possível” (BUTLER, 1997a, p. 137, tradução nossa). Neste sentido, desperta-nos para uma postura genuinamente atenta às situações, aos encontros, aos afetos e às práticas que envolvem o outro com quem convivemos, a fim de afirmarmos sua existência.

Alguém vem a existir pela dependência fundamental do endereçamento do Outro. Alguém existe não apenas pelo fato de ser reconhecido, mas em sentido anterior, em ser reconhecível. Os termos que promovem o reconhecimento são estes mesmos convencionais, os efeitos e instrumentos de um ritual social que determina, frequentemente através da exclusão e da violência, as condições linguísticas da possibilidade de sobrevivência dos sujeitos. (BUTLER, 1997b, p. 5, tradução nossa)

Butler (1997a) recorre à vulnerabilidade para explorar a abertura do sujeito ao poder. Vulnerabilidade e poder são noções entrelaçadas às relações estruturais de dominação ou formas injuriosas de formação da identidade de um ser humano. Se não podemos pensar o sujeito sem o poder, há então uma vulnerabilidade fundamental do sujeito em relação a um poder que não é seu e que lhe precede. “Essa vulnerabilidade qualifica o sujeito como um tipo explorável” (BUTLER, 1997a, p. 20, tradução nossa). As vulnerabilidades estão associadas pois possuem uma distribuição heterogênea que se manifesta em nós de maneira desigual por intermédio das regiões em que habitamos, pelo gênero, raça ou etnia que compomos, sobretudo naqueles que são incapazes de autorrepresentação ou ação política.

A vulnerabilidade, para Butler, além de pré-condição para nossa humanização, é fundamentalmente dependente de reconhecimento. É esta necessidade de reconhecimento que igualmente nos torna vulneráveis – quando nos abrimos para a imprevisibilidade de outros indivíduos. No entanto, a relação entre vulnerabilidade e reconhecimento não está associada ao poder, mas à violência. As condições de vulnerabilidade de um corpo permitem e possibilitam as condições seguras (ou não) de sua existência (BUTLER, 2015). Por isso, para além de compreendermos a categoria do sujeito, é necessário questionarmos a existência do corpo, que é concebido em conjunto com as infraestruturas que o cercam e que sofrerá vulnerabilidades projetadas e negadas (psicológicas), exploradas e manipuladas (sociais e econômicas). Tais vulnerabilidades naturalizam formas de desigualdade social capazes de diminuir existências. Se nenhum indivíduo sobrevive sem depender de um ambiente de sustentação e de formas sociais e econômicas de relacionalidade, esta dependência, em maior ou menor grau, implica vulnerabilidades. A isso Butler chama de distribuição desigual da vulnerabilidade. A autora preocupa-se em criticar estruturalmente as formas de violência reacionárias que tentam excluir ou ocultar a própria vulnerabilidade. Para ela (BUTLER, 2011), há uma poderosa operação de julgamento e reconhecimento de sujeitos e grupos e das condições sociais e institucionais que permitem a permanência e a disseminação de códigos específicos de valorização e desvalorização desigual das vidas.

Os enquadramentos (BUTLER, 2015) são operações de poder que definem quem pode ou não aparecer, falar, ser escutado e reconhecido nas esferas públicas de interlocução e luta social. Eles atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. O problema, para Butler (2015, p. 20), “não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”. Trata-se de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas reconhecíveis e outras não. Reconhece, assim, a importância ética de permanecermos abertos ao outro e à realidade de sua própria vulnerabilidade. A natureza ambígua da vulnerabilidade relaciona não apenas mortalidade, injúria e violência, mas amor, desejo e interdependência. Assim, para Butler, embora a nossa relação com o outro possibilite a dominação e subjugação, é dessa relação que

igualmente surge a possibilidade do alívio da dor, de conhecermos a amizade e a justiça (BUTLER, 2011).

Da mesma forma, a vulnerabilidade linguística é tratada pela filósofa (BUTLER, 1997b) a partir da ideia de que a linguagem envolve a formação social da subjetividade. Nomear ou receber um insulto, expresso pelas palavras “*call a name*”, é estar sujeito a algo não desejado, que, no entanto, nos insere em uma específica arena de significados. Logo, a nomeação comporta esse aspecto de injúria e de dano primário, ainda que ter algo que possamos chamar de nosso, como um nome, seja condição mínima de sociabilidade e de existência social (BUTLER, 1997b). As palavras insultuosas em discursos de ódio, dentro de um contexto de extrema vulnerabilidade, possibilitam subverter normas e discursos anteriores. “Há possibilidades de subverter os discursos de ódio repetindo essas injúrias sem precisamente reencená-las” (BUTLER, 1997b, p. 41, tradução nossa). Nesse sentido, a vulnerabilidade mostra sua dupla faceta – como abertura a essa agressão, mas também como a possibilidade mesma de subvertê-la. Para Butler, trata-se de perceber que o ódio, denunciado pelas palavras e discursos, configura sujeitos como abjetos e coloca em questão a força da violência verbal, das injúrias, das palavras que agridem, das representações que ofendem.

Butler (1997b) entende, como Foucault (2007), que não há sujeito anterior a certos comportamentos, considerados normas e leis. O sujeito vai se formando à medida que se relaciona com as normas sociais e com outros indivíduos. Mas Butler dá um passo além quando afirma que, se toda norma depende de sua repetição, então a possibilidade de subversão já está inscrita na própria norma. Nesse sentido, aponta para uma disputa no campo das produções dos corpos e dos discursos sobre eles – corpos precarizados, violados, expulsos do público, periferizados, favelizados, marginalizados – corpos sobre os quais nos referimos e aos, em grande medida, julgamos à margem da sociedade, ainda que a componham. Para cada corpo há uma representação social específica e uma narrativa que se refere a ele.

Quais territórios da cidade compartilhamos com estes corpos? Qual a penetrabilidade das nossas interações sociais para percebê-los? Quais experiências vivenciamos com tais corpos a ponto de nos permitirmos narrá-los? Como cada corpo narra a cidade para além dos discursos prontos e estruturados pelas relações de poder? Essas são perguntas cujas respostas não são passíveis de objetivação.

Precisam ser reconhecidas e colocadas em pauta para além da incorporação das estruturas herdadas do grupo social que compomos. Diferentes corpos dividem e circulam pelos territórios da cidade – dos reconhecidos aos não reconhecíveis. Nesse sentido, vulnerabilidades e territórios segregados estão relacionados. Falamos de locais que evidenciam a vulnerabilidade de corpos que sofrem com a negligência de cuidados e condições elementares de vida, como a fome crônica, a educação, a saúde, a violação de liberdades políticas e a desconsideração dos interesses de grupos sociais. A pobreza urbana, construída a partir de um lento levantamento de territórios segregados no invólucro da cidade, é um processo histórico não linear indicativo de carências que ultrapassam em muito questões puramente econômicas.

Para além do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) de um país, há a abordagem sobre desenvolvimento, do economista indiano Amartya Sen¹⁶ (2000). O desenvolvimento, para ele, é um processo de expansão de liberdades substantivas, capazes de remover as principais fontes de privação de liberdade, como a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição de participação política e liberdade de expressão, as privações como a fome, a subnutrição e a morte prematura. São cinco os tipos de liberdade necessários para uma vida plena: liberdade política, facilidade econômica, oportunidade social, garantia de transparência e segurança protetora. Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa, desde que se complementem mutuamente (SEN, 2000).

Seu enfoque em desmistificar a ideia estabelecida de que pobreza é simplesmente escassez de renda, embora estejam conectadas, evidencia que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de mero baixo nível de renda. “A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve negação da ideia sensata de que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser a razão da privação de capacidades de uma pessoa” (SEN, 2000, p. 120). Sen diferencia duas formas de liberdade: constitutiva e instrumental. A primeira seriam as liberdades substantivas e elementares que precisamos ter para evitar privações (como a participação política e a liberdade de

¹⁶ O indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub Ul Haq foram os responsáveis por criar em 1990 um indicador que envolvia outras variáveis além da questão econômica, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi esse indicador criado.

expressão); a segunda diz respeito à liberdade que as pessoas têm de viver do modo como bem desejarem.

O que tratamos como vulnerabilidades de corpos que habitam territórios segregados se refere a ambas as liberdades, já que falamos de destituição de liberdades fundamentais e do modo como cada qual opta por construir sua vida. Habitar um local sem infraestrutura elementar, sob esta perspectiva, não é igual à pobreza de capacidades, pois não se trata da destituição de recursos financeiros, mas da privação das potencialidades de indivíduos nos seus papéis sociais, pois, em relação ao restante da cidade, estão restritos ao território que tomam por realidade. A exclusão territorial de grupos e indivíduos é consequência, conforme defendemos, da segregação espacial que normalmente ocorre em processos históricos lentos, silenciosos e velados. A segregação espacial pode ser de diversas naturezas: dos muros levantados nos condomínios de alto padrão aos bairros periféricos em relação à estrutura oferecida em regiões específicas. Acreditamos que toda segregação exclui indivíduos do desenvolvimento de processos sociais que podem expandir suas capacidades e oportunidades para além de visões economicistas. A segregação é uma das expositoras de nossas vulnerabilidades e não o contrário.

Quando impede que indivíduos enxerguem outros universos, tomem contato com diferentes estruturas sociais, percebam lugares e pessoas com distintos domínios de consumo e práticas moldadas de realidade e expressem suas próprias narrativas a partir de seu lugar de fala, seja ele qual for, a segregação manifesta sua mais nevasta faceta – a limitação das liberdades constitutiva e instrumental (SEN, 2000), quando não a condenação à inexistência. Ao limitarmos a circulação de corpos a zonas restritas, deslegitimamos sua voz. E, quando tiramos a voz de indivíduos e grupos, sujeitamos-os à invisibilidade social. A lógica da segregação restringe não apenas a construção social destes corpos, mas de todos que vivenciam a cidade, já limitada pelos modelos teóricos das estruturas que a compõem.

Para compreendermos as nuances de algumas segregações espaciais – das favelas, ocupações e cortiços, pessoas em situação de rua e periferias – abordaremos, a seguir, dados e características históricas de concepção de algumas delas, aproximando-nos da realidade paulistana, campo de estudo desta tese. Estes locais, detentores de imaginários profusos, apesar de coexistirem proximamente, em

muitos casos vivenciam interações sociais e representações próprias, carregando, cada qual, marcas de exclusão/separação nos ambientes urbanos que ocupam.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

O direito à cidade, discussão que retomamos de Lefebvre (1991), busca resgatar um acesso renovado e transformado à vida urbana. Trata-se de um conceito utilizado por movimentos sociais no Brasil e no mundo, cuja proposta é a mobilização por uma cidade mais justa e igualitária. No entanto, o país ainda não consolidou políticas públicas capazes de atenuar as desigualdades socioespaciais e a exclusão social. O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, de 2001, é uma tentativa de democratizar a gestão das cidades brasileiras por meio de instrumentos de gestão, entre os quais podemos destacar o Plano Diretor, obrigatório para toda região com mais de 20 mil habitantes ou aglomerados urbanos. A aplicação desses instrumentos pretende efetivar princípios constitucionais de participação popular e de gestão democrática. A legislação brasileira, por meio do Estatuto da Cidade, possibilita a participação social na elaboração das políticas urbanas, que devem garantir que todos possam usufruir da estrutura e dos espaços públicos com igualdade de acesso. O Plano Diretor e a Lei de Zoneamento são exemplos de instrumentos jurídicos que preveem a participação da população local em sua elaboração e alterações por meio de audiências públicas.

Mas, embora a legislação contemple a participação da sociedade na construção da cidade e, mesmo que os territórios sofram constantes mudanças, principalmente em relação à infraestrutura, a desigualdade não tem diminuído, mas apenas mudado sua configuração. Diversificamos, neste sentido, apenas os modos de segregar. Além da imensa distância de algumas regiões em relação ao centro – os bairros nobres dos bairros populares – há muros, grades, cercas fortificadas, monitoramento das câmeras, seguranças e blindagens diversas que separam e demarcam as fronteiras do que é ou não território acessível. O próprio aspecto

arquitetônico constitui caráter defensivo que desenvolvemos em relação à cidade. São cada vez mais raros as áreas que permitem acesso e circulação dos indivíduos sem meios de transporte; espaços que acolhem o estar e permanecer no ambiente e não apenas o passar por ele.

Quando deixamos de entrar em contato com o que nos cerca e com o outro desenvolvemos o que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2009) chama de medo da cidade. A delimitação dos territórios impedindo ou dificultando a convivência em ambientes públicos comuns criou alternativas privadas de convívio social, oásis de calma e segurança, em meio aos “perigos da vida coletiva urbana” (BAUMAN, 2009). Shoppings e condomínios dariam a sensação de segurança e proteção e a possibilidade de repelir o invasor. A sobrevivência passa, assim a depender das estratégias de isolamento, separação e afastamento das fontes de perigo.

As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigiosamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político de seu novo isolamento. Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada e de pagar os custos de sua segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos; são pura e simplesmente postos para “fora da cerca” sem que se pergunte a sua opinião, têm acesso barrado aos “comuns” de ontem, são presos, desviados e levam um choque curto e grosso quando perambulam às tontas fora dos seus limites, sem notar os sinais indicadores de “propriedade privada” ou sem perceber o significado de indicações não verbalizadas, mas nem por isso menos decididas de “não ultrapasse”. (BAUMAN, 2009, p. 29)

Uma vez instalado entre os indivíduos, o medo, ainda que possa ser remodelado culturalmente ou socialmente e a despeito da presença de uma ameaça, segue caminhos próprios mantendo-nos constantemente em estado de alerta e autoproteção. Em um grau acirrado, o medo instaura-se como cultura, difundindo um sentimento de perigo que se reproduz na sociedade, diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos e facilitando estratégias de dominação autoritárias, que se valem do processo de segregação, isolamento e alienação social. Duas características da sociedade moderna provocam o medo, segundo Bauman (2009): a supervalorização do indivíduo e sua vulnerabilidade inerente – aspectos antagônicos, mas complementares. O contato com as perspectivas geraria em nós o “medo de ser inadequado”, dando-nos a sensação de insegurança em nossa vida particular e social

e, por conseguinte, em circular pela cidade e colocarmo-nos em contato com um outro que pode não ser parecido comigo. A mixofobia urbana, ou o medo de se misturar, seria uma “reação previsível e generalizada perante a inconcebível, arrepiante e aflitiva variedade de tipos humanos e de costumes que coexistem nas ruas das cidades” (BAUMAN, 2009, p. 40). Assim, há uma “tendência que impele a procurar ilhas de semelhança e de igualdade no meio do mar da diversidade e da diferença” (BAUMAN, 2009, p. 40). Bauman (2009) chamará o fenômeno da segregação dos territórios de formação de guetos voluntários e involuntários, como um instrumento institucional de organização dos indivíduos. Os guetos voluntários seriam as ilhas de tranquilidade e uniformidade encontradas principalmente nos murados condomínios, solução para aqueles que fogem do contato com a margem. Os guetos involuntários teriam uma conotação simbólica e velada – são locais de onde não se deve sair, porque aí estariam os desclassificados, refratários, imigrantes, estrangeiros e os marginais.

No Brasil os territórios segregados são exemplos de guetos involuntários, como favelas, cortiços, ocupações e periferias, extensões onde as vulnerabilidades mais diversas mostram-se evidentes. Boa parte das políticas públicas direcionadas para esses locais não dialogam com as demandas práticas dessas populações. A falta de conhecimento sobre suas realidades, o desinteresse político e as representações equivocadas sobre sua realidade dificultam o atendimento e a conexão das pessoas que habitam essas configurações com o restante da cidade.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 *O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades*

3.2 *A representação dos territórios segregados da cidade*

3.2.1 *A segregação das favelas, cortiços e ocupações*

3.2.2 *A segregação das pessoas em situação de rua*

3.2.3 *A segregação das periferias*

3.3 *Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo*

3.4 *Representações gerais do campo de estudo*

Com uma arquitetura própria e visivelmente reconhecível, as favelas, embora próximas territorialmente de grandes cidades urbanizadas, são um território segregado. A primeira definição conhecida e publicada da palavra inglesa *slum*¹⁷ surgiu no vocabulário da linguagem vulgar, enquanto sinônimo de comércio criminoso. O urbanista e historiador norte-americano Mike Davis (2006) nos conta que, entre as décadas de 1830 e 1840, os pobres moravam em *slums*, em vez de praticá-los. Uma geração depois, identificaram-se *slums* na América e na Índia, em geral reconhecidos como fenômeno internacional.

O “*slum* clássico” era um lugar pitoresco e sabidamente provinciano que se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, pobreza e vício. É claro que, para os liberais do século XIX, a dimensão moral era fundamental, e a favela era considerada, acima de tudo, um lugar onde o “resíduo” social apodrecia num esplendor imoral e quase sempre turbulento. [...] a definição clássica: excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e esgoto sanitário e insegurança da posse da terra. (DAVIS, 2006, p. 198)

O autor chama a atenção para o fato de o termo *slum* negligenciar algumas das questões mais importantes sobre o uso da terra geradas pela superurbanização e pelo assentamento informal, como a degradação ambiental e os perigos urbanos. Da mesma forma, também deixa de esclarecer processos que expulsaram a mão de obra do campo e de incorporar uma literatura volumosa e de crescimento rápido sobre a dimensão da pobreza urbana e do emprego informal (DAVIS, 2006). A própria dinâmica de crescimento urbano acabou por destinar aos pobres, única e

¹⁷ Em português pode ser traduzida por favela ou área residencial miserável.

exclusivamente, as áreas contaminadas, sujeitas a escorregamentos e inundações, entre outras situações de vulnerabilidade.

Favela, segundo a Organização das Nações Unidas (IPEA, 2016), é definida como um conjunto de assentamentos urbanos informais, densamente povoados, caracterizados por moradias precárias e miséria. De acordo com o mesmo relatório, cerca de 40% do crescimento urbano em todo o mundo ocorre em favelas e ocupações. O IBGE (2017) denomina aglomerado subnormal a forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação. O Brasil tem 13,6 milhões de pessoas morando em favelas, conforme dados da pesquisa “Economia das Favelas – Renda e Consumo nas Favelas Brasileiras” (2019), desenvolvida pelos institutos Data Favela e Locomotiva. Seus moradores movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano.

Apesar de diferirem em tamanho e em outras características de acordo com o país, estado ou região, falta à maioria serviços básicos como saneamento, abastecimento de água potável, eletricidade, policiamento, corpo de bombeiros, infraestrutura em geral e regularização fundiária. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes, como grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas. As primeiras configurações de que se tem registro surgidas no Brasil formaram-se no Rio de Janeiro, quase contemporaneamente à República, evidenciando a forte desigualdade social brasileira, resultado das tentativas, por parte do governo, de dismantelar os numerosos cortiços e estalagens espalhados por toda a capital carioca. Buscando conter as habitações inconvenientes, por meio de medidas de sanitarismo e de homogeneização a vizinhança, as ações republicanas contra a exclusão habitacional mostraram-se ineficientes para implantar referências urbanizadoras estrangeiras.

Valla (1986) lembra-nos que o jornal *A noite*, publicado no Rio de Janeiro em 1943, continha um artigo no qual abordava a relação das pessoas que habitavam favelas com o desajustado socialmente:

Indivíduos que não tendo podido, por uma razão qualquer, adaptar-se às necessidades ou conveniências da civilização contemporânea, não encontram lugar em tal civilização. Esses indivíduos formam *le déchet* social que os sociólogos denominam desajustados, os inadaptados

sociais. Esse *déchet humain* dos desviados da comunidade social é que constitui os grupos decompostos da comunhão civil para incrustar-se nas favelas, por exemplo. (VALLA, 1986, p. 40)

Da mesma forma, Conforme Zaluar e Alvito (1998), o documento que marca a introdução da favela nas estatísticas, o Censo Demográfico de 1948 (IBGE, 1948), relaciona a presença de pretos e pardos nessas habitações ao fato de eles serem “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas” (ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 13). As publicações traduzem a força de representações sobre o ambiente da favela e das pessoas que nela habitam desde sua origem, denotando-a como problema legítimo e perigoso do ambiente urbano. “Há um conjunto de representação das pessoas que moram nestes locais marcado basicamente pela negatividade e as políticas públicas são pensadas a partir dessas representações”, afirma Eliana Sousa Silva, diretora e fundadora da Redes de Desenvolvimento da Maré (DESIGUALDADES..., 2018, p. 13). Ela acredita que os moradores dessas específicas configurações são representados comumente de maneira negativa quanto ao que significam, o que podem produzir e o que têm de potente. Até a década de 1990 as favelas cariocas não figuravam no mapa da cidade do Rio de Janeiro. Hoje o Complexo da Maré, ou simplesmente Maré, assim denominado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, é constituído de um agrupamento de dezesseis favelas, microbairros com casas e conjuntos habitacionais com mais de 140 mil habitantes. A região foi urbanizada respondendo à demanda das comunidades. Até 1990 não havia água encanada, saneamento básico, energia elétrica, escolas e postos de saúde. A melhora em estruturas necessárias, como a construção de escolas, não se estendeu à qualidade de vida e não significou a conquista dos direitos dessas populações. “Como favela, avançamos bastante. Na Maré há a presença do poder público com 44 escolas de ensino fundamental e 11 clínicas da família e há muitos equipamentos de cultura. Mas, quando olhamos o IDH, vemos que não mudou”, afirma Eliana Silva (DESIGUALDADES..., 2018, p. 15). Na Maré as escolas são fechadas por causa de confrontos armados. Em nove anos, um jovem que termina o ensino fundamental na Maré tem um ano e meio a menos de dias de aula do que jovens de outros territórios da cidade. “Qual a condição que essa criança tem em comparação com outra que não vive nesse contexto, pensando em desigualdade?”, questiona Eliana Silva (DESIGUALDADES..., 2018, p. 15).

Raull Santiago, ativista, comunicador e midiativista no Coletivo Papo Reto¹⁸, nasceu e é morador do Complexo do Alemão. Assume que sua principal função é produzir uma comunicação de sobrevivência. Boa parte de sua crítica, como morador e representante da comunidade na qual habita, dirige-se às narrativas distorcidas que fazem sobre ela. De acordo com Santiago (NEM SEI..., 2019), bala perdida é a redução do significado do assassinato de uma pessoa dentro da favela. Segurança pública é pauta que não inclui os moradores desses locais, nem das periferias. “Ela é apontada na construção do imaginário da sociedade como um lugar inferior, de criminalidade, composto por pessoas ruins” (NEM SEI..., 2019). Para ele, quando a sociedade pede segurança pública, isso significa a polícia subindo o morro e invadindo suas casas.

Santiago acredita que vivemos uma disputa narrativa pela cidade. E que, por tratar-se de um lugar marginalizado, a sociedade não dá voz científica à favela. Cita, por exemplo, o caso de mobilidade periférica na construção do teleférico do Alemão, inaugurado em 2011, com o objetivo de gerar mais mobilidade aos moradores do Complexo do Alemão para chegarem com mais rapidez ao asfalto. A linha, com 3,5 km de extensão, está fora de uso desde 2016 devido à falta de pagamento ao consórcio por parte do Estado e ao desgaste de um dos cabos de tração. Santiago critica o projeto por não ter envolvido os mototaxis em sua elaboração, a fim de pensarem uma parceria de mobilidade única na região. Pelo contrário, “enquanto o teleférico era construído, se perseguia e criminalizava o mototaxista, prendendo sua habilitação” (NEM SEI..., 2019). Sua desaprovação também diz respeito ao projeto em si, abusivo para quem mora na favela: “você pega o teleférico fora e desce fora dela de novo. E ainda pode tirar fotos abusivas das garotas pegando sol na laje. Não se considera o que pensam os moradores que habitam ali” (NEM SEI..., 2019). Para o ativista, áreas em vulnerabilidade não precisam ser ajudadas, mas ouvidas, porque elas já têm as soluções de que precisam. Mais do que oportunidades, é necessário construir perspectivas. “Favela é o futuro para pensarmos evolução na cidade – povoada, misto de diversidade, resumo de Brasil marginalizado, exótico, distante”, afirma Santiago (NEM SEI..., 2019).

¹⁸ Trata-se de um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e Penha.

Na contramão de discursos que focam elementos negativos (habitações precárias, comunidades carentes, aglomerado subnormal), em 2009 o Observatório de Favelas¹⁹, uma organização da sociedade civil de pesquisa e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre estes espaços urbanos, apresentou uma declaração própria transbordando concepções vulnerabilizadas. A proposta tencionou construir conceitos que abrigassem a complexidade e a diversidade desse território urbano contemporâneo. No documento (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009) a favela é definida a partir de quatro pontos:

1 – Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da dotação de serviços de infraestrutura urbana (rede de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e limpeza de ruas) e de equipamentos coletivos (educacionais, culturais, de saúde, de esporte e de lazer) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, na regularização fundiária e urbanística adequada às formas de ocupação do solo, na criação de legalidades afeiçoadas às práticas sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania em comparação ao conjunto da cidade. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que implica a baixa expectativa que os moradores têm sobre esses direitos.

2 – Considerando o perfil socioeconômico, a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, em relação aos demais bairros da cidade. Os baixos indicadores econômicos das favelas são acompanhados pelos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias em comparação à média do conjunto da cidade. Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular às favelas e das condições presentes na cidade como um todo.

3 – Considerando o perfil sociourbanístico, a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência

¹⁹ O Observatório de Favelas, composto por pessoas moradoras de favelas, nasceu em 2001 com o objetivo de disputar conceitos, construir metodologias e tecnologias sociais que permitam colocar em questão as formas estruturantes das desigualdades brasileiras.

aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental. A favela é uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.

4 – Considerando o perfil sociocultural, a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela apresenta a riqueza de sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.

Em São Paulo, tudo indica que o processo de favelização começou na primeira metade do século XX, mais precisamente nos anos 1940, tendo se agravado consideravelmente com o aumento do fluxo de migrantes de outros estados para a cidade em busca de condições de vida mais dignas. Para o historiador Paulo Garcez Marins, “favelas sempre foram uma vergonha para uma capital civilizada, além de serem consideradas como um antro de facínoras” (MARINS, 1998, p. 155), sendo comumente entendidas como o principal foco de dispersão das epidemias. Por isso, sempre foram condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas patologias sanitárias, sociais e espaciais. Consideradas moradias não civilizadas e inconvenientes, “quanto mais longe ficassem as populações – e suas habitações – expulsas pelas reformas e seus agentes tanto melhor seria” (MARINS, 1998, p. 152).

Assim, em São Paulo se aplicaram os mesmos princípios que nortearam as reformas e os processos de exclusão habitacional das grandes metrópoles brasileiras, embasados pela força do sanitarismo social necessário – a redefinição dos espaços públicos e privados de São Paulo confinou tudo o que parecia cortiço ou habitação miserável na periferia. Para a antropóloga e cientista política Janice Perlman (1977), as favelas “imundas e insalubres” exibiam todos os sintomas da desorganização social

– desde a desintegração da família, a anomia, a desconfiança mútua, até o crime, a violência e a promiscuidade. Acreditava-se que os migrantes traziam em seus traços a cultura da pobreza.

As pessoas que ocupassem locais insalubres eram então acusadas de serem parasitas ou sanguessugas da infraestrutura urbana e de seus limitados recursos, como se representassem ameaçadoras massas agitadas e frustradas. Perlman (1977) denominou tais crenças como mitos da marginalidade que inundam até hoje nosso imaginário, nossas representações sociais e nossas narrativas – o favelado como vagabundo, bandido, traficante de drogas, socialmente perigoso e moralmente deformado. Essas são algumas das mais comuns.

De acordo com a urbanista Suzana Taschner (2001), a população que mora em favelas no Brasil tem crescido, desde 1980, a taxas maiores do que a população municipal. Em 1950 o IBGE decidiu, pela primeira vez, incluí-las na contagem populacional. Entretanto, dados específicos sobre a população que habita favelas em São Paulo apareceram apenas em 1980. Em 1957 sabíamos que na capital paulistana havia cerca de 50 mil favelados (TASCHNER, 2001). No início dos anos 1990, o censo demográfico mapeou pouco mais de 700 mil pessoas vivendo em favelas em São Paulo. Destas, 50% eram migrantes provenientes majoritariamente do Nordeste (TASCHNER, 2001). Em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM), um dos centros de pesquisa apoiados pela Fapesp (CEM, 2016a, 2016b) que trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo, constatou-se que, com base nos censos populacionais de 2000 a 2010, mais de 135 mil pessoas passaram a habitar tais configurações. Isso significa que o número estimado de pessoas que vivem em favelas, somente em São Paulo, ultrapassará consideravelmente, em 2020, mais de 2 milhões habitantes.

Mas, se a segregação espacial tem diversas facetas, ela igualmente tem diversos nomes. A Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, em conjunto com a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis (2019), explica a diferenciação entre favelas, núcleos e cortiços. A primeira é definida como assentamentos precários que surgem de ocupações espontâneas feitas de forma desordenada, sem definição prévia de lotes e sem arruamento, em áreas públicas ou particulares, com rede de infraestrutura insuficiente e nas quais as moradias são predominantemente autoconstruídas com elevado grau de precariedade por famílias

de baixa renda em situação de vulnerabilidade. Até julho de 2020 a Secretaria tinha cadastrado mais de 1.700 favelas na região metropolitana de São Paulo, com pouco mais de 391 mil domicílios estimados.

Núcleos urbanizados, por sua vez, são locais dotados de infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo, que podem ter sido viabilizadas por meio de ações do poder público, mas que ainda não eram regularizadas. Segundo levantamento da Secretaria, a cidade tem 425 núcleos cadastrados com mais de 60 mil famílias neles.

Os cortiços são assentamentos precários, que se caracterizam como habitações coletivas de aluguel e que frequentemente têm instalações sanitárias compartilhadas entre vários cômodos, alta densidade de ocupação, circulação e infraestrutura precárias, acesso e uso comum dos espaços não edificadas e altíssimos valores de aluguel por m² edificado. Até setembro de 2020, havia mais de 1.500 cortiços cadastrados somente nas subprefeituras da Sé e Mooca, únicos dados disponibilizados até então.

As ocupações, por sua vez – terrenos e áreas edificadas, como prédios e cortiços que são habitados irregularmente – são mais de duzentas na cidade de São Paulo, abrigando mais de 45 mil famílias, consoante dados do Grupo de Mediação de Conflito (CIDADE..., 2018), da Secretaria Municipal da Habitação. Apesar do número de ocupações ser mais numeroso no centro, é a zona leste que concentra a maior quantidade de moradores por ocupação, de acordo com os dados publicados.

A área central de São Paulo, que abrange o campo de estudo desse trabalho, abriga, em grande parte, as ocupações da cidade. O professor e arquiteto Valter Caldana (MORI, 2018) explica a degradação do centro de São Paulo a partir da Lei de Zoneamento de 1972²⁰, ao desenhar um centro, como era, que não se encaixava. Em decorrência do êxodo dos paulistanos mais ricos das avenidas Ipiranga e São João, os grandes equipamentos urbanos, como bancos e shoppings, migraram para outras regiões. “A construção de grandes terminais de ônibus e do Minhocão, reforçou a ideia de que ali era uma região de passagem: não fique aqui, você não pertence a

²⁰ O zoneamento foi historicamente um importante instrumento político para auxiliar a segregação socioespacial das elites paulistanas no setor sudoeste da cidade de São Paulo. A Lei Geral de Zoneamento, de 1972, dividiu todo o município em oito zonas de uso e sofreu sucessivos acréscimos e aprimoramentos.

este lugar” (MORI, 2018). O desinteresse econômico esvaziou parte do local e, por consequência, a manutenção dos prédios vazios e o alto IPTU acumulado levaram diversos proprietários a abandonarem as edificações. Logo, a falta de segurança e limpeza da região, muitas vezes usadas como explicação para seu abandono, não são os motivos da deterioração. “A saída das pessoas é que gerou a degradação. Não o contrário”, avalia Caldana (MORI, 2018). Essas condições favoreceram a quantidade considerável de ocupações no centro de São Paulo.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

A segregação espacial em São Paulo também abrange a população em situação de rua e, portanto, aqueles sem moradia estabelecida. Pelos dados do Ipea (2015), estimava-se que existiam mais de 102 mil pessoas em situação de rua no Brasil em 2016. No entanto, conforme dados do Censo da População em Situação de Rua do Município de São Paulo, divulgados pela prefeitura paulistana em fevereiro de 2020 (SÃO PAULO, 2019), o número de pessoas que vive nas ruas ou em centros de acolhimento da cidade aumentou em mais de 50% em quatro anos – a capital paulista contabilizou 24.344 pessoas em situação de rua no relatório de 2019.

Os serviços de acolhimento e restabelecimento social oferecidos para essas pessoas não contêm as vagas necessárias. De acordo com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) a Prefeitura de São Paulo dispõe de 134 serviços específicos para quem está em situação de rua. Destes, 89 são voltados ao acolhimento, com 17 mil vagas. A Secretaria igualmente declara que oferece dez Núcleos de Convivência para pessoas em situação de rua na cidade, com 3.172 vagas.

A realidade descrita diz respeito somente à São Paulo. Chama-nos a atenção o fato de o Brasil não ter dados oficiais sobre a população em situação de rua. Há apenas informações regionais e nem todas as cidades mapearam-nas. Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem entre seus objetivos averiguar o número total da população não domiciliada.

A Prefeitura de São Paulo é protagonista na realização de censo para essa população. É verdade que recenseá-la exige um planejamento cuidadoso das estratégias de campo a serem seguidas, considerando as especificidades desse grupo populacional, como a mobilidade de expressão espacial, a dificuldade de

identificação dos indivíduos em algumas áreas e a extensa região que percorrem. Assim, para realizar sua contagem censitária de forma precisa e com a menor probabilidade de ocorrer subenumeração ou dupla contagem, é necessário um criterioso processo de planejamento com base nas experiências dos censos anteriores.

Uma pesquisa sobre a população de rua, realizada entre 2017 e 2018 (POPULAÇÃO..., 2019) pelo Ministério do Desenvolvimento Social (agora transformado em secretaria vinculada ao Ministério da Cidadania) teve caráter amplo, apesar de não envolver todo o território nacional. O estudo ajudou a traçar o perfil heterogêneo da população em situação de rua levando em conta idade, gênero, cor da pele, formação escolar e razões da ida para rua. Constatou-se, entre outros aspectos, que 69% dormem na rua, 22% em albergues e 8% alternam entre a rua e os albergues. Quanto à alimentação, 79% conseguem fazer pelo menos uma refeição por dia, mas apenas 27% compram comida com o próprio dinheiro.

O perfil traçado neste estudo sobre as pessoas em situação de rua indica que, majoritariamente, trata-se de homens (82%), entre 22 e 44 anos (53%), pardos ou negros (67%), que sobrevivem com R\$ 20 a R\$ 80 por semana (52%), a partir do trabalho remunerado que exercem (70%), principalmente como catadores de lixo (27%), apesar de 58% afirmar que têm uma profissão. Além disso, a maior parte das pessoas em situação de rua tem parentes na cidade onde vivem (51%), primeiro grau incompleto (48%) e sabem ler e escrever (74%). Entre as razões de ida para as ruas estão problemas com álcool e drogas (35%), desemprego (29%) e desavenças com parentes (29%), entre outros motivos.

Especificamente em São Paulo, outra pesquisa sobre as pessoas que habitam as ruas foi divulgada em março de 2020. Foi realizada pelo Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT) (SÃO PAULO, 2019), responsável pelo eixo da Vigilância Socioassistencial, cujo foco é produzir análises das informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos para elaborar diagnósticos e comparações entre a oferta de serviços socioassistenciais e a quantidade de pessoas e/ou famílias que potencialmente demandariam políticas de assistência social. Com a sistematização de informações disponibilizadas pelos diversos institutos de pesquisa (IBGE, Seade, DataSUS), pelo Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚnico), pelos programas de transferência de renda, pelo

atendimento realizado pelos serviços, programas e projetos oferecidos, a equipe de pesquisa conseguiu identificar o perfil socioeconômico da população em situação de rua em São Paulo em 2019.

O total de pessoas em situação de rua estimado pela pesquisa foi de mais de 24 mil pessoas, entre as quais pouco mais de 11 mil estavam em situação de acolhimento e 12 mil nas ruas. A maioria das pessoas nessa situação era composta de homens (mais de 20 mil indivíduos), pretos ou pardos (mais de 10 mil), com idade média de 42 anos. A maior parte das pessoas em situação de rua circula pelos distritos da subprefeitura da Sé, responsável por oito distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. Somente esses bairros teriam em torno de 11 mil pessoas abrigadas nas ruas.

O Decreto 7.053 (BRASIL, 2009), sobre a definição de população em situação de rua, reconhece tratar-se de um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, esse grupo utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como local de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. A definição, construída a partir de uma perspectiva negativa, evidencia um perfil homogêneo das pessoas em situações diversas de necessidade, privação e invisibilidade. Embora pessoas em situação de rua compartilhem modos de subsistência precários e estruturais, sua generalização não confere a visibilidade necessária sobre as experiências e modos de viver diferenciados que os mantêm vivos. Somado a isso, a escassez de dados oficiais, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, refreia consideravelmente a implementação de políticas públicas e sociais voltadas para este público. A presença de pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras é um fenômeno que desafia o poder público a pensar estratégias de intervenção para atender as necessidades desse segmento e também para mediar as relações entre eles e o bairro que ocupam, mesmo temporariamente. Conhecer essa população, sua dinâmica e necessidades é de fundamental importância para definir as políticas públicas destinadas ao seu atendimento e ressocialização com a cidade.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

Assim como as favelas, as periferias, principalmente em São Paulo, protagonizam uma disputa de narrativa para mudar a forma como são vistas por boa parte da sociedade. Jailson Silva, geógrafo, fundador do Observatório de Favelas e membro do Conselho Curador da Fundação Tide Setubal acredita que, se por um lado as periferias das grandes cidades brasileiras apresentam altos e alarmantes índices de vulnerabilidade social (violência, letalidade policial, falta de saneamento básico, opções de lazer e cultura), por outro, são locais com muita potência que dão imensas contribuições para a vida urbana: movimentos culturais, coletivos de juventude, sociabilidade entre idosos e pessoas com deficiências, solidariedade entre os vizinhos, empreendedorismo, soluções de tecnologias etc. (DESIGUALDADES..., 2018).

Para o geógrafo, a periferia é representada por meio de uma perspectiva enviesada, cunhada por representantes dos grupos dominantes, como a grande mídia, os órgãos estatais ou os locais de produção de conhecimento, que são ocupados, em sua maioria, por homens, adultos, brancos, ricos ou de classe média. Por ser narrada por quem não a vivencia, é entendida como homogênea. “Não é trivial que o simbólico institui o real e o reconhecimento do simbólico é um elemento fundamental para construir as políticas urbanas. Temos que atuar na transformação das representações, senão não conseguiremos interferir na realidade”, avalia Silva (DESIGUALDADES..., p. 20). O autor critica a metodologia aplicada em indicadores de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e a forma como se referem às favelas e periferias:

O IBGE chama os locais de aglomerados subnormais e todos os seus indicadores são negativos. O Ministério das Cidades usa o termo assentamento precário. A mídia e pessoas em geral falam em comunidade carente. O IPEA denomina indigentes as pessoas abaixo de um determinado nível de pobreza. Como alguém vai ter orgulho de nascer na favela, se é impelido a ter vergonha da sua cor negra, de morar numa quebrada, de seus pais serem trabalhadores manuais e terem origem nordestina? (DESIGUALDADES..., 2018, p. 22)

Seu questionamento sobre os indicadores coloca em dúvida índices que atribuem a bairros como Higienópolis (Zona Central de São Paulo) ou Morumbi (Zona Sul) nenhuma vulnerabilidade, enquanto os vizinhos Campo Limpo e São Miguel Paulista (no extremo leste) são intensamente vulneráveis. “Por esses indicadores, o Morumbi e Higienópolis são paraísos terrestres”, afirma. “Mas, que indicador é esse que não mede a capacidade de as crianças brincarem juntas na rua? Nesse sentido, onde a vulnerabilidade é maior, no Morumbi ou em São Miguel Paulista?” (DESIGUALDADES, 2018, p. 20). A imprecisão dos indicadores faz com que se deixe de mapear, por exemplo, a prática das pessoas de se reunirem para produzir ações coletivas – neste sentido, Itaquera teria mais destaque do que Higienópolis, como comenta o autor. Ainda que estes indicadores sejam reformulados, o geógrafo entende que nem todos conseguirão ver a beleza em uma favela ou na periferia, já que muitos não enxergam a intensidade das ruas, a sensualidade da juventude, a criatividade das experiências culturais e artísticas, o forte relacionamento comunitário, a expressividade cultural, o valor das crianças brincando soltas, as músicas, as danças e as potencialidades heterogêneas que existem.

Historicamente, as periferias e favelas do Brasil influenciam comportamentos, tendências e movimentos culturais que acabam sendo apropriados pelo centro. Esse centro, no entanto, se refere às periferias de forma pouco elogiosa, geralmente nivelando-as como uma massa homogênea. Da mesma forma, as políticas públicas são criadas como se as necessidades de todos os territórios segregados fossem iguais, como se as diferentes regiões do Brasil tivessem as mesmas pessoas e realidades sociais e econômicas.

Uma das explicações para este olhar homogêneo sobre os territórios envolve os conceitos de vulnerabilidade e riqueza das regiões, que são determinados apenas pela régua econômica, que por sua vez desconsidera ativos menos tangíveis, como os vínculos sociais, a espontaneidade, o jeito de ser e de viver desses locais. Os

professores Peter Spink e Fernando Burgos, do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), da Fundação Getulio Vargas, desenvolvem pesquisas no que chamam “as bordas da Zona Sul da cidade de São Paulo”, como os bairros do Capão Redondo e Jardim Ângela. Para os pesquisadores (SAFATLE, 2017) o problema não é a quantidade de dados sobre as áreas periferizadas da cidade – o município de São Paulo dispõe de muitos indicadores sobre as periferias no que se refere à educação, saúde e assistência social. O problema está na ausência de inteligência, por parte da Prefeitura, para analisar esses dados e saber que M’Boi Mirim é diferente de São Miguel Paulista, não só geograficamente, conforme indicam os pesquisadores. “Por M’Boi Mirim ser uma importante área de manancial, isso impacta fortemente em questões de habitação e deslocamento”, exemplificam os pesquisadores (SAFATLE, 2017, p. 25). Segundo eles (SAFATLE, 2017), é possível obter dados sobre transporte por meio da base de dados do Bilhete Único. Mas, como saber a real demanda de mobilidade de mulheres que transitam pela cidade entre casa, trabalho, creche, UBS e a escola dos filhos? Para eles, a única maneira é aproximar-se dos territórios. “Um grande número de pessoas não significa uma base de dados; significa pessoas” (SAFATLE, 2017, p. 25).

Para Spink e Burgos, os números são importantes, mas insuficientes e, se mal aproveitados, reduzem as políticas públicas a resultados quantificáveis que não traduzem o cotidiano. “A área de educação é a que mais sofre. Não se tem conseguido elaborar políticas com o grau de especificidade necessário”, acreditam. “Você tem sistemas que geram uma massa de informação, mas isso não produz inteligência suficiente para olhar os territórios analiticamente”, ressaltam os pesquisadores (SAFATLE, 2017, p. 25). Logo, dispor de dados confiáveis seria apenas uma parte da solução. Saber o que fazer com eles é igualmente importante. Nesse ponto se forma uma das mais complicadas zona de turbulência no que diz respeito ao uso de indicadores na gestão dos problemas urbanos. Na visão dos pesquisadores, a vulnerabilidade urbana tem um componente institucional ao qual pouca gente presta atenção – a ausência de conexões ativas e cotidianas entre as diferentes instituições básicas – por isso a sensação de que o Estado não chega (SAFATLE, 2017).

Mas, não somente o Estado parece não chegar a estes locais. Equipamentos culturais como museus e cinemas são privilégio de poucas regiões de São Paulo. Com 96 distritos, sessenta não têm museus e em quarenta não existem cinemas

(AVENDAÑO, 2018). Na Cidade Tiradentes, bairro com 211 mil habitantes a 30 km do centro de São Paulo, cuja renda média é de R\$ 864,00 e que tem o segundo maior índice de gravidez na adolescência da cidade e a menor expectativa de vida (57 anos)²¹, o primeiro quiosque de sorvetes do McDonald's chegou apenas em dezembro de 2018. Mariana Pimentel, professora de uma das escolas públicas da região, comentou o fato na sua rede social, na época da inauguração.

Abriu um McDonald's na Cidade Tiradentes. O primeiro. Nem é o restaurante, é um quiosque. Um quiosque do McDonald's, no estacionamento de um supermercado, que vai vender só casquinha e sobremesas. Faz três dias que esse assunto não sai do status e dos stories dos meus alunos. Postaram na página do bairro, tiraram fotos, estão ansiosos, estão felizes e dizem que agora sim é um bairro de verdade. Você tá aí tomando seu Bacio di Latte na avenida Paulista todo dia sem perceber o que isso significa. Meus alunos nunca foram na avenida Paulista e contam isso falando "ah, mas é longe, né?! É lá em São Paulo!" (PROFESSORA..., 2018)

Cidade Tiradentes, um enorme bairro surgido nos anos 1970 para alojar os operários que sustentavam o acelerado crescimento de São Paulo, é um lugar sem as franquias que fazem sucesso em tantas cidades grandes. Os postos de gasolina são Boxter, as pizzarias Super Star. O que acontece nesse bairro ocorre em vários outros territórios do país, onde boa parte do capital cultural e comercial se concentra em poucos quilômetros quadrados.

Além disso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não entrega pacotes e encomendas em todos os lugares (LOUREIRO, 2017)²², o que configura outra problemática que algumas regiões de periferia e favelas enfrentam. Os Correios possuem uma série de Áreas com Restrição de Entrega. Nessas áreas as entregas de encomendas podem demorar até sete dias além do prazo normal, ou simplesmente não chegar até a porta. São dois os tipos de restrições. Há áreas com entrega diferenciada, onde o prazo é até sete dias maior e há áreas com entrega interna, nas quais as encomendas chegam a agências próximas e o destinatário precisa ir até elas para retirar sua encomenda. De acordo com a estatal, as restrições garantem a

²¹ No bairro de Pinheiros a média de vida de uma pessoa é de 79 anos e em Moema, distrito com menos moradores negros na cidade, é de 80 anos (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

²² O site Medida SP, criado pelo urbanista Bernardo Loureiro, fez um mapa mostrando todos os lugares da cidade de São Paulo em que os Correios não entregam encomendas de forma regular.

segurança do carteiro e das encomendas em áreas de risco. Os Correios dizem reavaliar periodicamente os índices de segurança das cidades para verificar se as áreas podem ser incluídas em procedimentos normais de entrega, mas afirmam que só seria possível normalizar o serviço se houvesse mais segurança – o que é responsabilidade do Estado, segundo a Estatal (BANDEIRA, 2020). Em São Paulo, as áreas classificadas para entrega interna ficam nas Zonas Norte e Leste – distritos como Vila Jacuí, Lajeado, Itaquera e Vila Curuçá. Já as áreas com entrega diferenciada estão localizadas nas zonas Norte, Leste e Sul – um exemplo é o Capão Redondo, em que 90% da área têm esta classificação.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2016 (SEMINÁRIO..., 2016), com mais de 2 mil pessoas de diferentes regiões de São Paulo, mostrou que os paulistanos têm uma percepção negativa das zonas consideradas periféricas, pois associam-nas à pobreza e à violência. Para um quarto dos entrevistados (26%) a primeira ideia que vem à cabeça quando pensam em periferia em São Paulo é pobreza, seguida por violência (20%), favela (8%) e área abandonada (6%). A periferia está associada ao caos urbano e social: a maioria dos moradores é violenta e perigosa (56%), há mais tráfico de drogas (71%) e seus moradores sofrem mais preconceitos devido ao bairro onde moram (87%).

Inversamente, a percepção de apoio mútuo também prevalece nos bairros de periferia: 79% dos entrevistados acreditam que os moradores são mais solidários. Neste levantamento, 52% dos paulistanos afirmaram morar em áreas excluídas da cidade (a pesquisa não chegou a questionar o que especificamente entendiam pela expressão). Entre os dados alarmantes, quase um quarto dos paulistanos afirma ter sofrido preconceito em razão do local em que mora, tendo percebido isso em situações comuns do dia a dia, como uma entrevista de emprego. Uma em cada quatro pessoas disse que ficaria preocupada ou não aceitaria que pessoas de favelas viessem morar em seu bairro. Apesar de percebida como discriminada, a periferia é uma região de gente que se define principalmente como de “classe média ou média baixa”. Os que declaram viver em favelas destoam da periferia por serem menos escolarizados e mais jovens, pobres, negros, desempregados (ou empregados sem carteira assinada) e evangélicos. Os entrevistados acreditam que 33% dos paulistanos têm comportamento mal-educado e grosseiro, índice que é um pouco maior (36%) na periferia, ao contrário dos bairros não identificados como tal (23%).

Da mesma forma, a pesquisa revelou que ideias associadas a melhor qualidade de vida estão vinculadas a bairros não periféricos. Nesses, há melhor infraestrutura urbana (dizem 86%), mais oportunidades de emprego (83%), serviços de saúde de qualidade (76%), locais de lazer para todos (67%). Além disso, consideram que são bons lugares para criar os filhos (67%), que há escolas que funcionam bem (67%), com boas opções de transporte (66%) e mostram-se bons para se morar (65%), mais seguros (65%) e com atividades culturais mais interessantes (65%). Os bairros da região oeste de São Paulo, como o Morumbi e Pinheiros, são vistos como os melhores para morar, se divertir e fazer amigos; bairros do centro, como a Consolação e a Liberdade, são melhores para trabalhar, fazer compras e estudar. Enquanto isso, o Capão Redondo, Guaianases e Itaquera foram os bairros mais identificados com a pobreza na cidade.

A representação social da pobreza é caracterizada, por parte da sociedade brasileira, de forma estereotipada, principalmente quando falamos de territórios urbanos segregados, como periferias, favelas, ocupações ou cortiços. O morador e a própria região em si habitam o imaginário coletivo da sociedade em uma dualidade confusa e hostil: ou como o legítimo representante da violência e de tudo que ela significa (a figura do miserável perigoso e violento) ou como indivíduo passivo, não atuante sobre sua realidade e, por isso, não conquistador da meritocracia social. A questão é que nem toda pessoa que habita locais segregados na sociedade enfrenta a pobreza, propriamente dita, mas sim a representação dela, em razão do ambiente onde vive. Outro ponto: a pobreza narrada pelas vozes de quem habita a cidade, mas não conhece todos os seus territórios, é representada, em geral, pelo indivíduo à margem da civilidade, não retratando suas potencialidades, mas sua carência em relação a aspectos materiais e simbólicos.

Para além dos recortes representacionais citados, o Mapa da Desigualdade de 2019 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019) expõe dados que elucidam a forma como estruturamos São Paulo a partir de oportunidades concedidas e necessidades negligenciadas. O estudo revela os locais de concentração dos empregos formais: Itaim Bibi (34,6%), Santo Amaro (21,48%), Pinheiros (17,90%) e Lapa (17,30%). Em compensação, é na Cidade Tiradentes que temos menos trabalhadores formais, com taxa de 0,24%, seguida por Iguatemi (0,35%), Anhanguera (0,40%), Brasilândia (0,47%) e Jardim Ângela (0,50%). Na Cidade Tiradentes, por exemplo, que conta com

quase 230 mil pessoas, a quantidade de pessoas com carteira de trabalho assinada não chega a 7.500.

A mesma pesquisa (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019) compara indicadores dos 96 distritos da capital paulista. Em bairros onde vivem mais negros a morte ocorre mais cedo: os cinco distritos onde mais moradores se declaram negros estão na periferia – Jardim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Lajeado e Cidade Tiradentes. Em todos a idade média ao morrer não passa dos 60 anos, bem abaixo da média da cidade, que é de 68,7. No outro extremo, os cinco distritos com menor população negra – Moema, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista e Vila Mariana – têm uma média de idade ao morrer acima dos 78 anos. Além do *apartheid* paulistano, outros problemas se somam aos locais onde há mais negros e pardos na cidade: gravidez na adolescência, mortalidade infantil, espera para consultas no Programa Saúde da Família, acesso a equipamentos públicos de cultura, além da idade média de morte, conforme citamos.

A proporção de bebês de mães com 19 anos ou menos é igualmente reveladora: Parelheiros (16,50%), Cidade Tiradentes (16,40%) e Jardim Ângela (14,10%) são os distritos que mais chamam a atenção na lista, enquanto em Moema (0,35%), Itaim Bibi (0,70%) e Pinheiros (0,92%) há pouca gravidez precoce. Não por acaso, nos quinze distritos com mais pretos e pardos, a gravidez precoce chega a 13,40%, enquanto nos quinze bairros com menos pretos e pardos essa taxa é de 2,40%.

Em relação à mortalidade infantil em São Paulo, cuja média é de 10,50%, o índice aumenta para 15,60% em Cidade Tiradentes, 14,90% em Lajeado e 14,40% no Capão Redondo. No grupo oposto, a mortalidade infantil é menor em Perdizes (1,07%), Itaim Bibi (1,56%) e Consolação (2,54%). O paulistano espera em média quatro dias por uma consulta no Programa Saúde da Família, principal estratégia municipal para prevenção de doenças. Nos bairros centralizados a espera é de apenas 1,6 dia. Já em Guaianases, local onde mais se espera por atendimento, o prazo médio é de 13,27 dias. Esses dados não consideram o cenário de pandemia deflagrado pelo coronavírus ao longo de 2020, o que intensificaria gravemente as dificuldades para atendimento médico.

Sobre a disponibilização de equipamentos públicos de cultura, como centros culturais, teatros e museus, a taxa média paulistana é de quatro para cada 100 mil habitantes no município de São Paulo. Há distritos que ficam acima da média, com

4,7, como Consolação (19,9), Lapa (11,9) e Pinheiros (7,5). No outro extremo, a taxa média é de 1,3, como é o caso do Jardim Ângela (0,61), Parelheiros (0,68) e Grajaú (0,79) – regiões onde há menos opções culturais disponibilizadas pelo poder público.

Indivíduos que habitam territórios segregados são representados, por vezes, equivocadamente, por causa de aspectos de sua condição social que ultrapassam carências de categoria econômica. Fragilidade psicológica, iniquidade ideológica, abstinência de cultura e comportamentos dilacerantes para uma vida socialmente íntegra são alguns dos imaginários severos que os representam, determinando-os pela pobreza simbólica. A segregação das cidades, igualmente denunciada na concentração racial de negros e pardos pelos territórios segregados, determina estruturas e usufrutos desiguais que aumentam as percepções equivocadas e estereotipadas. Essas representações exercem significativa influência sobre o processo de constituição da identidade desses indivíduos e suas coletividades, causando o que Jodelet (1998) chama de alteridade de dentro – aqueles que, marcados com o selo da diferença física (cor, raça, deficiência) ou identitária (nacional, étnica, comunitária, religiosa), distinguem-se de um conjunto social/cultural e são considerados fonte de mal-estar ou ameaça.

A viabilização de políticas públicas sem que se escute e sem a participação de quem vivencia a realidade dos locais segregados não atende a demandas reais, pois não considera as dinâmicas e características sociais específicas. A utilização da cidade de maneira departamentalizada pelos tipos humanos corrobora a perpetuação de narrativas e comportamentos que reduzem, inferiorizam e criminalizam seus moradores. As representações estigmatizadas reduzem tais lugares a narrativas fragmentadas e desestruturadas pela falta de sentido com a experiência. Constituídas por imagens mentais, crenças e preconceções por vezes violentas, tais narrativas emitem juízos de valor que depreciam estética e moralmente configurações da cidade e indivíduos, cujas vozes não foram consideradas. As periferias, as favelas, os aglomerados, as quebradas e até as pessoas em situação de rua são retratados ao longo dos anos não como parte do tecido social com identidade própria, mas quase sempre a partir da negação ao que a região central, com estruturas básicas estabelecidas, considera o padrão a ser seguido – como o lado de fora da cidade.

Se representações sociais dizem respeito à maneira como enxergamos e interpretamos a realidade, a partir de uma concepção pré-moldada que em parte nos

é transmitida e em parte construímos por meio de nossa vivência, como temos representado as pessoas que vivenciam estados de vulnerabilidade? E àquelas que habitam territórios segregados? Quão amplas são nossas relações com quem não nos é semelhante? Como temos vivenciado as cidades? Temo-nos dado conta de como representamos sítios da cidade e de como os narramos? Essa são perguntas que nos levam a reflexões sobre a construção das nossas autonarrações do mundo e dos indivíduos que o habitam.

A seguir, abordaremos estudos antecedentes que realizamos sobre a última favela do centro de São Paulo, que nos ajudam a adentrar parte do cenário em que a pesquisa dessa tese foi construída.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

Favelas chamam-me a atenção desde a infância –talvez por conta do formato, das cores e dos cheiros. Hoje, porque são múltiplas, plurais e divergentes. Abrigam desde as mais diversas vulnerabilidades, precariedades e instabilidades às mais numerosas etnicidades, cumplicidades e potencialidades. Soam ora fascinantes, ora estarrecedoras, diante de tantas narrativas e representações equivocadas.

Por isso, uma favela foi objeto de estudo de minha dissertação - A Favela do Moinho de dentro para fora – relatos e percepções de seus moradores sobre suas vidas (TAMURA, 2016). Minha convivência neste ambiente começou em 2012, quando atuava em uma das empresas próximas a ela e assumi os projetos apoiados pelas leis de incentivo fiscal, mais especificamente o Fumcad. Minha responsabilidade era acompanhar os projetos favorecidos pelos benefícios e enxergar novas possibilidades de investimento social. As entradas recorrentes na Favela do Moinho, então localizada no bairro Campos Elíseos, centro de São Paulo, ajudaram a estabelecer vínculos afetivos e a conhecer as histórias das pessoas que ali moravam e o que as tinha levado até lá.

Em 2015, a proposta da dissertação de mestrado em questão foi reunir e analisar sua história, por julgar que esse registro revelava uma face escondida da história e da memória da cidade. O objetivo da pesquisa foi mapear e registrar a constituição do local, as causas que favoreceram a ocupação e conhecer sua dinâmica interna por meio dos relatos de alguns moradores, utilizando a história oral como base para coletar relatos contados por adultos, jovens e crianças moradores dali. Ouvir e refletir sobre as narrativas e representações das pessoas que ali moravam, de onde vieram, por onde passaram, o que desejavam, a forma de enxergarem sua própria história e como atribuíam significados aos tecidos urbanos

que sustentam seu cotidiano foram alguns dos aspectos de relevância para a pesquisa.

E por tratar-se de um objeto vivo de estudo, a dissertação descreveu mais do que constatações e dados – a perspectiva relacional do ato de ouvir histórias deu espaço a aprendizados mútuos e à compreensão de uma realidade para além da mediatizada e compartilhada entre tantas diferentes pessoas e seus sentidos de mundo.

O ato de escutar nos ajudou a compreender condições básicas daquele cenário, ignoradas por quem não vivencia tal realidade. Primeiramente, cada favela tem sua particularidade e, por isso, não devem ser compreendidas a partir de uma mesma lente. Por mais que as vulnerabilidades entre algumas delas sejam parecidas, isso não lhes confere as mesmas características. Cada uma é diferente e específica em relação às suas regras e convivência, perspectivas e formação social.

Nem toda favela quer ser entendida como comunidade. Algumas, em razão de uma questão ativista de demarcação de território, preferem ser conhecidas por quebrada, grotão, mocambo, ocupação, alagado, vila, bairro, baixada, ressaca, toca, goma ou moco. Da mesma forma, quando nos referimos às casas em que habitam, boa parte dos moradores as denominam de barraco “porque se fosse casa era mais ajeitadinho e seria de bloco”, diz um deles. A segurança da porta é garantida com fios, arames ou tramelas (espécie de tranca moldada em madeira, com um furo no centro, que é pregada no batente das portas de tal forma que possa ser girada, mantendo a porta travada quando necessário).

As paredes dos barracos, como em geral são de madeira, ganham cobertores ou panos coloridos para dar cor e vida ao barraco. Boa parte dos barracos tem dois ou até três andares, projetados e construídos pelos próprios moradores, onde ficam os quartos e o banheiro adicional. O encanamento e esgoto de cada barraco é feito por eles mesmos e vai tudo ser despejado por um cano largo (o que dificulta entupimento) na linha do trem, onde há ratos, cobras e escorpiões. (TAMURA, 2016, p. 42)

A Favela do Moinho começou a ganhar forma em 2002, depois do desmantelamento da Favela do Gato, próxima ao bairro do Bom Retiro. Com o despejo, alguns moradores passaram a construir barracos próximos à Linha Oito Diamante da CPTM, em um terreno desocupado pela fábrica Moinho Fluminense,

empresa de ração animal que funcionou entre as décadas de 1950 e 1980. Depois de desativada a produção, o terreno e suas construções abandonadas abrigaram a desova de corpos e animais sem vida em meio a seu matagal. Em 2020, estima-se que há quase 5 mil moradores nos seus pouco mais de 30 mil m² de terreno.

Durante as entrevistas realizadas com os moradores, boa parte deles indicou que, “por mais que a cultura não chegue na favela, as pessoas dali chegam na cultura”, uma vez que há várias manifestações musicais e artísticas que ocorrem no local. O funk é a batida musical mais ouvida, e o futebol masculino o esporte mais praticado. Apesar de morarem próximos a diversos equipamentos culturais, como Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, Sala São Paulo, Parque da Luz, Teatro São Pedro e Teatro Escola Macunaíma, em sua maioria, as crianças e jovens costumam frequentar apenas o Sesc Bom Retiro e o Museu de Energia e Saneamento. Existem muitas Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam no espaço, como a Cristolândia, com balé para as garotas e a Aliança de Misericórdia, com um projeto de contrafluxo escolar para crianças e jovens.

Na pesquisa de mestrado constatou-se que não há ligação forte entre as gerações das pessoas entrevistadas e seus antepassados. Pais e mães são citados difusamente, levando-os ao próprio silêncio. Das pessoas ouvidas, a maior parte sabe quem são seus progenitores, mas nem por isso convivem ou demonstram sentir sua ausência. Para a maioria, a figura paterna não faz parte do seu referencial de vida. Falamos de memórias de grupos vivos, abertas à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993). Falamos de memórias sem fotos para comprovar ou ajudar a rememorar o vivido, já que boa parte das famílias as perdeu entre as mudanças repentinas ou nos incêndios que enfrentaram.

Quanto aos espaços de memória do território ocupado pela favela, foram citados locais onde há convivência de boa parte dos moradores, como as igrejas (católica e evangélica), o Parque Vermelhão, o cinema construído pelos moradores em conjunto com as crianças e o campinho, situado no meio do terreno, onde nenhum barraco é construído, conforme combinado entre os moradores. Neles, celebram-se campeonatos, aniversários, festas comemorativas ou reuniões específicas, como os tribunais de decisão dos atuantes com o tráfico de drogas.

Diferentemente das representações que boa parte dos paulistanos tem sobre a solidariedade em comunidades, os moradores do Moinho não se reconhecem solidários entre si. “As redes de colaboração e ajuda mútua na favela são confusas. Embora os moradores se unam quando algum grande evento trágico ocorre por ali, ajudar o outro não faz parte do cotidiano de quem vive lá” (TAMURA, 2016, p. 52). A única benfeitoria entendida com caráter de irmandade é o empréstimo sem juros de dinheiro pelo “dono da boca”, quando solicitado. Não há, na forma pela qual as pessoas entrevistadas entendem o mundo, a proposta de constância da vida, sem modificações. A maneira que alguns encontraram para se posicionarem, terem voz e abrir possibilidades para convivência na sua realidade vem com uma cota de violência.

A violência cotidiana possivelmente seja uma resposta à forma como são entendidos na sociedade, posição esta estabelecida e cuidadosamente mantida pelos laços discursivos e destrutivos aos quais são submetidos. As iniciativas dessas pessoas de manterem-se dignos e de obterem visibilidade são impostas a uma circularidade que os coloca novamente na posição de exceção, de homens matáveis. Fato é que sucumbimos à percepção dominante e superficial da violência brasileira como uma luta entre polícia e bandido. Acharmos que devemos salvar todo menino e toda menina antes que se tornem bandidos. Mas, se para acabarmos com a violência de uma favela bastaria acabarmos com o tráfico de drogas, o problema não seria tão difícil de solucionar. A questão é que a violência se manifesta por outras vertentes além do tráfico. A violência, na verdade, assume diversas roupagens nas humilhações cotidianas a vidas relegadas a poucas chances de transformação porque os negamos a voz. E não ser ouvido pode condenar grupos, pessoas e países à inexistência. (TAMURA, 2016, p. 84)

Entre a maior parte das crianças ouvidas, há hostilidade em relação à escola que frequentam. Elas não gostam e não veem sentido em frequentar uma instituição que, consoante seus relatos, colabora, por meio de alguns professores, com a estereotipagem negativa de quem mora em uma favela. Trata-se de crianças que apenas sentem-se bem circulando em seu próprio território e, portanto, mostram-se deslocadas no bairro. Como não se percebem bem-vindas, não frequentam locais públicos próximos de onde moram ou, quando o fazem, agem com posturas defensivas a fim de se proteger de abordagens punitivas.

A realidade para boa parte dos moradores do Moinho é o que acontece dentro daquele ambiente, tão somente. É lá que existe a popularidade, o poder e a proteção baseada em relações e circunstâncias que não existem fora dali.

Boa parte dos moradores do Moinho não enxerga suas vidas fora desse ambiente, apesar de demonstrarem vontade de mudar dali. É ali que a *vita activa* (ARENDT, 2004), da inquietude, dá espaço, mesmo que brevemente, para a manifestação da vida contemplativa, aproximando-os da possibilidade de ser, mesmo não se dando conta disso. É verdade que o espaço para a quietude interior e atividade do espírito não é experimentado por boa parte dos moradores dali. Ainda assim, é no ambiente da favela que percebemos a possibilidade da experimentação do pensar, do querer e do julgar – propriedades da vida contemplativa que podem ser exercidas por qualquer pessoa quando consegue superar a *vita activa*. (TAMURA, 2016, p.109)

A dissertação constitui-se de uma pesquisa que, mais do que encontrar respostas, descobriu perguntas e tomou contato com a complexidade de elementos econômicos, políticos, sociológicos, psicológicos, afetivos e mitológicos de um espaço específico da cidade. Ao nos colocarmos à disposição para escutar moradores de um território segregado no centro de São Paulo, nos desarmamos da proposta de concordar ou discordar de suas representações. Simplesmente apreciamos afetivamente o ato de ouvir suas narrativas.

Depois de registradas algumas histórias de vida, tínhamos como propósito latente expandir nossas reflexões e análises sobre esse território e o diálogo estabelecido pelas pessoas que ali vivem. Esta tese, nesse sentido, busca reconhecer e interpretar as narrativas de pessoas que compartilham e convivem em um espaço urbano, ainda que não reconheçam legitimamente todos os atores que o constituem. Temos a convicção de que os indivíduos que habitam essa favela, assim como outros públicos do bairro, são invisibilizados por boa parte das pessoas que moram ou trabalham em localidades próximas. Também pressupomos que as representações do espaço urbano compartilhado por diferentes indivíduos e grupos, principalmente em relação à Favela do Moinho, estão envoltas por uma estereotipia social com forte caráter de rigidez e alto grau de generalização, uma vez que a interação que poderia corrigir as impressões iniciais entre esses indivíduos é rara e, quando ocorre, dá-se de maneira fragmentada e em uma dinâmica que os afasta ao invés de aproximar.

A fim de compreendermos o ambiente urbano em questão, compartilhamos, a seguir, as primeiras impressões das pessoas entrevistadas, que foram relatadas nos mapas falantes que fizeram. Trata-se de recortes iniciais que evidenciam percepções gerais sobre o campo de estudo, sem distinguir as nuances de interação com o bairro,

mas apenas as representações gerais sobre os elementos que o compõem, as situações que abriga e os indivíduos que o vivenciam.

3. SOBRE NARRATIVAS DOS ESPAÇOS DA CIDADE

3.1 O processo de urbanização das cidades e a evidência das vulnerabilidades

3.2 A representação dos territórios segregados da cidade

3.2.1 A segregação das favelas, cortiços e ocupações

3.2.2 A segregação das pessoas em situação de rua

3.2.3 A segregação das periferias

3.3 Estudos antecedentes sobre a última favela do centro de São Paulo

3.4 Representações gerais do campo de estudo

Chegamos à pesquisa aplicada. O convite aos grupos para que produzissem os mapas falantes foi um exercício que se aprimorou ao longo do tempo no campo. Ao adentrarmos diferentes ambientes do bairro e tomarmos contato com os indivíduos que o ocupam, tivemos o cuidado de pedir licença e nos esvaziar, em certa medida, de nossas ideologias convictas, a fim de dar espaço para nos preencher pelas realidades que nos abraçavam. Esse difícil processo colaborou com o estabelecimento da dinâmica e do diálogo pretendido. Todo mapa gerado para este trabalho foi um encontro. Por isso, os desenhos e as falas não foram arrancados das pessoas. São confissões vindas do estabelecimento de confiança, de uma atenção permanentemente à disposição. Em alguns casos, quase não foi necessário fazermos perguntas – a manifestação espontânea dos sentimentos e representações acontecia com tamanha expressividade que interrompê-los comprometeria suas respostas e as emoções associadas a elas. Mais do que convidar os participantes a desenharem como enxergam e vivenciam o campo de estudo, esta pesquisa praticou a escuta atenta. Pressupomos que o não dito, o que as pessoas deixam de dizer ou omitem, é muitas vezes tão importante quanto o dito. Foi preciso então nos calar para conseguir escutar o silêncio, o vácuo, ora em formato de desprezo (“eu sei que existe essa situação logo ali, mas não quero desenhá-la”), ora como invisibilidade (“eu desconheço isso por aqui”).

Depois da vivência no campo (a produção dos mapas falantes e as entrevistas semiestruturadas) foi necessário organizar todo o material. Identificar cada mapa falante com um código que permitisse encontrá-lo, transcrever tudo que foi ouvido (da descrição dos mapas ao diálogo estabelecido com a entrevista semiestruturada) e registrar todas as nossas percepções foram passos que seguiram cada ida aos locais

de pesquisa. Observar as produções no campo significou também sentir o cheiro, perceber os gestos, as hesitações, os detalhes, atentar para as expressões – um recorte de realidade construído com os princípios narrativos próprios de cada um. Todos estes aspectos foram descritos como percepções da pesquisa.

Alguns temas foram bastante citados e se repetiram ao longo dos mapas e entrevistas. Partindo da premissa de que a linguagem não apenas explica a realidade, mas a constitui (SPINK, 2010), destacamos dos 93 mapas produzidos as temáticas mais comumente referidas, às quais entendemos como macronarrativas, ou seja, narrativas construídas e legitimadas nas relações psicossociais, com base em significados e processos de significação mais estáveis (RIBEIRO, 2013); e micronarrativas, posicionamentos mais individualizados construídos e legitimados nas relações psicossociais que marcam a contribuição pessoal por meio de saberes e experiências da vida cotidiana transformada em linguagem (RIBEIRO, 2013).

Uma vez que narrativas expressam a própria realidade do indivíduo e a interpretação singular de perceber o mundo à sua volta, os mapas e as falas dos entrevistados permitem uma enorme variedade de análises. Como primeiro contato com os dados da pesquisa, apenas observamos atentamente cada material produzido no campo, sem diligências específicas de análise de pesquisa. As temáticas expostas por meio de macronarrativas e micronarrativas e os recortes de algumas delas nos mapas a seguir são as primeiras impressões de tudo que foi coletado – como um primeiro decantamento de todas as informações obtidas e um estreitamento da relação com o material da pesquisa.

Por isso, mais do que contabilizar a quantidade de vezes que uma micronarrativa foi citada, nossa preocupação esteve em compreender a maneira como foram tratadas – se coloridas ou sem cor, se uniformes, com corpo, abstratas ou inexpressivas. Reiteramos que se trata apenas de impressões iniciais que nos ajudaram a estabelecer uma relação com os materiais da pesquisa, mas, por expressarem a concepção psicossocial da realidade de indivíduos de diversas idades e diferentes vivências no espaço, julgamos importante notar tais traços. No próximo capítulo trataremos com a devida dedicação da análise crítica das narrativas dos mapas e das falas dos entrevistados. Exibir recortes de micronarrativas, além disso, nos permite apresentar algumas estruturas que a região abriga, como museus,

espaços de interação e problemas sociais crônicos que observamos representados pelos participantes dessa pesquisa a partir do repertório social de cada um.

Os mapas foram feitos por crianças, adultos e idosos. Esta característica que não será distinguida nesse trabalho, uma vez que, para nós, é importante ressaltar sua relação com o bairro e a forma de representá-lo. Todos os mapas falantes confeccionados (93 mapas) estão disponíveis no apêndice deste trabalho e foram identificados por códigos para facilitar a organização do material. Em cada um deles foram percebidas macronarrativas que destacam as *belezas* e *deslumbres* do local estudado, a *cotidianidade* (com suas ordens de trabalho) e as *vulnerabilidades* que abriga. Cada um deles vem acompanhado de micronarrativas que os descrevem. Abaixo, destacamos cada uma delas.

MACRONARRATIVA: BELEZAS e DESLUMBRES

MICRONARRATIVAS MAIS CITADAS NESTA TEMÁTICA:

- **COMIDAS:** como uma região reconhecidamente gastronômica.
- **EQUIPAMENTOS CULTURAIS**
- **ESPAÇOS VERDES**
- **PESSOAS:** como retrato de um bairro que abriga a diversidade e as pessoas circulando pelas ruas.
- **RUA JOSÉ PAULINO:** como referência de local de compra de roupas no Bom Retiro.

Entre os *espaços verdes* desenhados, o Jardim da Luz (PINACOTECA DE SÃO PAULO, [201?]), igualmente conhecido como Parque da Luz, foi aberto ao público em 1825. Administrado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a área do parque tem 82 mil m², sendo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat) em 1981. Como parte do projeto de revitalização do centro, em parceria com a Pinacoteca, foi restaurado em 1999. A Estação da Luz (SÃO PAULO, 2013), localizada ao lado do parque, foi aberta ao público em 1901, ocupando 7,5 mil m² do Jardim da Luz, onde encontramos as estruturas trazidas da Inglaterra que copiam o Big Ben e a abadia de Westminster. Passou por várias reformas e restaurações, como a que ocorreu depois do incêndio em 1946, quando teve sua estrutura parcialmente destruída. Com a degradação da região central da cidade, a partir da década de 1970, o Jardim da Luz ficou acessível à prostituição e ao tráfico de drogas, afastando a população visitante. No final da

década de 1990, entretanto, o governo assumiu a recuperação – o coreto foi restaurado, bem como o lago e os caminhos. Hoje, o parque ainda se divide entre os visitantes, as pessoas em situação de rua e as garotas de programa que circulam por lá. O *Parque* e a *Estação da Luz* são locais reconhecidos e retratados por alguns entrevistados dessa pesquisa, principalmente pelas pessoas em situação de rua, abrigo-as ao longo do dia. Abaixo constam as representações dos mapas elaborados.

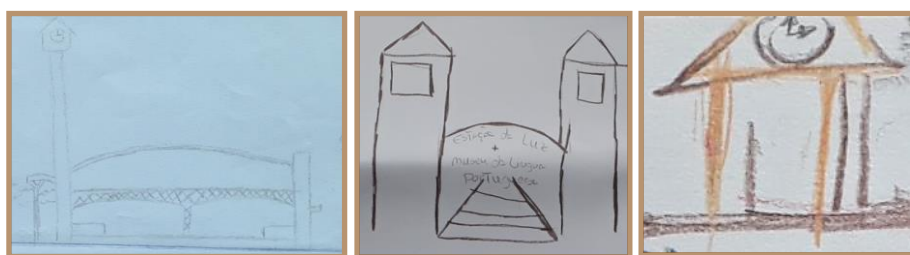


Figura 2: Recortes dos mapas MORAD 04, SC 02 e SC 01

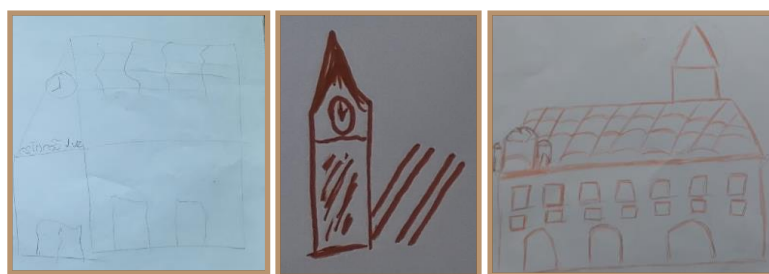


Figura 3: Recortes dos mapas RUA 04, SC 09 e DIZ 03

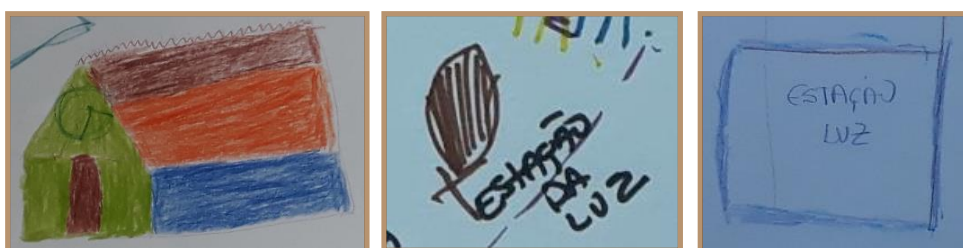


Figura 4: Recortes dos mapas SC 03, DIZ 1 e SC G 2

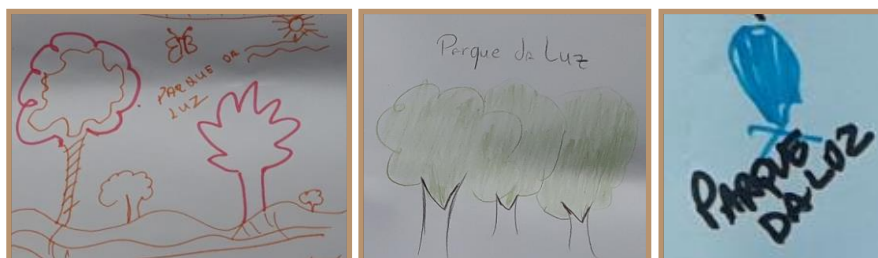


Figura 5: Recortes dos mapas SC 3 e SC 2 e DIZ 01



Figura 6: Recortes dos mapas SC G 2, DIZ 2 e SC G 2



Figura 7: Recorte do mapa SC 1

O Jardim da Luz é dividido por um dos mais importantes museus de arte do Brasil, construído em 1900, a *Pinacoteca do Estado de São Paulo* ([201?]), reconhecida como um *equipamento cultural* importante para a região. Foi projetada para ser a sede do Liceu de Artes e Ofícios e é o mais antigo museu de arte de São Paulo, regulamentado como museu público estadual desde 1911. A Pina, como também é conhecida, administra o local denominado Estação Pinacoteca, instalado no antigo edifício do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no Bom Retiro, onde mantém exposições temporárias de arte contemporânea, a Biblioteca Walter Wey e o Centro de Documentação e Memória da instituição. Com cerca de 4 mil peças, a *pinacoteca*, foi representada por vários entrevistados, embora muitos declararam não a conhecer por dentro.

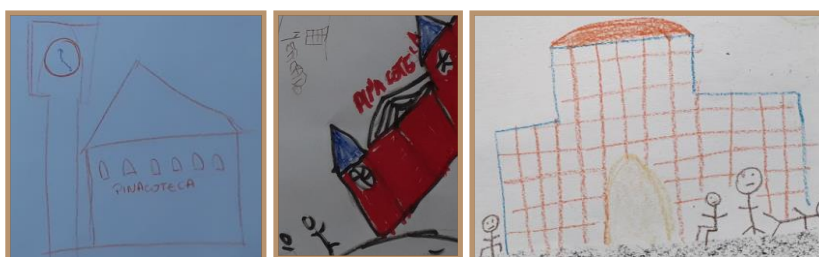


Figura 8: Recortes dos mapas SC G 2, SC 6, TECA 03

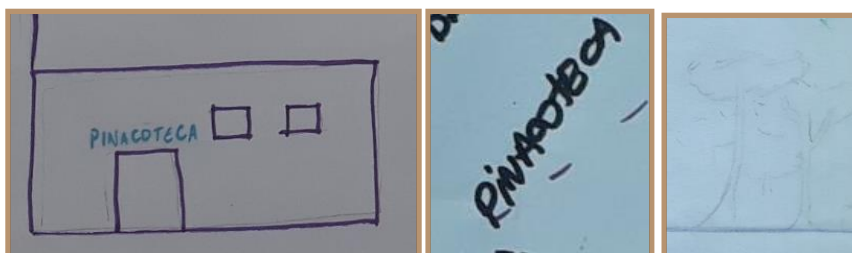


Figura 9: Recortes dos mapas SC 9, DIZ 1, MORAD 04

Em 1872 foi inaugurada uma estação de trem pela Estrada de Ferro Sorocabana para transportar café. Deixou de ser Estação São Paulo para receber o nome Júlio Prestes, em 1951, em homenagem ao ex-governador do estado e presidente da República eleito²³. Em 1999, o prédio foi restaurado e modificado internamente para criar uma das salas de concerto mais modernas e completas do mundo, com isolamento acústico e de ambiente, a *Sala São Paulo*, um *equipamento cultural* bastante reconhecido pelos entrevistados. Passou a ser a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) e da Secretaria de Estado da Cultura. Foi construído um acesso subterrâneo entre a Estação da Luz e a Estação Júlio Prestes, possibilitando interligar as Linhas Sul e Oeste da Fepasa, a Linha 8 da CPTM e a Linha Amarela do Metrô. A Sala São Paulo²⁴ é a primeira sala de concertos do Brasil, considerada uma das melhores do mundo desde sua concepção e parte do projeto de revitalização do centro da cidade. Ainda que tenha sido um dos primeiros projetos de revitalização cultural da localidade, fica próxima à rua Helvetia, morada de boa parte dos usuários de drogas. Por isso, quando citada, a *Sala São Paulo*, abaixo representada, normalmente é associada à proximidade com a Cracolândia.



Figura 10: Recortes dos mapas SC 01, SC 09 e SC 10

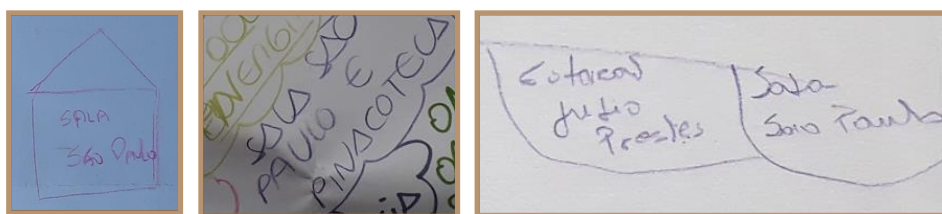


Figura 11: Recortes dos mapas SC G 2 e SC 1 e MORAD 01

²³ As informações foram retiradas do livro *Campos Elíseos: história e imagens*, do fotojornalista Juan Esteves.

²⁴ Informações retiradas do site da Sala São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/34uWI0o>. Acesso em: 8 out. 2020.

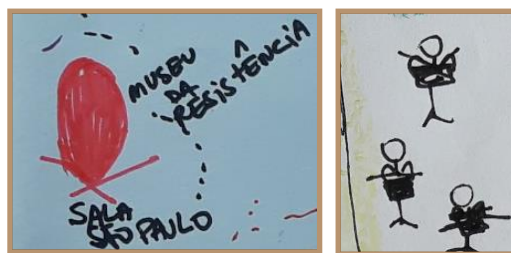


Figura 12: Recortes dos mapas DIZ 1 e MORAD 3

O bairro do Campos Elíseos, epicentro da pesquisa desta tese, é um dos locais que retrata a chegada da elite cafeeira a São Paulo, no século XIX. Os vários casarões e palacetes que ainda restam por ali conferiram um novo estilo de arquitetura para a época²⁵. Com sua construção, pela primeira vez cozinhas e banheiros foram instalados dentro das casas, visto que os barões da indústria cafeeira investiram em redes de água, esgoto e iluminação na cidade para ganharem conforto. Uma característica de boa parte dos casarões são os cômodos com janelas e aberturas para ventilação e iluminação natural. A maioria das construções é de arquitetos famosos.

O Palácio dos Campos Elíseos, citado em alguns desenhos, foi projetado pelo alemão Matheus Häusler e decorado pelo italiano Cláudio Rossi, responsável também pelo Theatro Municipal de São Paulo. Tombado em 1970, passou por restauração e hoje abriga o Centro Nacional de Referência em Empreendedorismo, Tecnologia e Economia Criativa. A Casa Don'Anna, tal qual comentada por alguns entrevistados, foi construída entre 1912 e 1914, em um projeto de Ramos de Azevedo, o arquiteto mais renomado de São Paulo do início do século XX. A residência foi endereço do jovem casal Octaviano Alves de Lima Filho e Anna Silva Telles, filha de empreendedores que lançaram em Buenos Aires o Café Paulista. Restaurada. Hoje abriga o centro cultural Casa Don'Anna.

A região começa a se degradar com a crise econômica mundial de 1929, que afetou de forma dramática a exportação do café brasileiro. Falidas, muitas famílias foram obrigadas a deixar o local e seus luxuosos casarões começaram a ser demolidos para dar lugar a galpões. O bairro se transformou em uma área semi-industrial e de baldeação para o centro da cidade por meio das vias férreas e do primeiro terminal rodoviário. Nos anos 1970, após décadas de declínio urbanístico,

²⁵ As construções estão documentadas no livro *Campos Elíseos: história e imagens* (ESTEVES, 2017).

somadas a diversas políticas urbanas malsucedidas, a região passa a ser conhecida como Boca do Lixo – em referência ao lixão surgido entre as linhas dos trens e aos altos índices de prostituição e violência. Com a epidemia do crack no início dos anos 1990, usuários e traficantes tomaram conta de algumas de suas ruas de forma ostensiva – surgia a Cracolândia, conforme veremos.

Ainda que os entrevistados não soubessem da história dos casarões e palacetes, várias vezes os citaram-nos e reconheceram a beleza do bairro por tê-los como patrimônio histórico. As ilustrações dos *casarões* foram reunidas abaixo:



Figura 13: Recortes dos mapas TO 02 e TO 01 e TEC 03

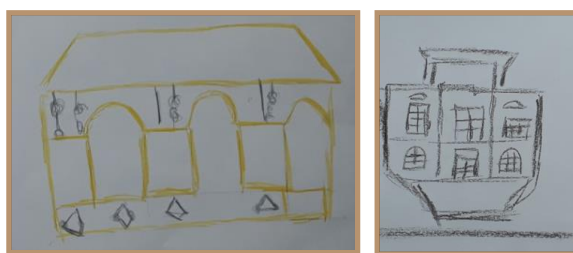


Figura 14: Recortes dos mapas DIZ 3 e DIZ 2

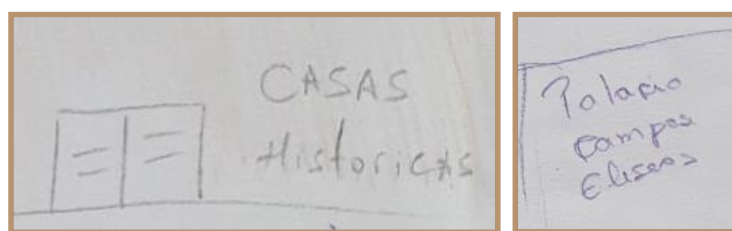


Figura 15: Recortes dos mapas TO 03 e MORAD 1



Figura 16: Recortes dos mapas SC 02 e SC 08

A Fundação Energia e Saneamento, instituição sem fins lucrativos brasileira, foi criada com a proposta de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural dos setores de energia e de saneamento ambiental. Inicialmente fundada com a finalidade

de preservar a memória e o patrimônio do gás e da eletricidade no estado de São Paulo, incorporou em 2004a temática do saneamento à sua missão. A instituição²⁶ detém o maior acervo histórico sobre eletrificação de São Paulo e documentos sobre energia, saneamento, assim como temas relacionados ao processo de urbanização e industrialização no Brasil. No palacete que abriga a Fundação, morou, por volta de 1894, Henrique Santos Dumont, irmão mais velho do aviador Alberto Santos Dumont. Como moradia de um dos homens mais ricos do Brasil, o palacete foi ricamente decorado (madeiras nobres, mármore italianos, pastilhas de mosaico veneziano revestindo o piso do jardim, pinturas murais com filetes de ouro e papéis de parede importados em todos os cômodos). Quando a elite paulistana deixou de morar no Campos Elíseos, o palacete da família Dumont abrigou o Colégio Stafford, um internato feminino (1926 a 1951), e depois a sede da Sociedade Pestalozzi (1952 a 1983). Entre 1983 e 2001, o imóvel foi ocupado por sem-teto, até que em 2001 passou à Secretaria de Estado da Cultura, que o cedeu à Fundação de Energia e Saneamento. Restaurado, o casarão abriga, desde 2005, o Museu da Energia de São Paulo e a sede da Fundação Energia e Saneamento.

O local é reconhecido por vários perfis de entrevistados, especialmente por crianças que moram na Favela do Moinho, já que o habitaram (alguns nascidos ali) quando ainda estava ocupado por várias famílias. Abaixo as referências da *Fundação de Energia e Saneamento* ou, em outras palavras, do *Museu de Energia*, encontradas nos mapas.



Figura 17: Recortes dos mapas ENE 01 e DIZ 2

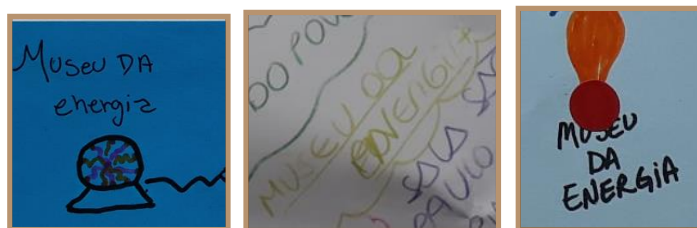


Figura 18: Recortes dos mapas MOI SC 01, SC 1 e DIZ 1

²⁶ Informações do site da Fundação Energia e Saneamento. Disponível em: <https://bit.ly/35AkXcD>. Acesso em: 8 out. 2020.



Figura 19: Recortes dos mapas SC 2 e SC 10

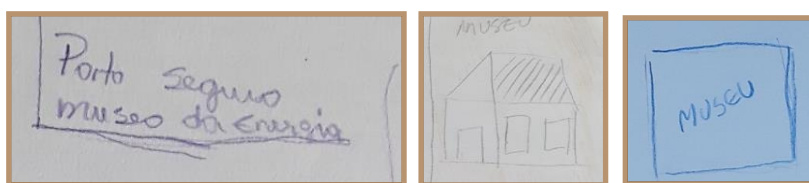


Figura 20: Recortes dos mapas MORAD 1, TO 03 e SC G 2

Localizado em frente ao Museu de Energia e Saneamento está o Sesc Bom Retiro. Instituição brasileira privada, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, foi reconhecida como uma beleza da região pelo bem-estar e ativa vida cultural que gera ao bairro. Com uma área de 13 mil m², o local, aberto em 2011, oferece consultório odontológico, piscina coberta e aquecida, internet livre, ambiente para brincar, entre outros tantos serviços que acolhem e agradam os mais diversos públicos – dos transsexuais em situação de rua que sentem-se à vontade para usar os banheiros da unidade, às crianças da favela que utilizam os computadores disponibilizados com internet. É justamente esse o público que mais se referiu ao Sesc – as crianças e os jovens que moram na Favela do Moinho. Sua identificação é tamanha que chegam a idealizar um Sesc feito somente para eles, dentro da favela, ao qual chamam *Sesc do Moinho* e discriminam os serviços dos quais gostariam de desfrutar: piscina, biblioteca, academia, cinema, sala de música, teatro, quadra, sala de lazer, espaço de cultura, exposição de arte e refeitório.

As representações do **SESC BOM RETIRO** nos mapas dos entrevistados são:



Figura 21: Recortes dos mapas MOI SC 01, SC G 2 e DIZ 2

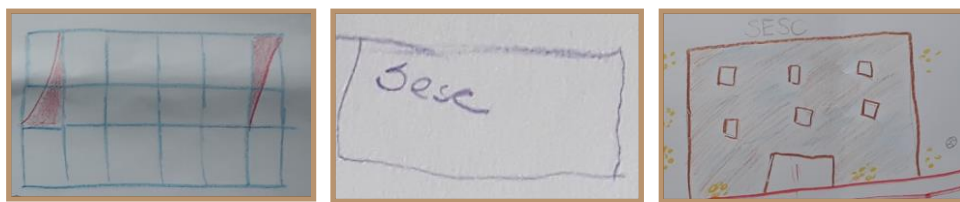


Figura 22: Recortes dos mapas DIZ 3, MORAD 01 e SC 10



Figura 23: Recortes dos mapas TO 01 e SC 5, MOI 11



Figura 24: Recortes dos mapas SC 01 e SC 7

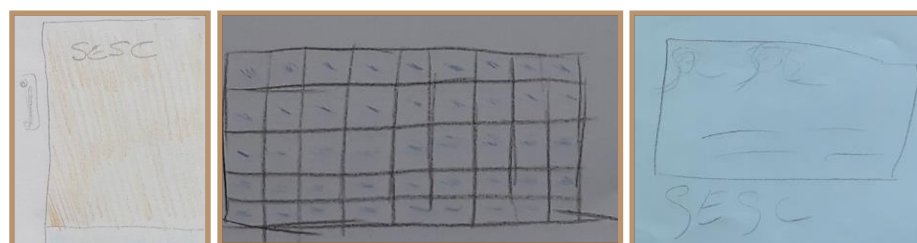


Figura 25: Recortes dos mapas TO 03, SC 2 e RAE 2

Entre os vários teatros que fazem parte do campo de estudo (Coração de Jesus, São Pedro, Contêiner Munguzá, Grande Otelo, A Próxima Companhia) dois foram comumente citados pelos entrevistados – o Teatro Escola Macunaíma, referência desde 1974, e o mais contemporâneo Teatro Porto Seguro, inaugurado em 2015.

Também foi citada, ainda que com menos frequência, a Fundação Nacional de Artes (Funarte). Criada em 1975, a instituição tem como missão promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileira.

Uma das escolas mais antigas da capital, o Teatro Macunaíma, surgiu como um centro experimental de formação teatral e tem como característica a metodologia

própria criada por Constantin Stanislavski²⁷. Ainda que não se declare uma escola para pessoas de baixa renda, o valor das mensalidades é um dos mais acessíveis na capital paulistana. Enquanto as mensalidades de cursos de teatro vão de R\$ 500,00 à R\$ 1200,00, o Teatro Escola Macunaíma tem cursos para iniciantes de R\$ 297,00²⁸.

O Teatro Porto Seguro, por sua vez, foi criado com o objetivo de incentivar a cultura brasileira e levar mais pessoas a frequentarem a região nos finais de semana²⁹. A programação, conforme informações divulgadas no site (TEATRO PORTO SEGURO, [201?]), é eclética e dialoga com todos os públicos e tendências, como peças teatrais, espetáculos infantis, shows de artistas consagrados e até montagens exclusivas de grandes musicais. Os ingressos têm 50% de desconto apenas para quem tem o seguro da empresa. Abaixo, os *teatros* representados nos mapas:

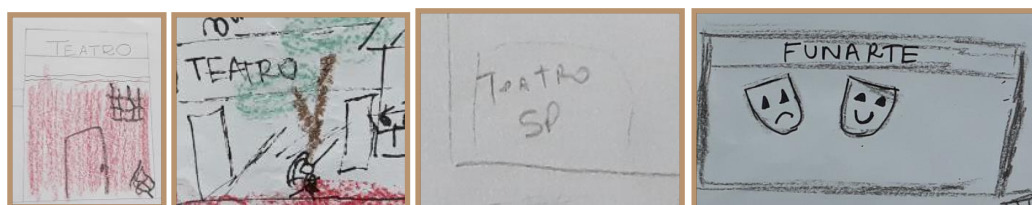


Figura 26: Recortes dos mapas TEC 01, MORAD 03, TO 03 e DIZ 2

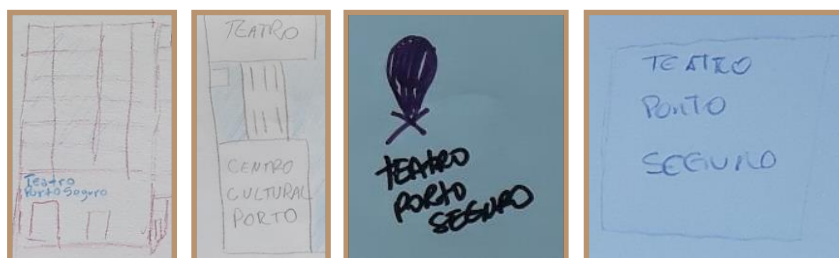


Figura 27: Recortes dos mapas TO 02, TO 03 e DIZ 1 e SC G 2

O Santuário do Sagrado Coração de Jesus (SSCJ, 2019) é uma tradicional igreja católica, com arquitetura em formato de basílica que é constituída de três naves. Tem como característica a estátua do Cristo Redentor, em cobre, que decora o topo de sua torre. A igreja faz parte de um complexo de construções que abriga também o Liceu Coração de Jesus, colégio salesiano fundado em 1885. Trata-se do

²⁷ Constantin Stanislavski foi ator, diretor, escritor e pedagogo russo que teve destaque no final do século XIX e início do século XX.

²⁸ Os valores foram pesquisados nos sites das escolas de teatro TUCA, Escola de Atores Incenna e Casa de Teatro Célia Helena.

²⁹ Tais informações foram divulgadas no ano de sua inauguração, para os funcionários da Porto Seguro.

mais antigo templo de estilo clássico-renascentista de São Paulo e é considerado um marco na renovação da arte sacra na capital paulista devido à decoração interna influenciada pelos salesianos. Apesar de ter sido inaugurada em 1901, somente em 1914 foi elevada ao grau de santuário. O local abriga relíquias religiosas valiosas como a imagem original de Nossa Senhora de Lourdes, a santa padroeira da França.

Compartilhando a mesma quadra que a igreja, com 17 mil m² o Liceu Coração de Jesus foi criado em 1885 pela Congregação dos Salesianos com a ajuda da Princesa Isabel. Fundado para atender jovens de baixa renda, o Liceu recebeu filhos de imigrantes italianos para educação convencional, de ex-escravos para operadores de alfaiataria e gráficas, e depois de cafeicultores que então residiam no Campos Elíseos. Teve como alunos Monteiro Lobato, Grande Otelo, Carvalho Pinto e Toquinho. O conjunto arquitetônico tombado tem três prédios construídos em volta de um grande pátio interno: o colégio, o santuário, e o teatro com setecentos lugares. O colégio já abrigou mais de 3 mil alunos nos anos 1990. Hoje, de acordo com a fundadora da Associação de Moradores do bairro de Campos Elíseos, Noemi dos Santos, pouco menos de 280 alunos estudam em salas de aula cujas janelas voltadas para a rua estão pregadas para que não vejam as calçadas onde usuários de drogas circulam, uma vez que a quadra em que estão as construções está diante do simulacro da Cracolândia. A seguir estão as representações mostradas nos mapas dos entrevistados do *Santuário Coração de Jesus* e do *Liceu Coração de Jesus*.

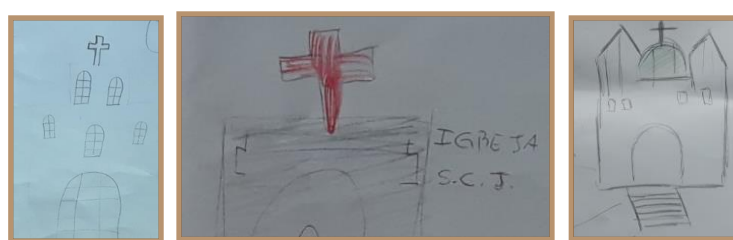


Figura 28: Recortes dos mapas MOI ED, DIZ 2, DIZ 03

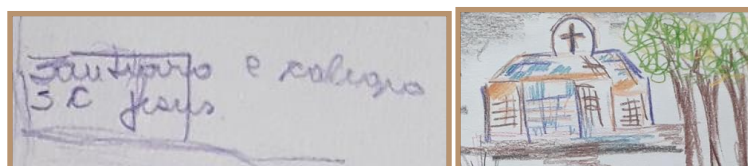


Figura 29: Recortes dos mapas MORAD 01, SC 01



Figura 30: Recortes dos mapas RAE 02, SC 09, SC 10 e TO 03



Figura 31: Recorte do mapa SC 09 e SC 03

Outras igrejas e religiosidades foram representadas nos mapas, como as comunidades judaicas, a Primeira Igreja Batista e a Igreja de Santa Cecília.

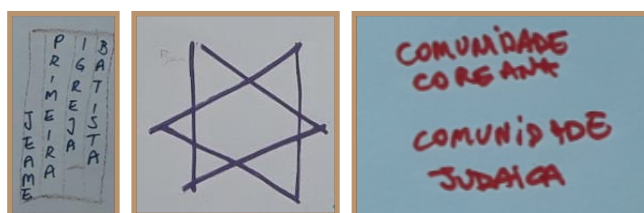


Figura 32: Recortes dos mapas DIZ 2, SC 9 e DIZ 1



Figura 33: Recortes dos mapas MORAD 05 e RUA 14

Outro *espaço verde* comumente citado foi a Praça Princesa Isabel (SÃO PAULO ANTIGA, 2020), propriedade do Barão e Visconde de Mauá. Sua atual denominação foi sugerida pelo vereador Henrique Queiroz, em 1921, dias depois do falecimento da Princesa Isabel. Em 1941, um concurso internacional de maquetes incentivou a criação de um monumento em homenagem ao Duque de Caxias, considerado um herói militar brasileiro. Vitor Brecheret foi o vencedor, entre trinta concorrentes. O monumento, de cinquenta metros de altura foi inaugurado em 1960 e Brecheret, falecido cinco anos antes, não pôde contemplar sua obra. Hoje, às quintas-feiras pela manhã, um grupo da terceira idade se reúne na praça para fazer

alongamentos e caminhadas, incentivados por um professor de educação física contratado por uma empresa instalada ali. Mas, mesmo com esse movimento de ocupação da praça, ela e outras próximas, como o Largo Coração de Jesus, ao lado do Santuário Coração de Jesus, são utilizadas diariamente por usuários de drogas e pessoas em situação de rua devido à proximidade da Rua Helvetia e da Dino Bueno, locais onde a Cracolândia está instalada.

Ao lado da praça, atravessando a rua, há o terminal de ônibus Princesa Isabel, muito citado ao longo das entrevistas, não como uma beleza do bairro, mas como parte de sua cotidianidade, como veremos na próxima macronarrativa retratada. Abaixo, a manifestação da *praça* e *Terminal Princesa Isabel*, conforme os desenhos dos entrevistados.



Figura 34: Recortes dos mapas MORAD 01 e DIZ 1, SC 01 e SC 4

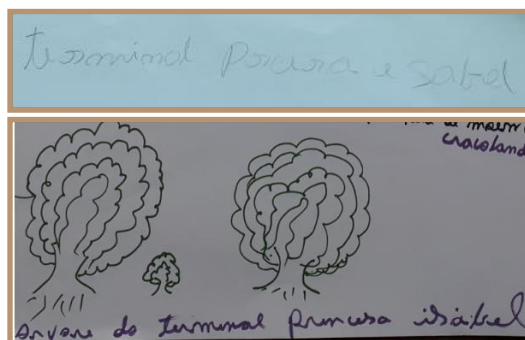


Figura 35: Recortes dos mapas RAE 02 (acima) e SC 4 (abaixo)

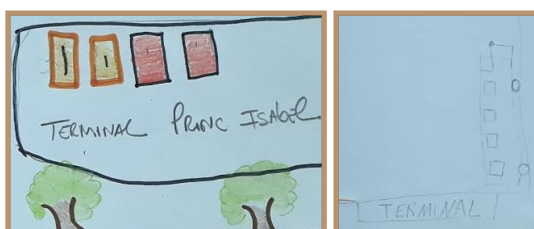


Figura 36: Recortes dos mapas TEC 03 e MOI ED



Figura 37: Recortes dos mapas MOI ED, RUA 03, TEC 01



Figura 38: Recortes dos mapas MORAD 04 e TO 03

O Castelinho, da Rua Apa, por alguns visto como *equipamento cultural*, por outros como local mal-assombrado, é um imóvel ao lado do Elevado Presidente João Goulart (o Minhocão). Trata-se de uma construção residencial de 1912 que, por causa da torre com características dos castelos franceses, ficou conhecida como Castelinho. Até 1937 foi propriedade da família Dos Reis. Depois de uma tragédia familiar, o imóvel ficou sem herdeiros e, abandonado, serviu como depósito para catadores de papel. Em 1991 foi aberto o processo de tombamento, que se concretizou em 2004. Desde 1996 a concessão para utilização do local é do Clube das Mães do Brasil, organização não governamental que promove atividades de cunho social, educacional e cultural, atendendo a crianças, cidadãos em situação de rua, dependentes químicos e catadores de papel, conduzidas por Maria Eulina. Em 2015 o Castelinho foi restaurado com recursos do Fundo Estadual de Direitos Difusos (FID), gerido pela Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, permitindo ampliar suas atividades de formação profissional por meio de ateliês de confecção de artesanato e artigos de moda, bem como oferecer curso de gastronomia orgânica na cozinha experimental que funciona no prédio restaurado.

Algumas entrevistas foram realizadas no Castelinho, a fim de nos aproximarmos das pessoas em situação de rua que residem embaixo do Minhocão e nas ocupações das redondezas. Boa parte delas dirige-se ao local para tomar banho, já que são oferecidos, por valores simbólicos, sabonete e roupa limpa por meio do bazar que abriga. Mas não foram entrevistadas apenas pessoas em situação de rua.

Crianças e adultos que participam dos projetos de culinária e artesanato também foram entrevistados e convidados a participar da confecção dos mapas e das entrevistas. Abaixo, as representações do *Castelinho* feitas por eles.

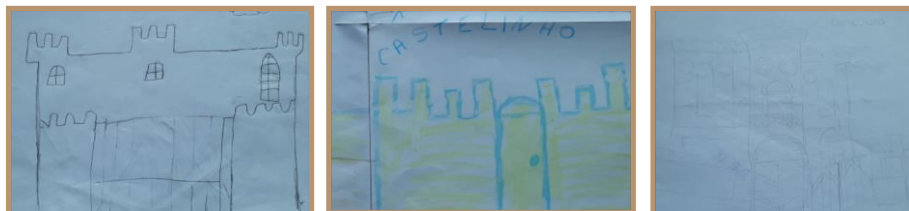


Figura 39: Recortes dos mapas CASTEL 04, ED CA e RUA 08

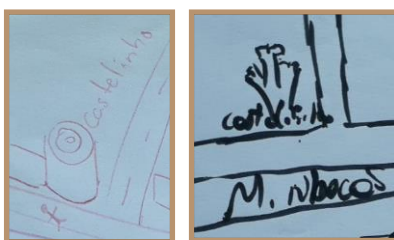


Figura 40: Recortes dos mapas PE 01 e RUA 09

Uma das belezas citadas da área estudada é o fato de ela ser reconhecida como um bairro da moda na cidade, principalmente a rua José Paulino, no Bom Retiro, local muito próximo ao Campos Elíseos. Suas primeiras oficinas de roupas³⁰ foram criadas por imigrantes judeus nos anos 1920. Nas décadas seguintes, as oficinas cresceram e se modernizaram, transformando-se em confecções produtoras de roupas em escala industrial. O comércio atacadista cedeu lugar à economia mista de atacado e varejo. O primeiro ciclo de ocupação da José Paulino encerrou-se na década de 1980, quando a comunidade judaica se aposentou e coreanos instalaram suas confecções na rua. As referências à *rua José Paulino* (muitas vezes citada como *Bom Retiro*) foram feitas principalmente por quem trabalha na região e utiliza da proximidade do centro comercial para suas compras. Abaixo, as referências encontradas nos mapas:



Figura 41: Recortes dos mapas DIZ 3 e SC 1

³⁰ Informações retiradas de Feldman (2015).



Figura 42: Recortes dos mapas SC 2, DIZ 1 e SC 10

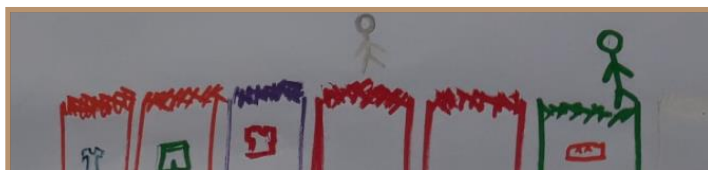


Figura 43: Recorte do mapa SC 9

Outras belezas citadas referem-se às comidas, pouco tratadas nos desenhos, mas que apareceram de maneira latente nas entrevistas, além da diversidade de pessoas que circulam pelo bairro. São reconhecidos os imigrantes (as mais numerosas são as comunidades coreana, peruana, congolesa, boliviana e judaica), e os migrantes de outras regiões do Brasil que buscam oportunidades em São Paulo e comumente acabam chegando ao centro de São Paulo em busca de emprego. A localidade também abriga riquezas gastronômicas, como restaurantes de comida peruana, árabe e africana, além de estar próxima a cantinas italianas famosas da cidade situadas no Largo do Arouche. Abaixo, alguns recortes do que representaram como *diversidade* do bairro e sua *culinária*.



Figura 44: Recortes dos mapas MORAD 02, SC 8 e SC 06



Figura 45: Recortes dos mapas MOI ED, MOI 04 e TEC 02



Figura 46: Recortes dos mapas ENE 01 e MOI 06



Figura 47: Recortes dos mapas PE 01 e TO 02



Figura 48: Recortes dos mapas DIZ 3 e MORAD 3



Figura 49: Recortes dos mapas SC 8 e SC 01



Figura 50: Recortes dos mapas SC 1 e SC 02

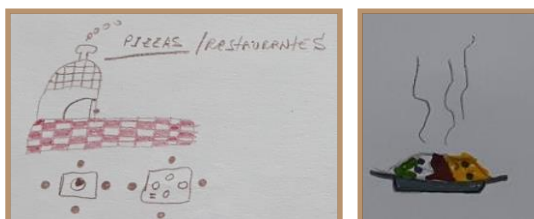


Figura 51: Recortes dos mapas TO 01 E SC 02

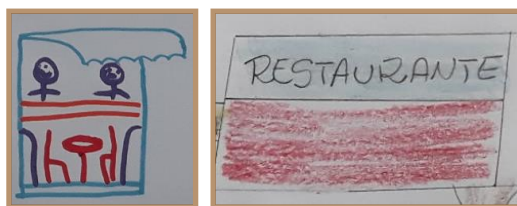


Figura 52: Recortes dos mapas SC 09 e MORAD 03

As macronarrativas sobre *cotidianidades* revelam o dia a dia da região – da identificação de suas casas e pensões ao mercado, hortifruti, padaria, restaurantes e bazares que frequentam. Outra referência bastante citada são as igrejas que foram representadas acima.

MACRONARRATIVA: COTIDIANIDADES

MICRONARRATIVAS MAIS CITADAS NESTA TEMÁTICA:

- **VIDA DO DIA A DIA:** expressa em bancos, bares, restaurantes, bombeiro, padarias, creches, hortifruti, sebos, bazares, escolas e igrejas.
- **TRÂNSITO:** carros, metrô, ônibus, bicicletas.
- **MORADIAS EM GERAL:** prédios, casas, pensões e barracos.
- **EMPRESAS DA REGIÃO**
- **MINHOCÃO:** pouco representado, mas bastante citado pelos entrevistados.

Foi muito comum a representação de *moradias* pelos entrevistados, como casas, prédios, cortiços e barracos.

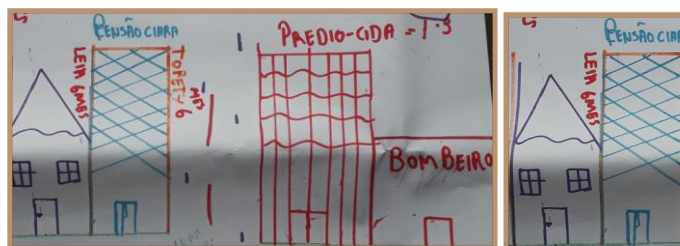


Figura 53: Recortes do mapa SC 5



Figura 54: Recortes dos mapas CASTEL 05 e SC 2



Figura 55: Recortes dos mapas CASTEL 06 e TEC 03



Figura 56: Recortes dos mapas SC 03, MOI AD 07, SC 6 e MORAD 02



Figura 57: Recortes dos mapas MOI ED e RUA 03

Entre as micronarrativas mais representadas nesta temática estão os aspectos do dia a dia – a mercearia, o brechó, o bazar, os mercados, as padarias, as UBSs, as escolas públicas e alguns detalhes, como o carrinho de milho e o vendedor de coco no Minhocão, quando se abre aos pedestres aos finais de semana.

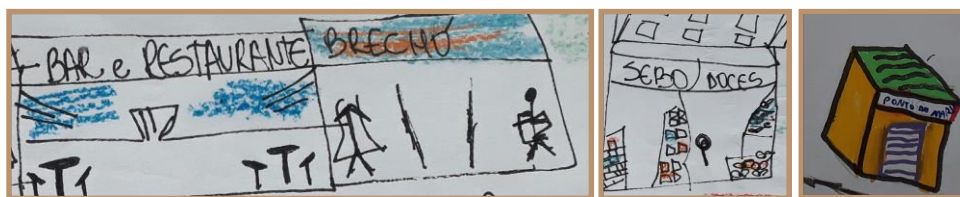


Figura 58: Recortes dos mapas MORAD 03 e SC 6

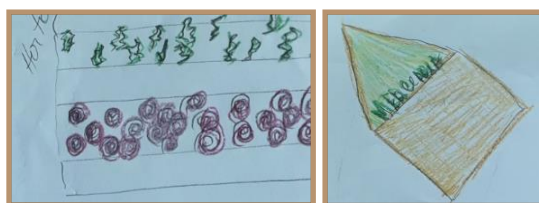


Figura 59: Recorte do mapa MORAD 2



Figura 60: Recortes dos mapas CATEL 02, MOI SC 06 e MOI 1



Figura 61: Recortes dos mapas PE 1, MOI ED e RUA 03

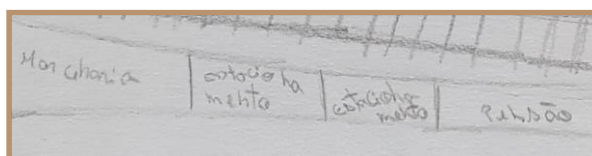


Figura 62: Recorte do mapa MOI SC 05



Figura 63: Recorte do mapa TEC 01



Figura 64: Recorte do mapa MOI AD 10
Legenda do mapa: lojas, feira, médico, shopping



Figura 65: Recortes dos mapas MORAD 03, SC 3 e DIZ 2

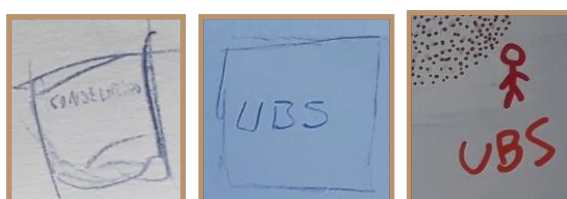


Figura 66: Recortes dos mapas MOI SC 02, SC G 2 e SC 9



Figura 67: Recortes dos mapas SC G 2 e SC 05

As empresas mais expressivas da localidade são o Sesc Bom Retiro, retratada anteriormente, e a empresa Porto Seguro, no bairro desde 1940. Tejofran, Frigelar, Senai, Sebrae e Vedatec são outras poucas empresas representadas, em geral, pelas pessoas que trabalham por ali.



Figura 68: Recortes dos mapas DIZ 2, TO 02, ENE 01 e SC 09

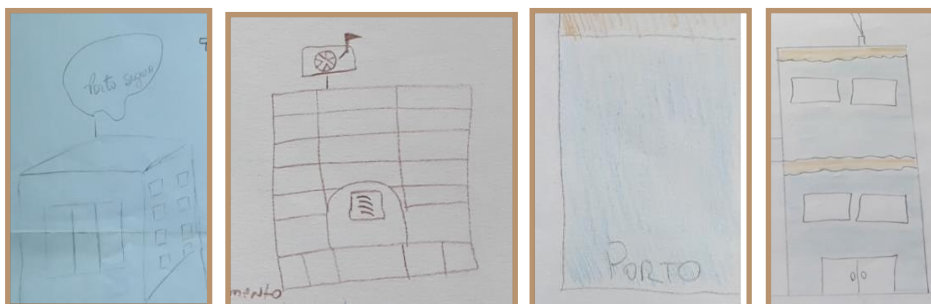


Figura 69: Recortes dos mapas MOI ED, TO 01, TO 03 e TEC 03

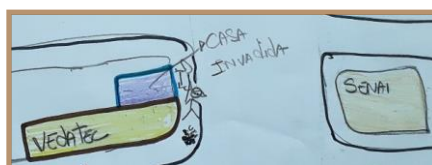


Figura 70: Recorte do mapa TEC 03

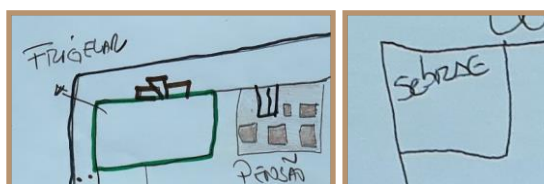


Figura 71: Recortes dos mapas TEC 03 e TEC 01

Algumas micronarrativas se repetem em mais de uma macronarrativa. O *Minhocão*, visto como um local de lazer e convívio social, também abriga a miséria e os “abandonados” (neste sentido consideramo-lo nas macronarrativas tanto de cotidianidades quanto nas de vulnerabilidades da região). O *Elevado Presidente João Goulart*, nomeado anteriormente como Elevado Presidente Costa e Silva, e popularmente conhecido como Minhocão, é uma via expressa elevada de São Paulo, de 3.400 metros de extensão, que liga a praça Roosevelt, no centro da cidade, ao Largo Padre Péricles, na Barra Funda. Foi construído em 1971 com o intuito de desafogar o trânsito de vias que, por cortarem regiões centrais, não poderiam ser alargadas para ter sua capacidade ampliada. Desde o Plano Diretor Estratégico de 2016, aprovado em 2014 na gestão de Fernando Haddad, existe previsão para transformar o Elevado em parque. Em 2018, a lei³¹ que cria o Parque Municipal do Minhocão foi promulgada pelo então prefeito João Doria e publicada no *Diário Oficial*. Em 2019, o prefeito Bruno Covas anunciou o início do planejamento, prevendo desativar o elevado e criar um parque suspenso num primeiro trecho de novecentos metros que liga a praça Roosevelt ao Largo do Arouche. A proposta divide opiniões entre fazer do local um parque ou desmontá-lo. Participam das discussões moradores da região, comerciantes, pesquisadores, pessoas que utilizam a via e frequentadores do ambiente aos finais de semana. Entre os principais grupos que discutem o futuro do Minhocão estão a Associação do Parque Minhocão, o Movimento Desmonte do Minhocão e SP sem Minhocão. Este trabalho ouviu algumas pessoas que participam da discussão, entre elas uma pesquisadora holandesa que acompanha muito ativamente a pauta sobre a reestruturação urbana desse ambiente da cidade.

Nesta pesquisa, destacamos o quanto pessoas em situação de rua citaram e desenharam o local. A familiaridade é justificada por se tratar da moradia de muitos indivíduos que habitam as ruas, embora não façam parte de nenhum dos movimentos citados.



Figura 72: Recortes dos mapas RUA 09 e RUA 03

³¹ Lei nº 16.833 de 7 de fevereiro de 2018



Figura 73: Recortes dos mapas DIZ 2 e PE 01

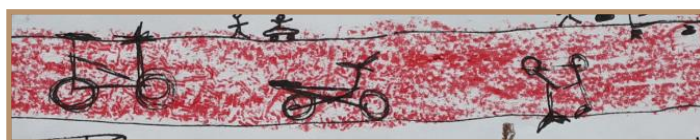


Figura 74: Recorte do mapa MORAD 03

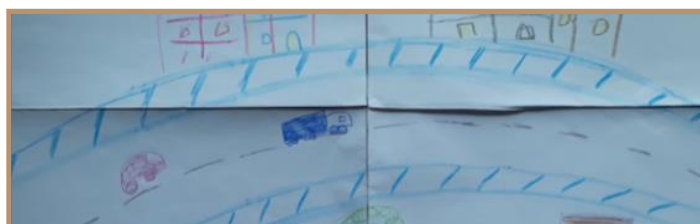


Figura 75: Recorte do mapa ED CA



Figura 76: Recorte do mapa CASTEL 07

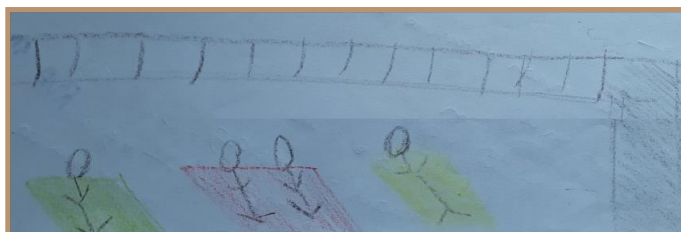


Figura 77: Recorte do mapa RUA 11

MACRONARRATIVA: VULNERABILIDADES

MICRONARRATIVAS MAIS CITADAS NESTA TEMÁTICA:

- **FAVELA DO MOINHO**
- **REFERÊNCIAS ÀS DROGAS:** crack, cachimbo, usuários, fluxo.
- **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**
- **POLÍCIA:** retratada pela forte presença no bairro ou pela violência contra as pessoas da região.
- **SUJEIRA, LIXO**
- **MINHOCÃO**

A *Cracolândia* é uma denominação popular dada a uma área no centro da cidade de São Paulo onde, nos anos 1990, se desenvolveu um comércio intenso de drogas, em especial do crack. Seu surgimento tem forte ligação com a degradação urbana pela qual passou o bairro do Campos Elíseos após a desativação do Terminal Rodoviário da Luz. Entre 1961 e 1982 a rodoviária foi um dos principais pontos de chegada em São Paulo. Em torno da rodoviária se estabeleceu uma zona comercial vigorosa, com hotéis, pensões, lojas, lanchonetes e restaurantes. Com a desativação do terminal e sem um plano de reurbanização da área, boa parte dos imóveis fechou as portas. Os anos de degradação urbana que se seguiram após a demolição da marquise do antigo terminal em 1986 se agravaram em 1994 com a chegada do crack, droga relativamente nova que viciava rapidamente depois de aquecida e fumada. Conforme o Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc), o crack, cujo nome vem do pequeno estouro ou estalido ao ser aquecido, é uma forma mais potente e barata da cocaína e, por atingir o cérebro muito rapidamente, dá um “barato” intenso e imediato de curta duração (em torno de dez minutos).

A Cracolândia pode é um lugar móvel que acompanha o movimento das pessoas que o compõem. Nos últimos quinze anos várias operações policiais e governamentais foram realizadas no bairro visando resolver o problema. A prefeitura e o governo do estado criaram ao menos quatro grandes projetos para revitalização da região e tratamento de dependentes químicos. O Projeto Nova Luz ocorreu nas gestões de José Serra e Gilberto Kassab. Foram criados convênios com comunidades terapêuticas e redução do IPTU e do ISS por cinco anos para empresas que se instalassem na região como forma de revitalizá-la. Em 2014, na gestão do prefeito Fernando Haddad, foram cancelados os contratos com comunidades terapêuticas e nasceu o programa Braços Abertos, que previa moradia em hotéis e trabalho remunerado em troca de tratamento por meio da redução gradativa do uso de drogas. Quando João Doria assumiu a Prefeitura, em 2017, lançou o programa Redenção, que priorizou as internações com abstinência das drogas. Nessa gestão os drogaditos (termo utilizado pela área da saúde para se referir aqueles que dependem física e/ou psicologicamente do consumo de estupefacientes) foram por vezes espalhados pela região, quando se anunciava o fim do problema. Na gestão de Bruno Covas, a partir de 2019, foi lançada a segunda fase do Programa Redenção, cuja proposta envolvia

uma abordagem diferente dos dependentes químicos, com auxílio de agentes de saúde. Em 2020, ainda é imprecisa a quantidade de frequentadores fixos ou esporádicos da região. De acordo com a Prefeitura de São Paulo (2019)³² até 2018, 56 mil dependentes químicos receberam atendimento na Cracolândia. Segundo pesquisa da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019), o perfil do frequentador da Cracolândia é masculino, solteiro, pardo, com ensino fundamental incompleto e em situação de rua há mais de cinco anos. Consonante o estudo, 65% dos usuários de drogas entrevistados na região passam a maior parte do tempo ali mesmo na Cracolândia, 41% estão em situação de rua há cinco anos ou mais e 77% não têm atividade remunerada no mesmo período. Ainda conforme a pesquisa, o tráfico de drogas na região movimentava em média R\$ 9,7 milhões por mês – cada usuário gasta, em média, R\$ 192,5 por dia com crack – valor questionado por vários profissionais que atuam na região, como o coletivo Craco Resiste ou o Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua, que mantém estreita relação com as pessoas que circulam pela região.

A Cracolândia não passa despercebida para nenhum entrevistado. Representada pelos cachimbos, pelo fluxo ou pelos viciados, independentemente do vínculo com o campo estudado, todos, em geral, reconhecem o local pela degradação urbana e humana. Notamos duas formas distintas pelas quais é representada: desenhos que retratam as pessoas usuárias de drogas, os cachimbos em suas mãos, o formato dos corpos e das pessoas que ali frequentam e a noção da geografia de seu território (mesas para comercialização) – que denominamos *Cracolândia expressiva*. Há também a representação apenas do local, no qual os frequentadores são representados por pontos, riscos e traços, sem rosto e sem forma. Chamamos essa de *Cracolândia abstrata*.

³² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/20/sobe-para-56-mil-numero-de-dependentes-quimicos-que-recebem-tratamento-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em maio 2020.

A Cracolândia expressiva

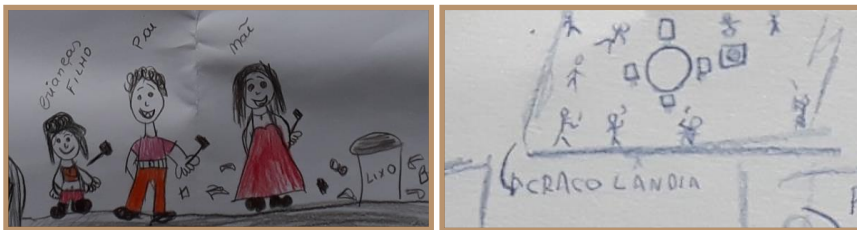


Figura 78: Recortes dos mapas SC 8 e MOI SC 02



Figura 79: Recortes dos mapas SC 7 e MOI SC 01

Falas do mapa MOI SC 01: “Olha o tapa”, “pega ladrão”, “Quanto é o pó?” “10 real”.

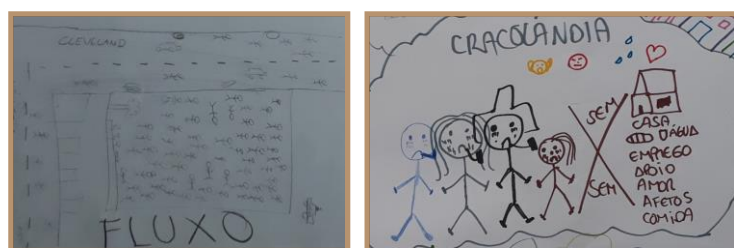


Figura 80: Recortes dos mapas DIZ 2 e SC 1

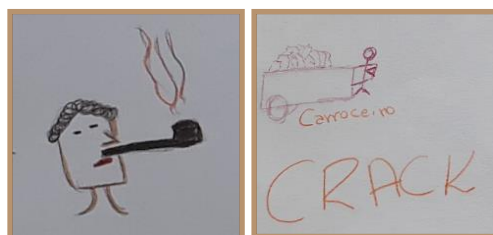


Figura 81: Recortes dos mapas SC 2 e TO 02

A Cracolândia abstrata



Figura 82: Recortes dos mapas TEC 3 e DIZ 01

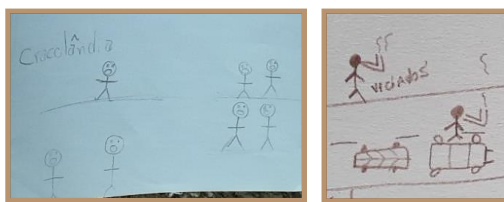


Figura 83: Recortes dos mapas MOI ED e TO 01



Figura 84: Recortes dos mapas TO 03, RUA 04 e SC G 2



Figura 85: Recortes dos mapas RAE 02, SC 8 e SC 9

Observação sobre o mapa à direita: as pessoas representadas foram explicadas como agentes da saúde. Os usuários de drogas são os pontos centrais.



Figura 86: Recortes dos mapas SC 01 e ENE 01

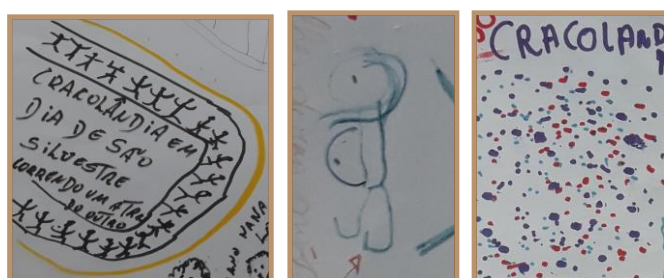


Figura 87: Recortes dos mapas SC 06, SC 3 e SC 5

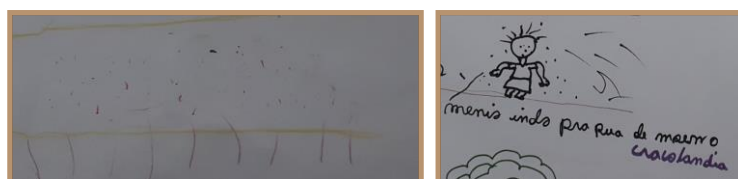


Figura 88: Recortes do mapa SC 4

Há vários desenhos em que foram retratadas as *peessoas em situação de rua*. Alguns entrevistados associam-nos ao uso de drogas e, portanto, como frequentadores da Cracolândia. No entanto, há desenhos que destacam especificamente a vulnerabilidade de habitar as ruas em barracas, embaixo dos viadutos, ora cobertos, ora desnudos, conforme percebemos abaixo.



Figura 89: Recortes dos mapas PE 01 e TEC 01



Figura 90: Recortes dos mapas RUA 11 e DIZ 3



Figura 91: Recortes dos mapas SC 2 e TECA 3

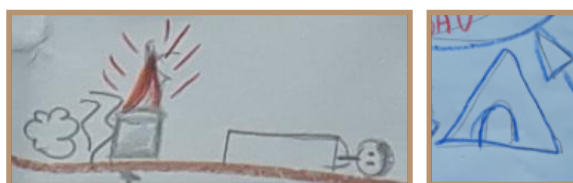


Figura 92: Recortes dos mapas DIZ 2 e RUA 13

A *polícia* foi bastante representada pelos entrevistados enquanto presença evidente que compõe a região. Mas, em sua maioria, as referências tratavam de sua postura hostil e truculenta. Por isso o registro de cassetetes, cavalos e carros em vários quarteirões do bairro. Em levantamento, somente no bairro do Campos Elíseos existem cinco bases comunitárias da Polícia Militar, o 13º Batalhão da Polícia Militar (avenida Rio Branco), o 3º DP (rua Aurora), a 77º DP de Santa Cecília (alameda Glete), uma Delegacia Geral da Polícia (alameda Cleveland), além do Denarc, que

fica no Bom Retiro, bairro ao lado. No bairro também atua o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança do Estado de São Paulo) de Santa Cecília, formado por um grupo de moradores da região, voluntários que se reúnem periodicamente para discutir, planejar e acompanhar a solução de problemas comunitários de segurança. Abaixo, a representação dos entrevistados sobre essa presença.



Figura 93: Recortes dos mapas TO 03 e SC G 2



Figura 94: Recorte do mapa SC 01



Figura 95: Recortes dos mapas SC 8 e MORAD 01



Figura 96: Recortes dos mapas ENE 01 e MORAD 04



Figura 97: Recorte do mapa DIZ 3

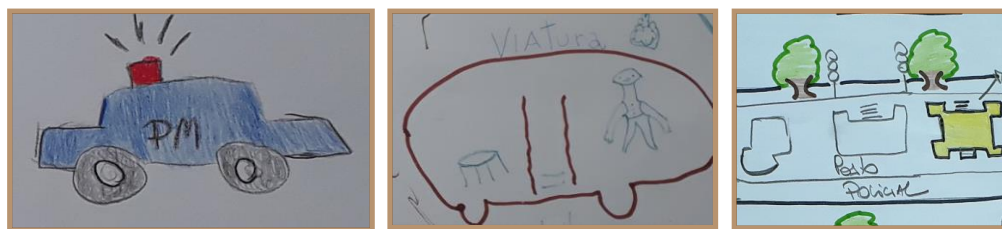


Figura 98: Recortes dos mapas SC 2, SC 3 e TEC 03

Uma micronarrativa dos mapas para a qual chamamos atenção pela frequência latente com que foi representada é o montante de *lixo* do campo de estudo. Os mapas abaixo revelam as várias referências à sujeira, ao lixo e ao mau cheiro da região.

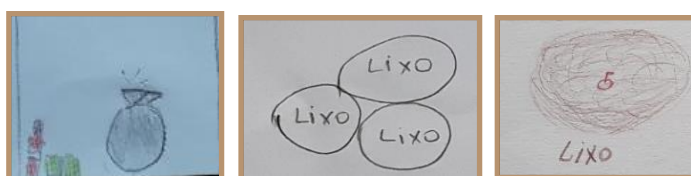


Figura 99: Recortes dos mapas CASTEL 01, TEC 01 e TO 01



Figura 100: Recortes dos mapas SC 10, ENE 01 e TEC 02



Figura 101: Recortes dos mapas RUA 14, TEC 01 e TEC 02



Figura 102: Recortes dos mapas SC 8, MOI AD 15 e SC 3



Figura 103: Recortes dos mapas DIZ 3, SC 2 e DIZ 2



Figura 104: Recorte do mapa MOI 13 e MOI AD 05

A *Favela do Moinho*, sobre a qual apresentamos algumas considerações do estudo que fizemos durante o mestrado, foi citada ao longo de algumas entrevistas e desenhos. Assim como no caso da Cracolândia, a favela é representada de maneiras diferentes, a depender do conhecimento que as pessoas têm sobre ela. Quem nela mora, a representa a partir de suas formas geométricas, suas cotidianidades, a arquitetura que sobrou da antiga fábrica que ocupou a região (dois silos centrais), a disposição dos barracos e a linha do trem que a separa da cidade, delimitando a única entrada e saída da favela para o bairro. Os mapas, em sua maioria, são marcados por cores, pessoas e brincadeiras de crianças, como futebol, parquinho, taco e pipa.

Pessoas que trabalham na região (como educadores) ou atuam como voluntários dentro da favela representam-na a partir de suas expressões de vida: as antenas das casas, as roupas no varal, as brincadeiras de crianças, como pipa e peão. Quem afirma nunca ter entrado em uma, ainda que tenha ouvido falar dela, reconhece-a por sua entrada na passagem pela linha do trem, representando-a por traços, rabiscos, um local sem evidência de pessoas ou da vida que a habita. Abaixo, separamos os três diferentes olhares sobre a favela, conforme os mapas desenhados.

A favela por seus moradores



Figura 105: Mapas MOI SC 04 e MOI SC 03

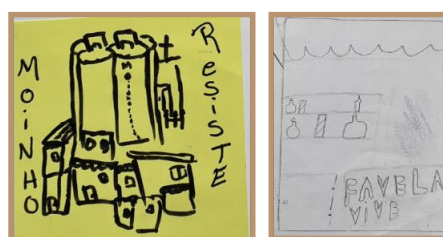


Figura 106: Recortes dos mapas MOI SC 01 e MOI SC 06



Figura 107: Recortes dos mapas MOI SC 05 e MOI 01



Figura 108: Mapas MOI 11 e MOI 12

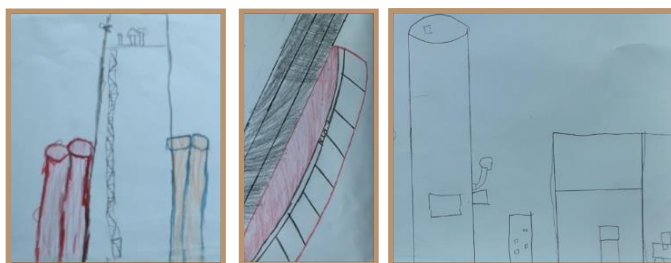


Figura 109: Recortes dos mapas MOI 08, MOI 05 e MOI 13



Figura 110: Recortes dos mapas MOI AD 07 e MOI 09

*A Favela do Moinho segundo quem atua com ela
(educadores e voluntários)*



Figura 111: Mapas MOI ED e TO 02



Figura 112: Recortes dos mapas ENE 01 e SC 01

A Favela do Moinho segundo quem não a conhece por dentro

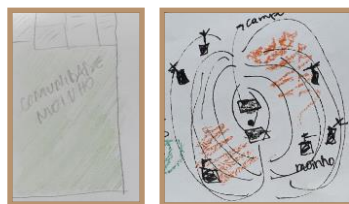


Figura 113: Recortes dos mapas TO 03, MORAD 03



Figura 114: Recortes dos mapas TEC 03, SC G 2 e SC 02

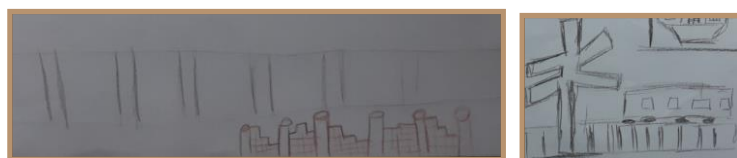


Figura 115: Recortes dos mapas SC 10 e DIZ 2

Depois de apresentadas as macronarrativas e percepções gerais encontradas nos mapas e narradas a partir das micronarrativas representadas neles, passamos à análise crítica das narrativas construída conjuntamente entre os desenhos dos mapas e as entrevistas com grupos que vivenciam o bairro sob diferentes perspectivas: moradores do campo delimitado, pessoas que trabalham na região, pessoas que moram na Favela do Moinho e pessoas em situação de rua.

4. SOBRE NARRATIVAS DAS REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 *O método da análise crítica das narrativas*

4.2 *As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira*

4.2.1 *A narrativa do campo por quem mora nele*

4.2.2 *A narrativa do campo por quem trabalha nele*

4.2.3 *A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar*

4.2.4 *A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho*

4.2.5 *A narrativa do campo por quem está em situação de rua*

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. [...] Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.

WALTER BENJAMIN (1987)

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 *O método da análise crítica das narrativas*

4.2 *As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira*

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Dizia Walter Benjamim que contar histórias é a arte de contá-las de novo. Esta arte se perde quando as histórias não são mais conservadas ou quando ninguém mais fia ou tece enquanto conta uma história. “Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mas profundamente se grava nele o que é ouvido” (BENJAMIN, 1987, p. 205). Por isso, para ele, por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está mais de fato presente entre nós em sua atualidade viva – ele é distante e tanto mais se afasta quanto mais envolve seus ouvintes. Para Benjamim, a experiência da arte de narrar estaria em extinção, já que é cada vez mais difícil encontrar pessoas que saibam narrar devidamente. Acrescentamos a tal pensamento a raridade da disposição contemporânea para ouvir as narrativas. Como discurso vivo, elas decorrem da tradição oral, patrimônio da poesia épica e da experiência do narrador que relata aos ouvintes e igualmente incorpora-se naquilo que fala e ouve. Elas, que durante tanto tempo foram uma maneira artesanal de comunicação, não têm o propósito de transmitir informação ou notícia dada, mas “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 203). O bom narrador, assim, é aquele que, além de saber contar, do mesmo modo sabe escutar. É aquele que crê no que ouve e percebe no outro suas próprias vozes. O bom narrador-ouvinte é aquele que se compartilha, se deixa emprestar, suspendendo suas verdades, ainda que esteja completamente presente a ponto de estabelecer laços leais com a experiência contata. Nesta perspectiva, a narrativa é um dispositivo de construção conjunta – ela ganha significância à medida que entra em contato com o outro, envolvendo-o e desvelando intencionalidades nem sempre explícitas.

Para Motta (2013), a comunicação narrativa é um ato de fala semiótico no qual o sentido se coconstrói, sendo sempre uma relação concretamente situada. Para o

pesquisador, ainda que sujeitos, grupos e instituições narrem e interpretem lugares históricos, posições de poder (que por si implicam uma relação de forças), cada situação de comunicação envolve uma correlação social e comunicativa própria, específica e empírica. Motta recorre a Foucault (2007) para afirmar que o poder não está necessariamente cristalizado em instituições e situações de dominação ou de sujeição estáveis e permanentes: manifesta-se antes em uma multiplicidade de correlações de forças, como um jogo instável e incessante que se transforma, flutua, inverte-se e reverte-se. Para ambos o poder se expressa como um regime de correlação de forças que circulam sem simetria fixa, podendo se manifestar igualmente nas relações discursivas e nas situações, indo e vindo, mudando constantemente de lugar ou posição. Por revelar no seu processo de configuração relações de poder e disputas pela cocriação e interpretação de sentido público dos eventos, as narrativas são composições mais heterogêneas do que homogêneas. Por isso, mais do que um objeto acabado, é um linguístico inconstante, em elaboração e reelaboração.

A fim de compreender criticamente como os homens articulam os sentidos por meio da comunicação narrativa, Motta (2013) utiliza uma técnica interpretativa que privilegia a narração mais do que a narrativa em si mesma. Isto é, a ênfase da análise proposta recai antes sobre o processo de comunicação narrativa do que sobre ela como obra fechada. Interessa à técnica desvendar a relação de coconstrução compartilhada de sentido a partir de uma perspectiva mais cultural e sociológica do que linguística. A análise crítica da narrativa como procedimento metodológico, conforme descrito, fornece a base para o estudo empírico realizado, uma vez que objetivamos analisar como se dão as narrativas de pessoas que habitam um mesmo espaço no centro de São Paulo e como o entendem a partir das suas próprias representações sociais.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Uma análise verdadeiramente crítica, portadora de uma potência explicativa mais ampla, leva em consideração fatores extralinguísticos que interferem no ato comunicativo, como as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores, suas intenções e fins a alcançar, as estratégias discursivas e argumentativas, o entorno cultural compartilhado e os efeitos cognitivos obtidos ou reinterpretados (MOTTA, 2013). Um olhar atento a cada um destes elementos subsidia o pesquisador a perceber a incorporação das contradições sociais do contexto situacional histórico, bem como a identificar os usos intencionais da linguagem narrativa, os fins e efeitos de sentido pretendidos e alcançados por cada ator social.

As narrativas só existem em contexto para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem ser analisadas isoladamente sob pena de perderem seu objeto determinante. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relato obedece a interesses do narrador em uma relação direta com seu interlocutor. Regem-se pela situação de comunicação e pelo contexto sociocognitivo de sua produção, o que é inseparável de sua configuração desta ou daquela maneira, pelo contexto interlocutivo que as condicionam e as fazem assumir tal ou qual forma, tal ou qual perspectiva, ritmo, velocidade, modo, ponto de vista. Impossível de considerar as manobras e artimanhas discursivas decorrentes das intenções do autor/narrador na análise sejam elas conscientes ou inconscientes. Além do mais as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira. (MOTTA, 2013, p. 121)

Sua perspectiva, no entanto, difere de técnicas de análise crítica da linguagem que estão previamente interessadas em situações de abusos do poder discursivo, direcionando-se para o processo de comunicação em ação, para a correlação de

forças no processo de configuração de cada narrativa. Em outras palavras, a análise proposta por Motta pretende servir como “um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revele processos de representação de constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis” (MOTTA, 2013, p. 23).

O caminho proposto pelo autor parte da fenomenologia³³, método que possibilita perceber as narrativas em sua essência e em suas relações. A inspiração fenomenológica permite compreender não apenas os ajustes lógicos do discurso narrativo em resposta aos desejos e intenções da situação comunicativa, mas também possibilita entrar em contato com sua significação integral e o sentido dessa significação no contexto social e histórico. Mas, ainda que orientada por uma corrente filosófica, a proposta de Motta (2013) procura ser empírica e rigorosa, afastando-se da pura intuição. De acordo com o autor, o exame meticuloso de cada detalhe do objeto leva a observarmos camadas sucessivas de interpretações que modificam o próprio objeto observado. Trata-se de uma técnica hermenêutica³⁴, ou seja, uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos. O que interessa não é o fato em si, mas o sentido do fato. O que Motta (2013) propõe é uma perspectiva fenomenológica que interpreta dinâmica e sistematicamente a essência de fenômenos narrativos em diversas camadas significativas. O autor deixa claro que prefere chamá-la de análise pragmática do processo de comunicação narrativa, uma vez que entende que o texto “precisa ser analisado como ponto de referência entre alguém que construiu argumentativamente sua expressão narrativa para induzir o seu interlocutor e interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção” (MOTTA, 2013, p. 127).

O que se pretende descobrir por intermédio dos procedimentos da análise é a coconstrução de significações na comunicação – como as pessoas compreendem,

³³ Fenomenologia é a ciência fundada por Edmund Husserl. É um método de reflexão sobre aquilo que se mostra e não somente sobre aquilo que aparece ou parece ser. É uma metodologia e corrente filosófica que afirma a importância dos fenômenos da consciência, que devem ser estudados em si mesmos – tudo que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua significação.

³⁴ Hermenêutica é um ramo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, que pode se referir tanto à arte da interpretação quanto à prática e treino da interpretação. Segundo Paul Ricoeur, a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão e sua relação com a interpretação da polissemia dos textos.

representam e constituem argumentativamente o mundo por meio dos atos de fala narrativos e intersubjetivos e de que maneira indivíduos participantes de uma situação de comunicação narrativa apreendem, conceituam e refazem continuamente a realidade a partir da negociação, conflituosa ou colaborativa, de valores, modelos de mundo, fábulas, proposições, mitos, analogias, comparações e inúmeros outros tipos de representações sociais. Para Motta (2013), cada análise segue um caminho próprio e individual, dependendo do fôlego do analista e dos procedimentos semânticos, narrativos e simbólicos que ele busca alcançar.

Para iniciar o mergulho até a essência do objeto, faz-se necessário distinguir as três instâncias ou planos da *expressão*, da *estória* e da *metanarrativa*, igualmente conhecidos como planos da sintaxe, da semântica e da poética. O *plano da expressão* refere-se ao plano da linguagem, da superfície do texto, ou seja, da construção discursiva feita pelo narrador a fim de produzir determinados efeitos no seu interlocutor. “Aqui é possível identificar, por exemplo, o uso de figuras de linguagem, como ironias ou hipérboles que visam despertar algum tipo de sensação no ouvinte, como surpresa, alegria, raiva” (MOTTA, 2013, p. 135).

O *plano da estória* é o plano da significação, do qual emergem os sentidos da narrativa e no qual podemos observar de que forma as estratégias discursivas manifestam as intenções do narrador. É a esse plano que Ricouer (1994) dedica sua reflexão sobre o *mythos* aristotélico igualando-o à diegese da história (dimensão ficcional de uma narrativa), o mundo possível imaginado que se revela na intriga. Nesse plano investiga-se a intencionalidade do narrador, portanto, suas atividades principais e a funcionalidade delas na história, as ações isoladas, seu encadeamento em sequências que conformam os episódios, seu encaixe com outras sequências para compor o enredo, o ritmo imprimido pelo narrador, a caracterização das personagens, a funcionalidade delas no transcurso da história, o conflito principal e secundário e o enfrentamento entre os protagonistas e antagonistas.

O *plano da metanarrativa*, de acordo com Motta (2013), evoca imaginários culturais. É nesta instância que temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da história em uma estrutura com positiva cultura pré-textual de caráter antropológica. São situações éticas fundamentais plasmadas por um narrador no quando se põe a narrar, como sistemas da fidelidade, fé, confiança no futuro, felicidade, revolução, exploração, conspiração, traição, temor à morte, temor a Deus,

o crime não compensa, o herói, o duplo, erro e castigo, triunfo e recompensa, entre tantos outros temas, mitos e motivos.

Definidas as três instâncias ou planos principais em que uma análise pode se concentrar, Motta (2013) descreve sete movimentos operacionais que precisam ser percorridos como um guia no interior desses planos. São eles:

Quadro 1: Os movimentos para análise crítica das narrativas segundo Motta (2013)



Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, explicamos cada movimento que será aplicado ao longo da análise das narrativas ouvidas:

1º MOVIMENTO – COMPREENDER A INTRIGA COMO SÍNTESE DO HETEROGÊNEO

O primeiro passo de uma análise fenomenológica conjugada com procedimentos da narratologia pragmática é compreender a construção da intriga como uma síntese do heterogêneo. Trata-se da percepção da história e não do discurso. Com a revelação dos conflitos dramáticos (políticos, ecológicos, religiosos ou ideológicos) descobrimos as relações de solidariedade que vão se construindo no enredo a partir das ações relatadas. A intriga seria o elo entre a ética (o mundo real) e a estética (o mundo imaginário).

2º MOVIMENTO – COMPREENDER A LÓGICA DO PARADIGMA NARRATIVO

A análise crítica parte do princípio de que o narrador, ao fazer uso da comunicação narrativa, utiliza estratégia e recursos de linguagem para construir um discurso argumentativo na relação com o seu interlocutor. Para tanto, emprega

paradigmas da ordem e do tempo na configuração da intriga. Neste movimento, demarcamos os momentos como microssequências nomeáveis (luta, traição, sedução), atentando aos pontos de virada da narração. A análise pragmática, assim, procura compreender as sequências, encadeamentos e a ordem da intriga, mas o faz com a finalidade de compreender melhor as estratégias argumentativas na situação de comunicação: o cotexto (gestos, posturas, intonação, ritmo, ponto de vista do narrador, enquadramentos), o contexto cultural (cultura compartilhada, memória social, hierarquização na recepção) e as interpretações sugeridas pelo texto. Ou seja, o texto, o cotexto e o contexto. O significado provém em boa parte do conteúdo, mas frequentemente se origina mais do cotexto e do contexto.

3º MOVIMENTO – DEIXAR SURGIREM NOVOS EPISÓDIOS

A história permite identificar episódios que são “unidades temáticas narrativas intermediárias que relatam ações autônomas e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da história, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem” (MOTTA, 2013, p. 162). Os episódios podem ser estáticos, quando não há mudança de estado, permanecendo descritivos (características de personagens e cenários) ou dinâmicos (uma sucessão ou transformação qualquer que faz a narrativa progredir). Motta (2013) recorre à proposta de *thematha* de Moscovici, cuja teoria científica das representações sociais abordamos anteriormente. As proposições discursivas corresponderiam ao conteúdo do pensamento prático e, ao serem representadas discursivamente, desempenham funções cognitivas. Tais *themathas*, que podem ser entendidas como modo de pensamento (esquemas cognitivos, atitude, posicionamentos ou modelos culturais), remetem à análise das estruturas cognitivas e à teoria das representações sociais, a respeito das quais se propõe duas hipóteses que podem ser importantes para analisar a narrativa: qual é o núcleo central em torno do qual gravitam os elementos cognitivos e quais são os elementos periféricos? Como funciona o princípio organizador que ordena a coerência, reduz a ambiguidade e a polissemia e gera o sentido de uma representação social qualquer?

A teoria das representações sociais entende que é indiscutível a correspondência entre a nossa representação mental dos acontecimentos e o sentido de frases empregadas para expressá-los, o modo de nomearmos e definirmos conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, a interpretação desses

aspectos, a tomada de decisões e o posicionamento diante deles. Sabemos, no entanto, que existem temas que não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda menos, nos questionários de investigação, pois são consideradas não adequadas em relação às normas sociais vigentes. Os estereótipos negativos e os preconceitos estão nesta categoria. É nesse sentido que, ao analisarmos uma narrativa, é importante deixarmos os novos episódios ou as unidades temáticas emergirem, ainda que apareçam discretamente ou camufladas por modelos culturais comuns a alguns grupos.

4º MOVIMENTO – PERMITIR AO CONFLITO DRAMÁTICO SE REVELAR

No plano da história, tanto quanto no plano da estrutura profunda, um dos principais aspectos a considerar na análise da narrativa é a identificação dos conflitos dramáticos. Sociologicamente um conflito ocorre quando as partes estão em desacordo quanto à distribuição de recursos materiais e simbólicos e atuam movidas pela incompatibilidade de metas ou por uma profunda divergência de interesses, deixando manifestar-se a tensão. A face mais exposta de um conflito social costuma estar na conduta (no que as pessoas fazem) ou nas motivações (estados subjetivos que precedem a ação). Para analisar as narrativas é importante tomar o conflito dramático não como uma situação estática, mas como um processo em movimento, que afeta e constitui as mudanças de estado que vão surgindo em torno dele no relato. Nesse sentido, entende-se que o conflito não provém da representação dramática e não é uma categoria originária do discurso, mas origina-se no mundo fático da vida, sendo uma categoria específica de outros campos sociais, como a política e a psicanálise, por exemplo. Os conflitos dramáticos narrados nas histórias, portanto, originam-se em conflitos sociais e psicológicos de matriz econômica, política, ideológica e até religiosa. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um recorte da realidade contada. Além disso, a presença de um conflito em um relato não exclui a existência de outros – há, em geral, mais de um conflito superposto a outro em uma única história. Assim, existem dois lados em confronto em qualquer relato, evidenciando interesses contraditórios.

Há outro plano dos conflitos que precisamos considerar, além do plano da história – o plano da estrutura de fundo ou das metanarrativas – embora se trate de planos que muitas vezes se superpõem. É o pano de fundo, a fábula ou o mito sobre

o qual se desenvolve grande parte das histórias que narramos ou ouvimos. Ao identificar os conflitos, conforme Motta (2013), percebemos de que maneira o narrador coloca estrategicamente personagens uns contra os outros e tece, astuciosamente, as intrigas, a fim de manter a narrativa aquecida e atraente para o destinatário.

5º MOVIMENTO – PERSONAGEM: METAMORFOSE DE PESSOA A PERSONA

Identificar o personagem é reconhecer quem realiza a ação. Ele assume um tipo ou traços singulares que o caracterizam como um sujeito arquetípico³⁵, podendo ser dotado de características antropomórficas, ainda que fictício. O personagem, por mais real que possa parecer, é sempre uma criação, uma invenção do discurso narrativo, uma representação de pessoas e conceitos, mesmo quando baseado em pessoas reais. De acordo com Motta, o personagem, que é o coração, a alma e o sistema nervoso da história, pode representar uma pessoa desprotegida ou corajosa tanto quanto um conceito, como a vingança, por exemplo. Logo, a maneira mais propícia de identificar o personagem é priorizar a regra da oposição do conflito, elemento estruturador e evidente da intriga de uma narrativa. Ao identificarmos o conflito principal e os secundários de um episódio, conseguimos observar as relações de enfrentamento nas quais estão envolvidas as personagens, identificar suas motivações e manifestações, suas condutas, ações e papéis na história. Sobressaem-se, nesse sentido, a figura do protagonista e antagonista (pessoas ou instituições), o mocinho e o vilão, consoante o ponto de vista do narrador.

A proposta não é analisar o tipo psicologista ou social da personagem, mas observar como o narrador imprime na sua narrativa marcas com as quais pretende construir a interpretação da personagem nos ouvintes. Interessa-nos perceber como o narrador transfere para as personagens suas próprias crenças culturais e ideológicas na medida em que elas tornam manifestos seus desejos e intenções. Ou seja, como o narrador utiliza artimanhas na construção da personagem para repassar argumentativamente aos seus interlocutores um conjunto de sentimentos e desejos.

6º MOVIMENTO – ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

³⁵ Arquetipo é um conceito que representa o primeiro modelo de algo, protótipo ou antigas impressões sobre algo. É explorado em diversos campos de estudo, como filosofia, psicologia e narratologia.

De acordo com Motta (2013), estudar narrativas é descobrir os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador no processo de comunicação. Quem narra tem sempre algum propósito, já que o autor pressupõe que nenhuma narrativa é ingênua, neutra ou imparcial. Todas são argumentativas em razão de seu ponto de vista. Querem atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido (MOTTA, 2013). Não são composições discursivas fechadas ou autônomas, mas dispositivos de argumentação na relação comunicativa entre sujeitos reais.

Toda narrativa é um permanente jogo entre os efeitos do real (veracidade) e outros sentidos (comoção, dor, compaixão, ironia, riso) mais ou menos exacerbados pela linguagem. As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular os fatos ao mundo físico, sendo, quase sempre, polissêmica, polifônica, híbrida e transitando contraditoriamente nas fronteiras entre objetivo e subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica, premissas mais verossímeis ou menos verossímeis, *logos* e *mythos*. Nesses casos o narrador é por natureza discreto, procurando camuflar seu papel, apagar a sua mediação, negando sua narração e apagando sua presença. O discurso narrativo subjetivo, ou seja, a ficção, distingue-se pela presença do narrador no texto como um sujeito que narra e assume o seu ato. Enquanto no discurso narrativo objetivo do jornalismo, por exemplo, o narrador atua como se a verdade estivesse lá fora, nos próprios objetos e fenômenos, independentemente da sua intervenção na condição de narrador, na ficção a narração como dispositivo argumentativo torna-se mais evidente porque quem narra assume o ato de narrar.

Paralelamente aos efeitos do real há uma infinidade de recursos de figuras utilizadas na linguagem narrativa que remetem o ouvinte a interpretações subjetivas diversas. Intencionalmente ou não, são dramáticas por sua natureza, gerando nos receptores inúmeros efeitos de sentido poéticos e simbólicos que suscitam reações catárticas diversos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche e ironia, por exemplo. A reconstrução das narrativas em uma sequência cronológica (princípio, meio e fim) e compreensiva é um movimento epistemológico que ressubjetiva o discurso. E isso ocorre de maneira ainda mais acentuada quando resgatamos o fundo moral da história, ou seja, a metanarrativa.

7º MOVIMENTO – PERMITIR ÀS METANARRATIVAS AFLORAR

“Nenhuma história contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética e a *situe*” (MOTTA, 2013, p. 204). A análise das narrativas nos remete a questões culturais anteriores à própria narrativa. As categorias mitológicas e ideológicas (desejos, esperanças, vontades, negatividades) inspiram as histórias: são matrizes que conformam nossas biografias e nossa historiografia, nossa literatura, nossos contos e romances, nossa ciência, nossas leis e nosso jornalismo, segundo Motta. Os conflitos que configuram a intriga e as ações das personagens são manifestações de superfície de outros conflitos ainda mais profundos, latentes em todo discurso narrativo, embora, analiticamente, necessitemos compreender primeiro os conflitos de superfície para depois chegar aos mais profundos. Normalmente de ordem ética, moral ou filosófica, podem ter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos. São um pano de fundo sobre o qual se desenvolve o conjunto de uma sequência ou enredo a respeito de determinado assunto.

Como último movimento metodológico, uma vez que nos aprofundamos na essência do objeto, a interpretação não se esgota na identificação das várias camadas, mas objetiva revelar de que maneira produz mudanças no estado de espírito do ouvinte. A análise das narrativas, de acordo com o autor, pressupõe que sua recepção diária remeta leitores e ouvintes ao mundo fático, mas também às experiências mais fugazes de distanciamento imaginativo, que paradoxalmente esvaecem o mundo fático liberando o sujeito do seu mundo da vida. Nessa perspectiva, as fábulas contadas e recontadas pelas narrativas cotidianas, por mais simples, ingênuas e profanas que pareçam, revelam os mitos mais profundos que habitam as metanarrativas culturais, por exemplo, “a individualidade precisa ser respeitada”, “o crime não compensa”, “a corrupção tem que ser punida”, “o trabalho enobrece” e “a família é um valor supremo”.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Para realizar esta pesquisa, ouvimos as narrativas de diversos grupos de pessoas, cada qual a partir de uma fronteira inicial específica:

- Pessoas que moram na região e, em alguns casos, também trabalham nela;
- Pessoas que trabalham na região, em instituições públicas ou privadas, corporativas ou equipamentos culturais;
- Pessoas que moram na Favela do Moinho;
- Pessoas em situação de rua ou que habitam ocupações provisórias no campo de estudo.

Chegamos ao material analisado considerando os elementos de cada mapa e das entrevistas, cujas perguntas foram identificadas na introdução dessa tese. Entendemos que cada uma delas, mesmo fazendo parte da fronteira especificada acima, carrega consigo um vasto referencial de mundo próprio que, para ser compreendido, necessitaria da descrição das experiências que estruturaram internamente a subjetividade dos entrevistados, a fim de que pudéssemos enxergar as percepções que orientariam suas ações em situações posteriores (BOURDIEU, 1981).

Nossa abordagem, no entanto, não contemplará as relações dialógicas que constituem a identidade do interlocutor, mas focará nos demais elementos para interpretarmos sua referencialidade: o entorno social compartilhado, as circunstâncias do ato de fala, a posição do interlocutor e as estratégias discursivas e argumentativas da sua narrativa. Buscamos identificar, no que foi compartilhado visualmente e oralmente pelos grupos, os elementos constituintes de suas narrativas e a maneira como constroem explicações sobre objetos sociais, ou seja, as representações em

comum partilhadas. Então, é como se em cada fronteira analisada tivéssemos um roteiro próprio de uma história contada por personagens específicos.

O que chamamos de participantes, a partir de então, diz respeito aos entrevistados para essa pesquisa. Os convites para cada um deles ocorreu de maneira diversa. Enquanto alguns eram contatos antecedentes reativados, outros foram-me apresentados pelos próprios entrevistados. A dinâmica da aplicação dos mapas ocorreu também em locais distintos. Dentro das empresas onde trabalham (Vedatec, Sebrae), nos espaços coletivos do bairro (como Sesc Bom Retiro, Museu de Energia, Castelinho ou Pinacoteca) ou ainda em suas casas (como no caso dos moradores do Moinho) ou nas ocupações das redondeza.

A análise por grupos de pessoas com referenciais similares, em primeira medida, evidencia o plano da expressão, ou seja, o plano da superfície do texto e da realidade de concepção dessa narrativa. A análise crítica se dará principalmente no plano da estória (o plano da significação de onde emergem os sentidos e no qual podemos observar de que forma as estratégias discursivas manifestam as intenções do narrador) e no plano das metanarrativas (o plano da estrutura profunda, relativamente mais abstrato e evasivo e que evoca imaginários culturais). Propomos, então, como segunda fronteira, dentro dos grupos identificados, esclarecer a principal intriga manifestada, bem como o tipo de personagem associado àquela realidade, reunindo mapas e vozes aproximativas. Alguns grupos, mesmo fazendo parte da mesma fronteira, expuseram diferentes intrigas e personagens, fato que decompomos para uma análise minuciosa da narrativa. A lógica do paradigma narrativo, os novos episódios, as representações sociais, os conflitos dramáticos, as estratégias argumentativas e as metanarrativas foram interpretados em seguida.

No entanto, os sete movimentos de interpretação propostos por Motta (2013) não foram feitos sequencialmente, uma vez que se entrecruzam e são simultâneos. Os desenhos ou mapas falantes, técnica de expressão adotada, colaboraram para revelar a concretude do invisível – o que passa despercebido ou é silenciado pelos entrevistados. Jodelet (1998) ressalta a importância e a adequação de estudar fenômenos relacionados à exclusão social por meio da análise de representações sociais. Para ela, embora seja necessário investigar e interferir nos fatores objetivos que intervêm na exclusão, isso não é suficiente para compreender um fenômeno que é, do mesmo modo, de natureza simbólica. Analisar as representações sociais dos

indivíduos por meio do discurso, assim, exige que o olhar se volte para os processos interacionais, relacionais e culturais entre os grupos, que têm os seus significados atribuídos pelo contexto vivido (JODELET, 2009).

Neste trabalho, interessamo-nos pelas narrativas de um espaço da cidade que, por abrigar diversos grupos de indivíduos, representam-se também a partir de estereótipos, preconceitos e silenciamentos. Como captar essas representações? E em que medida se pode dizer que são representações sociais? De acordo com Moscovici (1988), compreender o que as pessoas fazem na vida real e em situações significativas faz parte do estudo das representações sociais. Para identificarmos isso é importante adotar o politeísmo metodológico – “a combinação de abordagens mais flexíveis com abordagens mais estruturadas, de modo que a preocupação com o rigor não submerja o interesse heurístico” (MOSCOVICI, 1988, p. 235). Segundo o autor, para alcançar este objetivo, devemos confiar mais na criatividade dos investigadores do que em procedimentos bem estabelecidos.

Ao unir o material visual (mapas falantes) às transcrições das entrevistas, buscamos perceber as classificações pré-moldadas, as reações emocionais e as racionalizações dos estímulos externos, as narrativas explicitadas em primeira ou terceira pessoa, os relatos acurados ou lacunares, o repertório coloquial (vocabulário próprio), a exposição de vulnerabilidades, as declarações emotivas, a universalidade dada a algumas temáticas e, por vezes, as falas que misturavam suspense e curiosidade carregadas de um vigor confessional.

A proposta de análise desse estudo tem, no entanto, seus limites: a recusa em ser entrevistado ou em representar em desenho algum aspecto do local pedido, a resistência camuflada de alguns deles, a reinterpretação e o problema da confiabilidade dos dados obtidos. Conforme o psicólogo francês Jean-Claude Abric: “as pessoas que interrogamos nos dizem mesmo o que pensam?”. Para ele “certos objetos, em certos contextos, existe uma zona muda de representação social composta de elementos da representação que não são verbalizáveis pelos sujeitos pelos métodos clássicos de coleta de dados” (2003, p. 61, tradução nossa).

Este trabalho busca, portanto, interpretar o campo estudado a partir do cruzamento entre o que foi dito, o que foi representado nos mapas e o que pode ter sido deixado de fora, aspectos latentes que compõem a região do que pode ou não ser percebido pelos entrevistados. Como nos interessa analisar diferentes

perspectivas, as vozes dos grupos referenciais por vezes se amalgamam, ainda que tenha sido uma entre as várias maneiras de as reunirmos. Atemo-nos em aproximar as narrativas adjacentes, ainda que as vozes sejam de pessoas com vivências diferentes no local. Reiteramos que, para não expor nenhum participante da pesquisa especificamente, decidimos não explicitar sua identidade, mas apenas um breve perfil do seu vínculo com a região, o que nos auxilia a analisar sua narrativa a partir do seu lugar de fala. As vozes compartilhadas são atribuídas, portanto, aos mapas, feitos em sua maioria em grupos, mas, por vezes, individualmente. Na página a seguir, criamos uma facilitação gráfica das fronteiras analisadas a partir das intrigas e dos personagens identificados.

Quadro 2: Panoramas das narrativas obtidas com a pesquisa

RELAÇÃO COM O BAIRO	COMO MORADOR	COMO TRABALHADOR	COMO MORADOR DA FAVELA	EM SITUAÇÃO DE RUA	
INTRIGA PERCEBIDA NAS NARRATIVAS	A contradição de um espaço privilegiado pela concentração de equipamentos culturais referenciais à cidade, fácil acesso e oportunidades de trabalho, mas evidenciado pelas mazelas que o compõe.	Um bairro com belezas, mas marginalizado pelas tensões que abriga.	Um bairro com problemas sociais graves, mas em constante ressignificação	O bairro definido pelos limites da favela	O desprezo do bairro (e da cidade) em relação à situação de rua
PERSONAGEM ASSUMIDO	Agente impotente	Testemunha irresoluta X Maltrapilho	Testemunha ativa	Anti-herói X O bairro	Insistente sobrevivente X A cidade
	Narrativa Aflitiva				
	Narrativa Recipiente				

Fonte: Elaborado pela autora.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

O contato com a lógica do paradigma narrativo e construção de um discurso argumentativo a partir de um ordenamento temporal inicia a análise do agrupamento de oito mapas (dos dezoito produzidos), feito com a participação de 51 pessoas que moram na região. Em geral foram confeccionados nos espaços coletivos do bairro, como Sesc Bom Retiro, Castelinho e nos restaurantes da região. Alguns mapas foram realizados por pessoas que moram e trabalham no local. Inicialmente, presumimos que seus mapas teriam características próprias. No entanto, notamos que a voz e o vínculo que se sobressaíram foram os do morador. A diferenciação percebida diz respeito a duas perspectivas diferentes de narrativas – uma mais aflitiva e outra recipiente.

Quadro 3: A narrativa do campo por quem mora nele

Fonte: Elaborado pela autora.

A NARRATIVA DO CAMPO POR QUEM MORA

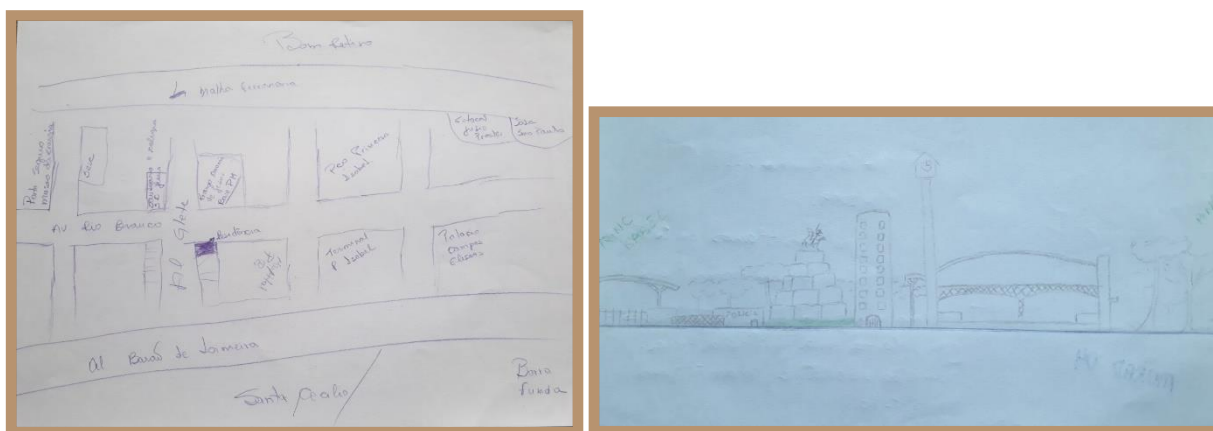


Figura 116: Mapa Morad 01 / Mapa MORAD 04

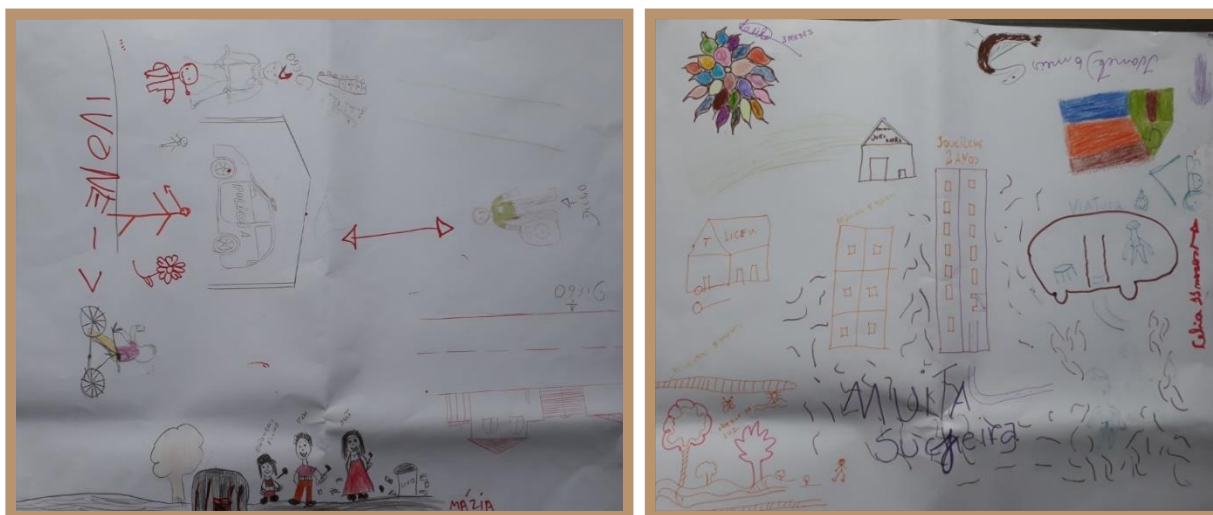


Figura 117: Mapa SC 08 / Mapa SC 3

A NARRATIVA DO CAMPO POR QUEM MORA NELE



Figura 118: Mapa SC 04 / Mapa SC 5



Figura 119: Mapa MORAD 02 / Mapa MORAD 03

As narrativas dessa fronteira emergem sob duas perspectivas percebidas pelo tempo narrativo em que se escoram, embora a intriga seja a mesma em ambas – aflitivas e recipientes.

Baseada em um processo de narração de tempos passados, a primeira delas seria uma narrativa mais aflitiva, na qual ao mesmo tempo em que se destacam as instituições culturais também se aborda a sombra das violências simbólicas e reais do território (Mapas MORAD 1, MORAD 4, SC 3 e SC 8). Um incômodo que se faz evidente nas falas e que é realçado pelos elementos de alguns mapas (o ladrão de celulares, o lixo e os usuários de crack no Mapa SC 8; muita sujeira, viatura e grávida viciada no Mapa SC 3). A Cracolândia, nesse caso, é expressiva em corpos e signos que a identificam (o cachimbo). Os Mapas MORAD 1 e 4, apesar de explicitarem suas aflições sobre um bairro negligenciado pelo poder público, recusaram-se a expressá-las nos desenhos.

Sei que existe a Cracolândia aqui perto, mas não quero colocá-la no mapa que representa meu bairro. (Mapa MORAD 04)

A segunda narrativa, menos fatalista, recipiente de condições antagônicas coexistindo em um mesmo espaço, é baseada em um tempo narrativo presente, e exibida nos mapas pela cotidianidade do bairro que se mostra ora colorido, ora triste. São retratadas mercearias, hortas, sebos, ciclovias, bares e restaurante (Mapas MORAD 2 e MORAD 3), a Praça Princesa Isabel, crianças brincando nas ruas, as pensões, Bombeiro, o Sesc (Mapas SC 4 e SC 5). Os mapas SC 4 e SC 5 retratam as belezas da região sem deixar de levar em conta suas tristezas, representadas na ilustração de uma Cracolândia abstrata (corpos expressos como pontos reunidos, tanto em um mapa quanto no outro, sem contorno, sem faceta). Durante as entrevistas, suas vozes mesclam os bons e maus aspectos cotidianos de suas experiências:

Aqui é um bairro muito bom, porque tem o Sesc pertinho, as escolas. Tem os terminais de ônibus que leva a gente pra onde precisar. Tudo é fácil e perto de ir. De ruim tem a Cracolândia, pedinte, mendigo, sujeira. (Mapa SC 4)

O Sesc é a coisa mais bonita aqui e dá pra distrair no fim de semana. A praça é linda, mas não dá nem pra chegar perto. Podiam arrumar isso. (Mapa SC 5)

Os moradores do campo estudado, que em sua maioria habitam o local há mais de 15, contam sobre o bairro como se expusessem uma linha histórica – o que ele era

e o que se tornou. Mesmo que imprecisos em relação à ordem dos acontecimentos são explícitos sobre os fatos que dão sua forma atual. A saída de grande parte dos comércios da região e a formação da Cracolândia são aspectos que mudaram a configuração do bairro para quem o conheceu há mais de vinte anos. O processo de narração aborda um tempo vivido referenciado. Por isso narrativas memoriais com significativa carga emotiva sobre a rua da infância, o movimento das lojas e o trânsito das pessoas foram feridas pela atuação de grupos sociais que não compunham a configuração e passaram a ocupá-lo profanamente, desrespeitando o sagrado de suas memórias.

Apesar de Campos Elíseos ter nascido um bairro burguês, nas últimas décadas, se tornou um bairro de pessoas mais idosas, que vieram do Norte, Nordeste, pessoas simples, de maneira geral, então a gente acaba se identificando com estas pessoas. Eu saía, conversava com todo mundo. Tinha acesso a todo mundo. Agora não mais. (Mapa MORAD 01).

De 20 anos pra cá o comércio mudou. Tínhamos a rodoviária e aí, quando ela foi pra Tiete, aqui virou um shopping com muitos coreanos. Mas tinham várias lojas com roupas, calçados, acessórios. Tinha depósito de livros, farmácia, açougue, fábrica de calçados, lustres, depósito do Boticário, comércio de lustres. Em 1998 chegou o crack. As lojas fecharam e as pessoas começaram a sair. O Kassab (prefeito) tirou usuários da Luz e vieram pra cá. Aí estragou tudo. (Mapa SC 5)

Onde tem o shopping das motos na Barão de Limeira era um Mappin. O que mais estragou é o crack. Foi todo comércio embora. (Mapa MORAD 04)

Já joguei muita bola na rua. A gente ficava jogando bola das 7h até quando começava os Trapalhões no domingo. Mãe nem procurava, ela sabia que tava lá e tava vivo. Hoje em dia não pode nem deixar a criança ir até a padaria. Não sabe se vai voltar, se é que vai voltar. O maior problema do bairro é a Cracolândia. Estragou muito. Eu lembro quando eu tinha uns 15 anos foi quando começou o crack. Era meia dúzia de menino fumando. Se tivesse acabado com aquilo naquela época hoje não teria isso. Não terminaram, não sei por que, não sei se tentaram, se deixaram, aí foi tomando conta e estragou. (Mapa MORAD 04)

Uma pena que tudo isso aí tá desta maneira por conta desta Cracolândia que alterou muito a vida da gente. (Mapa MORAD 03)

Quando eu brincava na rua (há trinta anos) era perigoso também. Tinha travesti e ladrão. Mas ninguém mexia com criança. O tempo foi avançando e foi piorando. Degradou bastante. (Mapa SC 3)

A lógica do paradigma narrativo evidencia a principal intriga em ambas as perspectivas: a contradição de um espaço que é privilegiado pela concentração de equipamentos culturais que são referenciais para a cidade, mas que ao mesmo tempo evidencia as mazelas que o compõe e, por isso, é esquecido e evitado por ela. A

persuasão dessa perspectiva nasce da intersecção entre o imprevisível e o verossímil (RICOUER, 1978), ou seja, das emoções trágicas que ocorreram aos espectadores ao fazê-los sair de sua disposição familiar dos fatos. Desfrutavam de um bairro bem localizado até o improvável se estabelecer, ameaçando a estrutura do que era a realidade cotidiana.

Entre as belezas apagadas pelas vulnerabilidades, está um dos marcos de ostentação do bairro – o Colégio e Santuário Sagrado Coração de Jesus.

O Colégio e o Santuário (Sagrado Coração de Jesus) são muito bem aparelhados. Mereciam ter o reconhecimento da função ao qual eles se destinam. Tínhamos 3 mil alunos, há alguns anos, agora tem trezentos. Tinha fila de quatro anos pra casar no Santuário. Tinha fila de limusines na porta do meu prédio. Agora não tem mais nada. Vinha tocha do campo de marte e tinham festas lindas feitas pela igreja. O colégio deixou de usar as salas de um dos lados do edifício por conta do cheiro de urina, fezes e das brigas de rua que as crianças ouviam. Nem a procissão de Páscoa não sei se tem mais. (Mapa MORAD 01)

As narrativas aflitivas denunciam principalmente a negligência no combate à Cracolândia, seja pela prefeitura, seja pelo posicionamento dos policiais na região. “A Cracolândia poderia ser em qualquer outro lugar” (Mapa SC 8), afirmou um dos entrevistados, enquanto outro elucidava a variedade de tipos de frequentadores no espaço, definindo-os como viciados, doentes e maus elementos. A maioria, no entanto, se refere aos usuários de drogas como noias, cracudos e zumbis.

Chegamos a falar com prefeito e apontar os erros. Batemos muito no Programas de Braços Abertos. Foi tão improvisado colocá-los em cortiços que eles chamavam de hotéis. Não tinha luz, nem janela, péssimo estado. As pessoas começaram a vir mais pra São Paulo. “Tão dando casa, comida, roupa lavada e o kit crack”. Começou a se despejar gente em São Paulo. A gente falava que não ia dar em nada, mas ele não ouvia. Os varredores vendiam as roupas, vassouras, uniformes. (MAPA MORAD 01)

Aí veio o cara aí, ano passado (2018), o prefeito (João Doria), fez rebuliço no centro de SP, que ia tirar os usuários, aí espalhou. Ele chega dizendo que se pode andar sossegado no centro, que não mais Cracolândia. Não têm o quê? Está tudo espalhado. Quando tava tudo junto não fez nada. (Mapa MORAD 04)

Eu penso que o papel da polícia é só ostensivo. É só pra ostentar que tem. Muito difícil um policial correr atrás. Eles ficam no furgãozinho e dizem que não podem sair dali pra nenhuma ocorrência e deixar o furgão sozinho. Tá ostentando que tá lá. Tem que tomar cuidado pra não ser assaltado e se for assaltado e for naquela Polícia que não é viatura é só um furgãozinho eles não vão fazer nada. (Mapa MORAD 04)

Cracolândia é o mais marcante do bairro. Passamos todo dia lá. Já fui até enquadrado lá. Mas nunca fui assaltado. Tem pessoas viciadas, tem os doentes e os maus elementos. (Mapa SC 3)

Lá é sempre igual. De uns tempos pra cá tem mais gente lá ainda. Ainda mais no final de ano. É só cachimbo que rola entre eles. São zumbis. (Mapa SC 5)

Eu moro aqui pertinho, mas não saio de casa. Tem muito noia na rua. Podiam tirar a Cracolândia daqui. Podia ser em qualquer outro lugar, não aqui. (Mapa SC 8)

Aqui é um bairro muito zoadado. Os cracudo ficam embaixo da minha janela. Eles brigam a noite toda. De dia é mais tranquilo. Mas aqui tem tudo que não presta, infelizmente. (Mapa SC 5)

Conforme suas palavras, a desconsideração do poder público para com os moradores do bairro é igualmente um conflito dramático citado com veemência. Entende-se que existam ações voltadas aos usuários de drogas, mas não há ações duradouras e eficazes em benefício de quem habita o local. Entre as falas de quem já participou da Associação de Moradores do Largo Coração de Jesus,

Não tem projetos para moradores. Fico aflita em fazer as pessoas enxergarem o que a gente enxerga. As pessoas precisam saber disso. Poucas melhorias têm ocorrido no bairro. Governo não está ativo. Por isso precisamos criar projetos de implantação da vizinhança solidária por nossa conta. (Mapa MORAD 01)

Todo mundo tem ações para os usuários de drogas, então nós nos reuníamos para fazer ações para os moradores. Para as crianças, com vários itens de informações, para que estas crianças não sejam ameaçadas pelo tráfico ou suportar toda pressão que tem do crack. Vinham todas as crianças. Vinha gente do Moinho, da região, das ocupações, da Prestes Maia, a criança que viesse saía com comida, orientação e uma tarde de brincadeira e presentes. (Mapa MORAD 01)

A Associação de Moradores transgride a omissão do Estado ao conquistar espaços do bairro, antes “largados e usados para o tráfico de drogas”, conforme afirma uma de suas representantes.

Aqui é carente porque tem poucos espaços de lazer. Aí a gente conseguiu a base da polícia. Agora na praça podemos fazer ações de intervenção com as crianças e mães do bairro. Foi também a associação que conquistou a revitalização da Praça Princesa Isabel. (Mapa MORAD 01).

Os conflitos dramáticos emergem na sucessão de novos episódios narrados. Segundo uma das representantes da associação, 756 pessoas, entre comércios e moradores, foram desapropriadas em 2013 de um quarteirão inteiro do bairro para construção do novo Hospital Pérola Byington, especializado em saúde da mulher. A promessa era entregar o novo hospital em dois anos. No entanto, as obras se iniciaram somente em agosto de 2019 e parecem longe de acabar. Na audiência

pública que a associação buscou fazer com todas as pessoas afetadas, cuja convocação foi feita de casa em casa antes do início das obras, compareceram apenas cinco pessoas. A narrativa tem vigor confessional:

Os comerciantes e moradores somente comparecem nas reuniões da associação quando a Cracolândia se movimenta. Aí, todo mundo desespera. (Mapa MORAD 04)

A violência do bairro, na perspectiva aflitiva, é atribuída, em boa parte, aos “marginais” identificados como “noias”. A polícia, por sua vez, embora elementar, é inócua por não acabar com a criminalidade. Alguns moradores consideram a própria polícia como conotação da violência – “a polícia dá medo. Eles são mais afobado, não têm consciência. Não sabem quem abordar na confusão” (Mapa SC 3). Nesse caso, a polícia tanto causa a violência, como a sujeira que vem com ela (ao espalhar pelo bairro os usuários de drogas, que protestam queimando cobertores, espalhando lixo pelas ruas e impedindo a entrada de moradores nas suas casas). A estratégia argumentativa está na autoridade dos narradores, fontes legítimas que vivenciam diariamente o conflito como testemunhas dos fatos.

Tem bairro que eu vou e você não vê um noia na rua, um pedinte. Ah, é Zona Leste! (entonação como referência a uma região perigosa). Mas não tem pedinte na rua. Em Santana, o máximo que você vê é pedinte no metrô. Você vê tudo no centro. Onde você encontra um prédio inteiro como zona, do primeiro ao último andar como prostíbulo, como treme-treme? Só no centro. E onde ele fica? Do lado da delegacia do DEIC. Onde que tem uma biqueira de crack? Do lado do 3º DP. Onde tem usuários de crack hoje? Na frente do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. Aí você vai na Cracolândia tem uns três polícia com cavalos e a 2 metros tem um cara fumando cachimbo. Ao invés dele fazer alguma coisa ele tá filmando pra mostrar pros amigos, pra família, sei lá. (Mapa MORAD 04)

Aqui não é perigoso. Depende. Se você ficar na sua não é. Quando tem confronto é perigoso pra todo mundo. Os cracudos não mexe com a gente porque já conhece. Mas a polícia dá medo. Eles são mais afobado, não tem consciência. Não sabem quem abordar na confusão. Eles mandam os cracudo levantar, se não levantam eles metem cacete, bomba. Aí, depois que mexeu com eles, eles quebram tudo. (Mapa SC 5)

O pessoal da rua que fica indo e voltando o tempo todo. A gente que já mora aqui faz muito tempo (doze anos) vê isso há muitos anos. Quase todo dia. O que mais atrapalha é a sujeira. Quando a polícia mexe com eles, piora tudo. Ai todos os comércios fecham, ninguém pode andar na rua e a gente tem que esperar pra poder sair de casa. (Mapa SC 8)

Geralmente os confrontos são à tarde, na hora que as crianças vão pra escola. A noite é sossegada. Os noia são acostumado com a gente. Sabem que a gente mora por aqui e não mexem com a gente. (Mapa SC 5)

Dizer que aqui não é perigoso não é verdade. Mas não é que nem o Rio de Janeiro. (Mapa SC 3)

Segundo a voz do Mapa SC 3, “morar aqui pode ser perigoso, mas não é tanto quanto no Rio de Janeiro”. A representação, que iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem, demonstra um estereótipo sobre a violência da cidade maravilhosa, ou seja, a percepção com caráter de rigidez e alto grau de generalização socialmente partilhada (BAPTISTA, 1996). Campos Elíseos, ainda que perigoso, o seria em menor grau em comparação à realidade carioca, de acordo com os entrevistados.

Aqueles que atribuem à “bandidagem” a violência expressam o medo em sua voz. Para eles, são perigosos os que assaltam para comprar drogas, o pedinte que passa fome e intimida as pessoas por comida e também o “vagabundo” que não tem nada para fazer. Tamanha é a expressividade da presença dos marginais, dos usuários de drogas e da polícia nas imediações que são somente eles os corpos retratados com detalhes. Os marginais aparecem em suas bicicletas (porque assaltam delas, conforme o Mapa SC 3); os policiais, identificados nas estruturas que ocupam, (Mapas MORAD 1 e 4) carregam, por vezes, cacetetes nas mãos ou estão em suas viaturas (Mapas SC 3, SC 8); os usuários de drogas têm seus cachimbos nas mãos ou na boca (Mapa SC 3) e podem representar uma família com pai, mãe e filhos envolvidos no tráfico ou grávidas viciadas (Mapa SC 8). Também tem forma o corpo do arruaceiro que ouve música alta pelas ruas, incomodando os demais (Mapa SC 3). Há, no caso do Mapa SC 4, as crianças que brincam entre a zona segura e a perigosa (“menino indo pra rua da Cracolândia”). Somente os moradores, de fato, não têm um corpo expressivo, não têm cor nem formato que os identifique. São retratados por traços retos, cujos rostos não têm semblante (Mapas SC 3, 8 e MORAD 2 e 3). E há os mapas nos quais os residentes nem mesmo aparecem (Mapas MORAD 1, 4 e SC 5).

Outro episódio em pauta foi o Elevado Costa e Silva ou Minhocão. Tanto na sua parte de cima, largamente em discussão sobre se tornar um parque, como e, sua estrutura de baixo, foi identificado como um território relacional da “bandidagem”. Conforme os moradores, quem usufrui do local, aos finais de semana, quando interditado, são pessoas que não moram ali.

É difícil aqui. Não dá mais pra sair. Todo mundo é difícil sair à noite. Velhinha não pode fazer uma compra a noite que vai ser assaltada e vão roubar sua comida. Ela é

assaltada pelo cara que tá na porta do mercado pedindo. É assaltada pelo cara que quer a droga e não tem dinheiro. É assaltada pelo outro que não tem nada pra fazer mas quer assaltar ela pra ter dinheiro, não pra usar droga. Não era assim. Não tinha albergue aqui como tem hoje. Eram poucos. Sair à noite é um risco. Pra cruzar da São João até a Estação da Luz. Nossa, é um martírio. (mapa MORAD 04)

Quando fecha o minhocão vira um fumódromo. Maconheiro, crack, ladrão de bicicleta, ladrão de celular, ladrão de carteira. Se transformar num parque vai ser pior ainda. Se virar parque e não colocar a Polícia Municipal vai ser um tal de rouba em cima e desce pra vender, rouba, desce pra vender. À noite já é assim. Vai ficar igual a São Luís. Rouba em cima e desce. (Mapa MORAD 01)

As pessoas que trabalham no bairro não foram desenhadas, mas estiverem presentes nas narrativas. São entendidas como “diferenciadas”. “A gente sabe pelo jeito de se vestir e os mais arrumados são da Porto (a empresa)” (Mapa MORAD 01).

A favela, por sua vez, é compreendida como “responsável pelo tráfico de drogas” e “produtora do crack que alimenta a região” (Mapa MORAD 01). Um dos entrevistados disse-nos sobre o Disciplina: “a pessoa responsável por organizar o fluxo de drogas por ali e punir quem não seguir as regras” (Mapa MORAD 01). Por não conhecerem sua estrutura por dentro nem se relacionarem com nenhum morador dela, carregam narrativas imaginárias que tornam público o que ouviram falar sobre ela ou o que foi relatado por terceiros.

Da favela ouço falar muito de tráfico de drogas, como a grande maioria das favelas tem. E o que a gente sabe é que a favela do Moinho é quem produz e alimenta o crack daqui da Cracolândia. Muitas crianças já são mães. (Mapa MORAD 01)

Morar na favela já é ruim porque não tem infraestrutura, não tem rede de esgoto, instalações elétricas são muito precárias e as casas também são muito precárias. Mas, as pessoas vivem, à maneira deles, o pouco que têm eles conseguem sobreviver. Eu já acho penoso. (Mapa MORAD 01)

Mas, ainda que seja ruim morar em uma favela, mais danoso é habitar as ruas, conforme os entrevistados. “Os usuários são invisíveis, mas pedinte então é mais. São visíveis pra um fotógrafo ou outro. Quando é época de eleição, até gari é visível” (Mapa MORAD 04), afirma um morador. Os mapas confirmam tal percepção. Conforme indicamos, são retratados policiais, usuários de drogas e moradores, mas não há ilustração de pessoas que estejam em situação de rua ou que sejam moradores da favela.

A menção a tais públicos durante as entrevistas aproxima-se dos discursos produzidos como práticas sociais em vez de experiências compartilhadas. Poucos

desses moradores entraram em contato com algumas famílias das favelas e, se o fizeram, foi por meio das festas promovidas no Largo Coração de Jesus pela Associação de Moradores. Por isso, não há narrativas afetivas que deflagrem a relação constitutiva com o outro para se construir e criar relações com o mundo excedendo as repetições de modelos determinados e discursos pré-moldados. As vozes na primeira pessoa do singular (eu), expressas até então, são substituídas pela terceira pessoa, o outro, o estranho:

Indigno mesmo é morar na rua. É tão bom chegar em casa, abrir uma porta, acender uma luz, sentar no sofá e ter as paredes como proteção e você sabe que a pessoa que mora na rua não tem nada disso. Ela tem o céu e nenhum espaço pra viver. É muito desumano. (Mapa MORAD 01)

Nenhuma pessoa por pior que ela tenha feito, por mais problemas que ela tenha ela não merece viver na rua. Eu acho indigno e as autoridades deveriam olhar pra isso. Tá todo mundo trabalhando confortável, voltam pras suas casas maravilhosas e estes seres humanos ficam jogados ao relento. Eles só querem um sorriso, um aconchego, um afago, uma atenção. Eles sorriem pra gente. Mesmo assim eles têm o mínimo grau de felicidade. Morar na favela já é terrível, morar na rua é desumano. (Mapa MORAD 01)

Uma narrativa menos fatalista e lúcida sobre a região estudada, por isso recipiente pela maneira como compreende a coexistência dos opostos, foi exposta pelos moradores que desenharam as cotidianidades do bairro (MORAD 02, MORAD 03, SC 5). O mapa MORAD 02 deixa uma zona em branco, ao centro, como maneira intencional a ser preenchida, denotando sua convicção sobre um bairro em construção. A apresentação feita pelos entrevistados revela um local que não pode ser escrito por poucas mãos, deixando, portanto, uma superfície a ser preenchida.

Morar no bairro é uma visão e um modo de viver o real. No meu caso fui eu que fiz esta opção. Eu acho mais leal morar aqui do que eu outro lugar. Mas é pesado também. Porque você vê o que te agride. Na cidade Jardim é a opressão dos carros e da individualidade. E aqui é a opressão da sua pouca (hesitação). A gente não consegue fazer as coisas mudarem, muito triste ver pessoas dormindo no chão. Esta degradação humana, que é um projeto do estado. Isso tudo não é passageiro. É um projeto do Estado. Se nos expuséssemos mais como pessoas e menos como instituição, dava mais certo. A gente resolvia mais coisa. (Mapa MORAD 02)

Eu amo o centro da cidade. Eu escolhi morar aqui em Campos Elíseos. Eu vejo a beleza porque eu ando a pé e de bicicleta. Tem a parte arquitetônica, mas tem passarinho de manhã cedo, tem grafites, tem sotaques, tem contrastes, tem diversidade cultural, tem sons dos carros (o que não é tão legal). Me perguntam se eu não tenho medo de morar no centro da cidade, principalmente motorista de Uber, e eu falo que fico em alerta porque ninguém quer ser assaltado, mas ao mesmo tempo me colocar em contato com a invisibilidade social desse país faz com que eu entenda que

isso existe e precisa ser feita alguma coisa. Se eu morar em bairros afastados disso, é como se isso realmente não existisse. Me colocar em contato com isso faz com que eu reflita e repense até onde estou e o que eu posso fazer pra tentar mudar de alguma forma essa situação. Então eu amo morar aqui e sou uma defensora do centro da cidade. (Mapa MORAD 03)

Eu acho engraçado quando dizem “o centro é profissional”, “é tensão”, é isso ou aquilo. É também, mas tem várias outras coisas. A tensão habita o centro, mas também habita outras regiões, como por exemplo, quando eu morava no Itaim Paulista, na Zona Leste era tensão. Estas coisas habitam o centro, mas também outros lugares. (Mapa MORAD 03)

As narrativas, nesse caso, são focadas no presente vivenciado e fáticas porque reconhecem os problemas atuais do local narrando as sutilezas do contrário: “tem a parte arquitetônica, mas tem passarinho de manhã cedo, tem grafites, tem sotaques, tem contrastes, tem diversidade cultural” (Mapa MORAD 03), “morar no bairro é uma visão e um modo de viver o real” (mapa MORAD 02), “me colocar em contato com a invisibilidade social desse país faz com que eu entenda que isso existe e precisa ser feito alguma coisa” (Mapa MORAD 03), “acho mais leal morar aqui do que eu outro lugar” (Mapa MORAD 01). Para uma entrevistada, ativista pelo uso igualitário dos ambientes públicos e uma das criadoras do movimento SP sem Minhocão, “por mais que as pessoas falem, a Cracolândia não é em si a questão do bairro”, mas o que mais incomoda é “ter que olhar pra aquilo que você não aceita também”. Ela atesta seu argumento quando conta sobre sua tentativa de estabelecer no prédio onde reside a coleta de lixo reciclável (que poderia ser realizada por um grupo de carroceiros do bairro). Segundo ela:

Foi um fuá no prédio. Diziam que ia estragar a entrada do meu prédio e a presença deles (carroceiros) deixaria a nossa porta de entrada fedida. Acho que o que mais incomoda é o visual. Não conseguimos nem estabelecer o contato. Foi grande aula prática de uso do espaço público. Ética e direito a ter vida. E nesse bairro nem todo mundo tem direito a vida. (Mapa MORAD 02)

A entrevistada entende que a Cracolândia é apenas um dos conflitos dramáticos do bairro e não o único, mas que, por ser evidenciado pela mídia, se sobressai. “Pra mídia o choque é maior e mais interessante pela droga, pelos zumbis do que por outros lugares. A característica da craco é única” (Mapa MORAD 04). Para ela, o problema grave do entorno é o uso do Sistema Único de Saúde pela classe média e não por quem realmente precisa dele, como o caso de quem mora na favela

ou nas ruas. “Quem usa o SUS é a classe média. A favela e quem tá nas ruas não conseguem chegar lá”.

Embora os moradores entrevistados afirmem nunca terem entrado na favela, fizeram contato com ela por meio de atividades conjuntas com as crianças que lá moram. São eles que a apresentam em rabiscos em um dos mapas (MORAD 03) incluindo-se no conflito dramático ao reconhecerem que há lados distintos de realidade e necessidades díspares entre as diversas formas de viver no bairro. As narrativas não são relatadas a partir de terceiros, mas da sua própria experiência com a favela, na primeira pessoa do singular (eu).

Nunca entrei no Moinho. Eu já me relacionei com as crianças do Moinho porque eu jogava no Pinheiros e quando iam abrir o Sesc, fizemos a inauguração da quadra com as crianças e também me envolvi no projeto de uns amigos que brincávamos com as crianças. (Mapa MORAD 02)

Se a gente não anda na rua, não temos tanta noção de quantos cortiços e moradores de rua estão nela. É como uma ocupação. Não é só favela. Se pensarmos não existem mais favelas, mas sim várias ocupações. Em tudo isso há marginalidade, mas há mais consciência. (Mapa MORAD 03)

O que realmente me dói nestas histórias de favela é esta sensação de que para o poder público existem as pessoas que tem mais direito e menos direito. Porque não é só o dinheiro. São as pessoas que escolhem quem vai ter mais e quem vai ter menos. Mas é privilegiado este centro de São Paulo. É muito interessante o que tá acontecendo porque tá trazendo consciência pra um bando de gente. E eu me considero dentro deste grupo. (Mapa MORAD 03)

Eu não acho o nome favela correto. Por causa da urbanização. O que eram favelas podemos chamar de situação de pessoas com baixo salário. Falar favela parece que estamos falando de pessoas que foram juntando pedaços. A gente sabe que a vida nestes pequenos núcleos, são mais autônomos, tem suas leis próprias, mas pra mim quem mora na favela do Moinho, especificamente, é um patamar acima do morador de rua. Quantos patamares acima, não sei. A vulnerabilidade do morador de rua é muito maior. Ali é uma comunidade. As pessoas se protegem e se mantêm vivas, juntas. Na rua você tá muito vulnerável e morre muito mais fácil. Eu tenho uma irmã que viveu na rua. Falo isso porque vi o que acontece. (Mapa MORAD 02)

“São muitos mundos em um bairro só. Não dá pra dizer que conheço. E olha que ando tudo por aqui” (Mapa MORAD 02). A fala é de uma entrevistada que há quinze anos frequenta a Cracolândia para buscar sua irmã, dependente química, do fluxo.

Inicialmente eu queria arrancá-la de lá. Depois entendi que não se pode oprimir quem já é oprimido. Ela já não usa drogas, mas vive em uma *kitnet* na rua de trás de lá e luta para conter o tráfico de crianças nascidas na Cracolândia. Não adianta tentar tirá-la de

lá. O mundo dela é lá. Ela fica mais na Cracolândia do que em casa. (Mapa MORAD 02)

Depois de aprender a conviver com a escolha da irmã, “fazer as pessoas do bairro conversarem” (Mapa MORAD 02) é seu propósito. Por isso participa de movimentos do bairro, como as hortas comunitárias, as reuniões sobre o futuro do Minhocão e qualquer outra iniciativa que segundo ela “tenha a ver com política de rua” (Mapa MORAD 02).

Os mapas não dão forma às pessoas em situação de rua, mas as narrativas compartilhadas os reconhecem como sujeitos assujeitados, vítimas da opressão das desigualdades, da sociedade e, por vezes, de suas próprias escolhas. Reconhecem que medidas de higiene há muito fazem parte das exigências de uma sociedade que oprime aquilo que entende estar fora do padrão. Nesse sentido, consideram que há violência quando a sociedade busca impor padrões e horários para higienização em situações de vida diferentes em sua natureza.

Morar na rua é um processo de uma escolha não consciente. Ninguém deve escolher morar no desabrigo da rua. É uma situação que o poder público, a sociedade organizada não consegue olhar humanamente. O ser humano pensa muito binariamente. Para que me enxergue preciso olhar o outro numa situação de vulnerabilidade absurda e me ver. Pra mim, morar na rua é a situação mais dolorida pra uma pessoa. Ninguém escolhe. A rua é uma consequência. A gente devia ser bem mais consciente da fragilidade emocional de quem está nela. (Mapa MORAD 02)

Não é uma questão de não querer que a alguém viva na rua, mas é a situação insalubre que ele está exposto que não pode acontecer. Ele é cidadão, ele tem que ter um lugar onde tomar um banho ou água. Ele ter um lugar onde ele possa fazer higiene pessoal é dever do Estado. É uma questão prática de uso do direito. Você tem que dar o direito da pessoa estar na rua. Se olharmos direito pra rua, encontramos várias pessoas normais – que não é sujo, não é desleixado, não tem aspecto repugnante. Eles são mais safos e entendem a necessidade da limpeza pela própria manutenção da vida dele. São muito mais politizados do que nós. O telefone da rua é o telefone de política e direito do uso da rua. (Mapa MORAD 02)

O que é limpeza pra mim e o que é limpeza pro morador de rua é diferente. A repugnância vem porque colocamos o nosso padrão. E isso tá errado. As normalizações. A gente quer decidir que horas ele pode escovar o dente. (Mapa MORAD 03)

Foi manifestado incômodo sobre a maneira como a polícia trata tal público: “o uso de cavalos é muito opressor e virou prática comum no bairro” (Mapa MORAD 03), afirma uma das moradoras, que se diz cansada de ver as abordagens ostensivas desnecessárias contra quem dorme nas calçadas. Esses moradores entendem que,

a tal higienização do bairro, largamente comentada como uma proposta repressora da prefeitura atual, começou a ganhar força de poucos anos para cá e atribuem o uso desse vocábulo à especulação imobiliária da região. O Minhocão representaria simbolicamente a divisa entre o bom local para morar (Santa Cecília) e o mau (Campos Elíseos) – referencialidade geográfica que dá a dimensão social, política e econômica da existência de vida para cada lado.

Falar que mora no centro é algo relativo. Eu tenho amigos que moram perto do Mackenzie e dizem que moram no centro. Virou *cult* morar no centro e a procura aumentou muito de um tempo pra cá. (Mapa MORAD 02)

De alguns anos pra cá começou a ter a higienização. As pessoas moravam aqui não falavam nisso. Não sei se é medo ou aceitação. A higienização se deve a essa especulação imobiliária. (Mapa MORAD 03)

Há uma divisão social. As pessoas se comportam diferente quando elas sabem que você mora em Santa Cecília ou Campos Elíseos. Passar por baixo do minhocão é a questão. Eu tinha esta resistência. Santa Cecília ganhou status de um bairro *hipster* porque têm aptos mais antigos, menores, pessoas apoiadoras de causas LGBT, são mais abertas. A economia gira de maneira diferente. (Mapa MORAD 02)

Entre todas as pessoas residentes no campo de estudo, independentemente da perspectiva narrativa trazida à tona, há um aspecto compartilhado: a comunhão do personagem que conta a história, deflagrando características de um vivente ativo no envolvimento com o bairro, mas com sentimento de impotência. O conflito do personagem está, nesse sentido, nele mesmo. Agente atuante em relação às mudanças que gostaria de ver na região, seja filantropicamente, como no caso das festas comunitárias promovidas pela Associação de Moradores, seja no envolvimento com as discussões políticas sobre o uso dos ambientes coletivos, como a transformação do Minhocão em um parque, o personagem traduz suas ações como ineficazes, já que não há alteração da realidade.

Esse personagem protagonista com características pacificadoras do local em que habita, assume existir um conjunto de “outros”, arbitrariamente ocupantes do mesmo território, que, embora causem compaixão, como no caso das pessoas em situação de rua, provocam repulsa (“ninguém quer sair de casa e dar de cara com um morador de rua” – Mapa MORAD 04) e a sensação de colapso no bairro – um personagem desprotegido e abandonado à sorte, diante de problemas de solução

complexa. Sua voz é silenciada diante dos jogos de poder que testemunha. De acordo com os moradores,

Não se faz nada por quem mora aqui. Só se fala em violência quando citam aqui. É claro que só vão reconhecer Campos Elíseos por drogas e barbarismo. (Mapa MORAD 03)

Ninguém sabe lidar com a pessoa de rua, nem com o craqueiro. As pessoas podem até se comover com as causas sociais, mas estão preocupadas com aquelas que atingem elas diretamente. Não há preocupação real. Há uma dificuldade enorme dos próprios moradores de um prédio se conhecerem a si próprios. (Mapa MORAD 02)

As questões situacionais deflagram as metanarrativas desse grupo: ainda que os entrevistados admitam tratar-se de um bairro reconhecido como abrigo de grandes misérias e não sintam deter o poder de suas vozes, suas narrativas manifestam um local cuja luta é válida pelo restabelecimento das belezas e virtudes que geram sua forma e compõem sua história. No entanto, as diferentes perspectivas identificadas deflagram desfechos distintos. Para as narrativas aflitivas, cujo processo de narração baseia-se no passado, o credo de que a Cracolândia é o problema mais expressivo do bairro relega as características próprias das demais adversidades – as desigualdades sociais denunciadas na situação de rua, nas condições insalubres de vida na favela e ocupações, no crescente número de carroceiros e pedintes na região, no montante de lixo pelas imediações – como consequências de uma ferida latente testemunhada cotidianamente.

Os públicos em estado de vulnerabilidade do entorno, por vezes convencidos como aqueles que fazem uso de drogas e utilizam-se da violência para sobreviver, compõem um imaginário performativo cristalizado coletivamente. Vulneráveis também por não serem reconhecidos pelas suas próprias necessidades, os públicos fragilizados são relatados como se fossem incapazes de estabelecer interação social com quem não lhes é semelhante.

Narrativas recipientes consideram a coexistência no território com esses viventes, embora incomodados com as desigualdades sociais que os deflagram. Mesmo não retratando a si próprios nos mapas, a metanarrativa de seus relatos evidencia a projeção de futuro na coexistência de diferentes corpos, cada qual vivenciando uma temporalidade própria de vida em um mesmo espaço, atribuindo a essa hibridização uma das belezas instigantes encontradas por aqueles quarteirões da maior cidade do país.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Dessa fronteira participaram 93 pessoas que trabalham na região, em ambientes corporativos (como funcionários das empresas Vedatec, Sebrae, Porto Seguro, Sesc), nos equipamentos culturais (Pinacoteca e Museu da Energia), nas escolas da rede pública (Escola Estadual Conselheiro Antônio Prado e Escola Estadual João Kopke) ou no projeto social localizado dentro da Favela do Moinho (Oratório São Domingos Sávio). As entrevistas e confecção dos mapas foi realizada na própria Favela do Moinho e nos locais onde trabalham, em horários diversos (almoço, fim do expediente ou até mesmo durante uma hora do trabalho, permitida pelos seus respectivos gestores, como no caso do Sesc Bom Retiro e Sebrae).

Ao todo, foram produzidos 26 mapas e escolhidos quinze deles para serem analisados. Mas, como foram percebidas diferenças em relação à intriga narrada e ao personagem que a conta, dividimos as narrativas em duas perspectivas – aquela que relata, por meio de um personagem perplexo, um bairro com belezas ameaçadas pelas tensões que abriga; e outra narrada por um personagem que, embora reconheça os graves problemas sociais da região, a enxerga em inconstante mas permanente coconstrução.

Abaixo analisamos a primeira perspectiva citada. Em sua maior parte, foi confeccionada por pessoas que apenas trabalham na região e não usufruem dela fora do expediente de trabalho. Os participantes relataram conviver somente com seus colegas de trabalho, sem contato com os demais públicos do Campos Elíseos para além de seu expediente. Gerentes, coordenadores, analistas, educadores, encarregados de limpeza e bombeiros são as funções das pessoas que participaram dessa atividade.

A NARRATIVA DO CAMPO POR QUEM TRABALHA NELE

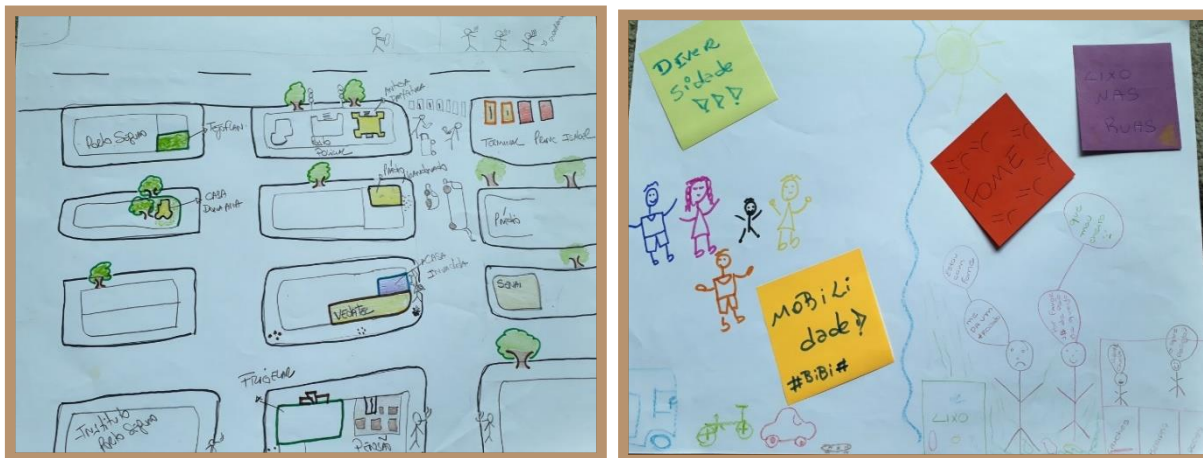


Figura 121: Mapa TEC 03 / Mapa TEC 02



Figura 122: Mapa TECA 01 / Mapa TECA 02



Figura 123: Mapa TECA 03 / Mapa TECA 04

No plano da história, tanto quanto no plano da estrutura, um dos principais aspectos a considerar na análise da narrativa é a identificação dos conflitos dramáticos. Eles, por sua vez, não são estáticos, mas um processo que evolui, afeta e constitui mudanças de estados que surgem em torno dele no relato (MOTTA, 2013). Na análise das narrativas de pessoas que trabalham no campo estudado, sobressaíram-se os conflitos que explicam a intriga detectada – um bairro com belezas, mas marginalizado pelas tensões que abriga. A diversidade de pessoas, praças, equipamentos culturais e um local de referência para quem procura trabalho na cidade, foram episódios relatados que dividiram a cena com as disparidades tensionantes – a Cracolândia, os mendigos pedintes e as ocupações baderneiras, elementos que dão o tom de medo e de um bairro mal cuidado.

É o local onde a gente sempre busca trabalhar principalmente se vem de fora de São Paulo. (Mapa ERA 02)

Mendigo com fome pedindo trocado a gente vê toda hora. Quando a gente passa do lado dá pra sentir o mau cheiro. (Mapa TEC 02)

O problema é a degradação do todo. Moradores de rua, invasões. A sujeira que eles trazem é que é ruim. (Mapa TEC 03)

O que é mais feio? O cortiço da frente. E cortiço tem um monte aqui. (Mapa RAE 01)

Negativo por aqui é o lixo, os usuários e os flanelinhas. Tem muito. (Mapa TEC 02)

Tem várias esquinas por aqui abandonadas. Desenhei umas pessoas que ficam perambulando, muita sujeira. (Mapa RAE 01)

Pensei muito nos grandes edifícios, nas ocupações e os prédios abandonados. Este contraste do que é oficial, instituído, socialmente valorizado e do que é socialmente desvalorizado marcado pelas populações aqui do centro. Uma característica muito forte desta região é o encontro destes opostos, que não são opostos, são escalas sociais. Distâncias sociais. Muito forte nesta região da cidade e eu não vejo isso tão forte em outras. Pra mim as memórias que eu trago da região nestes dezessete anos trabalhando aqui é o contraste entre os grupos vulneráveis e os equipamentos culturais e o fosso que existe entre eles e todo um esforço de décadas de tentar minimizar ou construir pontes entre estas barreiras. (Mapa TECA 03)

É feio ver as pessoas na rua. Deixa a gente triste. A situação que a gente vê é muito triste. Eles passam fome, frio. Uns dá dinheiro, outros não dá. (Mapa TEC 02)

Quando eu recebi a proposta de emprego, pensei muito se deveria aceitar porque eu fiquei com medo de vir trabalhar perto da Cracolândia. (Mapa TEC 02)

Trabalho aqui há vinte anos. Já passei perto da Cracolândia, mas nunca entrei lá. O aspecto é horrível e desumano. (Mapa TEC 03)

Nós conhecemos o bairro um pouquinho. Coloca a Cracolândia e coloca umas pessoas parecendo um zumbi velho aí. Aqui tem muito. (Mapa RAE 02)

Gosto de trabalhar na empresa, mas não gosto da região não. O aspecto dela é ruim. (Mapa TEC 02)

A gente anda tão preocupado quando desce do trem que não olha nada no bairro. Tem que ter pensamento firme no que vai fazer aqui. Não dá tempo de olhar reparando. Dá medo vacilar. A gente fica cismado com a Cracolândia. (Mapa RAE 02)

Apresentados a partir de uma perspectiva aérea, o que pode evidenciar um certo distanciamento do cenário vivenciado, os mapas desse grupo de entrevistados retratam como corpos apenas os em estado de vulnerabilidade – os viciados com cachimbos na boca (Mapas RAE 2 e TEC 3) ou em situação de rua (Mapas TEC 2 e TECA 3). Apenas em um mapa (TEC 02) os corpos da diversidade ganham formato, mas ainda assim dividem espaço com os marginalizados (“me dá um trocado”, “estou com fome”). A tensão é um dos estados latentes relatados por um grupo que a representou no mapa (TECA 01), com variações diversas da palavra em tamanhos, cores, largura do traço, sobreposições e elásticos amarrados nas pontas do papel. A ideia, conforme eles, foi expressar um território que manifesta a tensão dos contrários.

A gente pensou em fazer de forma figurativa, mas tensão é tensão. É a questão da tensão entre estas coisas que são díspares – o rico e o pobre, a violência e agressividade, o comércio, as pessoas vivendo, a casa e, enfim. Os elásticos para tencionar ainda mais. (Mapa TECA 01)

A região é complexa: muitas tensões sociais ocupam o mesmo espaço e elas não são sutis. É mais evidente do que vemos. Se pararmos para pensar Campos Elísios é um bairro que tem pessoas com uma vida econômica mais estabelecida como também tem ocupações na região. (Mapa TECA 01)

“Vamos começar pela Cracolândia que é horrível este negócio aqui. Gente feia demais” (Mapa RAE 02), afirmou um dos entrevistados. A Cracolândia foi a maior evidência entre os conflitos narrados, visto que ela gera conflitos interiores – o medo da exposição em vir trabalhar na região e as limitações em circular pelo bairro para almoçar, em razão das hostilidades que concentra. Narra-se uma Cracolândia abstrata, sem formato específico ou experiências aproximativas com quem frequenta o local. As histórias dos participantes da pesquisa se referem a episódios em que os corpos que as compõem são ameaçadores – abordagens pelas calçadas, roubo de celulares, enfrentamento com cacos de vidro e pedaços de metal enferrujado. “O medo de ser ferido por eles é pegar tétano ou coisa pior” (Mapa RAE 02).

O “eles” refere-se a quem habita a Cracolândia e circula pelo bairro. Um personagem oponente ao narrador é descrito com características miseráveis (sujo, fedido, viciado) e por vezes violento – um maltrapilho. Frequentemente fora de si e alheio à própria realidade, esse personagem é comumente associado ao zumbi: “você pode passar com um carro em cima deles que eles não sabem o que tá acontecendo” (Mapa RAE 02), disse um dos entrevistados. Esse personagem não tem nome e é narrado como se não demonstrasse solidariedade aos seus iguais. Indiferente ao bairro, seria o responsável pela própria situação de calamidade e pela saída dela: “quem pode ajudar eles além deles mesmos?” (Mapa TEC 02), afirmam alguns. O personagem também é associado ao “câncer do bairro” (Mapa RAE 01), como afirmou outro entrevistado, que entende que “sem os craqueiros, seria um bairro muito melhor” (Mapa RAE 01). O personagem principal lhe é antagonista: sua voz vem dos narradores que ali trabalham, testemunhas irresolutas de uma realidade insegura e degradante, sobre a qual não sabem como agir, a não ser “torcer para que mais empresas se instalem na região e ajudem a acabar com isso” (Mapa TEC 03). Seu testemunho é de um expectador passivo tomado por sentimentos contraditórios:

Essa região tem sobreposições de situações e geografias. Um patrimônio arquitetônico, pensando na questão dos museus, da Pinacoteca que tá na região. Pra mim é muito marcante a coexistência entre este patrimônio histórico, edificado e a situação das pessoas em rua – são as pessoas sentadas e deitadas. A coexistência desta diferença – grandes equipamentos de cultura, edificações convivendo com pessoas em situação precária de subsistência. Eu acho uma característica muito forte daqui este contraste entre patrimônio histórico e cultural e o patrimônio humano que é precarizado, vulnerabilizado. A minha relação com a região se dá mediada por estas contradições. E de alguma forma, na minha prática profissional eu tento lidar com isso porque eu tô dentro do universo do patrimônio artístico e cultural, tentando estabelecer pontes e relações com estas pessoas que estão distantes deste universo, mas que compõem esta geografia humana. (Mapa TECA 03)

Ao fazer uso da comunicação narrativa, o personagem utiliza argumentações sobre o personagem oponente de culpabilidade, criminalidade e compaixão, argumentos que evidenciam as lógicas do paradigma narrativo “do espaço com fama mundial” (Mapa RAE 01). Nenhum dos entrevistados afirmou ter andado dentro do fluxo, mas apenas ter passado próximo a ele. Descrevem, nesse sentido, uma Cracolândia entre visões fragmentadas e imaginários que as completam.

A Cracolândia funciona assim: são viciados em drogas e que vivem na rua. Eles vive só de pedir, pequenos furtos, então na rua o fedo é horrível. Eu sou do Nordeste e já trabalhei muito com animais. Neles a gente dá banho uma vez por semana e eles não

fedem. Agora o ser humano é incrível como a gente passa perto das pessoas e o odor horrível que é. (Mapa RAE 02)

Acho que a parte mais feia que nós temos em São Paulo é a Cracolândia. Visivelmente a gente vê as pessoas parecerem uns animais, uns bichos, não parece nem seres humanos. O cheiro é horrível. A gente vê pela televisão, mas não vai no núcleo lá. Outro dia eu fui na Santa Ifigênia que fica do lado aqui e eu fiquei assustado de ver. Tanta gente revirando o lixo, comendo coisa do lixo, aquele cheiro. Junta um monte de pessoas assim e roubam as pessoas e não tem como escapar. (Mapa RAE 01)

O mais feio é a Cracolândia. Eu tive oportunidade de falar com alguns deles, quando tão pedindo comida, dei atenção e acabei conversando. Eles têm histórias de vida muito difícil, né, e às vezes as pessoas julgam. (Mapa RAE 02)

Semana passada tinha uma moça deitada ali no chão da calçada me pediu um lanche. Ela só podia ser da Cracolândia. Eu comprei um lanche pra ela. Nossa, ela pegava com tanta força aquele lanche (a entrevistada chorou). (Mapa RAE 02)

Não culpo as pessoas. Eu que já tô acostumada a ver isso, vejo um outro lado da situação. Vejo muita mãe procurando filho, procurando alguém, porque as pessoas nunca acham que seus entes vão parar ali quando começam a usar drogas e é difícil você pensar numa solução pra isso. Quem é o culpado ali? Quem pode ajudar além deles mesmo? (Mapa TEC 02)

A Cracolândia dispensa comentários. É pior que a favela. Pela condição das pessoas. Deus que me perdoe, mas as pessoas não parecem pessoas, mas animais, jogados à mercê da situação e não há ninguém que possa solucionar o problema. Cabra fala e faz aquele auê todo aí o pessoal perambula pela cidade e volta pra cá novamente. (Mapa RAE 01)

O cara que suja o bairro vem da Cracolândia. Piorou o bairro quando os usuários surgiram. Nesta rua não tinha nem usuário, nem ratos. Agora tem tudo. O prefeito tentou tirar, mas é difícil. (Mapa TEC 03)

O governo aparece em algumas narrativas como quem “já tentou diversas ações e não conseguiu mudar” (Mapa TEC 03), bem como na fala: “a situação é muito delicada pra quem tá no governo decidir o que fazer com elas” (Mapa RAE 01). O primeiro setor, ora entendido como governo, ora como prefeitura, não é completamente culpabilizado pelas vulnerabilidades expostas. A autoria da situação calamitosa seria gerada também pelo próprio personagem maltrapilho.

Alguns dos entrevistados entendem que nem todas as “pessoas que moram na rua são viciadas” (Mapa TEC 03) e “nem todos os malucos são bandidos” (Mapa RAE 01). Tendo vivenciado algumas poucas interações com pessoas em situação de rua, alguns interpretam que por trás da decisão de estarem nas ruas há muitos problemas que os levaram a tomar essa decisão.

Quando eu tenho oportunidade de falar com as pessoas que falam mal de quem vive na rua, eu falo pra eles que por trás daquela pessoa que tá parecendo um animal ali

existe um ser humano que por trás daquilo ali existe um problema que ele teve, que ele não quer encarar, mas são pessoas boas, maravilhosas. Eu tive oportunidade de conversar com um que morava na rua, mas não usava drogas. E aí eu perguntei porque ele tava ali e ele disse família. Às vezes uns usa drogas, mas tem muita gente que vive na rua e não usa droga. (Mapa RAE 02)

Eu sempre que paro no farol, quando tô de carro, sempre dou moeda. As pessoas dizem que sou besta porque a pessoa vai usar com drogas e cachaça, mas pode usar pra comer também. O que ele vai fazer com dinheiro eu não sei. Minha intenção não é essa. Quando a gente faz o bem não pode olhar isso. (Mapa TEC 03)

As pessoas que dizem ter “invadido” casas da região têm uma visão diferente (Mapa TEC 03). Os entrevistados não conhecem as invasões por dentro, mas uma das participantes disse ter estabelecido contato com seus moradores para pedir que parassem de jogar água de esgoto na rua em que trabalham porque estavam deixando imunda a calçada. A palavra utilizada foi invasão, tornando público seu entendimento sobre o ato testemunhado. “Eles invadiram sim, porque se não é deles, é invasão” (Mapa TEC 03), comenta. As invasões aparecem representadas no mapa TEC 3. Os invasores não.

As representações são criadas a partir das percepções pelo que veem exposto (“varal colocado pra fora” Mapa RAE 02), pelo que ouvem (as brigas e a música alta) além das más experiências em relação à convivência com o bairro. Quem habita invasões não é entendido como usuário de drogas, mas assume o personagem maltrapilho gerador da degradação do ambiente. Um personagem que além de aproveitador da situação é igualmente descompromissado com o bem-estar dos vizinhos.

Na invasão, eles não conseguem se organizar e incomodam. Na invasão eles nem se falam entre eles. Eu entrei lá pra pedir que eles se organizem e não jogassem água do esgoto para dentro da nossa empresa. É chocante. Ninguém manda na invasão que tem aqui perto. Eles disseram que não tem liderança. E eles só gritam uns com os outros. (Mapa TEC 03)

Invasão traz lixo e odor que descartam na rua. Não tinham tantos prédios e casas invadidos por aqui. Agora têm várias. Tem desde aquelas que o proprietário consegue pegar de volta até as que não se consegue mais. É um horror. (Mapa TEC 02)

Os cortiços que essas invasões geram são um cenário diferente. Tem aproveitadores que pegam as pessoas menos favorecidas do Norte/Nordeste e alugam um quarto por R\$ 400,00. Só que aí é uma miscigenação de vários estados. Os cortiços ao lado, durante semana, ligam música alta: funk, forró. Eu vejo como ponto negativo. (Mapa RAE 01)

O descontrolado sobre o ato de invadir é entendido como uma complicação estabelecida pelo Estado e sua legislação punitiva voltada às empresas que não conseguem impedir a convivência com tais situações calamitosas.

Poucas empresas investem na cidade como a Vedatec, a Porto Seguro e a Folha de S. Paulo. A legislação é punitiva. Você vai fazer qualquer coisa e fica muito amarrado. É mais fácil invadir do que ir pelo legal, porque é muita burocracia. (Mapa TEC 03)

De quem é isso? Se é de uma pessoa X, o governo podia fazer intervenção e abrir um museu. Esses casarões mostram muito a história de como era isso aqui. O governo deveria fazer alguma coisa e não esperar que só as empresas fizessem e ainda dificulta a coisa pra elas. (Mapa RAE 01)

Embora percebam as invasões como espaços de baderna e confusão, entrevistados que trabalham na região nas funções da limpeza e da segurança (bombeiros) destacam a utilidade da invasão por causa da benfeitoria em morar no centro, mesmo que em condições desfavoráveis. Por residirem nas periferias (Diadema, Cidade Tiradentes e Guaianases), reconhecem que habitar o centro é um privilégio em relação à procura por trabalho e locomoção. De acordo com eles, não se contratam pessoas que moram muito longe. Nesse sentido, residir no centro, ainda que em um cortiço, é a melhor opção. Entendem a relação entre cortiços/ocupações e favelas como oportunidades de moradia alternativas “quando a vida apertada” e não como uma “escolha acomodada que alguém faz sobre como quer viver” (Mapa RAE 02).

Um cortiço é uma casa, um local pequeno onde as pessoas abrigam um monte de coisa. Você pega uma sala grande e faz dois quartos. Fica aquela coisa bem pequenininha, tudo miniatura, bagunçado. Bagunçado em termos, né?! É um local onde tá tudo junto e misturado. Nessa rua tem uma. A pessoa faz um varal fora e fica tudo bagunçado. É feio, porque na periferia isso é normal, mas na região central não. A maioria das pessoas no cortiço trabalha. Na região central você consegue ganhar dinheiro até vendendo bala no farol. Na verdade, quem tá no cortiço veio da favela. O cortiço aqui é melhor porque é o centro, tudo que você quiser vender aqui você vende. (Mapa RAE 02).

Pra encontrar trabalho, se você der um endereço, se você falar que mora lá no extremo dos sexto dos inferno (não é nem quinto) ele não vai te contratar porque você não vai conseguir chegar. Se você morar por aqui, ainda que num cortiço, ele contrata. (Mapa RAE 02)

Tem muitas pessoas que vem da favela de longe pra morar em cortiço aqui. Na favela, tem droga, não pode chegar tarde, as criança crescendo naquele ambiente onde tem muita coisa ruim, tráfico de droga, de alma. Na favela não tem controle. Nos cortiço têm.

Ninguém sai na região central no meio da rua vendendo droga. Na favela a polícia não entra. Aqui se a gente denunciar, dizer que tem droga a polícia vem na hora e prende. Na favela polícia não vai. (Mapa RAE 02)

Favela muito mais feia, mais pior. Nos cortiço daqui é mais organizado, claro que o cortiço é dois cômodo pra 10 pessoas e na favela você consegue fazer ambiente maior. A convivência pra quem tá acostumado é mais confortável. Na favela tem tudo isso de ruim, mas se você colocar na consciência dos seus filhos o lado errado, nem todo mundo que mora na favela vai pro lado errado. Às vezes tá lá porque não tem opção. Você não pode pagar um aluguel que custa R\$ 700, R\$ 800 você vai pra favela porque paga baratinho. (Mapa RAE 02)

A Favela do Moinho foi citada por alguns entrevistados, mas não foi desenhada nos mapas. O mapa TEC 3 faz uma breve referência a ela em um traço no canto esquerdo superior. Alguns, mesmo trabalhando no local há dezoito anos, a desconheciam (“tem favela por aqui? Não sabia” – Mapa TEC 02). Outros, já ouviram falar dela, mas não sabem onde fica. Há igualmente os que não souberam dizer o nome pelo qual é conhecida (“tem uma favelinha por aqui sim, mas não sei o nome” Mapa TEC 03).

O personagem que narra o campo de estudo a partir dessa fronteira não tem interação com a favela, desconhece suas histórias e sua geografia interna, mas ainda assim tem convicções sobre como é a vida por lá. As representações e as imagens que relatam explicam-na a partir do mito da marginalidade³⁶ – um local que não abriga apenas “gente ruim” e “bandido”, mas também “pessoas boas” (Mapa TEC 03), mesmo que poucas. E embora não tenham certeza sobre quem é da favela porque “não se sente a presença deles no bairro” (Mapa TEC 03), eles são citados em um episódio referindo-se a um furto de cabos de energia no bairro.

Uma favela sempre tem os dois lados. Não é só o ruim. Tem as pessoas que se ajudam e acabam fazendo as coisas boas. Eu não conheço o nome dela. Nunca ouvi falar. Só faço o caminho do ônibus. (Mapa TEC 02)

Vira e mexe pega fogo, como toda favela. É engraçado porque eu não sinto a presença deles aqui. O pessoal fala assim “é de favela, é gente ruim”. Desta concepção. Quem mora em favela é bandido. Não acho. Eles não vêm pra cá. (Mapa TEC 03)

Lá dentro da favela eles se organizam. Lá tem uma pessoa que cuida. (Mapa TEC 03)

³⁶ O termo foi descrito pela pesquisadora Janice Perlman (1977) e diz sobre um conjunto de estereótipos sobre a pobreza urbana do mundo – particularmente as comunidades faveladas da América Latina.

O bairro não gosta da favela. É um fator gerador de muitas coisas. Você atrai os maus elementos que vivem misturados a essas pessoas humildes. Aí os caras começam a praticar delitos no bairro. Eu mesmo, não sei se era da favela, eu vi os caras arrancando os cabos de energia que alimentam os postes. É difícil, né? (Mapa RAE 01)

A favela tá inserida na cidade, só que o sentimento das pessoas é que aquilo ali não deveria existir ali. Acaba denegrindo a imagem do bairro. (Mapa RAE 01)

Os grupos de entrevistados da Pinacoteca também nunca haviam entrado na Favela do Moinho, mas conhecem algumas crianças por meio de um trabalho realizado com elas no museu, em 2014. Sobre esse contato, mostram a intenção de colaborar com seu processo educativo, não emitindo percepções sobre sua vivência e apropriação dos espaços do bairro. Apenas reconhecem que raras vezes alguma criança do Moinho apareça na Pina porque, segundo acreditam, “não se sentem à vontade” (Mapa PINA 01).

No caso do trabalho que fizemos no Moinho, se as crianças e suas famílias viraram frequentadoras, não sei. Mas o mais importante era pensar como o contato qualificado com o museu podia favorecer ou enriquecer os processos educativos que elas estavam vivendo. É uma decorrência virar frequentador. (Mapa TECA 03)

Um grupo manifestou a percepção de que “as pessoas vão morar em favelas porque não correram atrás de outras oportunidades” (Mapa RAE 01). Outro, entende que inevitavelmente sua presença torna a cidade feia, desvalorizando os imóveis. “Vai dizer que você queria morar ao lado de uma favela?” (Mapa RAE 01), perguntou um dos entrevistados enquanto apresentava seu mapa.

Favela tem 50% da responsabilidade do estado e 50% das pessoas que moram lá. Por parte das pessoas tem uma sensação que é legal você estar num lugar centralizado e desorganizado pra que você não tenha responsabilidade financeira. Existem pessoas que são menos e mais favorecidas. Mas eu vejo por mim, eu lutei. Era pequena, num bairro, mas eu lutei pra pagar. Deus deu condição, a gente trabalhou. Por que essas pessoas não fazem o mesmo? A desigualdade e igualdade esta latente pra todo mundo, basta o caminho que você quer seguir. Eu poderia estar na mesma situação que essas pessoas, mas graças a Deus eu corri atrás. Então, eu vejo isso como um negócio muito feio. Você ficar esperando da parte do governo. E por parte do governo, tá na questão dele não proporcionar moradia pra essa pessoas. Mas aí, aí longo do tempo, eu olho o lado do governo. Se você analisar os Cingapura, eles estão nos locais mais localizados da cidade. E foi um predinho humilde, simples que foi feito, mas foi feito. E as pessoas quando mais degradarem o prédio, melhor. Acho que a culpa é mais das pessoas do que dos nossos governantes. Porque eles fazem alguma coisa, mas as pessoas não dão valor. (Mapa TEC 03)

Pessoas da favela não têm muita vontade de sair de lá. Tem vários funcionários aqui que moram em favelas e as pessoas não têm interesse em sair. A verdade é essa: não adianta ficar chorando pelos cantos. “Ah, não tenho condições”. Você tem orientação. Você não procura melhorar a vida, não procura estudar pra ter uma posição melhor na sua vida profissional? Eu vejo que as pessoas que moram nesses lugares não têm ambição. Aquilo parece que tá ótimo pra elas. Ter um lugar pra morar é o que importa pra elas. Eu não me contento, eu gosto de coisas boas. Tô sempre procurando descobrir coisas novas. Dentro do meu mundo, claro, dentro das minhas possibilidades. (Mapa RAE 01)

São dois extremos. Quanto você acha que vale um imóvel do lado da favela e um imóvel nas mesmas condições no Morumbi. As pessoas que investiram nos seus imóveis têm um sentimento muito ruim nesse aspecto, de repulsa. Esse negócio não devia estar aqui. Acaba degradando a imagem do bairro. (Mapa RAE 01)

Como chegamos à degradação do bairro? As opiniões são diversas. De acordo com uma entrevistada que trabalha há mais de vinte anos no campo de estudo, foi na última década que a situação se agravou visivelmente. Para outro, isso ocorreu quando trouxeram os meninos de rua da Sé para o bairro. As estratégias argumentativas mostram sempre relatos de problemas que vêm de fora e se instalam.

Tinha na Sé os trombadinhas que cheiravam cola há vinte anos. A gente foi convivendo com o bairro e vendo piorar. Depois que começaram a fazer as ações sociais aqui perto eles deixaram de ficar segregados e estão por toda parte. (Mapa RAE 01)

É muito atual essa calamidade. Desde 2010 que eu vejo este movimento de pessoas de rua e a Cracolândia perdendo controle. Eu estou no bairro há 22 anos. Isso não existia. Tudo era em função da Folha de S. Paulo antes. Hoje é em função da Porto Seguro. Há vinte anos, os políticos frequentavam muito esta região. O Arouche era o ponto de comprar sapatos chiques. As pessoas de poder e de fora ainda vinham comprar sapatos aqui. Foi a última coisa áurea que eu peguei aqui. (Mapa TEC 03)

Há a evidência de um bairro ainda em tempos nobres, quando “pessoas de poder” ou da classe alta vinham de outros locais da cidade para vivenciá-lo. Houve a referência aos casarões (Mapa TEC 03) que a região abriga como a parte mais bonita. Não sabem ao certo sua história, tampouco a quem pertenceram, mas notam o quanto alguns deles voltaram a ter vida depois da intervenção de restaurações, como no caso dos prédios comprados pela empresa Porto Seguro (rua Guaianases) e a Casa da Don’Anna (Mapa TEC 03), reinaugurada em 2018.

No entanto, a relação com o bairro é tão somente profissional e por vezes, sem forma. O Mapa TECA 02 demonstra a ausência de conexão afetiva dos entrevistados com o bairro quando se nota que apenas o percurso da casa para o trabalho tem

traços ininterruptos. A narrativa da circulação acelerada define, para eles, um local não identitário, não relacional, tanto quanto não histórico:

Começamos a desenhar todos juntos. Todos colocaram o lápis no papel e fizemos o caminho que fazemos pra chegar até aqui. O centro é muito grande. Tem lugares que representam mais para um do que para outros. Cada um foi com seu lápis e teve horas que se cruzou até chegarmos à firma. Nossa sensação em relação ao percurso que a gente faz para chegar aqui é pressa. Eu ando rápido por aqui. (Mapa TECA 02)

Eu sinto pressa quando estou por aqui. Ando até mais rápido. Este centro é apenas lugar de trabalho pra mim. (Mapa TECA 02)

Boa parte dos entrevistados não conhece os locais citados (Casa Don'Anna, Palácio Campos Elíseos, Pinacoteca), justificados pelo medo de circular pela região, bem como pela distância de suas casas, pois moram longe do centro e somente o frequentam para trabalhar. Outros, desde criança sentem medo do centro da cidade, como mostra o Mapa PINA 04, onde prédios avançam sobre as pessoas de maneira intimidadora.

Eu passei a frequentar o bairro mais quando comecei a trabalhar aqui. Eu vinha como visitante, mas era raro. Minha relação com a região está muito ligada à minha atuação profissional. Eu estou aqui pelo trabalho. (Mapa TECA 03)

Não dá tempo de ir em museu. Quando acaba o expediente a gente vai embora logo. Não por ter medo, mas porque depois que escurece fica mais perigoso. Eu não me sinto agradável. (Mapa TEC 02)

Eu não vivo o bairro em outros momentos o bairro e nem gostaria. (Mapa TEC 02)

Esta é a sensação de quando eu vinha para o centro criança. Minha tia me trazia pra cá. Eu moro em Osasco e eu achava muito grande e me sentia engolida pelos prédios. Muita gente, muito grande. Medo. (Mapa TECA 04)

Não tem nada de bonito aqui. Bom, deve até ter coisa bonita, como a Pinacoteca, mas moro em Ferraz de Vasconcelos. Saio de casa 3h40 pra chegar aqui às 6h. Eu não vou vir de final de semana pra cá. Quando tô de folga em casa não quero vir pra um lugar feio como esse. (Mapa RAE 02)

Eu moro em São Miguel. Não acho nada bonito aqui. Deus é mais de trazer minha família aqui. Não trago. (Mapa RAE 02)

Ainda assim, enxergam vantagens em trabalhar na região. Entre as macronarrativas da cotidianidade citaram a facilidade para se locomover (“coloca aqui Terminal Princesa Isabel bem grande. Eu uso ele pra ir pra casa” – Mapa RAE 02), as

calçadas largas (“elas não te deixam caminhar nas ruas que nem em outros bairros” Mapa PINA 02), a oferta de serviços culturais e assistência social (“acho que só aqui se tem tanta instituição de ajuda por metro quadrado em São Paulo” – Mapa TEC 03), o cuidado com as praças (“difícil ver uma praça abandonada aqui” – Mapa PINA 01) e a diversidade (“aqui se vê de tudo. Dos malucos aos mais arrumados” – Mapa RAE 01).

Quem mora distante do centro tem percepções pré-moldadas que distinguem o território do restante da cidade. Alguns acreditavam que os produtos seriam mais caros no centro se comparados aos das periferias onde moram. Ao virem trabalhar na região, no entanto, notaram que essa constatação não era verdade. Para outros, é mais perigoso circular pelo centro do que em seus bairros (Ferraz de Vasconcelos, São Miguel Paulista, Itaquera).

A gente acha que tudo é caro por ser região central e não é caro. Os preços dos mercados aqui são até mais baratos que o meu bairro (Cidade Tiradentes). A gente acha que quem mora no centro deve gastar muito. Mas não é não. (Mapa RAE 02)

Aqui no centro tem situações boas, mas tem umas muito diferentes. As boas é que as coisas são perto, como mercado, lotéricas, trabalho, escola. Mas, o aluguel é caro e é perigoso. Meu esposo já foi assaltado aqui e lá no nosso bairro (São Miguel Paulista) não. (Mapa RAE 02)

O Sesc foi uma instituição bastante citada, como referência de distração no horário do almoço (para os que o frequentam) ou como um local bonito do bairro, ainda que muitos não o conheçam.

Faça o desenho de uma piscina bonita aí e coloque Sesc Bom Retiro. Eu não conheço o Sesc, mas tem muita gente que frequenta. Falaram que é muito legal e gratuita. As pessoas não costumam se informar muito, mas dizem que é muito boa. (Mapa RAE 02)

É bonito, tem área ampla e é organizado, tem segurança. Tem banheiro, às vezes eu uso. É bom. (Mapa TECA 02)

O que é mais bonito aqui do bairro é o Sesc, mas eu não conheço. Eu não vejo mais nada de bonito. (Mapa TECA 01)

Profissionais da Pinacoteca, museu criado em 1905 na região, também manifestaram suas percepções sobre o bairro a partir do uso e relação do público frequentador da instituição. Há mais de quinze anos a Pina, como é chamada, desenvolve trabalhos com pessoas em vulnerabilidade, já tendo atuado com pessoas

em situação de rua, moradores do Moinho, mulheres em situação de prostituição e com “pessoas que fazem uso problemático de drogas”. Disse uma das entrevistadas que trabalha no museu que “há um empenho profissional e pessoal de muitos anos da instituição em minimizar estas barreiras” (Mapa TECA 04). Ela afirma que de há anos a Pina percebe, não em termos numéricos, mas simbólicos, que esses grupos são mais aceitos institucionalmente e que eles sabem que podem frequentar o museu.

As pessoas vulnerabilizadas frequentam a Pinacoteca a partir dos nossos estímulos e convites e das parcerias que a gente promove. Estes públicos não frequentam autonomamente a Pinacoteca. É mais difícil. Sem ter mediação por meio de uma parceria ou vínculo com o educativo pode acontecer, mas é mais difícil porque a gente sabe que as barreiras simbólicas dos museus são muito grandes. Não são as físicas. São as simbólicas. (Mapa TECA 01)

A gente criou alguns convites cortesia que a gente distribui e dá direito à entrada gratuita no museu, como uma forma de estimular esta frequência. Mesmo sendo liberada a entrada gratuita aos sábados, às vezes a pessoa se sente intimidada de chegar sem ter algo que automaticamente vá liberar sua entrada. Então a gente dá estes convites cortesia pra que eles venham autonomamente. O principal objetivo é que contato qualificado com o museu possa gerar impactos positivos no cotidiano destes grupos independente deles virarem frequentadores ou não. Se eles virarem frequentadores, ótimo. (Mapa TECA 03)

Muitos entrevistados afirmaram que a Pina é mais conhecida por quem é visitante do bairro do que por quem mora próximo a ela. “Ainda existe um desconhecimento da população sobre todas as instituições da região. Antes da reforma, há alguns anos, tinha gente que já passou aqui e se benzia, achando que era igreja” (Mapa TECA 01), afirmou um deles. “Eu mesma não sabia o que era até vir trabalhar aqui (coleção de pinturas), pelos símbolos que ela tem e pela própria frequência de quem vem” (Mapa TECA 04), disse outro.

Para eles, o museu não é conhecido primeiramente “porque o nome não ajuda” (Mapa TECA 02). Chamar-se Pinacoteca e não museu faz muita gente associá-la a uma biblioteca, disseram os entrevistados. Mas a principal dificuldade de as pessoas em vulnerabilidade ou de baixa renda frequentarem o museu, reconhecem eles, é a imponência e natureza do local, que provoca, naturalmente, a autoexclusão de quem “não se encaixa no perfil”.

A arquitetura, que é muito imponente, daqui faz as pessoas acharem que só tem gente bem vestida. “Eu sinto que não é pra mim, nem para meus pares”. (Mapa TECA 01)

As pessoas acham que existem espaços que são instituídos oficiais de cultura e que isso não é pra eles. Existe uma barreira imposta pelo perfil de quem já frequenta. Isso gera uma autoexclusão de alguns segmentos da população. Por disserem que é para pessoas de uma determinada renda, escolaridade. (Mapa TECA 02)

Mesmo narrando o empenho profissional e pessoal da instituição em receber públicos vulnerabilizados, foram os grupos de entrevistados da Pina que manifestaram em seus mapas mais latentemente o tom confessional do desconforto entre eles e a região em que trabalham. Enquanto apresentavam os mapas, alguns participantes desenharam o “perfil do cara que aparece na Pina aos sábados”. Os traços nos revelam uma composição homogênea do frequentador do museu – um tipo “playboy”, que ostenta riqueza traduzida nas roupas e acessórios (óculos, relógio e chave do carro) e pela negociação favoritista que sugere: “se eu pagar mais eu preciso pegar fila?”. O desenho denuncia a definição legítima do conflito reportado – o incômodo em relação ao uso do poder em um ambiente público.

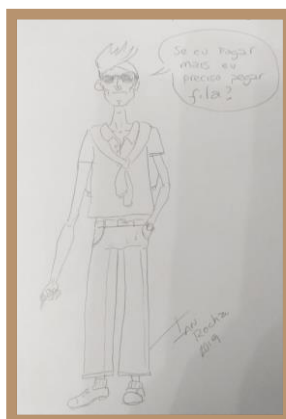


Figura 124: Desenho de entrevistado da Pinacoteca

Como último movimento metodológico desse grupo, depois de penetrar na essência de suas narrativas, chegamos às metanarrativas – a razão ética em que elas se situam. Revelaram, enfim, um bairro partido, que opõe agruras (usuários de drogas, ocupações, favela, pessoas menos favorecidas) às estruturas organizacionais. As empresas, especificamente, entendem manifestar o símbolo de ordem e civilidade, abrigos de pessoas que acreditam que suas conquistas se devem ao mérito do esforço. As mazelas seriam sinônimo de carência, desordem, acomodação, quando não da malandragem. Por isso, um perigo ao bairro, que “tem potencial, mas está esquecido” (Mapa RAE 01).

Esse é um fato que não os convida a vivenciar tal pedaço da cidade para além do seu trabalho, em um momento de lazer fora do expediente. “Fazer o que nesse lugar feio? Aqui de final de semana é deserto” (Mapa TEC 01), afirmou um dos entrevistados. “Era muito raro vir pra esse bairro antes de trabalhar aqui. Só venho porque trabalho mesmo” (Mapa RAE 01). No caso dos equipamentos culturais “visitam a Pina, aos sábados, as pessoas de outros bairros. Quem trabalha por aqui, acho que nem conhece” (Mapa TECA 03).

A solução? “Tirar essas pessoas que sujam o bairro” (Mapa RAE 01). Disse outro que “precisaria haver revitalização aqui, começando por tirar a sujeira nas calçadas, os andantes nas ruas e os andarilhos” (Mapa TEC 03). “O bairro está depreciado porque essas pessoas andam por aí, a esmo, causam certo medo com quem não tem familiaridade com o local e, além disso, transformam o bairro num verdadeiro cesto de lixo” (Mapa RAE 01).

Ainda que tenham relação profissional com a região, a conexão com o território não foi constituída em completude. A aparição da palavra diversidade em um dos mapas (TEC 2) não ganha formato de corpos múltiplos e diferenciados. O arquipélago urbano (SANTOS, 1994), fortificado pelas instituições onde trabalham, evidencia o caráter fragmentário e desarticulado em relação às demais realidades do local, em que os indivíduos que as compõem não são invisíveis, mas desajustados e inaptos socialmente, de forma que devem permanecer “do lado de fora”. As regras que organizam o espaço urbano em questão demonstram os padrões de diferenciação e separação social e os princípios que estruturam a vida pública – somente se inter-relacionam grupos sociais semelhantes. Esses corpos, percebidos pela subversão e abundância de vidas desvalidas e agitadas, deflagram mais do que segregação espacial – denunciam jogos de poder que perpetuam a desigualdade e os distanciamentos sociais, justificados por narrativas agressivas na maneira de julgarem corpos vulnerabilizados (“pessoas que fedem”, “câncer do bairro”). A manifestação de algumas pessoas desse grupo sobre o que conhecem, o que percebem, o que sentem e como vivenciam o território corrobora a construção da cultura e da própria territorialidade como atributo social fragilizado. Testemunhas irresolutas diante da complexidade do incompreensível, enunciam uma composição perplexa dos eventos, mas estática em relação às intencionalidades.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 *O método da análise crítica das narrativas*

4.2 *As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira*

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

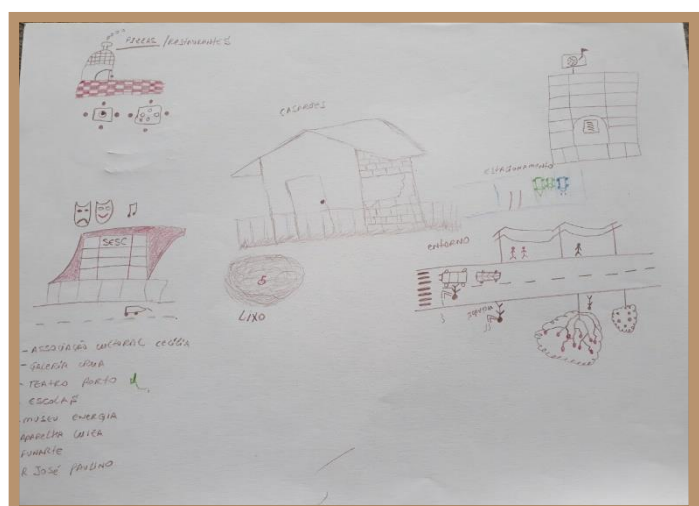
4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Uma narrativa diferente foi percebida por outros participantes da pesquisa que também trabalham na região. Há uma mistura intrínseca das belezas e misérias do bairro que parecem indissociáveis em suas percepções. O personagem que conta essa história se vê como uma testemunha participante do jogo instável e inconstante de reconstrução desse pedaço da cidade, tomado pela multiplicidade de correlações de forças que dão suas formas. As vozes ouvidas aqui, utilizam-se, por vezes, de reflexões para além da concretude, expressas em desenhos coloridos que manifestam seus consensos e dissensos, suas emoções, as experiências vividas na região e suas razões objetivadoras.

Os mapas foram confeccionados por pessoas que atuam em contato diário com os diferentes públicos do Campos Elíseos, sejam crianças, moradores ou outras pessoas que trabalham na região. Foram confeccionados, em geral, nos seus ambientes de trabalho, ou seja, no Sesc Bom Retiro, na Favela do Moinho e no Castelinho. No caso dos professores da rede pública, as entrevistas e os mapas foram realizados em um dos encontros do Projeto Aprendiz, ocorrido no Museu de Energia, em novembro de 2019. Gerentes, coordenadores, analistas, atendentes, assistentes sociais e principalmente educadores/professores são as funções das pessoas dessa fronteira.

Quadro 5: A narrativa do campo por quem trabalha – um outro olhar

Fonte: Elaborado pela autora.

**Figura 125:** Mapa ENE 01 / Mapa TO 01

A NARRATIVA DO CAMPO POR QUEM TRABALHA – UM OUTRO OLHAR



Figura 126: Mapa MOI ED / Mapa SC 02



Figura 127: Mapa DIZ 02 / Mapa SC 01

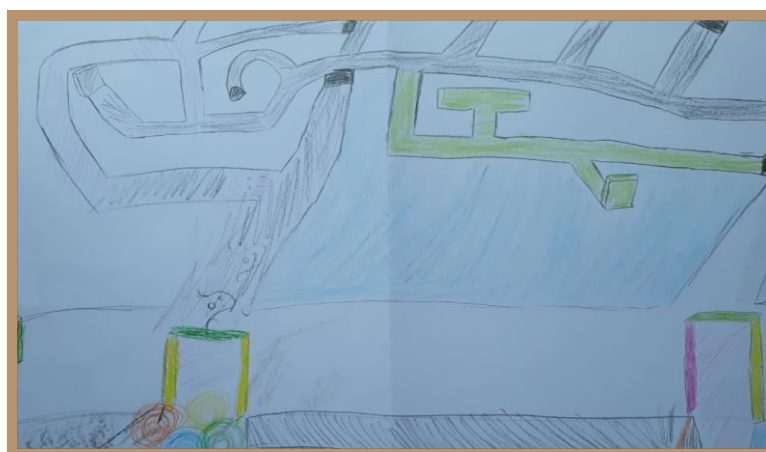


Figura 128: Mapa SC G1

Nos sentimos ultrapassando portais o tempo todo. A ideia dos portais é mostrar que os contrastes que a gente vivencia todos os dias dão a sensação que estamos acessando portas diferentes o tempo inteiro. Agora eu abro uma porta de alegria, depois de tristeza. Aqui você está num lugar lindo. Saindo daqui tem alguém jogado no chão. Outra pedindo comida. Tem o Sesc, o Museu da Energia, tem a casa D'na Anna, o Teatro da Porto Seguro, são os portais que parecem outro mundo que não este tão perto. (Mapa SC G1)

A citação expressa boa parte da lógica do paradigma narrativo desse grupo – alegrias e tristezas alternam-se como sequências semânticas de emoções vividas por quem trabalha na região. Os sentimentos, mesmo díspares, nunca estão dissociados. No entanto, levando em conta que ao buscarmos identificar a lógica de um paradigma narrativo precisamos compreender a partir de uma linha do tempo os pontos de virada e inflexões que marcam cada episódio (como se pudéssemos constatar a perturbação, a transformação e a resolução encadeadas), conforme Motta (2013), o eixo de tensão dramática revelado por esse grupo de pessoas entrevistadas não atinge um único clímax, mas vários, ao longo do desenvolvimento das histórias compartilhadas. E tais clímax contemplam múltiplos públicos que compõem o bairro – nos diferentes formatos de diversidade pode existir também a vulnerabilidade. São os jovens que habitam a Favela do Moinho, as crianças que brincam nas praças, o craqueiro (usuários de drogas) andante, as pessoas em situação de rua, os imigrantes, os travestis, os moradores que andam de bicicleta pelas ciclovias, os carroceiros, as pessoas que fazem compras no Bom Retiro, os visitantes dos museus e equipamentos culturais, os policiais e os fiéis.

O mapa SC G1 revela metaforicamente a disparidade das sensações que caminham juntas: direções coloridas reveladoras da potência da região (as alegrias e transformações) e direções sem saída, bloqueadas ou interrompidas (as tristezas e debilidades). “Por mais que a gente tenha vontade de ultrapassar, não dá. Estes bloqueios podem ser nossos mesmos, nossas crenças limitantes” (Mapa SC G1), afirma uma das entrevistadas ao apontar para os labirintos no mapa.

O desconforto desse grupo pelo testemunho diário da força dos contrastes manifesta-se na intensidade das palavras e no uso constante de dêiticos superlativos, tais como *muito*, *enorme*, *bastante*, *grande*, fortalecendo o composto de sensações que vivenciam.

Eu, às vezes, acho que vou fazer algo muito transformador aqui e na verdade é uma expectativa falsa do que pode acontecer. O que pra mim significa trabalhar aqui? Pra mim é uma alegria enorme porque eu trabalhava em uma unidade elitizada e aqui entendo que meu trabalho faz mais sentido. É gratificante vir pra cá. Mas isso também é limitante do ponto de vista do que dá ou não pra ser feito. (Mapa DIZ 02)

Este local nunca me assustou, nem quando eu não conhecia tanto o entorno. É bastante desgastante de energia, é desafiador, mas me remete a entender o ser humano e sua grande complexidade. (Mapa SC 02)

Pensando em equipes de trabalho, é muito difícil manter esta energia e vontade de estar aqui porque isso interfere. A gente se depara com muita mudança de equipe. Nem todo mundo consegue ficar aqui por muito tempo. Tem gente que não constrói muita coisa vivendo na desigualdade e isso é legítimo. (Mapa SC G1)

Nem sempre, dependendo do dia, é fácil nos depararmos com o contraste diariamente. Procurar alguma coisa mais potente pra fazer não é só pro corpo, mas é pra ter resistência e conseguir a força que a gente precisa. (Mapa SC 01)

Tem energia boa e tem fantasmas. Tem muito cinza na cidade. Tem esperança também. Tem uma coisa muito democrática por aqui que é o céu. Todo mundo pode olhar pra ele. É a coisa mais democrática daqui. (Mapa SC G1)

Aqui há a tradição linda das tecelagens, mas tem as tristezas da miséria. É um bairro que não tem como você sair igual entrou. Te toca de diferentes formas. Ficamos muito tristes, com dó e com muita raiva por ver que as pessoas estão sempre com a mesma condição e não saem disso. (Mapa TO 01)

A incongruência da desigualdade social da região é o principal conflito dramático revelado, causando incômodos que deflagram as sequências coesas dos novos episódios, embora não se mostrem demarcados na sucessão linear de começo, meio e fim. São revelados mapas cujas perspectivas frontais detalham a convivência com os elementos constitutivos do cenário urbano. Não se trata apenas da realidade da empresa onde trabalham, mas da multiplicidade de correlações de forças dos públicos como um jogo instável e incessante que se transforma, flutua, inverte-se e reverte-se.

Boa parte dos entrevistados superou o modo de pensar o local depois que começou a trabalhar nele. A *thematha* (modo de pensamento) que os acometia antes de conhecer integralmente a região dizia respeito a figuras imaginárias causadoras de medo por causa da violência explícita e ameaçadora normatizada pelos noticiários ou pelo que ouviam falar sobre o entorno.

Quando a gente vem de fora, do interior como eu, você já vem com medo. “Nossa, você vai trabalhar na Cracolândia?” Porque a gente enxerga que ela é o centro de tudo

por aqui. Eu conheço muitas pessoas que vieram só passar aqui e enchem os olhos de lágrimas. (Mapa SC G1)

Morei em Santa Cecília, mas não vinha até aqui. Era perigoso. Era o que eu mais ouvia. Ai, vim trabalhar aqui e percebi que não é bem assim. (Mapa TO 01)

Quando eu comecei a trabalhar aqui eu não me sentia confortável de passar na craco. Aí a gente acostuma e vê que não é nada demais. A gente fica até conhecido por eles. (Mapa SC 02)

Eu pensava que a Cracolândia era uma cidade inteira. Só via pela TV. Achava que ia ter que trabalhar de Uber todo dia. E não, vou e volto pra casa andando todo dia. (Mapa ENE 01)

Quando era pequena meu pai me trazia aqui sempre com pressa. Vamos na Santa Ifigênia, na 25 de Março, mas tem que ser rápido porque fica perigoso. Eu cresci com isso. E aí agora, caminhando no centro eu vejo que não era tanto assim. Mas perigoso é a invisibilidade que há. Crianças, imigrantes, morador de rua. (Mapa SC 01)

Há o reconhecimento do que chamam territórios de potência: os museus, os teatros, os casarões, os parques, as escolas, as UBSs, estruturas que ajudam a construir a vida no bairro. Foram citados, da mesma forma, grupos sociais que contribuem no atendimento humanizado dos públicos vulnerabilizados, como os movimentos Craco Resiste, Novos Sonhos, Cristolândia (iniciativa da Igreja Batista no atendimento aos usuários de drogas) e o trabalho dos assistentes sociais ao longo dos quarteirões. Do mesmo modo, foram citadas as belezas da arquitetura da região e a convivência comum do antigo com o novo. Admitem a expressão do Campos Elíseos como um bairro de judeus, chineses, bolivianos e aberto a receber imigrantes, cujas boas comidas podem ser provadas nos restaurantes da região, além da facilidade de acesso às lojas do Bom Retiro. Para vários entrevistados, a admiração pelo centro de São Paulo começou na infância, quando visitavam as imediações por serem um polo de compras.

A gente registrou o que pra nós marca a região, então que de alguma forma propõe algum tipo de transformação e integração das pessoas. Porto Seguro e Sesc fazem esse papel. Pontos culturais como a Funarte, onde acontecem várias atividades, aqui o museu de energia, o Moinho que o trem passa dentro. Antes do Minhocão ser construído, Santa Cecília e Campos Elíseos eram bairros que eram unificados e depois se separaram em lado bom e lado ruim. Tem os grafites aqui embaixo. As pessoas em situação de rua nós colocamos em cinza porque tem esse contraste da arte com o lixo e com as crianças que vivem na rua. A ciclovia que passa embaixo do minhocão. Tem a Cracolândia. A primeira igreja batista e a Praça Coração de Jesus. (Mapa TO 01)

Eu peguei amor por esse centro porque desde pequena minha família andava por aqui, na época que tinha Mappin, que tinha Mesbla, minha tia me mostrava com orgulho

essas estruturas. Quando eu saio nas ruas com as minhas crianças (alunos) e eu passo essa empolgação eu passo pertencimento. Eu acho que a pertença e conhecimento dão empoderamento. Não existe empoderamento sem conhecimento. (Mapa SC 02)

Eu amo o centro de São Paulo. A beleza da arquitetura, das pessoas, um bairro multicultural. E pra mim tem beleza das crianças na Praça Princesa Isabel. Mas é triste ver a invisibilidade das crianças e dos adultos esquecidos nas ruas. (Mapa MOI ED)

Acho que todo mundo vem um dia pro centro de São Paulo. Seja porque é um médico que só tem lá, um produto que só tem lá, então os olhares diferentes que a gente lança sobre o território vão muito de acordo com o interesse pessoal e daquele momento. Quando você fala em eletrônicos, lembramos da Santa Ifigênia. Quinquilharias, 25 de Março. Roupas de noiva, Rua São Caetano. Roupas de madrinha, Bom Retiro. Isso é o centro. A referência de boa parte da vida. (Mapa DIZ 02)

As macronarrativas das belezas somente dão espaço às relacionadas à vulnerabilidade, os “lugares muito sujos e tristes” (Mapa SC 02) partilhados entre “homens, mulheres e crianças, que vivenciam a violenta polícia e seus cavalos cotidianamente” (Mapa TO 01). Para muitos é incômodo conviver com o lixo nos espaços que ocupam. Segundo uma entrevistada, há um contrassenso em uma região ter manifestamente a estátua do Cristo no alto do Santuário Sagrado Coração de Jesus voltada à Cracolândia e não haver humanidade suficientemente por parte da sociedade que resolva tal conflito.

A questão de ter um Cristo olhando pra tudo aquilo e não se manifesta. Ele está com braços abertos voltado pra Cracolândia. Independente de religião, é um pouco chocante. Sem criticar a religião, mas criticando a sociedade. Um colégio caro, com muros, vendo tudo isso a sua frente. (Mapa SC 01)

Profissionais do Sesc Bom Retiro e do Sebrae confessaram que o diálogo para além dos muros da empresa onde trabalham ocorreu apenas no estabelecimento das instituições na região. Foram feitos elos, mas que depois perderam-se na correria do dia a dia focada nos propósitos e metas a serem cumpridos.

Um bairro cheio de gente, mas a gente esquece que cada um é um. A gente é muito independente. Tem muita gente e muita empresa aqui e cada um acaba vivendo sua vida. (Mapa SC 02)

Ainda sobre o incômodo que significa cada empresa estar fechada à sua própria realidade, algumas narrativas denunciaram a postura do espaço cultural da maior companhia no local em quantidade de funcionários (pouco mais de 8 mil) – a empresa Porto Seguro. Reconhecida como uma das organizações que ajudam a

impulsionar o desenvolvimento da região, há uma dicotomia sobre a hostilidade de seu espaço cultural que, embora se diga aberto ao público, barra a entrada de quem “não esteja bem vestido” ou aparenta “morar na rua”.

Eles não deixam nem a pessoa pegar água pra encher sua garrafinha. Eu já vi isso. Mandam sair e tchau. (Mapa SC G1)

No Sesc, no Museu de Energia tem a parte cultural que é voltada para a comunidade e para o entorno. E na Porto não é assim. Eles fazem de um jeito que vale somente para quem é de fora. Quando tem abertura de novas exposições (no Espaço Cultural da Porto Seguro) teoricamente seria aberta para todo mundo, mas a pessoa moradora de rua não tem a liberdade de chegar e visitar como ele tem nos outros museus da região. (Mapa SC 01)

Ele não pode chegar, dizer bom dia, entrar pra tomar uma água. Ele provavelmente não passara da calçada. Na Porto eles colocam um adesivo em quem visita lá. E as vezes eles vêm pra cá depois. Ninguém da rua consegue isso. Eles não têm um retorno tão grande das ações quanto nós temos aqui, por exemplo. A galera não é que não se importa com estas questões sociais. É galera muito instruída, sabem falar libras, eles têm contato com a parte teórica, coisa Porto Seguro. (Mapa ENE 01)

O problema da Porto é que ela contribui para a gentrificação da região e não para a revitalização urbana que esse bairro precisa. (Mapa DIZ 02)

Conviver com as pessoas que trabalham por aqui, mas não se envolvem verdadeiramente com ela e com os mais vulneráveis é como um jogo cênico que ambos os lados interpretam estados de alerta. Os usuários de drogas, por exemplo, embora as pessoas os chamem de zumbis, eles percebem tudo. Eles sabem quem sempre vem, quem não vem, quem passa sempre por ali. (Mapa SC 01)

Corroboram esta afirmação os entrevistados que descrevem os funcionários da empresa como “engomados” e “bem pagos”, mas alheios aos problemas sociais do bairro. “É o nu e o cru em contato aqui na região. Se não tivesse Cracolândia, eles (funcionários da empresa) achariam que aqui seria a Vila Olímpia” (Mapa ENE 01). Outros relataram sobre a postura imprópria “do pessoal da Porto” em relação aos ambientes públicos: “só porque são maioria durante a semana acham que podem controlar os locais no almoço, como a praça de alimentação do Sesc que é disputada. Então guardam mesas, furam filas” (Mapa SC 01).

O conflito dramático se manifesta no plano da estrutura de fundo da estória, uma vez que traz à tona aspectos de ordem ética e moral sobre a presença esquiva de alguns em relação aos demais atores que compartilham o ambiente. Tais percepções sinalizam um diálogo fragilizado, quando não rompido entre eles, diálogo no qual manifestam-se mais juízos prévios de valor do que narrativas de experiências

em comum. Em primeiro plano revelam o incômodo dos interesses mobilizados em prol de alguns pela representatividade da marca que carregam nos crachás. Em segundo plano, descortina-se um jogo de poderes velados daqueles que usufruem de estruturas da cidade sem necessariamente sentirem-se responsáveis por ela. Situações sutis que influenciam a fragilização da interação social.

Poucos funcionários da empresa citada participaram dessa pesquisa, mas os que o fizeram confirmaram, de certa maneira, tais denúncias, expondo vozes de colegas de trabalho. “Eu acho que tem muito mais gente na empresa que queria ver a favela pegar fogo e a Cracolândia sair daqui. Eles não acreditam que algo pode mudar” (Mapa TO 01), disse um dos entrevistados. “Com certeza só uma pequena parte das pessoas na empresa estaria a fim de colocar a mão na massa toda semana pra mudar as situações miseráveis desse bairro” (Mapa TO 01), afirmou outro. “Basta ver quantos (funcionários) se voluntariam para ajudar de fato. São poucos” (Mapa TO 01). Possivelmente são vozes que também compõem outros cenários organizacionais, mas que aqui se sobressaíram pela quantidade de funcionários especificamente dessa organização que circulam pelo bairro durante a semana.

Os entrevistados que compõem o quadro de funcionários da Porto Seguro têm em comum o fato de participarem das atividades voluntárias oferecidas pela empresa, estando, portanto, corriqueiramente em contato com públicos diversos da região – em grande parte com as famílias da favela, os carroceiros em situação de rua ou as crianças que moram em um abrigo próximo. As relações estabelecidas no território para além do vínculo empregatício mostram-se vivas nas situações narrativas trazidas à tona. O voluntariado exercido por eles ultrapassa ações pontuais tornando-se razão de vínculos afetivos e perenes que dão sentido às experiências e a sua permanência no bairro.

O sorriso das crianças quando chegamos com a proposta de realizar um festival de talentos não tem preço. (Mapa TO 01)

A gente tem uma visão do bairro antes e outra depois de atuar de frente com as pessoas que realmente habitam aqui. Hoje, quando chego na favela, as crianças já sabem “é o tio da Porto”. Eu ainda tô aprendendo a conviver com elas, porque cada ação é um aprendizado diferente. (Mapa TO 01)

Eu conheci o Elias (criança de 11 anos) em uma ação voluntária. E a gente foi pegando um amor. Você precisava ver a cara dele no dia em que fez aniversário e eu dei uma camiseta. Ele falava “acho que nunca tinha ganhado um presente só meu”. É triste e emocionante ao mesmo tempo. (Mapa TO 01)

Tais entrevistados entendem que as percepções de seus colegas de trabalho sobre a região são, em sua maioria, distorcidas por não se envolverem legitimamente com sua realidade. “A maioria vem trabalhar e vai embora depois” (Mapa TO 01). A falta de perspectiva social sobre o território é considerada, conforme os participantes da pesquisa, como um problema de instância pública, uma vez que a empresa já faz sua parte na revitalização dos quarteirões: “a maioria aqui acha que a Porto já faz demais e que o bairro estaria bem pior sem ela” (Mapa TO 01). Para outro, a falta de envolvimento dos funcionários pode ser explicada pela distante realidade entre situações de carência e necessidades e suas vidas.

Eu sou de comunidade de Salvador. O bairro que eu nasci e cresci era proveniente de invasão. Eu vivi na pele o que as pessoas da favela sentem. Eu vivi exclusão, preconceito e nós nos ajudávamos. Nós éramos invisíveis. Cada vez que eu vejo uma destas pessoas no caminho da minha casa, e a comunidade é o caminho de casa, eu me vejo naquelas pessoas, me enxergo nelas. Vejo que cada um ali está buscando seu caminho ao sol. Mas, aqui na empresa, acho que ninguém passa esse tipo de necessidade. Então, eles não sabem como é. (Mapa TO 01)

Há também conflitos narrativos manifestados sobre a violência policial e suas tropas ofensivas para com, principalmente, os públicos vulnerabilizados. Outra questão é a carência de um sistema digno de saúde que supere os atendimentos que as UBSs conseguem oferecer paliativamente. Entrevistados afirmaram que se sentem seguros em trabalhar no local porque sabem que são observados pelos seguranças à paisana espalhados pelos quarteirões (profissionais contratados pela empresa Porto Seguro), embora a sensação de segurança seja relativa e os impede de conviver genuinamente com os cenários do bairro.

A gente ainda vê em 2019 a polícia fechando a rua com cinco cavalos, capa, espada e tudo mais e arma. Tem gente deitado na calçada e passa tão do lado que parece que vai passar por cima. Tinha que ter outra forma da polícia estar presente e não a cavalo. Eles vêm pra intimidar. (Mapa SC 01)

A tropa de choque é uma referência muito presente aqui, infelizmente. (Mapa SC 02)

A gente que trabalha aqui vai banalizando as violências que assiste da polícia. Parece até que a gente normalizou. (Mapa MOI ED)

Tem dois vieses. Primeiro eu me sinto blindado, no sentido de existir uma segurança enorme em torno da gente de segunda a sexta. Ao mesmo tempo eu sinto que a população em geral respeita muito as pessoas que trabalham na Porto. A gente

percebe que existe um respeito. Por outro lado, sinto que existe uma segurança que às vezes priva de ter um pouco mais de contato. Às vezes você tenta se aproximar da população de rua e há um certo constrangimento por parte deles por sermos blindados no geral. (Mapa TO 01)

Falta saúde pública no bairro. Não é uma questão que vai ser resolvida numa secretaria. É estrutural do bairro. Precisa ser encontrada uma solução. Apesar do trabalho das UBS existir por aqui, há o centro de DST, há os agentes que atuam na rua, mas não há um hospital aqui. (Mapa DIZ 02)

Conflitos fáticos, por sua vez, emergiram em novos episódios narrados por educadores das escolas públicas e dos museus, sobre o enfrentamento na viabilização dos equipamentos públicos às crianças. Eles queixam-se da falta de verba para lanches e locomoção dos alunos que, em sua maioria, não visitam espontaneamente museus com seus familiares. Nesse sentido, entendem o papel fundamental das escolas em prover esse contato.

A gente fez uma pressão na secretaria municipal por causa disso. As crianças que moram há dois quilômetros da escola não podem receber passe escolar. E aí a gente usa o Metrô pra visitar os espaços culturais que estão a mais de dois quilômetros. É política pública que precisa avançar. (Mapa DIZ 02)

Entrevistados que trabalham no Museu de Energia confirmam a declaração, relatando que atendem mais crianças de colégios particulares ao longo do ano do que das escolas públicas. Tal problemática acarreta outra controversa situação: o perfil comum dos públicos que frequentam museus, normalizado por pessoas de classes sociais mais favorecidas, o que leva grupos sociais a representarem um tipo próprio de frequentador nas instituições e um comportamento específico. Tal prerrogativa não é dada, mas faz parte de um conjunto de regras anônimas, históricas e sempre determinadas no tempo e espaço, que definiram em uma dada época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007).

Já ouvimos visitantes adultos se referindo às crianças do Moinho com falas como “não quero ficar aqui com estas crianças, eles cheiram mal e não sabem se comportar”. Ou de crianças “ai mãe, não quero ficar aqui perto deles. Eles tão sujos, vamos embora”, como se alguém não pudesse estar aqui no museu. (Mapa ENE 01)

Há igualmente as aflições cotidianas que os educadores enfrentam em casos de altivez de visitantes como “o caso do senhor que apareceu com doações de obras dizendo que o neto dele não gostou do museu por ter poucas coisas para ver. Ele

estava acostumado com os museus da Itália” (Mapa ENE 01). Comparam tal situação ao seu extremo oposto: “em uma oficina de férias feita aqui no museu, o Isaias, da favela, veio até de camisa, todo arrumado. Não que precise vir assim para cá, mas esta diferença de crianças, às vezes na mesma atividade, me choca um pouco. Para as crianças do Moinho vir ao museu é um evento” (Mapa ENE 01).

O grupo de pessoas entrevistadas para essa pesquisa convive diariamente com as crianças da Favela do Moinho. Alguns são seus educadores/professores nas escolas da região, outros os conhecem por meio dos projetos de voluntariado oferecidos pelas empresas em que atuam e há os que trabalham nos projetos sociais dos quais crianças e jovens usufruem, seja no bairro ou na própria favela (Oratório São Domingos Sávio). Por isso, há várias narrativas que contam sobre sua convivência e a mudança de percepção da região depois de começarem a trabalhar nela. Nem todos a conhecem por dentro. Sabem onde fica, mas entendem que ela não é facilmente visível no bairro pela disposição do terreno que ocupa: “quando estamos no trem, não dá pra ver. Ela é meio escondida” (Mapa SC 02). Outro entrevistado acredita que “quem tá lá dentro e olha pra cima só vê prédio. Porém, quem tá fora não vê o que existe aqui dentro” (Mapa MOI ED). Quem a conhece revela que “parece interior, uma outra cidade. Aí, a gente atravessa a rua e estamos no bairro de novo. Lá é chão de terra, gente sentada na calçada, é outra realidade. E é o tempo inteiro. Se você passar as 5h da manhã acho que tem gente sentada na porta” (Mapa DIZ 02).

Os participantes da pesquisa acreditam que boa parte do bairro não sabe nem que ela existe. “Quando eu vim a primeira vez pra cá, eu perguntei pro moço do ônibus da comunidade do Moinho e ele disse ‘o que é isso?’” (Mapa ENE 01). Para os educadores que atuam no Oratório existe um bairro dentro do Moinho e um fora dele, que seria a cidade grande. O trilho do trem faz a divisão ser exata. O desenho feito por eles (Mapa MOI ED) retrata notadamente tal divisão. Um bairro de um lado do viaduto (empresas, terminais de ônibus, praças, igrejas) e outro depois dele (a favela, as brincadeiras de criança, como o peão, e a frase “tem gente diferente na favela”). De acordo com um dos educadores:

Pra integrar a realidade do Moinho com a de Campos Elíseos seria primordial fazer as duas partes se conhecerem. “Olha, isso aqui é um pedaço do bairro, isso existe”. Mas não vai mudar a realidade de quem mora lá dentro. Dava apenas pra integrar o

conhecimento, não tampar os olhos (da sociedade). Porque a própria população tampa os olhos do que existe. (Mapa MOI ED)

Não há consenso entre os educadores do Oratório sobre a população do bairro ter interesse na realidade do Moinho. Alguns entendem que há interesse por parte dos serviços que os atendem – as assistentes sociais, profissionais da UBS, profissionais do Sasf (Serviço de Assistência Social à Família). Outros acreditam que talvez haja curiosidade por conta dos mitos que circundam a favela – local perigoso *versus* solidário entre si, o tráfico de drogas, os tribunais, os bailes funk e as festas. “Acho mesmo que há mais desprezo do que curiosidade sobre o lugar” (Mapa MOI ED), afirmou um deles. Em comum, entendem que o bairro (residentes) não tem tanto interesse quanto quem trabalha nele, ainda que pontualmente: “tem algumas pessoas que querem fazer trabalho aqui de alguma forma, mas não sabem o caminho, não sabem por onde chega, então fica só no desejo. Não tem ação concreta” (Mapa MOI ED).

Consentem, enfim, que a favela e as pessoas que nela habitam não são integradas ao bairro, como no exemplo prático citado sobre os pré-requisitos para uma vaga de trabalho divulgada. “O bairro oferece a vaga, mas até que ponto ele dá a capacitação pra quem mora aqui participar?” (Mapa MOI ED). Assumem que sua fama sofreu alterações ao longo dos anos, mas não a ponto de integrá-la a ele: “se reconhece que tem gente boa que sai da favela. E isso há dez anos não tinha” (Mapa MOI ED).

Eu acho que tem muita gente que tem curiosidade sim. É algo muito distante pra alguns. Você vê pela oratória dos serviços que a gente acompanha. O pessoal do Sasf por exemplo. Eles têm curiosidade. Não só porque trabalha não. Mas eu acho que tipo pra conhecer pra entender melhor. (Mapa MOI ED)

Você olha e não tem noção do tamanho que é. Você acha que aqui acontece muita coisa. Os mitos. E você andando percebe que é um bairro, algo normal, como famílias, crianças indo e vindo da escola, música, cabeleireiras fazendo sobancelhas, mão e pé, pessoas arrumadas indo trabalhar, pessoas carregando seus lixos pra caçamba de fora, artesãs fazendo lembrancinhas de aniversário. (Mapa MOI ED)

O bairro só reconhece a comunidade quando tem evidência. Fora isso, eu não vejo o bairro atuando. Vejo quem trabalha no bairro atuando mais do que quem mora. Quem reconhece aqui vê como um espaço com morador que precisa de atendimento. Normalmente são ações pontuais de quem entra aqui. (Mapa MOI ED)

Eu acredito que a cidade não vê a favela como parte do bairro. Acredito que existem iniciativas que fazem este tipo de divulgação pra fazer esta ponte, mas quando chega nos pré-requisitos, a população daqui acaba não atendendo. Um exemplo, às vezes

tem uns cursos aqui na região, mas os pré-requisitos do curso diz que precisa ler, escrever, ter ensino médio e morar no bairro. Quando eles vão se inscrever eles não preenchem porque não sabem ler ou escrever. Então o bairro oferece a vaga, mas até que ponto ele oferece a capacitação pra quem mora aqui participar? Um EJA, um ler e escrever, pra que você possa estudar e aí fazer uso dos equipamentos dos arredores que têm muito recurso de geração de renda, cursos profissionalizantes. Eu não acredito que tenha um bom uso de quem é morador do Moinho. (Mapa MOI ED)

Quem é de fora, acho que as pessoas veem que hoje se reconhece que tem gente boa que sai da favela. E isso há dez anos não tinha. Existe esperança, porque quando a gente chega de manhã, tem gente saindo pra trabalhar. A gente vê. Na favela não mora só gente ruim. E aqui ao redor, pensando nas ruas mais próximas, as pessoas observam isso. De alguns moradores. Não todos. (Mapa MOI ED)

Eu acredito que tenha pessoas no bairro que não sabem da existência da comunidade. Tem pessoas que já viu por conta dos incêndios e das invasões da polícia. Neste momento fica muito em evidência. Aí as pessoas dizem, “nossa tem uma favela ali, onde eu passo no viaduto”. Eu acredito que tem algumas pessoas no bairro que querem fazer um trabalho aqui de alguma forma, ajudar de alguma forma, entender de alguma forma, mas não sabem o caminho, não sabem por onde chega, então às vezes fica só no desejo, mas não tem nenhuma ação concreta. Hoje eu vejo aqui um espaço que tem mais presença da UBS, do SASF, presença de medidas socioeducativas. (Mapa MOI ED)

Uma das professoras da escola pública da região relatou a dificuldade de algumas crianças aceitarem aquelas que moram no Moinho, mas principalmente de pais em não colaborarem com a convivência mútua dessas crianças nas escolas. A professora, que já havia visitado com as crianças o Museu do Futebol e o Instituto Moreira Salles, aprovou a proposta de um aluno em visitar o Moinho. Foi aí que “aconteceu um quiproquó”. Conforme suas palavras:

Quando veio a ideia de visitarmos a favela algumas crianças começaram: “naquele lugar eu não piso”. “Aquele lugar é sujo”. “Eu tenho nojo”. Aí, as crianças que moram no Moinho começaram, “mas por quê?” Teve um questionamento enorme a ponto de parar na secretaria da educação. Um pai achou que eu estivesse estimulando alguma coisa totalmente equivocada. Chegou na diretoria e disse “essa tua prática não serve pra nada. O que minha filha vai aprender lá?”. Algumas crianças disseram “aquele lugar não vai me acrescentar em nada”. Depois de muita luta nós fomos e fomos muito bem recebidos. A coisa mudou na minha sala. Essas crianças que moram no Moinho e não se sentem pertencentes nem à escola, melhoraram até no desempenho escolar. As que eram totalmente invisíveis na escola e tinham rendimento baixo, que ficavam sempre à margem, depois dessa visita que elas que receberam, que prepararam, que foram os anfitriões da favela, elas mudaram a postura delas na escola. (Mapa DIZ 1)

A narrativa demonstra a transformação do imaginário pejorativo pela construção da experiência conjunta. De acordo com a educadora, as crianças da favela que vivenciaram a experiência de terem suas histórias contadas significaram-

se como vida humana, ao menos em sala de aula, porque as narrativas vivas do espaço em que habitam explicam o desviante, legitimam e estabilizam seu mundo.

A resistência de alguns pais em relação ao que poderiam aprender na favela durante uma visita não ocorreu pela falta de informação, segundo a abordagem das representações sociais. Seria uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, fazendo algumas delas visíveis e outras invisíveis (MOSCOVICI, 2015). O uso dos pronomes possessivos (“minha filha”), demonstrativos (“naquele lugar”) ou ainda em primeira pessoa (“eu tenho nojo”, “não vai me acrescentar nada”) ajudam a expressar o contraste. Conforme Moscovici (2015), o intervalo entre a primeira pessoa do singular (eu) e a terceira pessoa do plural (eles) expressa a distância que separa o lugar social, onde nos sentimos incluídos, do que entendemos como impessoal, local ao qual não pertencemos e que, portanto, nos causa angústia psíquica.

Educadores dos museus e das escolas públicas acreditavam que a favela era uma região fechada. No entanto, ao vivenciarem experiências comuns com as crianças e os jovens, mudaram sua percepção: “hoje eu vejo que é uma comunidade aberta. Mais aberta do que imaginamos quando olhamos de fora” (Mapa SC 01). Apresentam em suas narrativas histórias ouvidas e compartilhadas com elas. Por esse motivo, acreditam que conhecem um pouco a maneira como o Moinho funciona e pensa, enxergando progressos no relacionamento e diálogo estabelecido com seus atendidos ao longo dos anos. “Eu ouço muito das crianças a fala ‘eu não sou do Moinho, eu tô no Moinho’. ‘Eu moro na favela, mas não sou favelado’” (Mapa SC 02). A fala do educador que semanalmente está em contato com as crianças reconhece que depois de alguns anos do Projeto Juventudes, no Sesc, percebe como as crianças do Moinho mudaram o comportamento durante as atividades:

A gente conversou estes dias com a coordenadora da ONG que fica no Moinho (Oratório São Domingos Sávio) e ela disse que hoje com um educador ela consegue trazer as crianças para o Sesc. Antes tinham que vir cinco educadores porque na vinda eles destruíam o lixo, a porta da mulher ou o banco da praça antes de chegar no Sesc. (Mapa SC 02)

O trabalho desses educadores é romper os estereótipos que afastam essas crianças e jovens do convívio com os demais, apenas por serem reconhecidos como moradores de uma favela. “Se uma criança bater na outra, já acham que é do Moinho,

por isso tá se comportando assim” (Mapa SC G1), comenta uma educadora. De acordo com ela, há um forte rótulo colocado nas crianças da favela pelos seus colegas. “Porque é do Moinho jogam comida no chão” ou “é do Moinho, é maloqueiro”, são frases comumente ouvidas. A questão, segundo alguns é que a grande maioria das crianças do Moinho solidificavam o tipo temido: “ah, não vai me pegar porque eu moro no Moinho, não tenho endereço mesmo” (Mapa SC 02).

As vozes revelam os jogos de poder entre as crianças. As que moram na favela utilizam-se de artifícios discursivos no enfrentamento do estereótipo que lhe impuseram por morarem em um local tido como incomum, dependendo do ponto de vista a partir do qual observamos. Os rótulos utilizados pelas demais crianças que com elas convivem desnudam a polifonia de vozes que os constroem. Portanto, é como se não fossem autores legítimos de suas definições pré-moldadas.

Boa parte das crianças do Moinho não consegue enfrentar a lógica de violência dessas narrativas de outra maneira que não seja violentamente. “Alguns se calam e ignoram, mas muitos partem pra briga. ‘Aqui não tem sua mãe pra te defender’. E quando partem pro pau, reforçam a imagem de descontrolados e agressivos”. (Mapa DIZ 02). Embora os educadores tenham consciência desse jogo de poder entre as crianças, declaram não saber mediá-las.

As violências ultrapassam a barreira da favela e são tanto mais agressivas quanto se leva em conta a questão racial. “Tenho um aluno do Moinho que comentou que não pode correr na rua porque é negro. Podem pensar que é um assalto. E ele só tem 12 anos” (Mapa DIZ 02), relatou um educador. “Penso que quem nasce dentro da favela e é negro tem dificuldade em dobro para conseguir ter uma vida melhor ou sair dela” (Mapa SC 02).

A violência contra a mulher foi em parte narrada pelos educadores do Museu de Energia, que antes de ser restaurado, abrigou famílias que hoje moram na Favela do Moinho. Segundo alguns educadores é muito comum meninas relatarem histórias de abuso e violência.

Em uma tarde de atividade com as crianças do Moinho aqui ouvimos uma delas dizendo que a mãe já morou aqui e tinha fantasma. A outra respondeu, “melhor dormir aqui do que na rua que só tem velho tarado”. “Ah tia, ela não tem medo, ela já foi estuprada antes”. (Mapa ENE 01)

Às vezes elas falam que foi com uma amiga que aconteceu, mas a gente sabe que foi com elas. (Mapa DIZ 02)

Quem atua como educador dentro da favela tem um olhar menos idealista sobre ela, mas não menos afetuoso. Talvez por isso seus mapas tenham sido feitos apenas com lápis preto, mesmo com uma caixa inteira de cores à disposição do grupo. Trabalham com o intuito de ampliar o repertório das crianças e jovens e o que conhecem por realidade para além das consequências comuns a muitas vidas daquele território. Isso não quer dizer que o mundo não chegue até eles. VÁRIOS entrevistados afirmaram que “são poucos os barracos que não têm um ponto da NET. Dentro deles, boa parte tem uma televisão legal, tem Netflix” (Mapa MOI ED). Outro educador relatou:

Outro dia eu fui passar um filme pra eles. “Prô, me fala que filme é este que eu vejo no Netflix lá de casa”. Eles têm muito contato com o mundo. Seja pelos pais, pelos amigos. Muitos não têm celular, mas muitos têm. (Mapa MOI ED)

Mas, mesmo assim, sabem que várias crianças vão escolher trabalhar no tráfico de drogas. Esse desfecho, testemunhado por muitos educadores do Oratório São Domingos em relação aos seus alunos, é assumido com naturalidade, embora haja a tristeza de “perdê-los”, uma vez que sabem que o movimento convive diariamente com eles. “Tem jovem de 12 anos que tem contato com droga em casa. Como vamos lutar contra isso?” (Mapa MOI ED). Os educadores reconhecem a mudança de comportamento dos meninos quando estão perto de alguém do movimento, “muitas vezes eles nem te cumprimentam” (Mapa MOI ED), afirmou um deles.

A maioria das crianças com quem a gente trabalha vai cair no tráfico. Tá muito fácil. A gente trabalha com a intenção de que isso mude. Mas é uma certeza de que isso vai acontecer. É desafiador. Eu posso fazer a vida dela ser diferente. A gente sabe que tem muitos que já passaram de estar próximos. Já estão dentro ou muito vulneráveis. (Mapa MOI ED)

Esses educadores acreditam que só existe uma integração forçada pelas circunstâncias entre as crianças da favela e as do bairro, em locais como o Sesc, por exemplo, por conta de alguma atividade específica. “Até porque é algo que as próprias crianças evitam. Elas sabem que se forem reconhecidas como moradoras do Moinho vão olhar torto para elas” (Mapa MOI ED), afirmou um entrevistado. “Acho que é uma cultura do lugar mesmo. E aquela coisa da defesa, eles (crianças do Moinho) estão

sempre na defensiva” (Mapa MOI ED). Essa defensiva em relação ao que é de fora igualmente ocorre dentro do próprio Moinho. Os educadores relatam que é comum ouvirem “não encosta nele porque ele é parente do fulano. É assim que funciona aqui dentro. E é uma coisa que a gente percebe. Ninguém precisa falar” (Mapa MOI ED).

Sobre os públicos vulnerabilizados, o grupo os compreende para além dos estereótipos divulgados, depois de vencido o medo e o desconhecido ao começarem a trabalhar na região. Reconhecem uma Cracolândia móvel, deslocada a cada semana para um quarteirão diferente e composta por perfis variados – travestis, mulheres, pessoas da terceira idade, traficantes e crianças. Lembram que há alguns anos os usuários escondiam seus cachimbos se algum “anjo” passasse por ali. Hoje, algumas crianças sentam-se nas calçadas para fazer uso explícito.

Os entrevistados convivem, de alguma forma, com os diferentes públicos vulnerabilizados, seja pela disponibilização dos bebedouros e dos banheiros das instituições em que trabalham (especialmente o Sesc), seja porque atuam diretamente em algum projeto do qual eles participam. Entendem que seus crachás os tornam “blindados” se tiverem que atravessar o fluxo.

Ainda assim, não sentem cumprir com eles o mesmo propósito que oferecem ao bairro, como “experiências de bem-estar, inspiração cultural e convivência harmônica” (Mapa SC G1), revelando um sentimento de constante impotência. Incomoda aos educadores do Sesc a frequência de vezes que foram representados nos mapas confeccionados pelos moradores da Favela do Moinho e saberem que, como instituição, seria possível fazer muito mais.

A gente sabe que dá pra fazer muito mais como Sesc e fazemos tão pouco. A gente enxerga as deficiências da instituição e sabe que ela poderia fazer mais e melhor e que atende pouco perto do que poderia. E ainda é vista como a instituição mais acolhedora pela favela? (Mapa SC 01)

Para um grupo de gerentes do Sesc, no entanto, é inquietante a invisibilidade do Sesc nos demais mapas. “Tirando o Moinho, não somos tão reconhecidos como achei que seríamos pelas outras pessoas do bairro” (Mapa SC G1). De acordo com ela, a proposta do Sesc é ser reconhecido como um oásis: “não um local mágico, mas humanizado. Há uma luta diária há seis anos para que as crianças possam correr no Sesc e brincar à vontade. Aqui não é como o Moinho, mas a ideia é que elas se sintam bem correndo aqui também” (Mapa SC G1). Notar que a instituição não foi reconhecida

pelos moradores do bairro entrevistados e pelas pessoas que por ali trabalham mostra que há muito por fazer.

O que estamos fazendo que não está ecoando? Onde podemos se expandir? Precisamos fazer um exercício de presença em não somente olhar para dentro, mas atentar para fora, olhar em volta. Vivemos três temporalidades simultâneas. Temos que se convocar a estar aqui sempre. Se colocar nos olhos dos outros é o exercício. (Mapa SC G1)

Os entrevistados admitem que, apesar de muitas pessoas que frequentam a Cracolândia usufruírem do Sesc, o atendimento da instituição ainda favorece de maneira mais humanizada os moradores do Moinho: “a comunicação é mais difícil quando tentamos se aproximar da Cracolândia” (Mapa SC 02). Completou outro participante: “eles são mais difíceis de decifrar” (Mapa SC 02).

Admitem que a Cracolândia é mais conhecida do que a favela porque sai nos jornais e noticiários. A favela, por sua vez, somente se torna visível quando há uma ação muito pontual ou quando pega fogo. “Eu mesma trabalhava lá embaixo e só quando pegou fogo eu fiquei sabendo” (Mapa MOI ED).

Reconhece-se o bairro como acessível em relação à rede de serviços oferecida principalmente às pessoas em situação de rua. Uma assistente social comentou ser possível perceber as referências e até contrarreferências em relação aos serviços públicos específicos para seus atendidos. “De acordo com o que você encaminha, você consegue retorno de outros parceiros porque a rede está conectada com a Sé, a República e a Consolação. E é bacana os usuários ocuparem estes espaços porque é de direito deles” (Mapa SC 01). Ter uma ampla rede de serviços não faz, no entanto, com que pessoas em situação de rua se sintam acolhidas e assistidas. Comenta um:

Eu me pergunto, tem tanto espaço de cultura aqui gratuito, mas as pessoas mais simples não estão lá. Muito menos moradores de rua. Não tem como eles se sentirem bem-vindos. A cidade faz de um jeito que como se esses espaços nem existissem porque elas não vão até lá. São tantos lugares lindos e acessíveis, mas as pessoas não chegam ou porque não conhecem ou porque não se sentem bem. São Paulo é uma cidade cheia de contradição. (Mapa SC 02)

Pessoas em situação de rua são compreendidas como parte latente do bairro. Para eles a sociedade, e não apenas a região, não os enxergam como “cidadão com direitos” (Mapa SC 01), o que dificulta sua reintegração no corpo social. “Um monte deles juntos é impossível invisibilizar, mesmo que a sociedade queira” (Mapa SC 01). O que o bairro busca ignorar é o fato que mais o evidencia.

Esta sociedade machuca muito as pessoas em situação de rua porque olham pra ela como se ela não existisse. Então eu já tive muitos usuários que atendi passando esta situação. Eles choram, desabafam, falam como se sentem um lixo. É isso que a pessoa em situação de rua se sente – um nada. Isso tudo contribui para este processo de vida deste cidadão não ir pra frente. A sociedade não ajuda, não acolhe. E por não acolher esta pessoa, a tendência é a exclusão crescer. (Mapa SC 01)

É na correlação de forças da comunicação narrativa em cada situação concreta que o sentido e a verdade são coconstruídos (MOTTA, 2013). Nesse sentido, narrativas constituídas conjuntamente entre quem habita a rua e quem os assiste desconstroem discursos hostis porque produzem sentidos. A experiência da significação não é obtida apenas pela interação, mas também pela observação, pelo escutar e especialmente pelo sentir, o que aproxima temporalidades e permite à relação se transformar de norma em verdade.

Eu conheci um cara que circula por aqui que o apelido é Baleado que ficou preso vinte anos. Ele tem um filho de 24 anos que tá preso também. Quando a gente trocou uma ideia ele falou da questão de você ser preso e acabar voltando pra situação que você tava. Morar na rua vira um círculo vicioso. Dói ouvir isso. (Mapa SC 02)

Tem uma moradora de rua que chama Jaqueline e ela vem vez ou outra pedir dinheiro aqui. E teve um dia que ela pediu e nós não tínhamos. Ela tava muito insistente. “Vai arranja aí 10. Vocês são tudo patrício. Vocês têm como ajudar”. Aí eu entendi a enorme diferença de visão que a gente tem deles e eles têm da gente. (Mapa ENE 01)

Sem a roupa do gari pessoas em situação de rua não se sentiam dignos de entrar no Sesc. Com a roupa fica mais fácil. Então a gente notou o quanto aumentou a frequência da vinda deles quando participaram do programa de varrição das ruas. (Mapa SC 02)

Aqui a gente tá no Sesc, mas quando olhamos pra rua vemos uma névoa e uma multidão. Ao mesmo tempo que dá medo, dó, angústia, a gente não quer sofrer com aquele sofrimento. Se você passar todo dia lá você volta com aquele sofrimento, negócio pesado. Mas aí tem a transformação do sentimento quando eles te reconhecem, te dão um sorriso, contam a história dele pra você. (Mapa SC G 1)

Falar da Cracolândia parece que não tem a ver conosco, mas tem sim, é problema nosso sim. Quando você olha uma senhora maltrapilha pegando água, você vê os frequentadores olhando torto. Se eles conhecessem as histórias que a gente conhece... (Mapa SC 02)

Aqui no Sesc acho que o único lugar onde polícia e usuários da Cracolândia conseguem conviver, vir pegar uma água e se encontrarem sem conflito. (Mapa DIZ 02)

Eles vêm aqui trocar ideia, bater papo na gibiteca, dar uma volta, conversam, dividem até marmita. O cara já não tem e divide o que tem. Dá pra imaginar. (Mapa ENE 01)

Os conflitos narrativos, especificamente em relação a esse grupo de entrevistados, em sua maioria educadores e profissionais que lidam diretamente com os públicos, descortina incômodos e impasses que não dizem sobre eles, mas sim sobre os atendidos com quem convivem, portanto, as crianças, jovens e adultos que usufruem dos serviços oferecidos pelos equipamentos culturais ou da educação básica. Alguns desses indivíduos enfrentam ameaças a sua integridade, interesses e bem-estar e têm pouca capacidade de proteger a si mesmo.

Por isso, foi muito comum, ao longo da apresentação dos mapas, os assuntos transbordarem o bairro e tomarem a proporção das metanarrativas que tecem o pano de fundo de suas aflições. Foram questionadas as diretrizes e ideais relacionados à educação, a estética opressora das cidades, à necessidade de um projeto de memória na região que abranja todas as nacionalidades que se instalam por ali, à emergência de as crianças (moradoras ou não da favela) conhecerem o bairro onde estudam e moram para se empoderarem legitimamente e usufruírem dele plenamente e à reformulação de políticas públicas que contemplem e interessem a todos os tipos de públicos que compõem o bairro, principalmente as pessoas drogaditas, em situação de rua ou moradoras de locais insalubres. O bairro, mesmo degradado pelas desigualdades sociais dilacerantes, vale a luta de cada dia.

Acho que o Brasil é o único país que aceita criança na rua no horário da escola. A gente que lida com estas situações fica sempre questionando as mães: cadê seu filho, que não está na escola? Uma questão da educação no país é isso: em horário escolar criança na rua. (Mapa SC 01)

O mapa do Bom Retiro aparece fora do Brasil, principalmente nos EUA, como *Little Seul*. Precisamos retomar as memórias e reconhecer primeiro aqui em São Paulo a força do bairro. Senão, ele será contado por outros, da maneira que quiserem. (Mapa DIZ 02)

Quando eu saio nas ruas com as minhas crianças e eu passo essa empolgação eu passo pertencimento. Eu acho que a pertença é conhecimento da empoderamento. Não existe empoderamento sem conhecimento. Quando ele domina esse conhecimento ele vai escolher o que ele quer. (Mapa SC 01)

Quem tá nas margens da cidade e pega o trem pra vir pra SP, vem pro centro. Ai, você tá no centro, de segunda a sexta. De final de semana o trem demora muito, o que do meu ponto de vista é uma política, então quem tá em Mogi, não vem de final de semana pra ver teatro municipal. Ele vai ficar na cidade dele descansando. Existe um projeto de não acessar a cultura. Tem coisa gratuita? Tem. O Sesc tem bastante coisa assim, mas onde eles estão localizados em São Paulo. Do meu ponto de vista, até que ponto

aquele pobre vai conhecer museu, história da ditadura. Qual é o uso que o pobre tem que fazer do centro? Ele vai criar consciência e isso é o que querem? (Mapa ENE 01)

Mais importante do que a acessibilidade em si é o conhecimento, porque a partir do momento que você conhece onde você pode acessar, tanto a questão do transporte, quanto a questão do equipamento fica mais fácil superar. Eu vim com grupo de alunos de Guarulhos que não sabia que o centro de São Paulo era tão próximo. Falta política pública que ajuda o aluno a compreender que ele pode lutar por isso. (Mapa SC 02)

Essa coisa do acesso a esses locais tem a ver com a não identificação dos locais por onde as pessoas passam. A estética é opressora. Eu não identifico e eu não visualizo aquilo que eu não me incluo. Quando eu identifico um espaço onde eu não me vejo inserido naquilo independente de como eu esteja vestido, eles sabem que as pessoas vão olhar pra eles e vão sofrer preconceito. (Mapa DIZ 02)

As narrativas do grupo revelam um personagem: a testemunha ativa de um processo de construção social entre partes que deveriam conviver harmonicamente. Manifestado a partir de uma consciência discursiva social latente, relata histórias que são comumente envolvidas por contínuas alegrias e tristezas, como um frame ininterrupto de emoções. Esse personagem que participa, mesmo que temporariamente, das verdades de seus interlocutores, aprendeu a lidar com o enredo do bairro onde trabalha, bem como com a principal intriga que constata diariamente: um local com problemas sociais graves, mas em constante ressignificação.

Produto de narrativas fáticas, suscita simpatia, compaixão, dores e angústias, relatadas nas histórias sobre sua vivência com pessoas das mais diversas relações estabelecidas com o território. Gosta de trabalhar no bairro, entendendo que, do seu ponto de referência, consegue enxergar a divisão social do que é considerado nobre (principalmente as estruturas empresariais), bem como do que é carente (pela desigualdade e miséria de situações e indivíduos). Há um sentimento de privilégio do personagem por testemunhar os dois mundos e trabalhar, de certo modo, na criação de diálogo entre eles. Mas há, da mesma forma, a inquietude de querer fazer mais pelos seus atendidos e não saber como; de enxergar as deficiências de onde trabalha em relação à potencialidade para atender mais e melhor e nem por isso conseguir ampliar os serviços. A convivência diária com suas angústias é sua resistência. Não há, em seu ponto de vista, um personagem oponente específico que possa ser identificado com um único perfil. O adversário assume roupagens e resistências diversas se deflagrando no dia a dia de seu trabalho e não especificamente como um contraventor do bairro – do público que rechaça uma criança malvestida no museu ao Estado que não investe suficientemente em educação; do pai que não educa seu filho

sob uma abordagem inclusiva ao funcionário que somente pensa em si quando circula pela região.

As narrativas deflagradas por esse personagem mostram que seu processo de conhecimento sobre o território parece impulsioná-lo a querer apreender o não compreendido, juntar partes, organizar, encadear, estabelecer causas e efeitos, aproximar o não familiar. O que lhe é invisível? Seu papel no campo de estudo somente faz sentido enquanto representa as instituições onde atua. Sua relação com o bairro até esse tempo é mediada pelo seu vínculo empregatício.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Foram produzidos 35 mapas falantes realizados por 79 pessoas, entre adultos, jovens e crianças que moram na Favela do Moinho, confeccionados dentro do Oratório São Domingos, nas casas de alguns moradores da favela (ou barracos, como chamam), no Sesc Bom Retiro (com o apoio dos educadores da instituição responsáveis pelo programa semanal Juventudes, que atua com jovens moradores da favela) e no Castelinho (participantes que frequentam as aulas de culinária ali disponibilizadas). Para aprofundarmos a análise pragmática das narrativas destacamos seis mapas que retratam boa parte dos elementos narrados. Ao longo da análise, no entanto, compartilhamos fragmentos dos demais mapas, a fim de ilustrar a ênfase em algumas temáticas.

Quadro 6: a narrativa por quem mora na Favela do Moinho



Fonte: Elaborado pela autora.

A NARRATIVA POR QUEM MORA NA FAVELA DO MOINHO



Figura 129: Mapa MOI 11 / Mapa MOI SC 05



Figura 130: Mapa MOI SC 04 / Mapa MOI SC 03

A NARRATIVA POR QUEM MORA NA FAVELA DO MOINHO

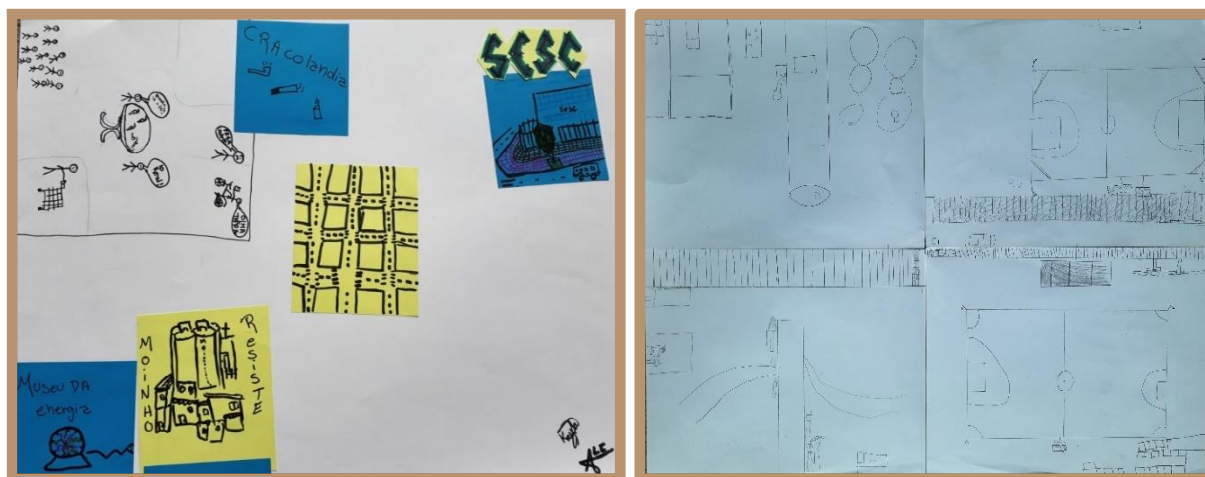


Figura 131: Mapa MOI SC 01 / Mapa MOI 08

A intriga comum revelada nos mapas talvez seja imperceptível aos próprios moradores da favela – o bairro reconhecido diz respeito apenas ao local ocupado pelo Moinho. São poucos e raros os elementos que compõem seu referencial para além das margens da linha do trem. A vida como residente é retratada na estrutura precária do terreno ocupado, estrutura superada, por alguns entrevistados, na revelação de mapas dos desejos.

Em busca de uma alternativa de incentivo para retratarem mais do que apenas o terreno do Moinho, utilizando uma cartolina dobrada, convidamo-los a desenharem inicialmente o local onde habitam. Em seguida, abrindo as beiradas do papel, pedimos que retratassem onde mais gostam do bairro, os espaços por onde passam diariamente e o percurso para casa. O resultado: a favela como núcleo vivo de suas vidas. Entendendo que talvez ela estivesse evidente nos mapas por realizarmos as entrevistas ali dentro, fomos ao Sesc Bom Retiro com jovens moradores do Moinho para desenvolver a atividade. E, novamente, nos desenhos retratados e nas entrevistas, o bairro é destacado com vida apenas dentro das imediações da favela.

Os trilhos do trem, como signo do território, apareceram em boa parte dos mapas (Mapas MOI SC 03, 04 e 05, MOI 08). As representações em MOI 11, MOI 08, MOI SC 03 e MOI SC 04 revelam um Moinho que oscila entre colorido e preto e branco, exaltando suas características internas a partir de uma perspectiva frontal. Há

meninos jogando bola, o vendedor de “peixe” e as pipas (Mapa MOI SC 04), o cine Moinho, o campinho, os silos, os balanços, duas saídas (imaginárias) e até um Sesc próprio idealizado (Mapa MOI 11). Há os barracos amontoados e o trem que passa entre eles (Mapa MOI SC 03). Os mapas que contemplam um bairro para além dos muros da favela retratam, de uma perspectiva panorâmica, as ruas cinzentas, a marcenaria, o ferro-velho, a pensão (Mapa MOI SC 05), a Cracolândia, o Sesc Bom Retiro e o Museu de Energia (Mapa MOI SC 01).

A intriga, o elo entre o ético e o estético revelado, se justifica nos conflitos dramáticos das narrativas. Um dos embates mais narrados é o incômodo que pessoas “de fora da favela” têm sobre seu espaço e, conseqüentemente sobre quem mora nela. As crianças afirmam que os professores/educadores das escolas que frequentam sabem onde elas moram e as respeitam, em sua maioria. O problema, de seu ponto de vista, são as outras crianças que “julgam, riem e fazem *bullying*” (Mapa MOI 11). Uma maneira que encontraram de lidar com isso? “Ignoro e me sinto normal” (Mapa MOI 08). Em suas palavras,

As pessoas olham para quem mora na favela com cara de nojo, como se fôssemos podres e não tomássemos banho. (Mapa MOI SC 01)

Na escola, as outras crianças acham que favelado não tem dinheiro pra colocar um sapato no pé. Fio, vai perguntar pra minha mãe, porque se eu tô com sapato no pé é porque eu tenho dinheiro. (Mapa MOI SC 04)

Eles acham que aqui é tudo sujo e que não temos dinheiro pra comprar uma bala. Como se arranjássemos confusão pra tudo. (Mapa MOI SC 03)

Eles pensam que a gente não tem nada. Que a gente anda tudo desarrumado. Que a gente não tem comida. Que a gente não dinheiro. Nem dinheiro pra comprar roupa. (Mapa MOI SC 01)

Eles acham que só porque a gente mora na favela passa fome. (Mapa MOI SC 05)

Os conflitos identificados na narrativa não provêm nem da representação dramática nem do discurso, mas originam-se no mundo fático da vida (MOTTA, 2013). A incorporação das contradições sociais em um contexto situacional de habitações carentes e insalubres manifesta-se no processo comunicativo de indivíduos que, mesmo nunca tendo vivenciado a realidade de um território parecido, sentem-se no direito de emitir opiniões sobre como a vida ocorre nele. Residentes do Moinho confirmam as chaves imaginárias do brasileiro sobre a segregação urbana quando

são associados à fome, baderna miséria e sujeira ao conviverem com quem “está de fora” da favela.

As narrativas expostas revelam o quanto o poder, conforme Foucault (2007), não está necessariamente cristalizado em instituições e situações de dominação ou de sujeição permanentes, mas manifesta-se na multiplicidade de correlações de forças, como um jogo instável e incessante que se transforma e se revela nas relações discursivas e narrativas, mudando constantemente de lugar e posição. O uso do poder fere: “gostaria que as pessoas de fora olhassem pra gente como pessoa normal, sem cara torta” (Mapa MOI SC 05).

Assumir o local onde moram gera um misto de orgulho (“tenho orgulho da minha quebrada” – Mapa MOI SC 03) mas também de resistência associada às dificuldades que enfrentam (“dizer que se mora na favela faz perder muita oportunidade” – Mapa MOI SC 01).

A vontade de ter um Sesc exclusivo para sua apreciação – o Sesc do Moinho (Mapa MOI 11), denota o quanto sentem-se mais à vontade quando cercados pelos trilhos do trem. Os idealizadores da unidade específica para a favela comentaram sobre seu apreço pela estrutura, porque sentem-se bem recebidos, podendo “até correr e usar internet que ninguém chama atenção” (Mapa MOI SC 04). Ainda assim gostariam de ter seu próprio Sesc, dentro do Moinho, com carteirinha para poderem utilizá-lo à vontade sem ter que sair de onde se sentem em casa. Citaram, no entanto, necessária uma carteirinha para poder usufruí-lo: “assim fica mais seguro e não é qualquer um que pode entrar” (Mapa MOI 08). Pela sua maneira de julgar o mundo, o perigo vem de fora dos espaços que demarcam o local onde habitam.

Constitui o *habitus*, ou seja, a incorporação da estrutura e da posição social vivenciadas em um ambiente como membro típico de um grupo ou classe social (BOURDIEU, 2001), das crianças e dos jovens que ali habitam, a vigilância do seu modo de falar, sua postura para andar e as palavras que utilizam quando estão fora do ambiente familiar (nesse sentido a família diz respeito ao núcleo da favela e não aos laços parentais). Nem sempre conseguem expressar em palavras suas percepções. Por isso, reunimos narrativas de educadores do Oratório São Domingos que atuam diariamente com eles e comentaram espontaneamente sobre seus comportamentos dentro e fora da favela. Compartilharam-nos:

Dentro da favela andam se cutucando, se batendo. Quando saem, mudam o jeito de andar, falam mais baixo. (Mapa MOI ED)

Eles querem até arrumar o cabelo quando saem. “Tia, arruma meu cabelo aqui porque tá tudo bagunçado” é o que eu mais ouço quando temos as atividades no Sesc Bom Retiro. Eles não vão lá pra fora de qualquer jeito. (Mapa MOI ED)

Daqui até o trilho é um alvoroço. Dali pra frente, eles vão comportadíssimos, com todas as dificuldades porque são crianças. Mas eles se portam diferentes. Eles não querem ser vistos como as crianças da favela. (Mapa MOI ED).

Automaticamente eles se autoimunizam. Eles (as crianças e jovens) estão sempre na defesa. Sempre na defensiva com quem é de fora do Moinho. (Mapa MOI ED)

A adoção de práticas performativas notavelmente distintas de acordo com o local por onde circulam foi a maneira que encontraram de socializarem-se e sentirem-se aceitos “como pessoa normal” (Mapa MOI 11) ou “limpinhos” (Mapa MOI 08). Uma das jovens apontou a dificuldade de ter um namorado na escola se souberem onde ela mora:

Tem menino que se souber que eu moro na favela ficaria com nojo de pegar na minha mão. Dar um beijo? Piorou, né tia? (Mapa MOI 11)

A narrativa de um dos educadores que atua no Moinho denota uma das estruturas mais profundas do universo social de alguns desses jovens, bem como os mecanismos que facilitam sua reprodução.

Eu tinha um aluno que ia trabalhar num lugar que era perto de um laboratório, com computadores. Embaixo, tinha uma marcenaria, na garagem. Então ele se enxergava embaixo na marcenaria do que em cima lá com os computadores e com as pessoas que são “inteligentes”. “Sabem mais, eu não vou saber, eu não vou saber falar, eu não vou saber mexer no computador”, ele dizia quando me contou essa história. (Mapa MOI ED)

O relato apresenta um indivíduo que age de acordo com o que é mais previsível para alguém de sua posição social em dada situação, reproduzindo a representação social que entende por si. Conforme Bourdieu (1981), tal fato não é suficiente para que se conclua que esse indivíduo seguiu regras explícitas de comportamento e nem mesmo que tenha plena consciência dos modos regulares de ação, mas deflagra a incorporação da estrutura e da posição social de origem no interior do próprio sujeito.

A presença de um conflito em um relato não exclui a existência de outros tipos – há, em geral, mais de um conflito superposto a outro em uma única história (MOTTA,

2013). Da mesma forma, não são singulares à Favela do Moinho, mas originam-se em conflitos sociais históricos e lacunares que distanciam um indivíduo da civilidade, de acordo com sua cor de pele, sua vestimenta, seus hábitos, suas gírias e também o local em que habita. Nesse sentido, o bairro, para quem mora no Moinho, é a própria favela, porque “você pode ser o que você quiser” (Mapa MOI SC 03). O perigo, o desconhecido e o estranho é o de fora e não aquilo que está dentro da favela. E não são poucas as experiências pessoais de quem já viveu tal perigo, seja sofrendo-o pessoalmente ou narrando a partir da história de um familiar ou vizinho que vive no local. Entre as narrativas sobre o que significa morar em uma favela, feitas por quem nela habita, as vantagens e agruras se misturam:

Aqui a gente tem liberdade, pode fazer barulho. Quando eu morava num prédio fora daqui não podia correr, senão eles vão lá bater na sua porta. Aqui pode fazer barulho. Pode correr à vontade. (Mapa MOI 11)

Aqui não é tão grande, mas eu posso brincar a hora que eu quiser. (Mapa MOI SC 03)

Morar aqui é perigoso por causa da polícia. Eles quebram a porta até de noite. Não pedem nem licença. Eles quebraram a porta do meu tio. (Mapa MOI SC 01)

Eu ouvi os meninos falando que tinha bala na entrada da favela e eu fui lá achando que era bala de comer. Quando eu fui ver, os polícia já entrou e passou uma bala de raspão. (MAPA MOI SC 04)

Aqui um ajuda o outro, às vezes. (Mapa MOI 08)

Eu não gosto que me chamem de favelado. Só porque eu moro na favela. Nada a ver. Mas já até acostumei. (Mapa MOI 11)

Aqui só é ruim porque quase sempre falta luz. E os barracos são tudo junto. Tem lugar que não pode entrar. Mas a noite é silêncio aqui. (Mapa MOI SC 05)

Não é silêncio não. Na sexta não. Na frente da minha casa não é. Tem um vizinho que tem um som deste tamanho. Eu durmo, mas meu irmão pequeno não. (Mapa MOI SC 04)

Eu não conheço nada fora daqui. Então aqui é legal. (Mapa MOI 11)

Há quem assume não gostar de morar por ali, ainda que seja um menor número, nesta pesquisa. Um dos entrevistados se recusou a participar da atividade dos mapas falantes porque não enxerga o local como parte da cidade: “eu moraria num bairro, se pudesse”, disse. Outro, enquanto enfatizava amontoados de lixo, comentou o quanto não gostava dali: “não me identifico com esse lugar. Tô aqui porque não consigo pagar aluguel fora. Mas é temporário”.

Para alguns moradores, existe uma recusa clara em anunciar bons aspectos de um local onde a vida, ainda que em certa medida resguardada, seja insegura. Entre as inconveniências mais citadas do território desenhado, no entanto, não se destaca a violência, mas sim a ausência de hospitais, escolas, saneamento básico, luz elétrica, escola de adultos, estruturas que, mesmo existindo no bairro, não são acessíveis a todos igualmente. Para melhorar a segurança, retratam, além da entrada única da favela, uma saída imaginária (Mapa MOI 11), argumentando que ela ajudaria a não os deixar “encurralados” quando há incêndios.

Foram citadas como vulnerabilidades a fragilidade das casas de madeira (as quais chamam de barracos), o sistema de saneamento básico construído caseiramente entre os vizinhos, a falta de água intermitente e os ambientes divididos com animais sinantrópicos, como ratos, pulgas e carrapatos, e peçonhentos, como escorpiões. Os mapas que evidenciam as necessidades discutidas:



Figura 132: Mapas MOI 14



Figura 133: Mapas MOI AD 02 (esq.) e MOI AD 04 (dir.)



Figura 134: Mapas MOI AD 05 (esq.) e MOI AD 16 (dir.)

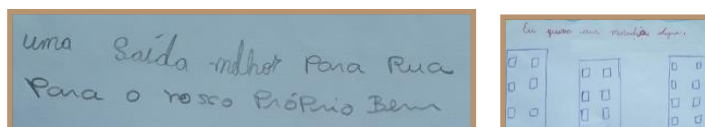


Figura 135: Mapas MOI AD 09 (esq.) e MOI AD 01 (dir.)

Para perceber a favela no bairro é preciso andar pelas ruas, porque ela não é evidente. Escondida pelos muros do trem que passa dentro dela, em certa medida, só

a percebe quem observa a paisagem por cima do viaduto Rio Branco ou quem reside nos prédios que a cercam. Por isso é tão comum diversas pessoas que transitam pelo bairro não a notarem. Mesmo que algumas pessoas no Moinho tenham carros, a maior parte locomove-se a pé ou de bicicleta em seu dia a dia – a ida ao trabalho, à escola ou ao mercado, como citado. Nos mapas foram expostas as três macronarrativas identificadas: as belezas do bairro, as cotidianidades e as vulnerabilidades. Mas as que largamente se sobressaíram foram as cotidianidades do local.

Para compreendermos as sequências e encadeamentos da intriga dada, observemos os detalhes revelados nos mapas. A vida manifesta-se nos elementos que constituem o Moinho – a padaria da July, os vendedores de peixe, os salgados por R\$ 1,00 da venda, as brincadeiras de rua (peão, pipa), o campinho como referência da vida coletiva, de lazer e de socialização da comunidade. Vários moradores fizeram referência à presença da igreja na favela. A ida às missas ou aos cultos é parte integrante da vida de algumas pessoas que moram nela. Hoje são três as igrejas lá presentes – duas igrejas evangélicas e uma católica, além da casa dos missionários da Aliança de Misericórdia, que abriga em torno de cinco missionários católicos.



Figura 136: Recortes dos mapas MOI 02

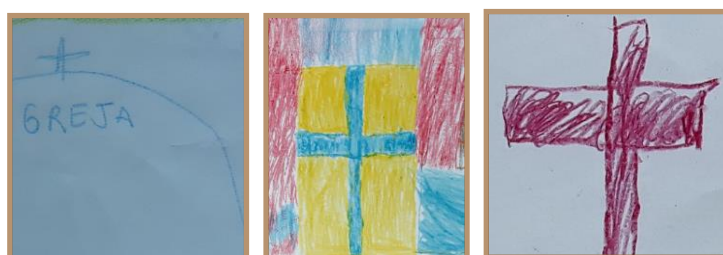


Figura 137: Recortes dos mapas CASTEL 02 e MOI 09 (centro e dir.)

Parte da ordenação e do encadeamento dos possíveis narrativos foram percebidos na diferente dinâmica de trabalho entre meninos e meninas da favela ao propormos a confecção dos mapas. Meninos trabalham bem juntos. Entre risadas, tapas (uma das maneiras de demonstrarem afetividade entre si é se golpeando) e

piadas logo representam o local onde moram e detalhes de como gostariam que fosse. Os desenhos destacam um dos signos sociais elementares na interação dos jovens no espaço em que habitam – o campo de terra batida situado no meio do terreno ocupado. Acordado pelos moradores como espaço que não pode ser ocupado pelas moradias, foi aprimorado nos mapas (MOI SC 01) com bancos, placares, traves e a versatilidade para se tornar uma quadra de vôlei – elementos que convencem o leitor sobre uma representação fiel da realidade que vislumbram – o mapa dos desejos para o futuro.

O campo de futebol é muito importante para nós porque tem muitas crianças que quer ser jogador de futebol para ajudar suas famílias. (Mapa MOI 11)

O campinho coleciona lembranças memoráveis dos moradores, como a emocionante Copa do Moinho, ocorrida no mesmo dia em que a França venceu a Croácia e se tornou campeã mundial em 2018. Comumente citado por vários entrevistados, reunimos abaixo os diferentes formatos desenhados do espaço:



Figura 138: Recortes dos mapas MOI 08 (esq.) e MOI 10 (dir.)

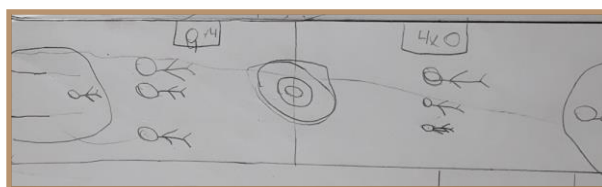


Figura 139: Recorte do mapa MOI 01

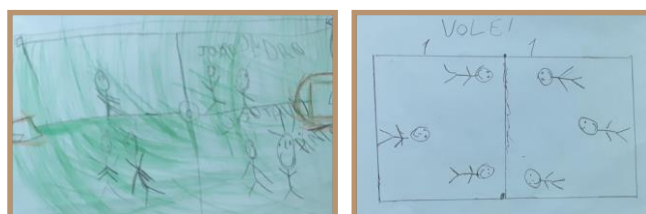


Figura 140: Recortes dos mapas MOI 05 (esq.) e MOI 10 (dir.)

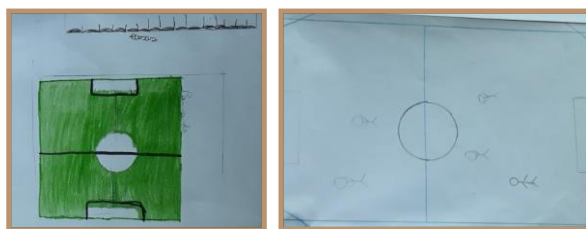


Figura 141: Recortes dos mapas MOI 12 (esq.) e MOI 13 (dir.)

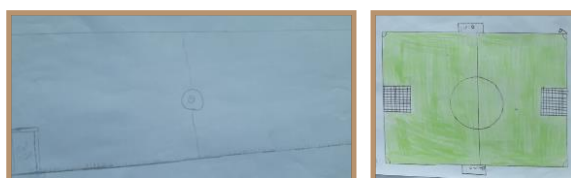


Figura 142: Recortes dos mapas MOI AD 15 (esq.) e MOI 11 (dir.)

Outros desejos também foram citados, como uma praça onde se pudesse andar de patins e tomar sol e uma piscina. “Mas se todo mundo do Moinho entrasse a água ia ficar preta. Porque tem gente aqui que não lava o pé” (Mapa MOI 08), disse uma criança. Para além dos desejos, os meninos são os autores do Mapa MOI 8 que evidencia o Museu de Energia e o Sesc, locais que frequentam com assiduidade no contrafluxo escolar, e uma Cracolândia expressiva, rica em detalhes narrativos, como os carroceiros com seus carrinhos, o cachimbo para uso de crack, o baseado, o fogo para acendê-los, a mesa para comercialização das drogas e o diálogo entre vendedor e comprador: “quanto tá o pó?”, “10 real”, “olha o tapa”.

As meninas parecem ter mais dificuldade de sonhar e contar suas histórias. Manifestaram desconfiança com a proposta de criarem mapas e depois hesitação por não saberem como retratar ou o que as faria mais felizes em morar ali. Da mesma forma, não trabalham confortavelmente em equipe, discutindo entre si mais sobre as imperfeições do desenho do que dando-lhe forma. Depois de refletirem chegam à conclusão de que o desenho deveria ter ruas asfaltadas para não sujar os sapatos quando entram ou saem da comunidade. Igualmente vislumbram estacionamentos demarcados que ajudariam a colocar mais ordem na favela e um campinho a mais para jogarem bola quando quisessem, sem ter que esperar que os meninos o desocupem – traços de um espaço que privilegia o direito masculino em detrimento do feminino. Elas são as autoras do Mapa MOI SC 5, retrato panorâmico de um bairro sem cor, dividido pela linha do trem e por uma avenida, no qual a favela é representada pelo amontoado de barracos isolados do restante da região. No sentido oposto, ganham forma alguns comércios como a marcenaria, a oficina, o bar, uma

creche, a pensão, o ferro-velho, prédios e um carro. Não há indivíduos para compor o cenário.

Nessa fronteira de entrevistados notamos o quanto crianças expressam mais facilmente seus corpos nos mapas confeccionados. Em geral, aparecem brincando, dançando, jogando bola (mostrado anteriormente), acompanhados ou não de seus colegas. Alguns recortes de mapas que evidenciam essa constatação:



Figura 143: Recortes dos mapas MOI 06 (esq.), MOI 09 (centro), MOI 10 (dir.)



Figura 144: Recorte do mapa MOI ED 07



Figura 145: Recortes dos mapas MOI AD 08 (esq.), MOI 03 (centro) e MOI 01 (dir.)

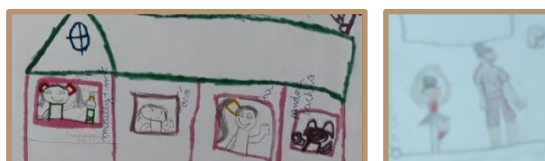


Figura 146: Recortes dos mapas MOI 02 e MOI 05



Figura 147: Recortes dos mapas CASTEL 05 e CASTEL 02

Jovens e adultos, por sua vez, não retratam seus corpos nos mapas (a não ser jogando bola no campinho) e quando o tornam público não o fazem com detalhes. Os mapas revelam, em geral, a estrutura de como a favela se mostra ou como deveria ser, sem indivíduos representados. Suas narrativas têm em comum um tipo antropomórfico de personagem, ora mocinho, ora vilão, caracterizado tipicamente como anti-herói. Alguém que, embora inseguro, reveste-se de um discurso abusado e busca ser temido, principalmente quando se vê em contato com quem lhe é hostil. Falta-lhe atributos físicos, morais e por vezes intelectuais característicos do herói clássico, mas lhe sobra capacidade adaptativa do contínuo ato de existir. A malandragem é sua ferramenta marcante, identificada tanto na favela quanto no bairro que o cerca.

Partilhar da rotina da favela por alguns anos, e mais intensamente ao longo desta pesquisa, permitiu-nos conhecer muitas histórias. Há famílias em que a figura paterna é ausente. Há aquelas em que a violência doméstica deixa marcas. Há o vendedor de milho e de doces com seu carrinho, o tocador de sanfona da vendinha, as mulheres que trabalham em dois empregos para sustentar a casa. Existe o pai que leva todos os dias os filhos pra escola, as mulheres que trabalham com eventos, confeccionando dos alimentos à decoração das festas. Há também os fiéis que frequentam assiduamente a igreja e os jovens que se casam cedo por opção. Existem os que encontram sua profissão depois de cursarem cursos técnicos na região. Há música, dança, molejo próprio, além de uma vida noturna intensa (das partidas de futebol, ao bailes funk). Há os que sonham em sair dali e há os que saem e depois voltam por não se adaptarem à vida “lá fora”. Existem os que veem suas vidas perpetuadas ali e os que fogem porque tiveram sua existência sentenciada pelo tráfico. Há as jovens que engravidam com poucos anos de idade e repetem a memória de suas mães; há crianças que fazem uso de drogas desde os 7 anos porque é acessível dentro de sua casa. Há jovens bebendo cada vez mais cedo. São comuns narrativas de jovens que participam do tráfico de drogas da favela e alternam suas vidas entre “estar na ativa” ou presos. Alguns já assaltaram à mão armada, outros foram pegos roubando sabão em pó no supermercado do bairro vizinho. Alguns já foram internados para tratamento contra o uso intensivo de drogas, enquanto outros buscam emprego porque não querem vender bala no semáforo por muito mais tempo. O mesmo jovem que anuncia ter deixado a vida errante para dar orgulho para sua

mãe é procurado pela Fundação Casa porque havia fugido dela há poucos dias, depois de “dar um chapéu” nos seguranças.

Histórias heroicas que desafiam a sociedade mesclam-se à insegurança de não saberem como dar rumo às suas vidas. A altivez de muitas vozes camufla a inquietação de suas percepções da realidade, bem como o medo de não saberem o que os espera no futuro. A sagacidade abusada das narrativas do personagem anti-herói narrado por moradores da favela é um sintoma da opressora lógica de uma sociedade que o deixa à margem das estruturas sociais, representando-o como protagonista de ações ilícitas e imorais. A postura do contraventor destemido revela também o autor de narrativas fragmentadas que mostra limitações para contar suas próprias histórias e, especialmente, para sonhar, para além das necessidades básicas e estruturais de um espaço urbanizado.

Igualmente ostentador, o anti-herói inspira-se em casos de sucesso revelados pela favela, como o baiano Jaquisson, mais conhecido como o rapper Ducorre, que passou a morar no Moinho aos 15 anos de idade e ganhou fama com a gravação de clipes nas imediações utilizando elementos exibicionistas como ouro no pescoço, carros importados e mulheres. Ostentação, palavra comumente usada por quem mora na favela, é a referencialidade desse personagem como maneira de enfrentar e representar a sociedade.

Ao longo da confecção dos desenhos um entrevistado negro pede ao colega: “passa a cor da pele aí” (Mapa MOI SC 03). O lápis emprestado foi o de cor bege e o desenho foi construído sem interrupções. O fato evidencia a imersão dos participantes em um sistema de valores pré-determinados que compreende a cor branca de pele (simbolizada pela cor bege) naturalizada como normal e compartilhada pelo grupo social. O exemplo demonstra dois traços de violência: a dos tipos sociais introjetados como reconhecíveis e a naturalização de não se incluírem como representáveis.

O uso de drogas na favela ou fora dela sofre representações diferenciadas. Usar drogas dentro do seu espaço, como maconha, cocaína e lança-perfume, entre as mais citadas, é permitido desde que a pessoa não fique muito dependente delas, virando um noia. Também são noias aqueles que usam drogas fora da favela. O que não é bem-visto é o uso do crack, seja dentro ou fora do Moinho porque “destrói a pessoa”, disseram alguns. Para algumas crianças “noias nem são gente”. Segundo os educadores do Oratório São Domingos:

Teve uma fala de uma criança descendo pra praça “ah, tem gente ali, vamos desviar”. Aí o outro falou ‘gente não, é noia’. Eles têm esta visão que usuário não é gente. A família deve falar isso. (Mapa MOI ED)

Pensando aqui dentro, pra eles, usar drogas é normal. Ser noia é diferente. O noia é o que tá na rua. Se eu uso droga dentro de casa é normal. Quem usa droga, usa droga. Os malefícios são os mesmos. Mas pra eles, quem subiu na Cracolândia é noia. (Mapa MOI ED)

Noia é o cara que começa a tirar as coisas dentro de casa. (Mapa MOI ED)

Neste sentido, aferimos a desconexão entre Cracolândia e Moinho. Ainda que algumas pessoas da favela já tenham utilizado drogas por lá ou até a habitado por um tempo, favela e Cracolândia são diferentes territórios, com normas e cotidianos distintos. É ofensivo para quem mora no Moinho ser confundido com os “noias de lá” porque há uma postura diferenciada entre eles: “a gente tem ideal pra vida e não é perdido que nem eles” (Mapa SC 04), afirmam.

Essa postura é algo tão prezado em suas narrativas que aparece novamente quando são citados os bailes funks, uma das expressões da vida na favela. Organizados semanalmente em uma estrutura razoavelmente espaçosa, dentro de uma das poucas construções de alvenaria dali, os bailes não agradam a todos os moradores da favela por conta do barulho, mas, como é um evento que movimenta o consumo de bebidas e drogas, angariando fundos para o local, faz sucesso internamente. Podem participar dos bailes os próprios moradores do Moinho e alguns visitantes externos, desde que “sejam conhecidos de alguém” e tenham a postura. Declararam os jovens:

Funciona assim, é aquilo, fez o baile funk na favela, eu posso chamar meu amigo, mas tem que ter postura e o amigo do traficante que conhece vai chamar um amigo dele, aí sim pode. (Mapa MOI SC 01)

Tem que saber bem quem a gente deixa entrar aqui (no baile) porque pode ser cagueta. (Mapa MOI SC 03)

Caguetar é um verbo bastante usado por quem mora na favela, assim como outras expressões que confidenciam uma linguagem que representa parte da identidade desse local, seja como código que restringe a compreensão a seus habitantes, seja como manifestação cultural específica do grupo social e suas relações. Frases podem ser substituídas por sílabas tônicas, como: “vou fazer, se não pá” (Mapa MOI SC 03). A ausência de clareza é usada como estratégia interativa,

tornando a compreensão inteiramente dependente de conhecimentos internos e de um contexto.

A linguagem usada por pessoas que moram no Moinho exclui, naturalmente, os não membros. Substantivos são usados para substituir o objeto de uma frase – “O bagulho ali” ou “a parada foi louca”. Em ambas as afirmações, há clareza sobre o que se trata somente para os participantes da conversa. Segundo quem habita a favela, “gambé” e “coxinha” são referências à polícia. “Moiô” significa que a polícia chegou e pegou alguém no flagra. “Trairagem” é traição. “Quebrada” é um local afetuosos, usado para referir-se ao próprio Moinho, como “nossa quebrada”. “Arranjar uma treta” é arrumar uma briga. “Jão” pode ser uma referência a qualquer pessoa. “Tô com poucas ideias” é expressão que significa “não quero conversar hoje”. “Truta” e “parça” são palavras para os amigos mais próximos. “Meter o louco” é tirar vantagem de uma situação. “Zica” é uma pessoa muito “foda”, consoante suas palavras. “Suave” e “tô de boa” são expressões usadas para indicar que a situação está tranquila. “Malaco” é um “maloqueiro de responsabilidade”, e “estourado” é alguém famoso, comentado. “Nojo” é uma pessoa bonita. “Top”, algo muito bom. “Estar pistola” é estar bravo e com “veneno” é ter raiva. A linguagem da favela compõe as narrativas de quem mora nela, mostrando uma forma de autoafirmação e troca íntima. Além de gerar imediata identificação entre eles, encurta caminhos na comunicação e manifesta a marca de um dialeto que somente quem compartilha aquela realidade detém.

O anti-herói, dono dessa linguagem própria, manifestado nas narrativas de quem habita o Moinho, explicita no plano da metanarrativa uma espécie de signo de ancoragem da intriga revelada nessa pesquisa. Suas variações de performance entre protagonista da favela e antagonista de um bairro no qual se sente hostilizado revelam seus conflitos mais profundos – o enfrentamento da sua identidade para além de um território.

Moradores do Moinho sentem-se ao mesmo tempo despercebidos (não notado intencionalmente), desconsiderados pelo bairro e não imperceptíveis. Por isso o próprio bairro assume o papel do antagonista. Acreditam que as pessoas que moram ou trabalham ali sabem que há uma favela por perto, apesar de não reconhecerem as pessoas que nela habitam. Sentem-se moradores, mas reconhecem que há diferenciação do uso da região pelos demais habitantes. Sua invisibilidade se concretiza ao renegarem potenciais que acumulam em costumes, hábitos,

capacidades e crenças e nas narrativas que elaboram sobre o que ouvem de si: uma pobreza definida como não ter o que comer, o retrato da desarmonia e da feiura de um bairro, temíveis pela violência que geram. Não notados pelo bairro, tornam-no invisível para si, assumindo o ritual do imprevisível: a favela como único local de representação de uma vida possível de ser vivida.

4. SOBRE NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DE UM ESPAÇO DA CIDADE

4.1 O método da análise crítica das narrativas

4.2 As narrativas a partir da referencialidade de uma fronteira

4.2.1 A narrativa do campo por quem mora nele

4.2.2 A narrativa do campo por quem trabalha nele

4.2.3 A narrativa do campo por quem trabalha nele – um outro olhar

4.2.4 A narrativa do campo por quem mora na Favela do Moinho

4.2.5 A narrativa do campo por quem está em situação de rua

Em todas as fronteiras analisadas, as narrativas de construção de mundo revelaram-se não apenas nos desenhos e nas falas dos entrevistados, mas acompanhadas igualmente pelo olhar, pelos gestos, pela postura diante da explanação do que entendem por realidade. Nessa fronteira, especificamente, da qual participaram treze pessoas e na qual treze mapas foram confeccionados (todos preferiram expressar sua percepção sobre o bairro sozinhos em seus mapas), o olhar foi ainda mais sinalizador. Alguns nem mesmo conseguiam levantar a cabeça ao longo de toda a conversa, mantendo os olhos baixos. Outros tinham grande dificuldade de fitar-nos nos olhos, desviando constantemente seu rosto ao compartilharem seus desenhos. Outros ainda tinham no olhar a denúncia e o não conformismo pelo descaso da cidade em relação a quem está nas ruas. Olhares intimidados, acabrunhados, delatores, indignados – todos reveladores da intriga evidenciada em suas narrativas: a vivência do menosprezo em relação às pessoas em situação de rua.

As entrevistas ocorreram especialmente nas estruturas do Castelinho e nas ocupações da região.

Quadro 7: A narrativa por quem está em situação de rua



Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 148: Mapa RUA 03 / Mapa RUA 09

A NARRATIVA POR QUEM ESTÁ EM SITUAÇÃO DE RUA

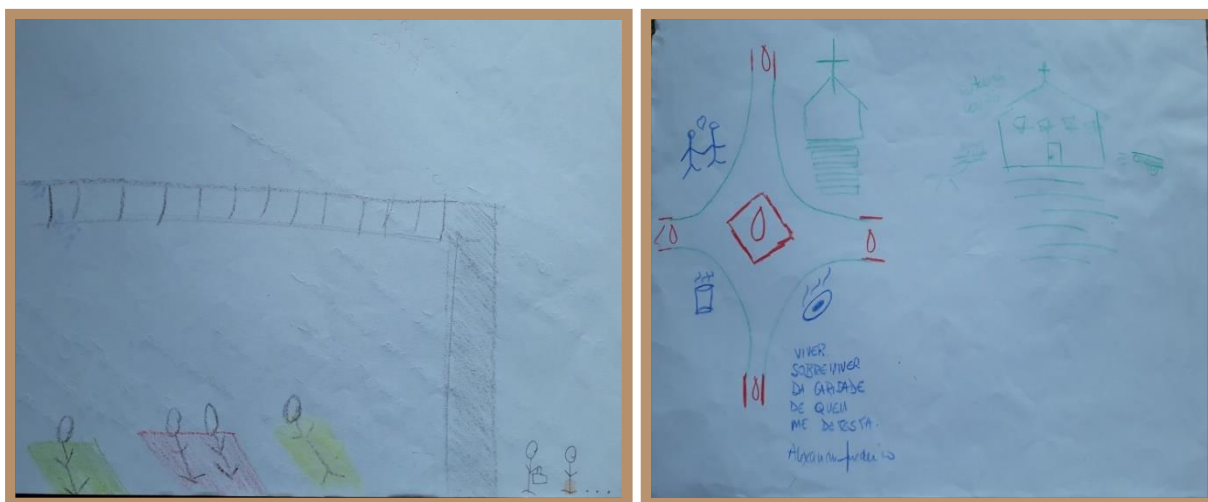


Figura 149: Mapa RUA 11 / Mapa RUA 14



Figura 150: Mapa RUA 13 / Mapa RUA 04

Os entrevistados dessa fronteira utilizam-se da palavra invisibilizados quando se referem a sua condição no bairro. Outros empregam despercebidos. Entretanto, o que boa parte deles manifestou excede o fato de não serem vistos: “não somos invisíveis, somos desprezados” (Mapa RUA 13), afirmou um deles. “O pessoal que mora no bairro menospreza como um animal que tivesse no chão quem mora na rua. Não tem invisível nisso. Tem desprezo mesmo” (Mapa RUA 09).

Discriminação e preconceito foram as palavras mais citadas em relação ao que enfrentam por estarem em situação de rua. Mas ainda que sofram preconceito, habitar os espaços públicos do centro, mais especificamente do bairro do Campos Elíseos, proporciona benefícios em relação a outros cantos da cidade. Por ali, há banheiros cujo uso é permitido a quaisquer pessoas (por exemplo, os do Sesc Bom Retiro, os do Museu de Energia, os do Castelinho), há o Bom Prato (estrutura que oferece refeição por R\$ 1,00 ou, por vezes, gratuitamente, como durante a pandemia) e instituições que oferecem alimentação gratuita e atividades durante o dia (Abrigo Dom Bosco, Centro de Convivência São Vicente de Paulo, Instituto Construir, entre outros). Há também, ainda que poucos, locais disponíveis para tomar banho e trocar de roupa (o Castelinho, por exemplo, oferece um sabonete e shampoo para o banho e mantém um bazar para compra de roupas com valores simbólicos).

Ao denunciarem o desprezo e a hostilidade do bairro em relação à pessoa em situação de rua, trazem à tona, em suas narrativas, conflitos dramáticos que nos apoiam a avançar para camadas mais profundas dos fenômenos evidenciados por elas. “A sociedade olha pro morador de rua com olhar de quem não quer ver” (Mapa RUA 03). Alguns entrevistados atribuem o menosprezo da sociedade em relação a eles ao mau cheiro causado quando não conseguem tomar banho, à má aparência (no caso daqueles que deixam de ter aspecto higiênico) e à mendicância/criminalidade associada a eles. O uso do crack, por alguns, leva-os a sofrer fortes diarreias e, por isso, exalar um fétido odor até conseguirem trocar de roupa – “o cheiro de catinga afasta as pessoas que cruzam com a gente” (Mapa RUA 04).

O arraigado estereótipo do que seria uma pessoa que vive nas ruas, segundo alguns entrevistados, não representa todos nessa situação. “As pessoas têm a imagem de gente jogada no chão, cagada, mijada, drogada. Mas tem os que são limpos” (Mapa RUA 09). Muitos comentaram sobre “os diferentes níveis” de quem está nessa situação – existem os arrumados e limpos e os largados; os que gostariam de

usufruir de equipamentos culturais, como museus e cinemas, porque se entendem participantes do tecido social e aqueles que dizem não dar importância a isso.

As pessoas do bairro olham pras pessoas de rua com discriminação total. Aos sábados tem café da manhã e formam filas pelas ruas. O rapaz da loja ao lado do posto falou, “abram mais cedo que eles não podem ficar na frente do nosso estabelecimento” (Mapa RUA 09)

Essa coisa de invisibilidade não existe. É o desprezar, esse é o conceito, invisível nunca. O Shopping Higienópolis não permite que a gente entre lá. Nem nós nem o pessoal da favela do Moinho. É declarado, é a linha do shopping. (Mapa RUA 11)

Aqui no bairro a gente passa problema, mas não tanto. Tem o Castelinho, tem a Santa Cecília, tem o Dom Bosco. Tem pessoas que não podiam entrar no banheiro por aqui, tipo da padaria. Isso é desprezível. Depois reclamam que a pessoa faz xixi na rua. O preconceito e o desrespeito é desprezível. (Mapa RUA 04)

Quando iam fazer a estação do Metrô da Higienópolis, fizeram um abaixo assinado, pra não fazer a estação, uma das pessoas que organizava, disse que não queriam pessoas diferenciadas na nossa região, ele é preconceituoso. (Mapa RUA 09)

É muito complicado, existe muitos níveis de moradores de rua, tem, moradores que você passa e nem imagina que ele tá na rua. Então, tem muitos reclamam que não podem ir no teatro e no cinema porque não tem roupa limpa pra ir. A relação é muito complexa. (Mapa RUA 14)

Meu colega escova os dentes quatro vezes por dia porque fuma pedra e já disse “eu não quero perder meus dentes”. As roupas dele é tão arrumada que às vezes ele é assaltado na rua, acredita? (Mapa RUA 13)

Além da dificuldade de manterem-se higienizados e conseguirem usufruir de expressões culturais da cidade, precisam estar atentos à exposição a escorpiões nas escadarias da Sé, quando precisam dormir por lá.

Não dá pra ficar na escadaria da Sé mais. Não tem só barata. Tem escorpião lá agora. Já falei pra polícia “tem que falar isso na zoonose”. Acho que os escorpião são predador natural das baratas. Como tem muitas lá, apareceu um monte de escorpião. (Mapa RUA 14)

Entre os episódios que emergiram em suas narrativas, a dissociação aqueles em situação de rua que “sabem como mangupear (pedir)” e aqueles que acham que as pessoas têm a obrigação de doar.

A gente tem sempre que olhar os dois lados, tem muito morador de rua educado, mesmo estando sujo. Eu conheço uma pessoa que está sempre com um saco na mão, vai na Angélica Grill é atendido, ele pode ir em qualquer restaurante. A pessoa tem que saber sua posição e ser educado, e não achar que qualquer um tem que dar comida pra você. (Mapa RUA 03)

Existe o morador de rua desprezível, que acha que é obrigado a dar. (Mapa RUA 09)

Existe os dois lados, existe pessoas em Higienópolis que são maravilhosas, e existe moradores de rua arrogantes, preconceituosos e agem como se fosse o dono da rua. (Mapa RUA 11)

Eu tenho um amigo alemão que é totalmente desleixado. Vive com um saco de lixo na mão, mas ele sabe entrar em qualquer lugar. Então, se a pessoa vai sentir mais ou menos preconceito tem a ver muito da forma da pessoa tratar. (Mapa RUA 13)

Se você entrar no banheiro da Sé, você vai ver mulheres tomando banho, sai de lá maquiada, cheirosa, trocada de roupa boa pra voltar pra rua. E tem pessoa que entra lá pra usar o banheiro e sai fedendo. Isso é de morador pra morador de rua. Tem gente que não se importa em ficar sujo. Isso acontece até com quem não mora na rua. (Mapa RUA 04)

Muitos nem imaginam que sabemos política, que queremos andar bem vestidos, que discutimos até moda. A gente é sem-teto, mas é gente boa e bem atendida. (Mapa RUA 14)

Para outros entrevistados, a invisibilidade da sua condição vem do Estado, que angaria, de acordo com suas narrativas, altos fundos para projetos voltados a essa população mas não os repassa ou consolida em políticas públicas, ao que atribuem o nome de “indústria da miséria”. E isso acontece porque boa parte daqueles que estão nas ruas “não são politizados” ou não conhecem seus direitos e por isso não os cobram devidamente. Nesse sentido, alguns relatam uma diferença entre mendigar e habitar as ruas: “mendigo ele só pede, não faz mais nada da vida. Morador de rua, no caso vou falar de mim que sou um morador ativo, estou dentro dessas questões sociais” (Mapa RUA 14). Para o Estado, no entanto, segundo os entrevistados, “é tudo a mesma coisa”.

O morador de rua é mais invisível pro governo. Só é visível quando a gente traz fins lucrativos como montar uma ONG, um barato, um negócio na internet. Aí começa lá um trabalho que as pessoas se envolve e rola um dinheirinho pra gente. Deveria chegar pra gente não dinheiro vivo, mas política pública. (Mapa RUA 14)

As pessoas em situação de rua estão jogadas por todos os cantos da cidade e muitas vezes são usadas como massa de manobra de pessoas de má fé que alimentam uma indústria em que perpetua essas pessoas nessa situação. A indústria da miséria. Os serviços de assistência social trabalham como se estivesse fazendo um favor para essas pessoas, não como política pública. É como uma indústria que ganha bilhões e milhões em nome da população de rua, uma população pobre, miserável, invisível e desprezada e que vive uma subvida. (Mapa RUA 13)

A questão que as pessoas não são politizadas, não informada, não tem acesso, e a gente tá tendo privilégio, de ter esse acesso com algumas pessoas e isso aí a gente tá crescendo com essa descoberta. (Mapa RUA 11)

O Estado conseguiu fazer com que eu não conhecesse o lábaro e o brado (não sei se falei certo porque sou analfabeto), porém não conseguiu me tornar um presidiário, ou coisa parecida. (Mapa RUA 03)

Morador de rua pro Estado é aquele que tá caído no chão, mijado, aquele que tá fedendo. (Mapa RUA 09)

A fim de cobrar o Estado por políticas públicas que atendam devidamente às necessidades daqueles que estão nas ruas, alguns participantes dessa pesquisa formaram, desde 2018, uma associação informal que comparece a todas as reuniões do Comas (Conselho Municipal de Assistência Social) para cobrar ações da prefeitura de São Paulo. Nas reuniões do Comas eles pedem centros de acolhida limpos, respeito dos funcionários e segurança. Além disso, apoiam a ideia de um cadastro para essa população: “com esses dados, daria para encaminhar pessoas qualificadas para empregos e doentes para tratamento” (Mapa RUA 14), afirma um deles. Quando começaram a participar das reuniões relataram que era comum ouvirem “você não são moradores de rua. Nem parecem maloqueiros” (Mapa RUA 13). A representação de que toda pessoa em situação de rua exibe uma única aparência e não tem objetivos ou expectativas diversas os incomoda bastante. A isso dão o nome de preconceito: “a sociedade acha que a gente veio da onde? Todo mundo tem uma história. Veio de algum lugar. Estar na rua não é o fim da linha. Não pra todo mundo” (Mapa RUA 14).

O grupo que formou a associação passou a entender que o orçamento destinado aos programas e ações para população de rua gira em torno de “bilhões de reais”, como dizem, depois que começaram a participar das reuniões na Câmara Municipal de São Paulo para aprovação de orçamento. A exposição nas reuniões levou um deles a receber o convite para entrar em partidos e movimentos de sem-teto, o que refutou sem hesitar: “não acredito neles, porque acabam focando mais a ideologia e menos as questões práticas” (Mapa RUA 07), afirma. Dizem-se politizados e, por isso, entendem que é possível fornecer mais do que é oferecido para quem está nessa condição: “se você não tiver politizado, qualquer coisa tá bom. A gente luta pros nossos colegas entender o que se passa também” (Mapa RUA 14). No entanto, criticam seus colegas, quando falam em politização: “quem tá na rua não se politiza. Quer que tudo caia do céu” (Mapa RUA 14).

Os integrantes dessa associação participam conjuntamente de um projeto com a Unifesp, que periodicamente reúne pesquisadores e interessados em saúde pública para essa população. Entre as estratégias argumentativas para defenderem sua

participação ativa nas reuniões há o testemunho em relação à mudança de referencialidade. Em tempo algum se imaginaram morando nas ruas e hoje enfrentam a severa agrura para sobrevivência diária. Outro propósito da associação é esclarecer nas instâncias públicas que tratam desses indivíduos sobre as necessidades singulares de cada um. “Não é porque estamos na rua que queremos a mesma coisa” (Mapa RUA 09), admite um entrevistado, desconstruindo o mito de massificação e uniformização da pessoa nessa situação de vulnerabilidade.

Eu olhava torto pra pessoa na rua sim. Quando eu passava na Sé eu tinha medo, vou ser roubada, aí que nojo. Mas os caminhos da vida me colocou pra partir o pão. A vida colocou pra mim esperar. (Mapa RUA 13)

Eu era aquela pessoa que desviava de mendigos, tinha preconceito, e, quem diria, me tornei um. Ninguém imagina que, por percalços da vida, qualquer um pode se tornar um de nós. (Mapa RUA 14)

Não dá pra dizer que todo mundo que tá na rua tem as mesmas necessidades. Tem gente que quer trabalhar, mas tem gente que não quer. Quer ficar quieto lá, fumando a sua, em paz. A religião serve pra ajudar uns e outros não. Nem todo mundo quer sair da rua. (Mapa RUA 04)

Como você vai entender de um pessoal que você nunca sentou e ouviu o que eles querem? O governo precisa ouvir a gente antes de achar que sabe o que a gente quer. (Mapa RUA 14)

As críticas da associação à prefeitura referem-se às soluções paliativas criadas para as pessoas em situação de rua. “Não adianta criar secretaria para usuário de droga e morador de rua. Ou dar emprego e assinar a carteira deles. É preciso tratamento contínuo. Existem danos irreversíveis na rua” (Mapa RUA 13). Segundo eles, as Secretarias de Assistência Social, de Saúde e de Habitação, por exemplo, não conversam, o que dificulta que atendam suas necessidades de maneira sistêmica.

O descaso dos albergues e abrigos no de trato com as pessoas que os utilizam, os desvios da verba pública e a “vista grossa” em relação às violências que ocorrem dentro dessas instituições idealizadas para acolhê-los, são as mais latentes denúncias que os entrevistados compartilharam. Muitos preferem ficar nas ruas a enfrentar as filas para dormir abrigado e ainda não ter assegurada sua proteção ao longo da noite.

A Cris (cozinheira de um projeto no Castelinho) trabalhava num albergue e não recebeu o salário. O albergue tem fundos pra isso, ele recebe justamente pra pagar os funcionários, mas coloca o dinheiro no bolso dele. (Mapa RUA 11)

Então é assim, nessa hora que a gente se torna mais invisível, porque eles (albergues) não vê as pessoa, vê o dinheiro, como no mundo esse é o mal do ser humano. (Mapa RUA 04)

Se a maioria dos abrigos é imunda e não oferece sequer feijão para comer, para onde vai os R\$ 256 milhões que o prefeito anunciou para os albergues? (Mapa RUA 14)

É melhor ficar na rua do que em abrigo. Nos abrigos, tem briga, sujeira e muitos nos tratam por números. (Mapa RUA 13)

Ontem no albergue eu vi dois caras espancando um. O cara sanguetou. Eu não quero desenhar isso. (Mapa RUA 09)

Ali é rua tô exposta, uma pessoa pode me quebrar no pau, mais tô dez anos na rua e tô viva, porque vou pra um lugar (albergue) que é provável que não consigo ficar sem usar, por causa de uma estrutura que é falsa? (Mapa RUA 11)

Tem ONG que tem o monopólio. Sabe monopólio de comunicação, de aviação, essa coisa assim? Tem ONG que tem o monopólio do centro de acolhidas, dos centros das crianças, do Caps (Centro de Atenção Psicossocial), até do Bom Prato. Como ela tem o monopólio disso tudo, ela recebe muito dinheiro. Aí, você chega no albergue, tem ovo cozido de janta, que nem ontem. Pra onde o dinheiro da janta foi? (Mapa RUA 13)

Homossexuais afirmam que sofrem ainda mais dentro ou fora dos albergues, porque são considerados promíscuos pelos seus próprios colegas.

Um lugar que dormi muito durante um bom tempo é o pátio do colégio. Os ratos mijam na sua barba. Ali, no começo, você morre de medo de morrer queimado, as baratas. A gente homossexual fica muito vulnerável. É pior, quando você está sozinho. Eles acham que você é base de troca: me dá uma coberta que te faço um sexo oral. É pior pra homossexual do que pra mulher eu acho. (Mapa RUA 03)

Eu tava lá três dias direto. Aí pedi pra ele uma manta pra deitar. Aí ele disse “eu tenho mais vou pedir alguma coisa em troca”. Falei “amigo, se for sexo sai. Eu não estou com vontade”. Achei um papelão e deitei. Quando estou dormindo, esse cara pega, joga a manta em cima de mim, entrou debaixo e já tentou me estuprar. Dei um chute nele, ele achou ruim. Eu não sou obrigado a fazer coisas que você quer. Se eles vê que você cede, vem todos. Teve um que foi com uma faca, pra você não reagir. Aí parei de dormir lá, fui pra área que conhecia. (Mapa RUA 14)

É muito comum te estuprarem no albergue à noite só porque você é gay. (Mapa RUA 14)

Outra questão nociva relatada em relação ao uso de albergues é o uso massivo de drogas: “quem tá a fim de parar não pode ficar em albergue. Eu mesma consegui vaga, mas fico na rua porque pelo menos não tenho que ficar perto de alguém que tá usando” (Mapa RUA 11). Nas malocas, da mesma forma, não é permitido utilizar drogas

“porque eles não querem perder as doações. Já pensou, chega alguém lá e tem gente fumando uma (pedra)? Eles não doam mais” (Mapa RUA 11).

A rua tem seu próprio vocabulário, ao qual chamam de “dialetto”: “se a gente começar a falar aqui você não vai entender nada. É tipo nossa língua própria. Tem que ser iniciado pra compreender” (Mapa RUA 13). “Maloca” é a denominação que atribuem ao ambiente onde habitam, normalmente uma calçada coberta sombreada ou embaixo de um viaduto. Ela pode ser montada embaixo de uma carroça, com um colchão e cobertores esticados, como se fossem paredes para dar-lhes um pouco de privacidade. Há “malocas” com ambientes distintos – a cozinha comum para todos, a sala com sofá. Outras ocupam apenas o espaço de uma carroça. Chamar-lhes maloqueiros não ofende: “maloqueiro é quem já morou em maloca”, disse um dos entrevistados.

“Boca de rango”, “panelinha” ou “pena forte” são os locais e instituições que oferecem comida pela cidade. “Boi ralado” é carne moída. “Corre é a gente arrumar dinheiro. Pra usar droga precisa de dinheiro, pra cigarro precisa de dinheiro, por isso a gente faz o corre” (Mapa RUA 03). E para arrumar dinheiro às vezes é preciso “manguear”, ou seja, pedir. “Ralar” quer dizer “sai daqui”. “Cobertor Tony Ramos” é um cobertor que solta muitos pelos. “Ir pra casinha” significa ir dormir no albergue. “Ir pra Disney” é o mesmo que “ir para o fluxo” ou subir pra Cracolândia. “Tô louco pra acordar” é o mesmo que dizer que “quer fumar uma pedra”. “Bater a nave” é sinônimo de ir embora – “vou bater a nave aqui”. “Bolsa noia” é o Bolsa Família. “Talarico” é um homem que pega a mulher de outro. “Ficar de ramaje” é “ficar de putaria”, conforme suas palavras ou o mesmo que menina fácil. “Rato de mocó” é “um cara que rouba outro morador de rua”. “Quebrar na madeira” tem a ver com “vou te bater”. “Estourei no Norte” é ter ganhado dinheiro. Todas as expressões foram compartilhadas ao longo das entrevistas e são apenas algumas das que foram registradas ou sobre como conversam entre si.

Invasão é diferente de ocupação. Ocupar, segundo eles, é usar um lugar que ninguém usava. “Invadir é injusto porque tá em uso. Ocupar não” (Mapa RUA 13). Uma das entrevistadas, que há poucos meses deixou de habitar as ruas com as filhas depois de ocupar uma casa no bairro, relatou seu medo de despejo por conta da truculência da polícia. Ela e outras quatro famílias que invadiram a casa normalizaram e pagam as contas de água e luz. Além disso são muito rígidas em relação à bagunça

e barulho no local: “a gente já não é bem-visto pela vizinhança. Se tiver baderna então, é mais motivo pra tirarem a gente daqui. Então, não pode falar alto, ter música alta, nem chegar bêbado enchendo o saco” (Mapa RUA 13), relata.

Bateu na porta, fica todo mundo apreensivo. Eu tenho uma filha em cadeira de roda. Quando a polícia chegou numa outra ocupação que nós tava, com a tropa de choque, ele apontou a arma na cara dela e disse “vocês tão demorando demais”. Eles procuram motivo pra bater na gente. Ele gritava pra eu calar a boca. Traumatizou todo mundo. (MAPA RUA 13)

Como não há constância nos seus modos de existir. Os desenhos não retrataram as macronarrativas cotidianas, apenas as relacionadas às vulnerabilidades e, em poucos casos, as belezas por onde passaram. O bairro não é seu lar. A rua, ainda que momentaneamente, o seria. Por isso, os desenhos que fizeram, em sua maioria, não retrataram necessariamente o Campos Elíseos, mas locais com os quais sentem-se familiarizados. O Mapa RUA 13 representou o “imaranhado sem saída” da vida de uma pessoa em situação de rua. Embora a entrevistada more hoje no bairro do Campos Elíseos em uma casa invadida com as filhas e seu atual companheiro, é a região da Sé que ela entende por sua casa: “já morei muito tempo em barraca na Sé. Foi lá que eu descobri o que é a vida na rua, por isso, minha barraca, minha vida”, comentou. Além disso, para ela a vida de quem habita as ruas é sempre “um imaranhado porque a vida não sai disso. Todo mundo passa por você, mas não te vê. A sociedade não olha, ela tem pressa de passar por cima” (Mapa RUA 13). Seu desenho retrata os vários locais por onde já buscou moradia temporária (Pátio do Colégio, Luz, Barra Funda, entre outros). Ativista por políticas públicas, a entrevistada adota, vez ou outra, pessoas idosas que estão nas ruas para alimentar e dividir sua moradia. “Nesse momento cuido de uma senhora linda que estava sozinha embaixo de uma marquise. Tenho ela como minha filha porque ela não consegue se cuidar sozinha”, confirma.

Para outro entrevistado, que igualmente circula muito pelo Campos Elíseos e já se abrigou embaixo do Minhocão por longa período, o retrato do que entende por bairro é o Pátio do Colégio. “Lá foi o local que me acolheu quando fui parar na rua há catorze anos. Eu lembro quando cheguei lá apenas com a chave de casa no bolso e muita tristeza no coração. Nunca mais sai das ruas” (Mapa RUA 14), comenta. Sua vida nas ruas começou depois de ter perdido para o câncer seu grande amor, o Haroldo,

com quem viveu por dez anos. “A família dele sabia que estávamos juntos, mas nunca reconheceu nosso relacionamento. Depois que ele morreu, nada mais fez sentido”, comentou. De acordo com sua narrativa, o desenho Mapa RUA 14 retrata as encruzilhadas nas quais nos vemos em nossas vidas – “a necessidade de comida, de amor, de fé na vida”. No entanto, refuta a imposição das igrejas para que as pessoas nessa situação consigam o mínimo de dignidade em um copo de água ou comida. Por isso a frase no desenho “sobreviver da caridade de quem me detesta”.

As pessoas ficam jogadas por aí em troca de um prato de comida, de um café, um copo d’água. Tem que viver de religião pra comer. Quem é ateu se ferra. Você vai entrar numa igreja, num centro espírita, depende da igreja tem que fazer o sinal da cruz, rezar o Pai Nosso, chorar nas quatro pontas pra viver da caridade de quem te detesta. (Mapa RUA 14)

Os Mapas RUA 03 e RUA 09, por sua vez, por meio de uma perspectiva panorâmica, retratam um bairro sem cor ou sinal de vida. A rua é a própria morada, retratada pela barraca, pela pensão temporária, pela praça ou pelo viaduto que os abrigam momentaneamente. São evidenciadas nos desenhos algumas avenidas e locais que os entrevistados frequentam, como bazares para comprar roupas a preços simbólicos, o Minhocão (referência onde muitas pessoas passam as noites, principalmente homossexuais, uma vez que algumas esquinas embaixo do viaduto são reconhecidamente territórios deles) e o Castelinho.

Foram também elaborados desenhos metafóricos cuja narrativa memorial da casa da infância, no Pará (Mapa RUA 01), indicava onde a entrevistada gostaria de estar (“foi quando eu fui feliz na vida”). Outro desenho expressou a dualidade dos sentimentos mais intrínsecos do entrevistado: “um coração bom, mas invadido pelo mal e quebrado de tantas tristezas” (Mapa RUA 02), afirmou.



Figura 151: Mapas RUA 01 / RUA 02

O Mapa RUA 04, por sua vez, conseguiu apenas se expressar quando lhe foi pedido que desenhasse o que mais gostava e o que menos lhe agradava na região. Frequentador diário da Cracolândia, o participante represento-a por meio de vários corpos sem rosto ou forma definida, relatando-a como um local feio e triste, “repleto de pessoas sem esperança de viver” (Mapa RUA 04). Em relação ao que vê como bonito, retratou a Estação da Luz – “imponente, grandiosa, linda”, afirmou – demarcando os dêiticos da sua narrativa.

Houve, do mesmo modo, aqueles que quebraram a lógica do paradigma narrativo usado até então, evidenciando em seus desenhos a beleza presenciada nas ruas cotidianamente. Eles não negam as violências pelas quais já passaram e o perigo de sua escolha, mas deixam claro que não querem expressar isso nos desenhos. Junto do que entendem por bonito, mostram mensagens motivadoras de esperança: “na nossa vida acontece coisa que a gente nem imagina. Mas somos fortes e guerreiros para superar” (Mapa RUA 05), afirma o entrevistado. Para outro, “feio é a injustiça social em São Paulo” (Mapa RUA 03).

O dia faz parte da rua, o Sol, as estrelas faz parte da rua, essa árvore simboliza uma pessoa e esses são os frutos, isso você só vai descobrir quando você olhar de verdade pra ela. (Mapa RUA 07)

Na rua tem coisa ruim e boa. Eu guardo as coisas boas, as ruins não vão me fazer bem. (Mapa RUA 05)

Depende do que a Senhora acha de feio. Tudo temos que ver pouco de beleza. Feio é a injustiça social em São Paulo, falta de emprego. (Mapa RUA 03)



Figura 152: Mapas RUA 05 (esq.) e RUA 07 (dir.)

Mais uma vez a sequência da narrativa é quebrada quando um dos entrevistados comenta sobre os percalços que enfrentou ao tentar usar a internet em uma *lan house*, em um bairro vizinho, e não deram preferência a ele, que estava na

frente da fila, mas a moradores de rua jovens. Ele, mesmo afirmando estar em situação de rua, não se reconhece como um. Sua justificativa que está apenas temporariamente nessa condição: “durmo nas ruas há alguns meses porque não consigo pagar o aluguel, mas não sou delinquente como uns que conheço”, afirma. Para ele os parâmetros socialmente internalizados para poder se dizer “morador de rua” são definidos pelo vocabulário usado, pelo comportamento e, do mesmo modo, pela idade. Dizer-se morador de rua ainda na juventude “é mais opção e vagabundagem do que necessidade porque ele consegue arrumar emprego se quiser”, afirma.

Eu ia usar a internet e uma funcionária deu prioridade pros moradores de rua. Eu estando na frente, ela não deu a senha pra mim. Ela criou uma situação pra jogar os moradores de rua contra mim. Um tentou me agredir, aí falei “se você pôr a mão em mim eu encho de polícia isso aqui, chamo uma viatura”. Tentou me apavorar o cara sujo fedendo e a menina deu razão. Onde a gente vai parar desse jeito? É inversão de valores. Não que sou melhor que ninguém, mais não dá pra identificar que não sou um cara que estou todos os dias ali. Os caras ficam o dia inteiro ali e não produz nada nada. São uns delinquentes. São jovens e vivem nessa situação porque querem. Só sabem ficar na porta do metro pedindo. Podem arrumar alguma coisa pra fazer, podem catar papelão, alguma coisa. (Mapa RUA 03)

Estar na rua foi uma decisão deles. Para alguns inicialmente como fascínio de liberdade (“eu conseguia comer, conseguia dormir, conseguia sexo, conseguia tudo. Até a ficha cair” – Mapa RUA 14), para outros como grito de socorro em razão da violência que enfrentavam em casa (“minha mãe me espancava todo dia. Não teve outro jeito a não ser fugir pra rua” (Mapa RUA 13). Nem todos reconhecem, no entanto, como a melhor escolha (“hoje eu pensaria melhor antes de largar tudo e vir pra rua” (Mapa RUA 13). De qualquer modo, “você nunca mais é o mesmo depois que toma essa decisão, pode ter certeza” (Mapa RUA 11).

Você supera todos seus desafios estando na rua. É a escola da vida. É onde você aprende o que não aprendeu quando teve oportunidade e você tem todos os ensinamentos. Você tem escolhas, mesmo estando na rua. Ao mesmo tempo você sofre preconceito das pessoas. A sociedade tem muito preconceito. (Mapa RUA 13)

Nem sempre foram as drogas que os levaram a essa condição, embora muitos afirmem que elas são o motivo de sua decisão de sair de casa: “minha família não aguentava mais eu tirar coisas de dentro de casa para vender” (Mapa RUA 04). Alguns atribuem o motivo às brigas familiares, outros aos seus comportamentos agressivos.

Há ainda os que acreditam que os vícios começaram com o uso descontrolado de bebidas: “começa na cervejinha do final de semana. E quando você vê, tá dominado por coisa pior” (Mapa RUA 03). Alguns ainda mantém contato com a família. Outros evitam em função da vergonha: “não quero que me vejam nessa situação” (Mapa RUA 03).

A eu tive um pouquinho de vida antes de começar as drogas, mais a droga estragou minha vida, mas sei que há chance, eu tenho espelho, exemplos pra não seguir, é isso aí meu. Tenho contato com minha mãe e minha avó. Eu não moro com elas porque a casa é um ovo e a gente sempre teve uma incompatibilidade de gênio muito grande, muito antes de eu conhecer as drogas, a gente brigava muito. A casa é delas, as regras são delas. Eu sou bicho solto, eu sou adulta, não sou mais filhinha da mamãe, entendeu. (Mapa RUA 11)

Sei que minha mãe e meu pai não sabem se eu tô vivo ou morto. Eles moram em Guarulhos. Mas não posso aparecer na frente deles assim. Eu tô diminuindo o uso do crack. Depois que eu tiver bem eu apareço. (Mapa RUA 04)

Decidir pelas ruas, no entanto, não leva necessariamente ninguém a roubar. “Eu não tenho essa índole porque tive criação, nunca consegui roubar. Na criação que tive não dá. E olha que já entrei no mercado pra roubar um pacote de bolacha que estava morrendo de fome, mas não consegui” (Mapa RUA 11). Outro participante entende que é possível viver nas ruas fazendo uns “bicos” (como coletar materiais recicláveis com a carroça ou cantar nos bares em troca de comida, por exemplo) ou sabendo “manguear” (palavra usada como sinônimo de pedir): “se você souber manguear ali na região da Paulista, dá uma boa grana por semana. Uma vez uma mulher me deu cem conto, de uma vez só. Agora se for manguear aqui, não dá nada” (Mapa RUA 02).

Todos os entrevistados desse grupo já usaram ou ainda fazem uso de drogas ilícitas (heroína, crack, maconha). Os que se dizem “limpos” contabilizam os anos, os meses e os dias que estão desde que pararam de utilizá-las e afirmam que o primeiro passo pra voltar a usá-las é começar pela bebida. O crack é, segundo eles, a droga mais perversa. E apesar de poucos terem-na retratado nos desenhos, a referência à familiaridade com a Cracolândia é expressa nas narrativas. O uso de drogas foi o motivo de alguns irem parar nas ruas e outros conhecerem também o crime.

O que eu deveria ter desenhado de importante na região da Rio Branco é a Cracolândia. Aquele lugar é o cara. A sociedade acha que o povo que fica lá é todo

lixo e não é. Eu mesmo passo noites na Cracolândia e ninguém mexe comigo não, sou muito respeitado. Lá eu vou quando quero beber ou usar drogas. (Mapa RUA 03)

É um lugar seguro pra quem usa droga. Lógico, pra usar droga sim. Ninguém mexe. (Mapa RUA 11)

Muitas narrativas sobre a vivência na Cracolândia foram compartilhadas nesse grupo. Todos a conhecem e reconhecem-na como local degradante, apesar de acolhedor para quem quer usar drogas sem perturbações: “se você quiser beber em paz e usar drogas é só na Cracolândia. Eu mesmo passo noites por lá e ninguém mexe comigo” (Mapa RUA 03).

Entre os principais episódios, relataram a aparição de artistas e modelos que comumente vão à região para comprar drogas, o tráfico de crianças dentro da Cracolândia: “quando as criança nasce ali tem que ficar ligado. É muito comum eles venderem elas” (Mapa RUA 05); e o trabalho dos carroceiros que transitam com as mercadorias de escambo, assumindo o papel de vendedores de chinelos, roupas, cigarros, cachimbos e outros utensílios: “você compra uma havaianas original por 2 conto” (Mapa RUA 03). Conforme os entrevistados, os carroceiros são os responsáveis por levar corpos de maneira discreta para fora da Cracolândia e por apoiar na comercialização das “paradas”, visto que conseguem camuflar o comércio ilegal que acontece embaixo dos cobertores de suas carroças.

Tem uma modelo lá que era linda até os traficantes tomaram conta dela. Eles ficam dando as coisas pra ela, pra não sair de lá. Ela é presa lá dentro, aí eles usam ela pra prostituir por troca de droga. (Mapa RUA 04)

Eu vi um carrão um dia parado e o cara (OPTAMOS POR NÃO REVELAR) dentro. O segurança dele comprou crack pra ele e ele ainda mandou dar uma pedra pra cada um que estava lá. (Mapa RUA 07)

O cara (OPTAMOS POR NÃO REVELAR) ficava lá muquiado dentro dos hotéis. Pra usar os hotéis é baratinho e dá pra usar tudo como se fosse uma feira de drogas. Quem tem mais dinheiro usa cocaína. Tem até médico lá dentro (hotéis). (Mapa RUA 03)

O uso da cocaína é comumente feito por quem tem mais poder aquisitivo. Por isso, dificilmente veremos alguém cheirando cocaína à céu aberto, de acordo com um dos entrevistados. “Quem quer cheirar uma aluga os quartos de hotel para ser mais discreto” (Mapa RUA 05). O crack, no entanto, usado largamente pelas ruas, é mais forte, mas acaba mais rápido. “É a mesma brisa, mas só que bate mais forte e acaba muito mais rápido. A loucura do crack dura entre dez e vinte segundos, a brisa é forte.

Dependendo de quanto você colocou no cachimbo, você sente por uns cinco minutos” (Mapa RUA 04). Já a cocaína, “por entrar no organismo, demora mais, dura em torno de meia hora” (Mapa RUA 04). Um saquinho de cocaína, conforme os entrevistados (em dezembro de 2019), custa R\$ 20,00 e “chega ser chique porque é a vácuo” (Mapa RUA 05). Entre as várias cocaínas, a mais “luxuosa” é reconhecidamente a da Heliópolis, porque é a mais pura. “A cocaína nunca é 100%, tem as outras misturas. A de Heliópolis é praticamente 60%, então por isso que ela é forte” (Mapa RUA 05). O grama do crack é R\$ 30,00, mas “com apenas uns R\$ 10,00 você consegue um talopão bom, uma pedrinha grandinha pra queimar”. Toda a comercialização é feita com balanças. É comum os vendedores darem, além da pedra comprada, “um farelo pra você ficar feliz” (Mapa RUA 05).

Além do crack, há uma droga muito popular na região: o oxi, largamente utilizada por quem circula por lá. O oxi é mais forte que o crack, embora tenham o mesmo preço. Além disso, por ser uma droga mais potente, muitos usuários têm apresentado feridas pelo corpo em pouco tempo de uso.

Tem o oxi agora. Lá onde eu morava o crack era amarelinho forte. Quando o oxi chegou lá na minha quebrada ele, tipo, é quatro vezes mais forte. O oxi é tipo um crack, mas totalmente mais forte. Eu já vi na internet pessoa que tem uma ferida, ela vai se agravando como se fosse aquele negócio da bíblia tá ligado. Nossa fica uma coisa muito feia de verdade. Sabe aquelas fotos do cigarro? É tipo isso que causa o oxi. (Mapa RUA 11)

O uso das drogas não é feito, em geral, por quem as comercializa. Um dos entrevistados compartilhou o que diz ser um famoso ditado na Cracolândia: “o diabo que inventou o crack não deu uma paulada, porque se ele tivesse dado venderia o inferno” (Mapa RUA 04). Boa parte dos participantes dessa pesquisa não chegou às ruas por conta das drogas, mas permanece por causa delas. De acordo com uma delas, “a maioria das pessoas que estão na rua não querem estar, mas a droga segura muito, não pouco não. Muito, muito mesmo. É assim, como se tirasse o ar e não conseguisse respirar” (Mapa RUA 11). Outro comentou:

Sim, eu mesmo, tipo eu tô bem agora mais se eu der uma paulada agora eu me torno um zumbi por um tempo. Ser um zumbi, que o pessoal fala, é fica vagando por aí atrás de dinheiro, você tipo quer mais droga, mais droga, mais, mais e mais, o crack é isso. A cocaína é isso. (Mapa RUA 04)

Os conflitos de quem está exposto nas ruas acumulam diversos outros episódios dramáticos. Algumas narrativas, ainda que fragmentadas, trazem à tona o que parecem ser gritos de socorro velados. Uma entrevistada, considerada mãe da rua pelos seus colegas por ter cuidado, em dezesseis anos nos quais habitou uma maloca embaixo do viaduto da Rio Branco, de dezoito crianças que não pariu, explica que elas (crianças) chegam de vários cantos do país, às vezes já viciadas ou porque não aguentavam mais os abusos em casa: “já fui mãe de muita garota e garoto estuprado pelo pai, pelo padrasto, pelo tio”. No entanto, mesmo encaminhando-as para os projetos oferecidos pelas ONGs locais ou colocando-as sob a tutela dos abrigos, perdeu alguns para o crime. Ela denuncia a negligência da sociedade associada à omissão do Estado que nada faz para interromper o vicioso círculo de tragédias. Sobre a morte de um dos seus filhos, ocorrida dias antes, ela explicou:

Aconteceu o que acontece com as crianças e adolescentes nas ruas do maior Estado. Têm várias ONGs ganhando dinheiro para cuidar. Aí vai lá, dá um pão com salsicha e acha que cuidou. Outras levam um gíbi para colorir e acha que cuidou. O Estatuto do ECA não funciona aqui. Aqui o que funciona é que muitos abrigos e a Febem torna crianças em pessoas ruins. Não vou generalizar. Tem abrigos bons, mas nunca tem vagas porque são bons. Todos os dias uma criança morre ou é hospitalizada. Tá difícil manter vivo o futuro do país com a GSM e a polícia batendo e oprimindo essas crianças, O poder público omisso. Uma sociedade omissa, um prefeito omisso, num estado omisso. Um país omisso. (Mapa RUA 13)

Alguns participantes demonstram preocupação sobre a transformação do Minhocão em parque. Entendem que alterar a paisagem de cima não mudará a vida de quem habita embaixo, tratando-se de mais uma proposta que não contempla quem mora nas ruas.

O Minhocão, eles irão reformar em cima, embaixo não vão mexer. Eles podem colocar paisagem, fazer aquela fantasia, mas embaixo, Deus sabe, não vai mudar nada. Nunca olharam e não vão olhar agora pra quem tem colchão esticado nas vigas do Minhocão. (Mapa RUA 11)

Outras narrativas, ainda que não sejam comuns a todos os entrevistados, revelam o sentido de futuro que vislumbram. Voltar a ter vida social, arranjar um companheiro e ter um lugar pra morar foram os casos mais citados. Há os que desejam uma profissão e os que gostariam de conhecer seus artistas favoritos. Há, do mesmo modo, os que, estando em situação de rua, atuam com a qualificação profissional dos colegas e ressocialização deles no mercado de trabalho.

Eu gosto de cozinhar. Quando a pessoa fala: “hum que delícia”, eu gosto. Todas as vezes que passei por trabalho de recuperação foi cozinha. Quem sabe um dia não viro cozinheira? (Mapa RUA 11)

Meu sonho seria cantar uma música pra Mariah Carey (risos) verdade. Gosto de ver ela cantando. Não conheço ela, não posso dizer que gosto de uma pessoa que não conheço. Gosto da maneira que ela canta, como interpreta a música. Como eu nasci com o dom de cantar eu sei quem canta com a alma e quem não canta, entendeu? Eu fico emocionado vendo ela cantando, ela canta demais, ela é soprano. Eu fui tenor quando era menino. Quando ela canta (*Against all odds*) nossa, coisa linda, a música do Phil Collins. Ai! (Mapa RUA 03)

Eu sonho em ter minha casa, minha vó era meu porto seguro, depois que ela morreu eu entrei em depressão e minha família não me ajudou, infelizmente aí fui pra rua. Minha vó falava que eu tinha toque, eu amo limpeza, tô sentindo muita falta disso. Sonho em ter minha casinha, meu comodinho, meu cachorro, bofe não, bofe dá muito trabalho (risos). (Mapa RUA 04)

Não importa o que você fez, se você rouba, se você matou, o importante é daqui pra frente, se você quer mudar. Aqui no Castelinho se trabalha com qualificação profissional e às vezes o apoio pra pessoa é vir aqui e comer. Às vezes a pessoa não quer exatamente sair da rua. A ideia é o humanizado e acolhimento. (Mapa RUA 09)

Eu tô aqui no Castelinho desde 2012. Eu estava num albergue, aí um rapaz falou vamos lá conhecer, ele ficava aqui, daí entrei e fiquei. Eu sou formado em biologia pela Federal de São Carlos. Hoje ajudo a capacitar o pessoal. Aqui também tem trabalho de culinária com criança, que é minha grande paixão, eu ajudo nas aulas e dou explicação da importância do alimento, a nutrição, a parte química da fermentação e toda parte de ciências. (Mapa RUA 09)

Um deles, biólogo, depois que deixou de usar drogas se envolveu no projeto do Castelinho e hoje ajuda no que for necessário. Orgulhoso, seu sentido de futuro está no discurso sobre a reciclagem e o aproveitamento do que iria para o lixo e pode ser transformado:

Um quilo de tecido que é reutilizado, você economiza 6 mil litros de água, você deixa de contaminar, são 450 gramas de agrotóxico e pesticida que deixa de ser lançado no ambiente. Então a importância do trabalho é muito grande, e lá no mercado municipal agente faz a reciclagem. O mercado municipal é um quarteirão, só lá a gente consegue manter 12.800 casas com luz elétrica normal por dia, isso equivale a segunda maior cidade de São Paulo. (Mapa RUA 09)

Esse participante, durante a apresentação do seu mapa, questionou a natureza dessa pesquisa. Ao tentar explicar a proposta de investigação das diferentes narrativas construídas sobre um mesmo espaço da cidade, ele gentilmente interrompe e pergunta:

Você já leu Moscovici? E Reigota? É teoria da representação social. Me formei em biologia, morava numa república e todos tinham amigos em outros lugares. Eu ajudava na monografia de educação física, sociologia, bioquímica, vários assuntos. Sempre adorei ler. (Mapa RUA 09)

Quando questionado sobre o que pensa a respeito de como a sociedade representa a pessoa em situação de rua, sua resposta foi:

Não tem o que fazer, tudo parte pela representação de um grupo. A representação fala mais alto. Negro, pobre, pobre é aquela coisa mesmo sendo branco você enegrece. É como disse Caetano e Gil, na música (mesmo brancos, como pretos são tratados). A relação é um pouco mais complicada, minha família é extremamente preconceituosa contra negros, isso era uma revolta imensa, meu primeiro amigo era negro, o preconceito contra negro é uma coisa enraizada, escravidão, a igreja católica falou que negro não tem alma, é uma coisa profunda. Mas o pobre se iguala ao negro no preconceito, quanto mais pobre mais negro fica na rua. É pior na rua ser negro do que ser branco. (Mapa RUA 09)

Esse grupo de entrevistados foi o único, em relação aos demais participantes dessa pesquisa, que abordou em suas narrativas os animais como viventes do bairro e inseparáveis de alguns deles. Os animais citados têm nomes e compartilham histórias conjuntas. A fidelidade entre eles é reconhecida pelo companheirismo: “ele tá comigo em qualquer canto por onde eu vou” (Mapa RUA 09).

Do mesmo modo, houve um grupo singular em relação à resistência em participar da pesquisa. Com pressa para ir e vir, muitos não dispunham de tempo para desenhar ou conversar – estavam apenas de passagem no Castelinho para tomar um banho e trocar de roupa. Outros, por não saberem escrever, sentiam grande incômodo com o simples ato de pegar um lápis na mão, ainda que lhes tivesse sido pedido um desenho. Alguns não compreendiam a proposta solicitada. E houve aqueles que, mesmo compreendendo a dinâmica, pediram para desenhar o que quisessem, se recusando a falar do bairro, mas recuperando a narrativa das suas estruturas internas de conexão com o mundo – a casa, o grande amor, conforme exemplos citados nos desenhos expostos em páginas anteriores.

As vozes compartilhadas, independentemente da amplitude de suas abordagens em relação à problemática da situação de rua ou consciência em relação a sua coexistência nela, revelam um personagem em comum que as conta: um vivente que insiste em sobreviver às agruras da rua e às provas das vulnerabilidades latentes, além da cidade que o menospreza e que se configura, portanto, como oponente do que representa. Suas histórias fáticas e fictícias, contadas em primeira pessoa (eu)

em tom confessional, dão sentido e emolduram uma existência frágil, ainda que resistente; particular, enquanto universal.

A exposição atemporal dos eventos feita por esse personagem segue seu próprio ritmo e não deixa de remeter a suas raízes ancestrais, mesmo quando foge à referencialidade afetiva. Sobrevivente das narrativas míticas e fantasiosas criadas socialmente, não é dono de sua própria voz. E essa é apenas uma das violências que carrega nas marcas no corpo. Suas reações, assim como suas necessidades, não são idênticas ou equânimes. Uma vez renegado da coconstrução da realidade, cria a sua própria. Parece carregar consigo uma mistura de batalhas discursivas sobre o que viveu e os sentidos dramáticos de existir no mundo. Por mais que tenha incorporado um novo *habitus* para sua sobrevivência, sofrendo uma reorganização de comportamentos, mostra-se mais consciente socialmente do que é julgado à primeira vista. Mas nem por isso deixa de tornar invisível para si a mesma sociedade que o relega como desajustado ou inapto socialmente, escolhendo viver seu próprio mundo e suas próprias normas.

Para compreender as metanarrativas dessa fronteira é necessário entrar em contato com os elementos ideológicos e referenciais desse personagem. Narrativas como “não adianta só dar um prato de comida. Vai matar nossa fome no momento, mais não vai resolver nosso problema” (Mapa RUA 04) e “tem gente que quer ajudar, levar um prato de comida, legal, mas isso não é ajuda. Aquela história ensina pescar não dar o peixe” (Mapa RUA 11) são explanações fáticas das experiências de percepção desse personagem sobre ações circunstanciais que não modificam verdadeiramente seu mundo. E, ainda que elas tenham em si criticidade, revelam a superfície dos episódios que se reiniciam periodicamente.

As narrativas dos que se dizem politizados revelam a moral da história expressa em uma crítica muda: “as entidades tratam pessoas de rua até muito bem. Só não tiram elas de lá” (Mapa RUA 14). Dispor de pessoas em situação de rua gera empregos, verbas, projetos e todo um sistema que se retroalimenta – a tal indústria da miséria, citada por alguns. Por isso, conforme o personagem, não existem esforços genuínos para tirá-lo da situação vulnerável em que está, mas apenas cuidados paliativos que o perpetuam nesse cenário, tornando-o suportável aos olhos de quem não o vivencia.

Na minha primeira semana na rua eu encontrei no Pátio do Colégio uma assistente social. Ela me deu uma cartilha onde explicava onde eu comia de graça, onde eu

tomava banho de graça, onde eu pegava roupa de graça, pegava chá de graça. Que assistência é essa que não quer tirar o cara da rua, mas quer ensinar ele como viver lá? (Mapa RUA 14)

Existem centenas de organizações da assistência, companhias de lixo, transporte, saúde, todas elas não querem que eu saia da rua. Elas precisam que eu fique na rua senão a verba deles acaba. Isso é o que eu chamo de indústria da miséria (Mapa RUA 13).

Como sujeito interlocutor, ora de forma mais evidente, ora menos, o personagem que narra dessa fronteira percebe que ao viver nas ruas está inserido em um processo que provoca visibilidades e invisibilidades concomitantemente. Visível porque percebe notadamente o aumento constante da quantidade de pessoas em condição semelhante. Invisível porque nota uma cidade que utiliza estratégias para impedir que pessoas em situação de rua ocupem determinados espaços. A rua, símbolo de ruptura de interações sociais, em certa medida é, ao mesmo tempo, local que provoca possibilidades de vir a ser e de se constituir como sujeito nos espaços territoriais da urbanidade.

5. SOBRE NOVAS NARRATIVAS PARA CIDADES EM CONSIDERAÇÃO

As bordas estão em pleno centro.

Marielle Macé (2018)

5. NOVAS NARRATIVAS PARA CIDADES EM CONSIDERAÇÃO

Chegamos ao ponto em que se pretende discutir as associações entre a pesquisa e as teorias trazidas à luz, salientando a dimensão política que se confere à ciência da comunicação quando se relaciona com outras disciplinas. Narrativas, nesse sentido, precisam ultrapassar a certeza daquilo que as fazem ser reconhecidas apenas pela utilização dos meios técnicos. A proposta de ampliar a discussão sobre a produção de narrativas contra-hegemônicas na esfera das metanarrativas do espaço urbano, um dos objetivos deste trabalho, não tem a intenção de apresentar uma nova teoria sobre narrativas, tampouco diminuir a importância do substantivo em uso, mas sim desvelar sentidos situando a importância de uma reflexão alargada que dê espaço para a apropriação de novas utilizações aplicadas.

Antes de tratarmos das proposições que vislumbramos, retomemos as hipóteses lançadas no início deste trabalho. Em primeira instância, supomos que as representações sociais, ou seja, as formas de conhecimento prático pelo qual compreendemos o mundo e os objetos sociais com os quais interagimos, são expressas decisivamente pelas narrativas cotidianas – a maneira pela qual estruturamos a realidade lógica e cronológica e assimilamos os significados dela. Em segunda instância pressupomos que as pessoas que convivem no campo tematizado nesta pesquisa, como os moradores e trabalhadores, reconhecem alguns problemas sociais da região, mas não se enxergam como parte dele ou coautores da situação dramática que enfrentam. Em terceira instância, havia a convicção de que a Favela do Moinho e as pessoas em situação de rua eram invisíveis a parte das pessoas que moram ou trabalham no bairro, embora saibam da sua existência. Como não se tratou somente de confirmar ou refutar as hipóteses, as linhas a seguir descortinam as correlações entre elas constatadas ao longo da análise crítica realizada.

As representações sociais, para Moscovici (2015), assim como os signos, para Bakhtin (2002), emergem do processo de interação entre as consciências. Constituída de diversos signos, a consciência individual somente ganha forma no processo de interação social. Para que um sistema de signos possa ser elaborado, é necessário, antes de tudo, que indivíduos estejam organizados socialmente formando um grupo ou uma unidade social. A consciência individual, nesse sentido não explica o meio ideológico, mas, ao contrário, ela própria é explicada por ele. Ela é, pois, para Bakhtin

(2002), um fato socioideológico, ou seja, adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado em suas relações sociais.

A expressão dos signos na realidade será representada conforme o conhecimento prático e a compreensão de mundo de cada indivíduo. O sentido, como construção social, no entanto, é um empreendimento coletivo, já que não produz sentido individualmente. Situamos o sentido como uma construção social, e enfatizamos que ela ocorre num contexto, numa matriz que atravessa questões históricas e culturais, e permite lidar com situações e fenômenos do mundo social (SPINK, 2010).

Esta pesquisa evidenciou o território como um signo ideológico representado sob as mais diversas cores, sons, massas físicas das estruturas que o constituem e movimento dos corpos em mapas e vozes que compuseram o minucioso exame do ato de narrar de grupos reunidos a partir de seu pertencimento e vínculo com uma região. Buscamos analisar as narrativas grupais sobre a representação pública de uma região, levando em conta seus limites imprecisos, como timidez, desorganização de pensamentos, desconfiança e especialmente o deslumbramento por nunca terem sido interpelados a manifestar sua percepção sobre o local onde circulam.

A narração, mais do que o impulso de “contar histórias” é um elemento potencialmente vinculador e relacional para os indivíduos, que colabora não somente com a transmissão do que entendemos por realidade e quem somos nela, como também aquilo que não somos. Nesse sentido, a atitude narrativa distingue-se de outras práticas de comunicação pela natureza intrínseca de sua forma: “trata-se, a princípio, de contar uma história, isto é, de elaborar um conjunto de enunciados que faça algum sentido em si mesmo dentro de uma perspectiva compreensível a respeito de fenômenos que não estão presentes naquele momento” (MARTINO, 2016). Se o ato de comunicar tem como intenção colocar em relação dois seres humanos, preenchendo o espaço entre eles, o ato de narrar torna simbólica essa relação, estabelecendo significação e conferindo sentido à existência em diferentes âmbitos: entre narrador/ouvinte, narrador/narrador (sentido consigo próprio quando se narra), narrador/mundo, ouvinte/ouvinte e ouvinte/mundo.

Ligadas aos sistemas classificatórios dos grupos e dos indivíduos que narram, toda narrativa contém inscritas em si as marcas do contexto em que é produzida, além de ser produto de uma época e das representações sociais de quem lhe dá forma.

Essa afirmação foi notabilizada pela pesquisa produzida nesta tese, em que os enquadramentos da realidade a partir de diferentes fronteiras demonstraram a intrínseca relação entre as representações e as narrativas. Só é possível narrar a partir das classificações que se tem para entender o mundo.

O exercício de decodificação da realidade é feito dentro das categorias, dos enquadramentos possíveis em um determinado momento, enquadramentos esses que se impõe no momento da (re)codificação do mundo efetuada na narrativa. É a partir dessa apreensão prévia da realidade que se formam as narrativas – que, por sua vez, se tornam parte do que entendemos por “realidade”. (MARTINO, 2016)

Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, as narrativas expostas nos capítulos anteriores não traduzem a realidade como verdade inequívoca, mas contam uma versão dela. Da epistemologia dos conceitos ao empírico das experiências, a compreensão das narrativas nesta pesquisa atravessa a necessidade humana de contar enquanto forma primária da comunicação entre os homens. Compreendemos que narrar provoca estados intencionais que aliviam ou tornam familiar o rol de acontecimentos e sentimentos confrontados diariamente nas vivências ordinárias. Da dimensão cronológica dos episódios sequenciais à não cronológica, construída a partir de um enredo que remete à totalidade, as narrativas compartilhadas pelos entrevistados não foram apenas uma listagem dos fatos ocorridos, mas sim uma tentativa de ligá-los temporalmente, de modo que constituíssem sentido. As metanarrativas evidenciadas em cada fronteira, como discursos sociais legitimados, são fontes de informação significativas, mas que precisam ser analisadas a partir das micronarrativas singulares, a fim de gerar retratos da realidade.

O que foi compartilhado, de maneira geral, diz respeito ao território analisado e às marcas da sua história: de um bairro nobre ao derruimento de suas estruturas elitizadas, seguido de tentativas de retomada da expansão comercial marcada por interesses imobiliários. A diversidade de circulação de pessoas de diferentes perfis é uma expressiva marca do local. As áreas de lazer e a grande concentração de equipamentos culturais em poucos metros quadrados colaboram no reconhecimento do valor histórico do bairro Campos Elíseos.

Os entrevistados que moram ou trabalham na região anunciam intrigas aproximativas na medida em que reconhecem a sensação de insegurança/segurança

fragmentada no local. A presença da polícia e de seguranças particulares, especialmente onde há o fluxo acarretam, ao mesmo tempo, a sensação de segurança e exclusão social. Foram os conflitos dramáticos narrados, bem como as estratégias argumentativas utilizadas ao longo das explanações, que denunciaram os diferentes rumos de suas intrigas.

O agente impotente personificado nas vozes dos residentes trouxe à tona perspectivas discordantes: aflitivas e recipientes. A composição aflitiva no anúncio do sentido público dos eventos desvelou discursos pré-moldados produzidos como práticas sociais de modelos determinados que se repetem. Tal interpretação se deve ao fato de tais pessoas não se incluírem na comunicação, como se estivessem imunizados em relação às pessoas a quem se referem. Nesse sentido, suas vozes confundiram-se com um dos personagens que trabalha na região: a testemunha irresoluta que contrapõe sua vivência no bairro à do maltrapilho, aquele que é estranho ao lugar, do seu ponto de vista.

Imunização foi um termo desenvolvido pelo filósofo Roberto Esposito (2007) ao distinguir duas perspectivas de estudos sobre o conceito de comunidade: a substancialista (como formação histórico-social) e a dessubstancialista (aproximada de um fenômeno vinculativo humano). *Communitas* é a palavra latina para designar comunidade. O autor explicita dois radicais que a compõem: o *cum*, que revela a presença de um outro, e o *múnus*, elemento que atesta ofício, dádiva ou dom, aquele que garante o vínculo comunitário. A noção de *múnus*, nesse sentido, refere-se à reciprocidade que forma o vínculo entre pessoas, tornando-as parte de uma comunidade. Ela, então, seria o vínculo daqueles que detêm certo *múnus* e, por conta disso, estão ligados dentro de uma teia de obrigações mútuas das quais não se pode fugir (MARQUES; MARTINO, 2017).

O termo *múnus* compreende ao menos três significados possíveis – *onus*, *officium* e *donum*. A especificidade para a qual Esposito chama a atenção é o fato de o vocábulo *donum* (dom) não se tratar de um dom unilateral, mas pertencer a um mesmo conjunto semântico que indica dever, dívida, obrigação. Apresenta-se a possibilidade de pensarmos o “dom” comunitário como um dever.

Como indica a etimologia complexa, porém unívoca, a que temos apelado, o *múnus* que a *communitas* compartilha não é uma propriedade ou pertença. Não é uma posse, mas ao contrário, uma dívida, uma prenda, um dom a dar. E é, portanto, o que vai determinar,

o que está por converter-se, o que virtualmente já é, uma falta. Um “dever” une os sujeitos da comunidade – no sentido de que “te devo algo”, e não no sentido de que “me debes algo” – que faz com que não sejam inteiramente donos de si mesmo. Em termos mais precisos, os expropria, em parte ou inteiramente, sua propriedade inicial, sua propriedade mais própria, ou seja, sua subjetividade. (ESPOSITO, 2007, p. 30-31)

Logo, *communitas* (*cum + múnus*) define a comunidade como uma obrigação, um tributo – “muito mais um conjunto de indivíduos credores do que de devedores; muito mais uma instância de reafirmação dos sujeitos do que de dessubjetivação coletiva” (YAMAMOTO, 2014, p. 444).

Reconduzida à sua própria raiz etimológica, *immunitas* revela a forma negativa e privativa da *communitas*: se a *communitas* é a relação que vincula seus membros a um empenho de doação recíproca, pondo, em certa medida, a identidade individual em perigo, a *immunitas* é a condição de dispensa de tal obrigação, revelando seu caráter de defesa nos confrontos com seus efeitos expropriativos (ESPOSITO, 2007).

Os residentes (de perspectiva aflitiva) e os que trabalham no bairro (personificados pela testemunha irresoluta), mostram-se imunizados pelo estranho, aquele que, mais do que uma pessoa “de fora”, um *outsider*, é, na comunidade, desprovido ou destituído do *múnus*, ou seja, de um dom que possa servir à *communitas*. O estranho, mencionado em suas narrativas como o invasor, foi personificado como maltrapilho, gerador da degradação do local. Ele adquire o aspecto do *alien*, do latim, “outro”, o “estrangeiro”, na medida em que é compreendido, de fato, como aquele que está fora de seu lugar.

O *alien* se refere a uma exterioridade: está situado no “fora” de um lugar específico, a noção de lugar. Nesse caso, assume uma condição metafórica na definição que vai situar esse *alien* em relação a fronteiras – físicas ou simbólicas – previamente definidas. Em geral, vale acrescentar, definidas por quem está “dentro” [...] a condição de ser colocado “fora”, no sentido de um “deslocamento” para com algo que existe se revela em derivados como o “alienado”, aquele que, em termos bastante pejorativos – citado aqui, portanto, como exemplo negativo – se refere ao que está “fora de si” em termos da própria consciência. (MARQUES; MARTINO, 2017)

Esse *alien*, aquele que está para além dos limites da comunidade e não pode ser tomado como pertencente a ela, é o indivíduo com o qual não se estabelece

qualquer vínculo de comunicação. Sem experiências em comum compartilhadas, por causa do distanciamento assumido, ele somente ganha corpo nas narrativas reveladoras de conflitos dramáticos – a sujeira pela qual é responsabilizado, a universalização da marginalidade, abrigo e atrativo de outras misérias. Ele é aquele cuja voz não tem legitimidade: ainda que fale, sua voz não reverbera no espaço social porque não é considerada importante a ponto de ser ouvida.

Imunes ao estranho, alguns entrevistados residentes e trabalhadores do local selecionam com quem compartilhar seu *múnus* na comunidade, desvinculando seu empenho de doação de quem não consideram sujeitos potenciais para compor suas relações de acordo com a gramática dos modos de vida sociais aceitos como moralmente válidos (MARQUES; MARTINO, 2017). Excluídos dos âmbitos político, estético e afetivo da comunidade por terem um modo de vida entendido como inconveniente ou impróprio, os estranhos foram identificados como o nória da Cracolândia, o morador do Moinho, o ocupante das invasões, o mendigo ou pessoa em situação de rua, comumente associados entre si e portadores de adjetivos como drogado, maloqueiro e marginal.

Na breve relação comunicativa que desempenham em encontros casuais no bairro (como nos olhares pelas ruas ou nos esbarrões do mercado) prevalece a desconfiança, o conflito, a tensão e o medo. Os estranhos constituem-se dentro desse processo como um problema legítimo, ou seja, resultado de um “trabalho coletivo” necessário para “dar a conhecer e fazer conhecer” este problema como legítimo, como “confessável”, “público”, “oficial” (BOURDIEU, 2001) dentro do bairro.

Por tratar-se de um julgamento anterior a uma experiência pessoal dos indivíduos imunizados, podemos chamar essa representação de estereótipos. Nesse sentido, os juízos narrados não se baseiam em conhecimentos enraizados na experiência. Em vez disso, trata-se mais da falta de atenção e ignorância em relação a um outro que é desconhecido do que, de fato, de uma categorização da realidade. O fracasso dos estranhos é justificado pelos imunizados como culpa própria ou como parte de um problema secular de raízes profundas, sobre o qual não sabem como agir. Suas vozes, emolduradas pela deformação da imagem que carregam sobre aqueles que não lhes são próximos, não reconhecem que o bairro também funciona por conta desses estranhos.

Segundo Bosi (1977), essa postura é uma construção psicológica defensiva para lidar com o outro diferente, que, em geral, é reduzido à condição de inferior ou é visto em situação de desvantagem, delimitando-se assim seu lugar na sociedade enquanto lugar de poder, de oportunidades. Produz-se sobre os estranhos opiniões, não conhecimento, o que nos leva a aferir que não conhecer as narrativas de um outro dificulta envolver-se e estabelecer qualquer familiaridade com ele. O mal-estar dessa condição implica reconhecer que há formas de sofrimento que não se inscrevem em narrativas representáveis. Para quem as pessoas da favela vão transmitir suas histórias senão para elas mesmas? Que legado narrativo uma pessoa em situação de rua deixa para a sociedade?

Diferentemente dessa abordagem, há as narrativas compartilhadas daqueles que moram (perspectiva recipiente) e de um outro personagem que atua profissionalmente no campo de estudo: a testemunha ativa. Vozes em primeira pessoa, retratam um tempo presente – um bairro que contém em si as sutilezas dos contrários e a coexistência dos antagonismos desnudadas pelos distintos corpos que habitam o local. A dessemelhanças das representações desses entrevistados em relação às dos anteriores pode ser explicada pelo conceito de visibilidades e invisibilidades do filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2001), que distingue os termos de modo que, embora as ideias sejam supostamente espelhadas, revelam mecanismos de funcionamento diferentes. No conceito negativo, invisibilizar alguém é não o perceber no tecido social. A visibilidade, por sua vez, designa mais do que a mera perceptibilidade porque acarreta a capacidade para uma identificação individual elementar (HONNETH, 2001). A visibilidade, logo, inclui a qualidade de identificar, de conhecer, uma afirmação de que o outro foi percebido por meio de expressões, gestos e ações positivas.

A discrepância conceitual que se torna aparente entre invisibilidade visual e visibilidade é devido ao fato de que, com a transição para o conceito positivo, as condições governando a sua aplicabilidade são mais exigentes: enquanto a invisibilidade no sentido visual significa apenas o fato de que um objeto não está presente como um objeto no campo perceptivo de uma pessoa, a visibilidade física requer que nós assumamos uma posição cognitiva diante do objeto dentro de uma estrutura espaço-temporal como algo com propriedades relevantes. (HONNETH, 2001, p. 113)

Nesse sentido, compreendemos que o estranho, anteriormente citado, absorve a proposta do invisibilizado porque, ainda que representado nos mapas em formatos abstratos, como rabiscos e referências depreciativas (cachimbos do crack, arruaceiro, grávida viciada, pessoa dormindo nas ruas), o que se enxerga, com efeito, é o amálgama que o cerca – o espaço da Cracolândia, as ruas sujas e os viventes que dormem nelas, o local da favela, as casas invadidas – ou seja, a representação da marginalidade e não do indivíduo em si.

Quando nos deparamos com as narrativas do morador com perspectiva recipiente e da testemunha ativa ocorre o que Honneth (2001) chama de ato de reconhecimento: a identificação cognitiva de uma pessoa com propriedades particulares em uma situação específica, dotada de características como ações, gestos e expressões faciais manifestadas por quem a percebe. O imaginário pejorativo da marginalidade é substituído pela construção de uma experiência conjunta – a interlocução com as crianças da favela, a participação das pessoas em situação de rua em atrações do Sesc, o uso do Museu de Energia pelos frequentadores da Cracolândia.

Suas narrativas não transfiguram um tipo único de adversário. Opositor, para eles, é todo o sistema de opressão em relação a vidas cerceadas de cidadania ou a temáticas negligenciadas, como a educação, a habitação digna ou o acesso integral à cultura. Narram uma polícia opressora, mas levam em conta também a hostilidade de um perfil individualista que frequenta museus como se fossem locais de alguns poucos autorizados ao usufruto. Incomodam-se com a corpulenta sujeira das ruas, mas ainda mais com quem dorme nelas. Não ter um adversário ou opositor com tipos e formas específicos colabora com a ruptura das invisibilidades e de uma concepção maniqueísta, uma vez que permite vislumbrar a coexistência de diferentes corpos em um mesmo espaço.

O testemunho do personagem que trabalha na região é ativo porque há um movimento constante desses profissionais (professores/educadores, gerentes e coordenadores de projetos sociais, analistas que atuam com voluntariado e assistentes sociais) para construir um relacionamento com os diversos públicos do bairro, incluindo os vulnerabilizados. Seu contato com eles não tem caráter pontual e assistencialista, mas é frequente e sequente, ampliando as possibilidades de vínculos e constituição de redes. Conhecer o território da favela não é o que a torna mais

representável, mas sim estabelecer contato com quem nela habita e, consequentemente, com suas narrativas, conferindo formato de representatividade à vida que lá pulsa. Não é ter andado entre os drogaditos da Cracolândia que a torna visível, mas sim olhar por intermédio deles e de suas histórias, o que permite construir narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados e sobre temas que pouco figuram com o devido reconhecimento.

Os residentes do bairro que atuam na Associação de Moradores de Campos Elíseos, por esse ângulo, não expressam a diversidade significativa do local porque não há espaço psicossocial nas ações que promovem coletivamente que tornem indivíduos assistenciados visíveis. Sem perceber as pessoas da favela e em situação de rua em vista de suas qualidades não é possível agir e reagir à expressão do olhar que atravessa. Sem compreender o *múnus* que qualquer pessoa pode ter, inclusive aquelas em vulnerabilidade, e sem lhes dar espaço para que o compartilhem, o dever do dom comunitário não existe.

A atribuição de narrativas hostis em relação a alguns públicos ou expressão de discursos sociais inferiorizados os levam a se fecharem em mundos próprios, seja delimitado por alguns muros, seja dentro de si mesmo. Essa constatação torna-se evidente nas vozes e mapas falantes dos entrevistados que moram na favela do Moinho e daqueles em situação de rua. O anti-herói que habita a favela não se inclui na presença do bairro, mas apenas dos trilhos do trem para dentro do território, chamado de Moinho. Sabe que o local onde mora não é imperceptível na região, mas sua vida o é. Sofre processos de visibilidade e invisibilidade concomitantemente, assim como o insistente sobrevivente em situação de rua. Falamos de formas de vida que, apesar de estarem sujeitas a opressões e violências, não se sintetizam àquilo que é narrado sobre elas.

No entanto, costumeiramente a visibilidade não ocorre por vivências positivas em comum com outros atores do bairro, mas em fatos fragilizadores de suas liberdades constitutivas e instrumentais (SEN, 2000), como incêndios e batidas policiais na favela, despejos das malocas e cerceamento de sua locomoção na região pelos policiais. Nesse sentido, assumem a invisibilidade como proposta de permanência na região.

Pessoas não rompem a relação com o coletivo, mas são levadas compulsoriamente a esta ruptura em função da falta de suporte e de possibilidades

de vínculos e constituição de redes, ficando sozinhas para construírem a si no mundo e, por isso mesmo, em situação de vulnerabilidade ou, no limite, desfiliação, conforme afirma o sociólogo Robert Castel (1995). Tais situações geram uma hiperadaptação, na qual indivíduos deixam de participar ativamente da sua construção, ficando presos nos discursos sociais concebidos como suas próprias narrativas pessoais, o que, invariavelmente, também o paralisa e o relega a uma situação de repetição de modelos de relação com o mundo (RIBEIRO, 2017).

O anti-herói, personagem assumido pelos moradores da favela, é o perfil do discurso social que se reproduz geracionalmente, evidenciando que conflitos mal resolvidos geram sintomas e reincidências de vida com as quais tantas vezes se pretende romper. O anúncio de intenção da descontinuidade vem da voz de pais e mães que desejam que seus filhos não sigam seus caminhos. Habitar um local segregado da cidade durante longos anos colabora e reforça a fragmentação de uma construção social e pessoal disruptiva, para além dos discursos absorvidos.

Da mesma forma, o sobrevivente das ruas manifesta a incorporação de uma hiperadaptação. Sua diferença em relação ao anti-herói, notada em suas narrativas, são os lampejos de memória por já ter feito parte de uma realidade que não é a que vive. Nesse sentido, havia uma construção que foi interrompida. O sobrevivente sofreu uma reorganização dos seus comportamentos e do seu *self*, tendo corporificado um *habitus* necessário à vida nas ruas. Esse personagem, em geral, fez parte de uma sociedade que agora o rechaça.

Conforme a concepção psicossocial exposta por Ribeiro (2017), a participação de um indivíduo em acontecimentos sequenciais e ininterruptos das relações interacionais deve ser uma coconstrução contínua e compartilhada, não um ajustamento ou adaptação dele (narrativas pessoais) a uma realidade (discursos sociais), pois ambos não devem ser pensados como processos discursivos delimitados e separados, mas antes como um único processo.

O processo rompido de coconstrução das relações interacionais no bairro, nesse sentido, não ocorre apenas do agente impotente e da testemunha irresoluta em relação aos personagens vulnerabilizados, mas também entre eles. Quem mora na favela não cita em suas narrativas a pessoa em situação de rua. A Cracolândia, representada em alguns mapas, é um território que alguns entrevistados da favela conhecem, mas com o qual não estabelecem vínculo. A Disney, como é chamada, é

frequentada temporariamente por aqueles que voltam ao vício do crack em recaídas pontuais. O anti-herói, igualmente, não se envolve nos movimentos locais, como o desmonte do Minhocão ou a Associação de Moradores, assumindo a postura de quem precisa ser amparado pelas instituições do bairro. A internalização dos discursos sociais, concebidos como suas próprias narrativas pessoais, paralisa-o diante da possibilidade de atuar comunitariamente para além dos muros da favela, imunizando-o em relação ao bairro.

O insistente sobrevivente das ruas não tem vínculo com quem mora na favela, não representando-a nos mapas ou trazendo-a à luz em suas histórias. Sua referência indica um local onde vez ou outra compra drogas. No entanto, especificamente na voz dos ativistas dentre eles, há a percepção de outros indivíduos que compõem o bairro e, em alguns casos, alguma convivência com eles, quando se percebem em reuniões sobre o uso dos espaços públicos e a construção de políticas públicas. O encontro nessas ocasiões, contudo, não gera vínculos ou histórias em comum, estando seu foco no fim e não nas relações.

No que tange aos demais sobreviventes da rua, aqueles nomeados “não politizados”, há uma alienação sobre o indivíduo. Interessa-os apenas sobreviver dia a dia. Tendo em conta o menosprezo da cidade em relação à sua presença, preferem a imperceptibilidade à opressão de serem vistos. Suas estratégias de invisibilidade espacial garantem sua sobrevivência e permanência em ambientes que se aperfeiçoam à exclusão, conhecidos também como arquitetura antimendigo (SAKAMOTO, 2009): lugares projetados de maneira a impedir a ocupação de pessoas em situação de rua (objetos pontiagudos e gotejamento constante de água embaixo de marquises e viadutos, por exemplo).

As narrativas dos entrevistados dessa fronteira apresentaram o incômodo que sentem ao serem confundidos com o mendigo, aquele que, em sua concepção, vive do ato de esmolar. A origem da palavra vem do termo latino *mendicus*, cujo étimo *mend* procede de *mendum*, ou seja, defeito físico. A palavra surge com a intenção de nomear aqueles que não podiam trabalhar por serem deficientes físicos de nascença, mutilados de guerra ou por acidentes de trabalho, que precisavam recorrer à caridade alheia para obter os bens essenciais à sobrevivência. No meio popular, passou a ser utilizada para se referir a qualquer pessoa que vive na rua, independentemente de deficiências físicas.

A nomeação fere a luta do personagem que habita as ruas, porque ser compreendido como mendigo sugere o estigma de uma inatividade social que não é vivenciada por todas as pessoas nessa condição. Na narrativa do insistente sobrevivente “politicizado” percebe-se a diferença entre ver-se pobre e saber-se pobre. Para saber-se pobre “é preciso consciência crítica capaz de desconstruir sua exclusão e entendê-la como dinâmica histórica e cultural mantida, manipulada, não como sina ou desígnio. Precisa postar-se como sujeito e não como objeto” (DEMO, 2005, p. 175).

O insistente sobrevivente politicizado compreende que não é com esmolas que a imensa população em situação de rua será resgatada. Isso justifica sua metanarrativa crítica sobre um Estado que tem como proposta mantê-lo nas ruas e ser dependente de um sistema que aumenta os empecilhos da autossustentação. Em suas limitações políticas, foi o personagem vulnerabilizado que distinguiu a pobreza material (restrição de renda, habitação, alimentos, emprego) da pobreza que invade a esfera do ser, alcançando intensidades mais complexas e comprometedoras. Ele deflagra a banalização de uma cidade que ainda se refere à pessoa em situação de rua como moradora dela – uma narrativa cuja ponderação crítica é compulsória, uma vez que o verbo morar remete justamente ao contrário do que é a utilidade das ruas, isto é, um lugar de passagem.

A relativização de qualquer vida é infecciosa em ao menos duas medidas: a desconsideração do outro o torna um ser nem vivo, nem morto, em uma ininterrupta condição de assombro do bairro; além disso, coloca em evidência os corpos que importam e os corpos abjetos, ou seja, desconstituídos de humanidade, invisíveis – “corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER, 2011).

Em consonância com a perspectiva de Butler (2011) essa tese reafirma: aqueles que ganham representação (inclusive autorrepresentação) detêm melhor chance de serem humanizados, enquanto os que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grandes riscos de serem vistos e tratados como menos que humanos ou, de fato, não serem vistos. Quem não interage com esses indivíduos não reconhece ou distingue entre quem reside na favela e quem está em situação de rua. Há, em vez disso, a representação do incômodo de espaços fora do padrão na região. Não há a representação da pessoa em situação de rua, embora sejam vários os desenhos que se referem a ela como traços deitados. O que se ilustra

é parte da sua circunstância, porque não se pode representar o que não se vê. A condição de ser reconhecido, moldada pelos enquadramentos (operações de poder que definem quem pode ou não aparecer, falar, ser escutado e reconhecido nas esferas) precede o reconhecimento (BUTLER, 2015).

Não se trata apenas de uma operação de seleção de informações entre os personagens, mas de uma poderosa operação de julgamento e reconhecimento de indivíduos e grupos e das condições sociais e institucionais que permitem a permanência e a propagação de códigos específicos de valorização e desvalorização desigual das vidas. “Quais são as vidas de quem já são consideradas não-vidas, ou apenas parcialmente vivas, ou já mortas e desaparecidas, antes mesmo de qualquer destruição ou abandono explícito?” (BUTLER, 2015, p. 216).

O sobrevivente da rua e o anti-herói não se autorrepresentam porque não se enxergam na emolduração do bairro ou da cidade. Fora da normativa padrão, operam dentro de uma lógica própria, habituando-se ao enfrentamento de narrativas que carregam consigo o determinismo das suas mortes sociais. São eles, no entanto, os personagens vulnerabilizados que assumem em suas narrativas a interdependência como potencialidade, porque sabem que suas vidas dependem das relações. Ainda que se digam independentes, colaboram uns com os outros contradizendo a concepção liberal de autonomia e individualismo como norma para a ética e a política (BUTLER, 2011).

Essa pesquisa mostra o quanto se faz necessária a crítica à relativização das vidas e às formas de violência que tendem a ser reacionárias, especificamente por meio das narrativas. Das que contém em si lógicas opressoras como difamias e representações estereotipadas que limitam nossa interação social (incapazes de realizar novos processos de ancoragem), àquelas que praticam a inclusão perversa: damos-nos autorização de falar sobre aqueles com os quais temos um verdadeiro descompromisso político e iniquidade em relação à proteção e à justiça social.

Reconhecer, não obstante, a vida física de corpos, não os torna menos invisíveis. A reivindicação da emergência humanitária sobre indivíduos feita por alguns entrevistados nessa pesquisa não melhora a precariedade de suas vidas. É o que a pesquisadora Marielle Macé (2018) entende como a necessidade de uma sociedade que foque “menos no humanitarismo e compaixão” (MACÉ, 2018, p. 37) e mais na luta por direito e justiça. Enquanto estivermos mobilizados apenas pela preservação

da vida física, desempenhando o senso comum de distinguir o que é ou não digno de reconhecimento, de visibilidade e de escuta, limitamos o poder político dos indivíduos e sua participação ativa e reconhecida no tecido social.

Inspirada na abordagem crítica de Butler, Macé, que tensiona a presença de refugiados e migrantes nas metrópoles globais e de países centrais, compreende que os enquadramentos que organizam os modos de vida teriam em si a disposição simbólica de modelar um indivíduo ao reconhecimento ou desconsiderá-lo. Tais enquadramentos dificultam-nos perceber ou escutar suas vozes, seus gestos e suas vidas, colocando-nos em um estado de sideração e alheamento:

Siderar, deixar-se siderar é permanecer medusado, petrificado, enclausurado numa emoção que não é fácil transformar em moção, aterrado numa hipnose, numa estupefação, num enfeitiçamento em que se esgota de algum modo a reserva de partilha, laços, gestos que poderiam ser alimentados pelo conhecimento que temos dessas situações, mas que permanece como um sofrimento à distância. (MACÉ, 2018, p. 28)

Sideração vem de *sidus*, que significa estrela em latim. Somos siderados quando somos fisgados, atados, prisioneiros de um astro com luz própria. A sideração nos imobiliza e impede que nos movimentemos porque nos aprisiona. De certa maneira, nossas representações da realidade nos sideram quando nos paralisam diante de certezas unilaterais, distanciando-nos em alto grau de situações com as quais não conseguimos ter qualquer relação. Nesse sentido, o fascínio e apego por uma imagem própria de mundo e a impossibilidade de compartilhar o *múnus* ou narrar (ato de tornar simbólica uma relação) são sintomas de sideração.

Para nos soltarmos desse fascínio é preciso de-siderar, afastarmo-nos da atração da estrela que aprisiona. Mas para isso é necessário que nos autorizemos a vislumbrar o não familiar. É preciso supor que existem outras formas possíveis de compreendermos a realidade, outras vidas, para além do centro que enxergamos – vidas às margens (MACÉ, 2018, p. 15).

A consideração é uma sideração à qual se adere (“com”), uma adesão que se abre a novos saberes e interpretações. A abertura para novas possibilidades e reaproximações com diferentes formas de vida é um movimento de consideração, conforme Macé (2018). Mais do que reconhecer o sofrimento e abismar-se com a precariedade severa de algumas vidas, o movimento de “observação, atenção,

delicadeza, cuidado, estima, e conseqüentemente de reabertura de uma relação, de uma proximidade, uma possibilidade” (MACÉ, 2018, p. 28) é um ato de consideração.

Considerar seria levar em conta os vivos, suas vidas efetivas, uma vez que é desse modo e não de outro que essas vidas são furtadas ao presente – levar em conta suas práticas, seus dias, e então desenclausurar o que a sideração enclausura; não designar e rotular vítimas, mas descrever tudo o que cada um põe em ação para lidar com situações de vulnerabilidade. (MACÉ, 2018, p. 28)

Como um convite à contemplação e restabelecimento de relações, considerar é não apenas olhar atentamente ou representar aqueles em situação extrema de vulnerabilidade, mas acolher e reconhecer como legítimas e insubstituíveis suas formas de vida, enquanto iguais a qualquer outra. É consentirmos que essas vidas “têm algo a dizer sobre aquilo que são, ou seja, mais do que bordas, abandonadas e ativamente invisibilizadas, são franjas que já seriam provas de que se poderia fazer de outro modo” (MACÉ, 2018, p. 60). Nesse sentido, para Macé, não há vidas sem qualidade, mas sim vidas desnudadas e desqualificadas: “desnudadas por algum tipo de violência, desqualificadas por alguma ausência de consideração” (MACÉ, 2018, p. 32).

Quando aceitamos que existem formas de vida provisórias, como que à espera, à beira, na borda de um futuro que não se completa, expostas à desigualdade, discriminação e a uma perseguição que ameaça sua existência, como vimos por meio de algumas narrativas trazidas à tona nessa pesquisa, acreditamos que ocorre mais do que um processo de invisibilidade daquele que é diferente. Ao siderarmo-nos, assumimos uma invisibilidade própria que nos desconsidera do continuum social sobre o qual não sabemos como agir. A sideração parece causar em nós, mais do que petrificação, uma percepção ilusória de que aquele que nos é estranho não nos vê, liberando-nos da necessidade de entrarmos em contato com sua existência e participarmos juntos da vida social.

Como maneira de posicionar-se contra a estupefação da sideração e propor a adoção do que chamamos de novas narrativas, agora voltadas ao contexto das cidades em consideração, concluímos este trabalho com proposições interconectadas que compreendemos elementares.

PROPOSIÇÃO 1: Tomar contato com as narrativas de outrem colabora fundamentalmente com o envolvimento psicossocial e o estabelecimento de vínculos sociais nas cidades

As narrativas, mais do que representações de uma realidade, são estruturas que preenchem de sentido a experiência e conferem significação à vida humana (MOTTA, 2013). A cidade como expressão do caos, da vida pulsante e polifônica, de potentes encontros e produção de subjetividade abriga espaços múltiplos de existência e resistências que se reestabelecem conforme se expressam. É nesse sentido que acreditamos, evidenciado pela pesquisa desse trabalho, que o contato autêntico com narrativas alheias colabora na (re)constituição e (re)invenção de relações, tanto estabelecendo-as quanto conferindo-lhes o caráter de espaço de vida ao que antes era apenas um território.

Assim como é palco de marcas profundas de diferentes tessituras das desigualdades, a cidade abriga também modos de produção de sentido e significado que ampliam os campos de experiência dos indivíduos à medida que se efetivam as relações.

Quando nos imunizamos da capacidade de entrar em contato com o outro comprometemos nossa relação com o mundo. Tal fato se evidencia em narrativas rompidas, fragmentadas, que revelam intolerância e não interesse ao que não conhecemos. Acreditamos que a subversão da imunização para com o estranho é potencializada a partir da observação-experiência que dá conta do encontro/desencontro com o diferente, aquilo que não é familiar. Parte do acesso ao outro vem de um olhar curioso, quase infantil, que permite conhecê-lo por meio de suas narrativas em vez de utilizarmos enquadramentos provenientes de representações sociais. Para conseguirmos uma conexão legítima com as narrativas de outrem é elementar colocarmo-nos à disposição do encontro com ele e estarmos atentos ao ritmo, ao tom, à espessura das suas palavras e, também, ao seu silêncio. Narrativas, nesse sentido, ajudam-nos a permear o outro para além das suas e das nossas armaduras identitárias.

Assim como não viemos prontos para interagir, mas nos fazemos na interação, tanto o ato de narrar quanto o ato de perceber as riquezas de uma narrativa exigem humildade compreensiva e exercício contínuo, de forma que caminhos de ruptura sejam trilhados pouco a pouco, continuamente.

PROPOSIÇÃO 2 – É preciso superarmos o mito narrativo de que territórios definem capacidades e potencialidades

Levando em conta que a distribuição geográfica das cidades, conforme tratado anteriormente, em geral revela os resultados da colonização do tecido urbano pelas lógicas de produção econômica, explanamos neste trabalho o quanto a desigualdade social se materializou espacialmente separando em bairros distintos os diversos segmentos da sociedade. O problema da habitação no Brasil mostra-se realmente grave quando percebemos em que medida o processo de urbanização está fortemente associado à pobreza e à exclusão, de alguma maneira.

A exclusão de qualquer natureza induz sempre a uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, por meio da qual ela se traduz (JODELET, 1998). Nesse sentido, ocorre a exclusão por segregação, como evidenciada nesse trabalho. Locais que mesmo estando no centro são afastados ou distanciados da vida social; a exclusão pela marginalização, mediante a manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; e a exclusão pela discriminação, por intermédio do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status – a exclusão pela marginalidade e pela discriminação, também tratadas nessa pesquisa quando nos referimos aos grupos em vulnerabilidade.

Remonta a outros séculos a compreensão de que territórios segregados, como as favelas, os cortiços, as ocupações e as periferias, frutos da exclusão espacial, reúnem o perfil dos desajustados, dos inaptos socialmente, dos marginais, dos corpos precarizados (BUTLER, 1997b) e, em alguns casos, daqueles “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas” (ZALUAR; ALVITO, 1998, p. 13).

Esse histórico processo de desqualificação social e apartação de indivíduos em relação ao acesso à cidade escancara processos de dominação econômica e simbólica (BOURDIEU, 1981) que se impõem por meio de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças negativamente marcadas. A negação da existência pública desses “estranhos”, uma das mais fortes formas de dominação e opressão simbólica, leva ao isolamento social e à construção de uma imagem de si que mina a possibilidade de se autonarrar e representar. O descrédito aflige tanto

quanto as carências materiais. Diante de tantos estranhos que a sociedade produz, como dissolver os mitos e colocar em convivência as pluralidades e capacidades?

Conforme vimos em favelas do Rio de Janeiro e periferias de São Paulo, há um movimento de remonte das representações fundadas em preconceitos sócio-históricos, desconstruindo as crenças de inatividade e dependência dos serviços sociais. O destacamento das potencialidades dos conteúdos e não da forma dos territórios tem-se dado sobretudo por meio de suas narrativas. Para quem não faz parte ou não acessa tais locais, conhecer suas histórias é de alguma forma um passo de aproximação.

Do ponto de vista desta pesquisa, o contato entre as narrativas dos diferentes sujeitos da cidade pode colaborar para superar o vazio social que toma os territórios, porque os significados compartilhados originam comunidades. Não se segrega porque se vê vulnerável. Ao contrário: é a segregação uma forte contribuidora para criação de novas vulnerabilidades.

PROPOSIÇÃO 3 – É preciso substituímos a narrativa da compaixão e empatia pela solidariedade honesta que esteja à serviço da vida psicossocial e política

Assim como a proposta do *múnus* comporta em si a tarefa e responsabilidade para com o outro, ou seja, a reciprocidade que forma o vínculo entre pessoas (MARQUES; MARTINO, 2017), a palavra solidariedade, do latim *solidus*, ou sólido, consistente, foi cunhada em 1765 (do francês *solidarité*), como responsabilidade mútua e interdependente. O conceito, logo, remete à proposta do compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas com as outras e cada uma delas com todas a partir de uma natureza radicalmente implicativa. É imprescindível, para exercer a solidariedade, fazer parte de algo maior, com o objetivo de solidificar, consolidar um sistema de obrigação no qual a ação de um tem o efeito da ação de todos. Neste sentido, ela engendra a ideia de um corpo social que se organiza sob as bases do mutualismo e não no cooperativismo (trabalhar junto com outro, contribuir com o trabalho). Enquanto a solidariedade necessariamente abrange a cooperação, a cooperação não envolve necessariamente a solidariedade. Pratica a solidariedade quem compartilha sua potência de *múnus*, independentemente de empatia, compaixão ou cooperação para tal, porque se trata de compreender como

dependemos de pessoas que não se parecem conosco, que não fazem parte do que conhecemos por nosso lugar.

Da mesma forma, a verdadeira solidariedade nada tem a ver com empatia ou compaixão. Quando temos empatia por alguém, vivenciamos um processo de identificação em que nos colocamos no lugar do outro com base em nossas próprias suposições ou impressões, tentando compreendê-lo. No entanto, a empatia é um tipo de implicação limitada: temos empatia por pessoas ou temas com os quais, de certa maneira, nos identificamos. Há traços em um indivíduo ou em uma causa que provocam minha empatia, enquanto outras me causam repulsa. Igualmente, a compaixão como sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem, acompanhado do desejo de minorá-la, é limitado porque não são todos os temas que nos despertam compaixão. Há uma certa seleção em nós sobre características que nos apiedam ou não.

Quando afirmamos que é preciso substituímos a narrativa da compaixão e da empatia pela solidariedade honesta que esteja à serviço da vida psicossocial e política referimo-nos a uma solidariedade que não pressupõe traços de identificação, pois não é um modo de relação entre indivíduos, mas entre um indivíduo e o corpo social. Podemos não ter empatia alguma por quem está em situação de rua, o que não implica nossa capacidade de solidarizar-se com esse indivíduo, uma vez que sintamo-nos comprometidos com o corpo social do qual fazemos parte.

Macé (2018), ao tensionar a limitante abordagem das ações humanitárias e o voluntarismo salvacionista como resposta à presença dos refugiados e migrantes no espaço das metrópoles globais de países centrais, propõe o movimento de abertura da sideração à consideração, isto é, de mover-nos de um estado de atordoamento e paralisia em direção à percepção das diferentes formas de vida. O movimento de consideração da autora pressupõe mais do que um olhar atento: inclui a abertura de possibilidades de acolhimento e validação de vidas como são de fato vividas, apesar de tudo. Uma sociedade que foque “menos no humanitarismo e compaixão” (MACÉ, 2018, p. 37) e mais na luta por direito e justiça. É, inspirados por essa perspectiva, que propomos o uso de novas narrativas, com caráter solidário, como ato primeiro para a consideração.

Não afirmamos aqui, no entanto, que sua utilização muda completamente a situação de vulnerabilidade latente de seus indivíduos. Mas acreditamos que a adoção

de narrativas fincadas na solidariedade genuína e compromisso com o corpo social, independentemente da empatia e compaixão particulares de cada um, possibilita o uso de nossa potência de *múnus* entre as diferenças, abrindo brechas para percebermos o que é visível e invisível, sensível e insensível, perceptível e imperceptível em uma cidade. Narrativas com base solidária, ao recusarem a dissolução do outro, preparariam o caminho para que formas de vida até então desprezadas criassem seu próprio modo de ser na/em comunidade (MARQUES; MARTINO, 2017). Assumir narrativas solidárias cooperaria com a transmutação do significado de compor uma comunidade para, de fato, dar sentido a essa participação e percepção sobre ela.

Ainda que experiências compartilhadas originem uma comunidade, somente o sentimento de solidariedade alimenta a coesão dos laços sociais e possibilita o gesto de religar o indivíduo à rede comunitária que abrange o relacional e o múltiplo (MARQUES; MARTINO, 2017). Acreditamos, assim, que empatia e compaixão devem estar nas micronarrativas diárias como proposta latente de amparo e afeição à vida física. Mas deve ser a solidariedade a cúmplice das macro e metanarrativas para que se efetivem cidades sensíveis à consideração e participação ativa e política de seus viventes.

PROPOSIÇÃO 4 – A concepção psicossocial de um território é também transmitida pelas organizações e elas precisam se responsabilizar por isso

Que conhecimento é transmitido nas organizações? Visto que boa parte dos entrevistados nesta pesquisa tem um vínculo rompido com as múltiplas narrativas oferecidas pelo bairro onde trabalham, acreditamos que se deve questionar a quem interessa manter naturalizada uma noção fragmentada de conhecimento transmitida nas organizações sobre seu entorno e os indivíduos que o compõem, para além dos estereótipos introjetados.

A experiência empírica desigual do contato com a região onde se atua profissionalmente incide em narrativas esfaceladas que contribuem para que indivíduos não se reconheçam membros de uma comunidade e da rede que faz interface com ela. A sideração no contexto do trabalho isola as pessoas da experiência que renova e transforma, substitui a memória e o imaginário em processo de respostas condicionadas e de impulso criador pela repetição (MARQUES; OLIVEIRA, 2020).

A ocupação de um espaço que não resulta na interação sistêmica entre os indivíduos que o compõem compromete a construção de processos de sentido dos locais de uso, passagens, trajetos e vivências no cotidiano. A atrofia da percepção e de uma disposição ética genuína para com o outro prejudica os processos de comunicação e de solidariedade capazes de tecer os “fios narrativos que entrelaçam as histórias biográficas subjetivas, a cultura, os significados compartilhados coletivamente e as formas simbólicas providas pelos meios de comunicação” (MARQUES; MARTINO, 2017).

Narrativas podem abrir espaços de consideração em ambientes de trabalho na medida em que facilitam o desgarramento dos discursos e das retóricas convictas, produzindo sentidos ajustados entre os indivíduos e potencializando sua capacidade de compartilhar o *múnus* que lhes é intrínseco.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Discursos são constituídos pelos significados, enquanto
as narrativas, pelos sentidos.*

Marcelo Ribeiro (2017)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como carregamos nosso corpo por onde quer que andemos, é impossível nos dissociarmos de nossas narrativas, mesmo que por vezes nos esforcemos para controlar os modos de expressão que nos fazem únicos. Elas nos atravessam e se manifestam à nossa revelia nas expressões que usamos para nos comunicar na fala cotidiana, na estratégia para convencer um interlocutor, na argumentação quando desvelamos nossas intencionalidades, na intromissão de antigas camadas discursivas que levam a compor um sentido sempre particular ao expressá-las.

Da mesma forma, nos é inerente representar o mundo a partir de leituras que, embora singulares, são coletivas. As impressões que carregamos da realidade são construções comuns em que as estruturas de conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes, substituindo-o. Expressar esse conhecimento por meio das nossas narrativas é intrínseco à existência porque são elas que tecem nossas vidas e dão sentido à experiência.

Iniciei esse estudo explanando sobre narrativas e sobre o modo como elas ganham forma nas interações e na expressão das representações sociais que temos sobre a realidade. Depois, tratei da construção do ambiente urbano das cidades, a distribuição das populações pelos territórios, as segregações deles e as vulnerabilidades deflagradas neles, chegando ao objetivo central deste trabalho: analisar criticamente as narrativas de indivíduos sobre um espaço do centro de São Paulo (parte do Campos Elíseos). Entre as enunciadas e o silenciamento, minha proposta foi interpretar a maneira como as pessoas conferem ao território que vivenciam o caráter de espaço/territorialidade.

Em todo o trajeto, foi necessário transbordar o campo da comunicação, contemplando a interface dele com temas que entendo latentes em uma contemporaneidade fragmentada – a urbanização extensiva *versus* a suburbanização; a desigualdade e consequente relativização de vidas em relação ao usufruto da espacialidade de uma metrópole; as relações psicossociais receptivas e defensivas para lidar com o outro e a maneira de representá-lo a partir do lugar que ocupa no território.

Embora as estatísticas e os dados deem uma noção objetiva sobre a dimensão das desigualdades em relação ao aproveitamento e fruição dos espaços da cidade, o percurso, nos últimos anos, por diversas favelas e periferias urbanas, cortiços, ocupações e a própria Cracolândia me levaram a entender que a desigualdade social só pode ser compreendida em uma experiência vivida.

Em cada passo dessa pesquisa ficou-me evidente o quanto nosso repertório sobre o mundo influencia a maneira de representá-lo. Quanto mais realidades conhecemos e mais amplas são nossas interações, mais nos distanciamos dos imaginários sociais, afrouxando as certezas cerceadoras sobre a realidade e os indivíduos que a compõem. Bons encontros desmitificam representações equivocadas.

Assim como para Bakhtin (2011) a constituição de um indivíduo é um processo que ocorre quando entra em contato com o mundo e com os outros, entendo que nos constituímos quando nos debruçamos sobre grupos sociais com diferentes condições econômicas, sociais e históricas, definidas de certa maneira pelo contexto e tempo em que vivem. Para construir bons encontros acredito necessária uma compreensão ampla, flexível e plástica do ser humano e uma insistência em investir na potência de vida de pessoas à margem da sociedade. A calcada ideia do homem do saco é uma representação que somente será superada quando a sociedade enxergar que o indivíduo que está em situação de rua tem identidade e narrativas próprias. O mito da marginalidade (PERLMAN, 1977) das favelas somente será rompido quando compreendermos a indissociabilidade entre indivíduo-sociedade que transforma continuamente o eu, o outro e o mundo.

Esse trabalho não abordou o contexto da pandemia causada pelo coronavírus porque as entrevistas e interações com o campo de estudo foram realizadas antes que irrompesse (2019). No entanto, é sabido que as consequências dela afetaram todos, especialmente os mais vulnerabilizados, tornando ainda mais severas situações de vida que já eram calamitosas. Segundo estudo conduzido por pesquisadores da Inglaterra e Austrália junto com o Instituto Mundial das Nações Unidas para a Pesquisa Econômica do Desenvolvimento³⁷ (2020), a pandemia pode levar até 14,4 milhões de brasileiros à condição de pobreza, ou seja, em um dos piores

³⁷ Estudo disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2020-77.pdf>

cenários, a pobreza do país pode aumentar em até 60% entre os que ganham até US\$ 1,90 por dia e entre 30% e 40% para os limiares de pobreza mais altos. Como tratamos ao longo dessa tese sobre a forte associação do processo de urbanização com a pobreza, entendemos que a rapidez do crescente número de pobres nas cidades impulsionará ainda mais a suburbanização, o que nos leva a crer que a produção de mapas falantes em um contexto pós-pandêmico acarretaria mais referência a representações da pobreza e miséria do centro de São Paulo.

Além disso, o cenário de um governo pautado na redução de vidas já vulnerabilizadas à mínima sobrevivência, como temos visto em ações e discursos das instâncias municipais às federais, não colabora com a perspectiva defendida nessa tese. Movimentos políticos que negam laços coletivos não contribuem com o sentido de solidariedade como compromisso com o corpo social. O fato de não tornarem grupos reconhecíveis impede que macronarrativas se estabeleçam legitimadas nas relações psicossociais, com base em significados e processos de significação estáveis (RIBEIRO, 2013).

Quando proponho adotar novas narrativas para a consideração de territorialidades, entendo que precisamos romper com a nossa cumplicidade na manutenção de uma cidade incompleta, desigual e injusta como o é a nossa. A proposta de consideração das cidades, como no caso do Campos Elíseos, não diz sobre expulsar as pessoas que estão por lá para repovoá-lo. É preciso ressignificar o território pautando a ocupação em um planejamento misto que envolva habitações, comércio e locais de uso comum com construção de relações de diferentes perfis sociais e culturais.

É preciso entender que cada indivíduo – o carroceiro do outro lado da rua, o menino da favela, a jovem da periferia, a família que vive debaixo do viaduto, eu e qualquer outra pessoa – compartilha um destino comum. Cada um de nós está presente em cada indivíduo, na sua linguagem, em seu saber, em suas obrigações e em suas normas. Ainda que não tenhamos percebido, o *múnus* nos é inerente. Apesar de no plano individual não sabermos ao certo como mudar as vulnerabilidades de tantas vidas, não considerar esses sujeitos como parte do tecido social certamente não é uma boa opção. Manter o estado de sideração entre nós não é mais suficiente para restabelecer a harmonia entre a nossa relação como viventes de uma cidade.

A construção dessas relações implica navegar pelas múltiplas narrativas que compõem o tecido dos espaços urbanos e se articulam nas práticas discursivas. Mas, antes de mais nada, é preciso decidirmos que tipo de cidade queremos e com que narrativas queremos dar sentido a ela.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Toulouse: Érès, 2003. p. 59-80.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidades. *In*: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre (org.). **Território em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília, DF: Sebrae, 2004. p. 25-26.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

AVENDAÑO, Tom C. Um pequeno quiosque de globalização abre no grande Brasil periférico. **El País**, São Paulo, 15 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/35c5YFQ>. Acesso em: 8 out. 2020.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BANDEIRA, Luiz. Este mapa mostra os lugares de São Paulo onde os Correios nem sempre chegam. **Nexo**, São Paulo, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dAE5uL>. Acesso em: 8 out. 2020.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotipia e representação social**: uma abordagem psico-sociológica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERTONCELO, Edison Ricardo; SALLUM JR., Brasília. Classe social. *In*: CATANI, Afranio Mendes, NOGUEIRA, Maria Alice, HEY, Ana Paula, MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 118-122.

BOHM, David. **On dialogue**. Londres: Routledge, 2009.

- BOSI, Ecléa. A opinião e o estereótipo. **Revista Contexto**, São Paulo, n. 2, p. 97-104, 1977.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/343NCal>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **População em situação de rua no Brasil**: o que os dados revelam? Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2G42tbU>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BRENNER, Neil. **Implosions/explosions**: towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis, 2014.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary urbanization. In: GANDY, Matthew (ed.). **Urban constellations**. Berlin: Jovis, 2011. p. 10-13.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? **City**, Abingdon, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.
- BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BRUNER, Jerome. Life as narrative. **Social Research**, New York, v. 71, n. 3, p. 691-710, 2004.
- BUTLER, Judith. **The psychic life of power**: theories in subjection. Stanford: Stanford University Press: 1997a.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performatives. New York: Routledge, 1997b.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2003.

CASTEL, Robert. De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso. **Archipiélago**, Barcelona, n. 21, p. 27-36, 1995.

CEIA, Carlos. Micronarrativa. *In*: **E-Dicionário de termos literários**, Lisboa, 30 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3k0y64C>. Acesso em: 8 out. 2020.

CEM. **Estimativas relativas à precariedade habitacional e ao déficit habitacional no município de São Paulo**. São Paulo: CEM, 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/3jHV7cL>. Acesso em: 8 out. 2020.

CEM. **Sistematização de informações relativas à precariedade e ao déficit habitacional e correção de bases de favelas e loteamentos**. São Paulo: CEM, 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/36McEgi>. Acesso em: 8 out. 2020.

CEPAL. **Panorama social da América Latina 2018**. Santiago: Cepal, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3lre041>. Acesso em: 8 out. 2020.

CIDADE de São Paulo tem 206 ocupações onde moram 45 mil famílias. **G1**, São Paulo, 5 maio 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3jKHTf7>. Acesso em: 8 out. 2020.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, Pedro. **Dureza**: pobreza política de mulheres pobres. Campinas: Autores Associados, 2005.

DESENTORPECENDO A RAZÃO. **Bem-vindos os braços abertos: que venham sem os punhos fechados**. São Paulo: Centro Antiproibicionista de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2FYETNx>. Acesso em: 8 out. 2020.

DESIGUALDADES nas cidades: enfrentamentos, conquistas e desafios. **Caderno Vozes Urbanas**. São Paulo: Fundação Tide Setubal, ano 1, 2018.

DUCH, Lluís. **Mito, interpretación y cultura**. Barcelona: Herder, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

ESTEVES, Juan. **Campos Elíseos**: história e imagens. São Paulo: Cult Arte e Comunicação, 2017.

FELDMAN, Sarah. Bom Retiro: bairro múltiplo, identidade étnica mutante. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2015. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpur, 2015.

FERREIRA, Jairo. Mdiatização como contexto das instituições: rupturas e continuidades nas formações configuradas em dispositivos comunicacionais. *In*: MARCHIORI, Marlene (org.). **Contexto organizacional mdiatizado**. São Paulo: Difusão, 2014. p. 46-59.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GERGEN, Kenneth J. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard, 1997.

GIATTI, Leandro Luiz. O caráter adaptativo da pesquisa participativa: rompendo com a monocultura de saberes. *In*: TOLEDO, Renata; ROSA, Tereza; KEINERT, Tania, CORTIZO, Carlos (org.). **Pesquisa participativa em saúde**: vertentes e veredas. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 47-61.

HALL, Stuart. **Representation**: cultural representation and signifying practices. London: The Open University, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HONNETH, Axel. **Invisibility**: on the epistemology of recognition. Hoboken: Blackwell, 2001.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil 1940**: censo demográfico: censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://bit.ly/30Ilkjk>. Acesso em: 8 out. 2020.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Disponível em: <https://bit.ly/3j2GqQ9>. Acesso em: 8 out. 2020.

IBGE. **Observações sobre a evolução da mortalidade no Brasil**: o passado, o presente e perspectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://bitly.is/3otePM8>. Acesso em: 8 out. 2019.

IBGE. **Classificação e características dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33FicHa>. Acesso em: 8 out. 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto**: PIB. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2T2oJ8M>. Acesso em: 8 out. 2020.

IPEA. **Relatório brasileiro para a Habitat III**. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dduQQO>. Acesso em: 8 out. 2020.

IPEA. Retratos das desigualdades de gênero e raça. **Ipea**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3iP7YZq>. Acesso em: 8 out. 2020.

JODELET, Denise. Représentations sociales: um domaine en expansion. *In*: JODELET, Denise (org.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. *In*: ARRUDA, Angela (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-67.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 679-712, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOCOMOTIVA. Economia das favelas: renda e consumo nas favelas brasileiras. São Paulo: Locomotiva, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ovkzVp>. Acesso em: 5 jul. 2020.

LOUREIRO, Bernardo. O mapa de onde os Correios não entregam encomendas em SP. **Medium**, [s. l.], 9 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3o0URrR>. Acesso em: 8 out. 2020.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 2. ed. Lisboa: Jose Olympio, 1989.

MACÉ, Marielle. **Siderar, considerar**: migrantes, formas de vida. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, Cesar Bruno (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras: livro 2. Brasília, DF: Ipea, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/310cUve>. Acesso em: 13 out. 2020.

MARICATO, Erminia. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. *In*: WANDERLEY, Luiz; RAICHELIS, Raquel (org.). **A cidade de São Paulo**: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: Educ, 2009. p. 269-292.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. **CaderNau**: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 131-214.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 41-49, 2016.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. “Não fale com estranhos”: solidariedade e comunicação entre identidade e alteridade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2017.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Olhar/pensar a comunicação organizacional na perspectiva da ética, da subjetividade, da alteridade e do conflito. In: FARIAS, Luiz Alberto de; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia Nociolini (org.). **Opinião pública, comunicação e organizações**. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 251-270. Disponível em: <https://bit.ly/3iChoas>. Acesso em: 8 out. 2020.

MELANCOLIA na desigualdade urbana: Ermínia Maricato. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (48 min). Publicado pelo canal Café Filosófico CPFL. Disponível em: <https://bit.ly/2I5LM09>. Acesso em: 8 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de trabalho de campo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Rio de Janeiro; Hucitec: Abrasco, 1992. p.105-196.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006. (Texto para Discussão, 281).

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Utopias urbanas e outras economias. In: ANDRADE, Mônica Viegas; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e (ed.). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2018. p. 228-243. (Coleção População e Economia).

MORI, Letícia. Por que existem tantos prédios abandonados em São Paulo? **BBC Brasil**, São Paulo, 10 maio 2018. Disponível em: <https://bbc.in/2I0nFzZ>. Acesso em: 8 out. 2020.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Rio de Janeiro: Vozes: 1961.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. 2. ed. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, Hoboken, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. *In*: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

NARRATIVA. *In*: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3nyKU4B>. Acesso em: 8 out. 2020.

NASSAR, Paulo Roberto. Novas narrativas e memória: olhares epistemológicos. *In*: KUNSCH, Margarida (org.). **Comunicação organizacional estratégica**: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016. p. 77-100.

NASSAR, Paulo Roberto; COGO, Rodrigo Silveira. Narrativas em comunicação organizacional e as interações com a memória. **Esferas**, Brasília, DF, n. 1, p. 101-110, 2012.

NASSAR, Paulo Roberto; RIBEIRO, Emiliana Pomarico. Novas e velhas narrativas. **Estética**, São Paulo, v. 8, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3nJqPZw>. Acesso em: 8 out. 2020.

NASSAR, Paulo Roberto; FARIAS, Luiz Alberto de; RIBEIRO, Emiliana Pomarico. Narrativas rituais: uma aproximação entre Comunicação e Antropologia. *In*: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia (org.). **Tendências em comunicação organizacional**: temas emergentes no contexto das organizações. Santa Maria: Facos-UFSM, 2018. p. 209-224.

NEM SEI q título colocar nesse vídeo só vê prfv. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (41 min). Publicado pelo Canal JoutJout Prazer. Disponível em: <https://bit.ly/2I7oTti>. Acesso em: 10 out. 2019.

NOGUEIRA, Claudio. Ação. *In*: CATANI, Afranio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 23-26.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/31fQIMf>. Acesso em: 8 out. 2020.

ONU. World urbanization prospects 2018. **United Nations**, Geneva, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dc8l9w>. Acesso em: 8 out. 2020.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dfHDIZ>. Acesso em: 8 out. 2020.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PINACOTECA DE SÃO PAULO. **Parque da Luz**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, [201?].

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2014**. Genebra: ONU, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2GWlwmw5>. Acesso em: 8 out. 2020.

PROFESSORA emociona em post sobre alunos fascinados com chegada do McDonald's à quebrada. **Hypeness**, [s. l.], nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/352HUV0>. Acesso em: 8 out. 2020.

PSICOLOGIA social. *In*: DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas; Brasília, DF: MEC, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo: 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30M7cWz>. Acesso em: 8 out. 2020.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. **Favelas**. São Paulo: Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33Krdif>. Acesso em: 8 out. 2020.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico. **Novas narrativas da comunicação em organizações**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Algumas contribuições brasileiras para a orientação profissional: o enfoque socioconstrucionista em orientação profissional: uma proposta.

In: MELO-SILVA, Lucy Leal; RIBEIRO, Marcelo Afonso (org.). **Compêndio de orientação profissional e de carreira**. São Paulo: Vetor, 2011. p. 53-79.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 177-189, 2013.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Psicossocial: continuum ontológico do processo relacional. In: JUNIOR, Nelson da Silva; ZANGARI, Wellington (org.). **A psicologia social e a questão do hífen**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 263-277.

RICOEUR, Paul. A questão do sujeito: o desafio da semiologia, In: RICOEUR, Paul. **Conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978. p. 199-223.

RICOEUR, Paul. Narrative time. In: MITCHELL, William John Thomas (ed.). **On narrative**. Chicago: Chicago University Press, 1980. p. 165-186.

RICOEUR, Paul. O eclipse da narrativa. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, v. 203).

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SAFATLE, Amália. Voo raso. **Página 22**, São Paulo, p. 22-25, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dea2st>. Acesso em: 8 out. 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Como expulsar drogados, mendigos e outros estorvos. **Blog do Sakamoto**, [s. l.], 24 jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3dge7fH>. Acesso em: 8 out. 2020.

SANTOS, Alexandre André dos; PEKELMAN, Renata. A escola, o território e o lugar: a promoção de espaços de saúde. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 3-11, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO PAULO (Município). **Estação da Luz**. São Paulo: Prefeitura Municipal, c2013. Disponível em: <https://bit.ly/3mpA7Z3>. Acesso em: 8 out. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Pesquisa censitária da população em situação de rua**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34zrbZG>. Acesso em: 8 out. 2020.

SÃO PAULO ANTIGA. **Praça Princesa Isabel**. São Paulo: São Paulo Antiga, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2T314Fa>. Acesso em: 8 out. 2020.

SCHAFF, Adam. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1974.

SEGREGAR. *In*: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 8 out. 2020.

SEMINÁRIO cidades e territórios: somos todos periferia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/33HBQ5C>. Acesso em: 8 out. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPERBER, Dan. L'étude anthropologique des représentations. *In*: JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 113-130.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SSCJ. **Santuário Sagrado Coração de Jesus**. São Paulo: SSCJ, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dxQ24l>. Acesso em: 8 out. 2020.

TAJFEL, Henri. Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança, mudança social e psicologia social. *In*: SILVA, B.; BARROSO, A.; VALA, J.; MONTEIRO, M.; CATARRO, H. (ed.). **Comunicações apresentadas ao Simpósio sobre Mudança em Psicologia Social**. Lisboa: Horizonte, 1980. p. 13-24.

TAMURA, Natália de Campos. **A Favela do Moinho de dentro para fora**: relatos e percepções de seus moradores sobre suas vidas. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contrassensos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 5, p. 9-27, 2001.

TEATRO PORTO SEGURO. **Sobre o Teatro Porto Seguro**. São Paulo: Porto Seguro, [201?]. Disponível em: <https://bit.ly/345Chql>. Acesso em: 8 out. 2020.

TOLEDO, Renata Ferraz de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A educação ambiental e a construção de mapas-falantes em processo de pesquisa-ação em comunidade indígena na Amazônia. **Revista Interacções**, Santarém, n. 11, p. 193-213, 2009.

TOLEDO, Renata; JACOBI, Pedro; SANTOS, Nilson. Fundamentos, motivações e dificuldades da pesquisa-ação na opinião de alguns pesquisadores. *In*: TOLEDO, Renata; ROSA, Tereza; KEINERT, Tania; CORTIZO, Carlos (org.). **Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 131-151.

TRADING ECONOMICS. **Bolívia**: Indicadores Econômicos. [S. l.]: Trading Economics, c2020. Disponível em: <https://bit.ly/341wuCi>. Acesso em: 8 out. 2020.

UNIAD. **Levantamento do perfil dos usuários da Cracolândia de SP**. São Paulo: Uniad, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30Oed9B>. Acesso em: 8 out. 2020.

VALA, Jorge. **Representações sociais**: para uma sociologia social do pensamento social. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

VALLA, Victor Vincent (org.). **Educação e favela**: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985. Petrópolis: Vozes: Abrasco, 1986.

WACQUANT, Loïc. Habitus. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 213-217.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O conceito de comunidade na comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 34-46, 2014.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (ed.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Editora AB, 1998. p. 3-25.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

APÊNDICE

Mapas Falantes produzidos ao longo da pesquisa. Disponíveis também em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1zVdElc8sxxg51Rfcam2ha5mWk32iDokj>



MAPAS CASTEL 1 / CASTEL 2 / CASTEL 3



MAPAS CASTEL 4 / CASTEL 5 / CASTEL 6



MAPAS CASTEL 7 / DIZ 1 / DIZ 2



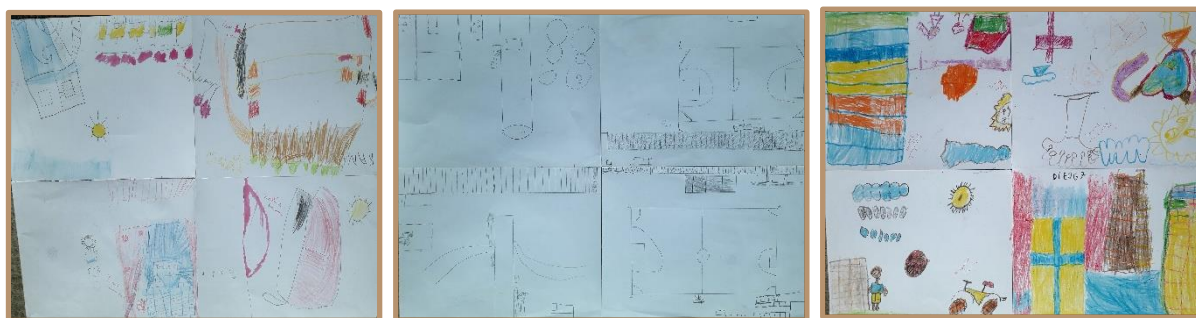
MAPAS DIZ 3 / ED CA / ENE 01



MAPAS MOI 01 / MOI 02 / MOI 03



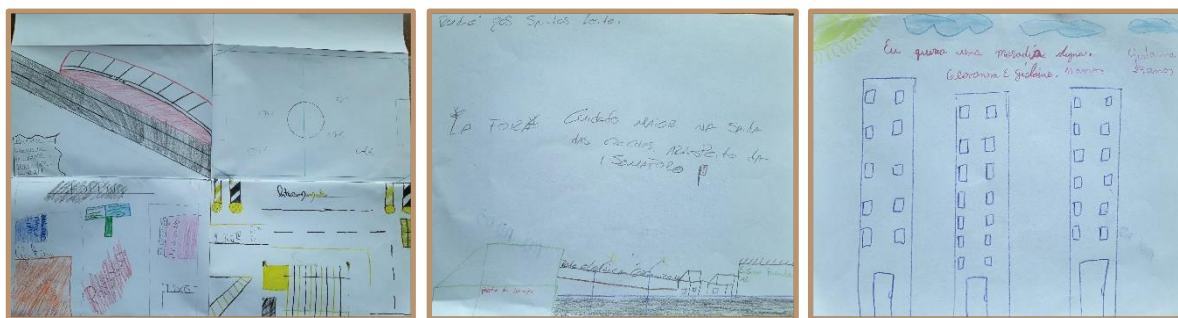
MAPAS MOI 04 / MOI 05 / MOI 06



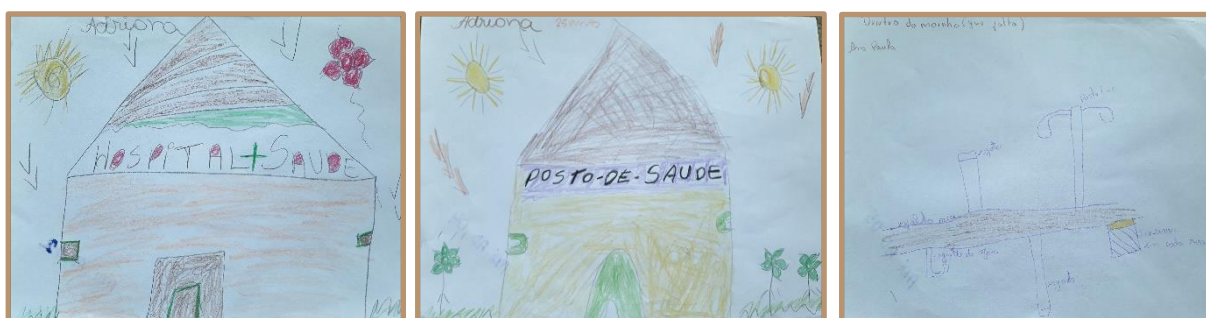
MAPAS MOI 07 / MOI 08 / MOI 09



MAPAS MOI 10 / MOI 11 / MOI 12



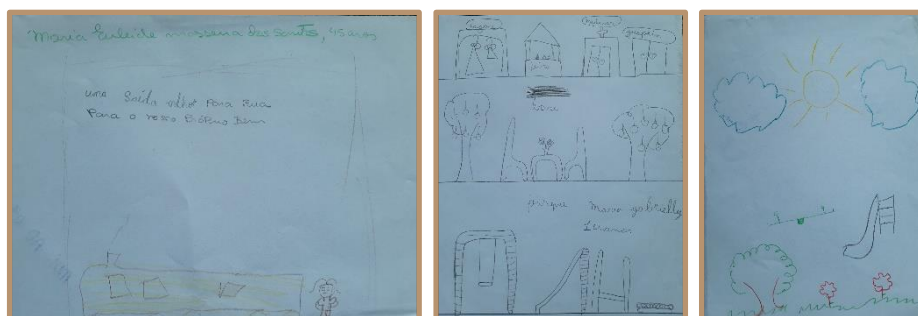
MAPAS MOI 13 / MOI 14 / MOI AD 01



MAPAS MOI AD 02/ MOI AD 04 / MOI AD 05



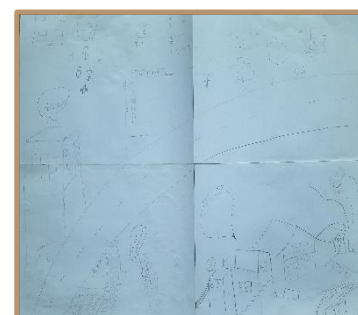
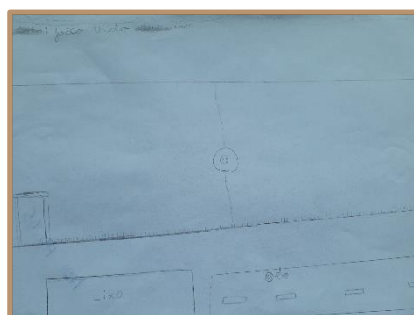
MAPAS MOI AD 06 / MOI AD 07 / MOI AD 08



MAPAS MOI AD 09 / MOI AD 10 / MOI AD 11



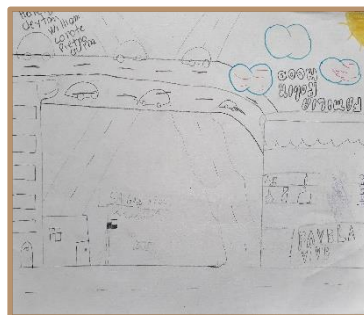
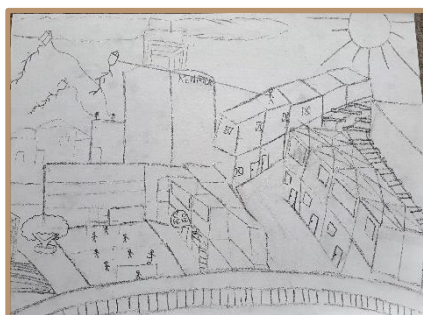
MAPAS MOI AD 12 / MOI AD 13 / MOI AD 14



MAPAS MOI AD 15 / MOI AD 16 / MOI ED



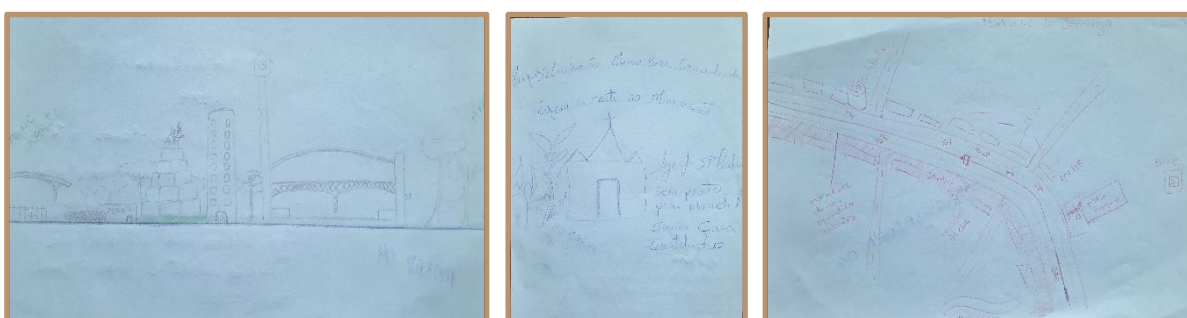
MAPAS MOI SC 01 / MOI SC 02 / MOI SC 03



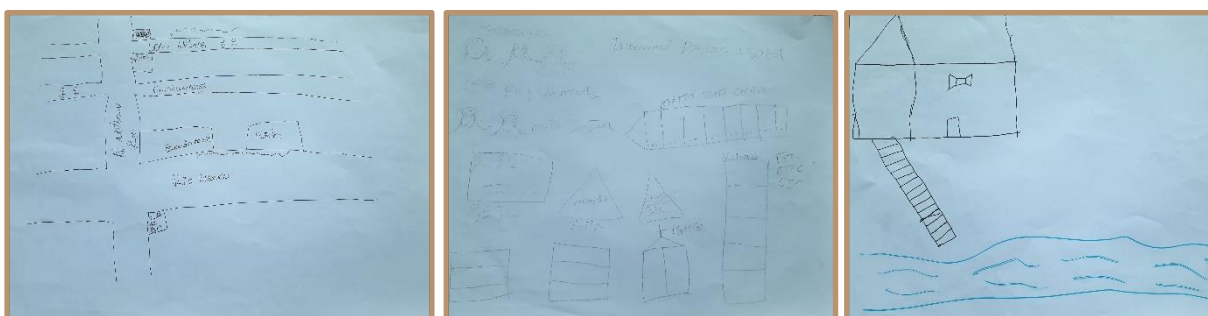
MAPAS MOI SC 04 / MOI SC 05 / MOI SC 06



MAPAS MORAD 01 / MORAD 02 / MORAD 03



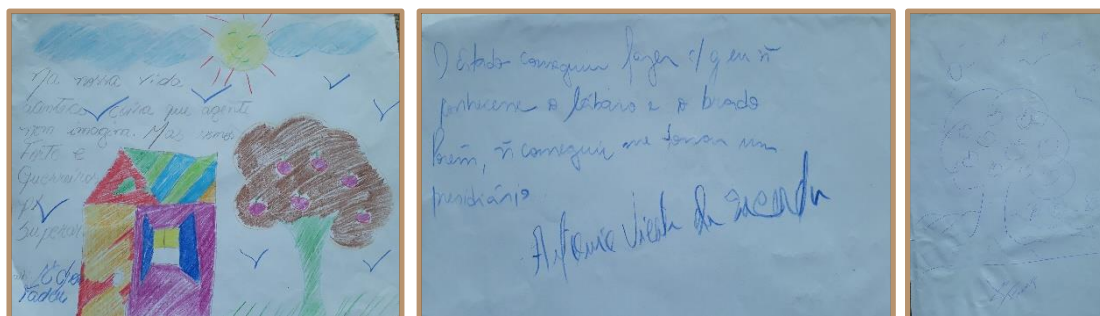
MAPAS MORAD 04 / MORAD 05 / PE 01



MAPAS RAE 01 / RAE 02 / RUA 01



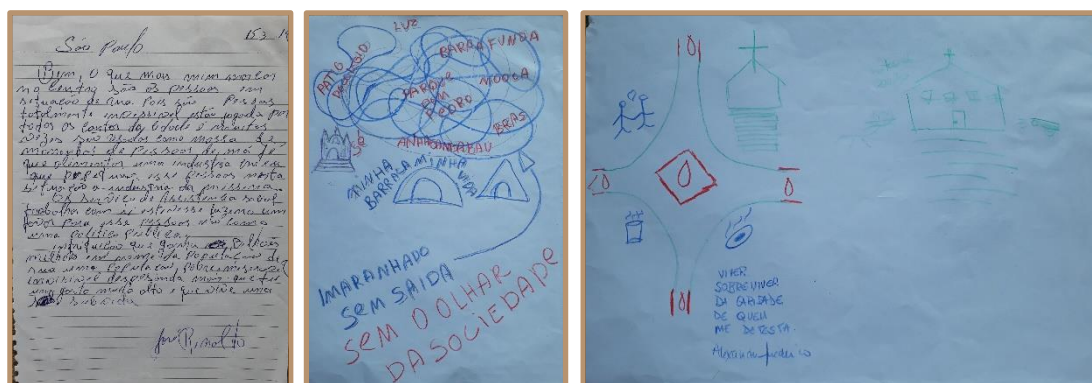
MAPAS RUA 02 / RUA 03 / RUA 04



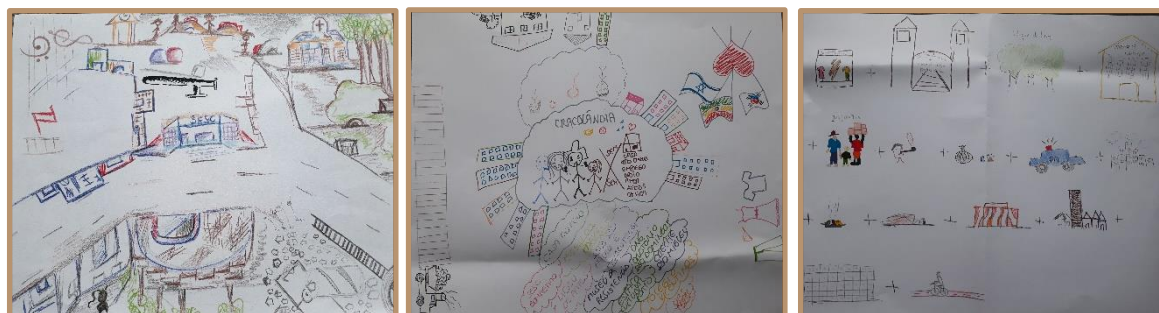
MAPAS RUA 05 / RUA 06 / RUA 07



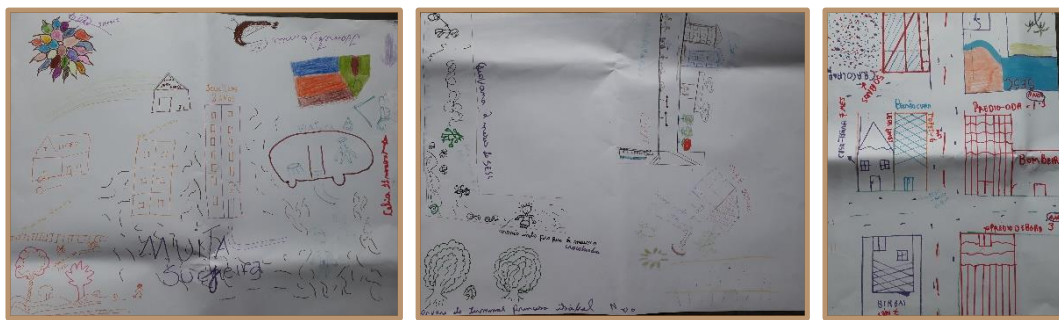
MAPAS MORAD 08 / MORAD 09 / MORAD 11



MAPAS MORAD 12 / MORAD 13 / MORAD 14



MAPAS SC 01 / SC 1 / SC 2



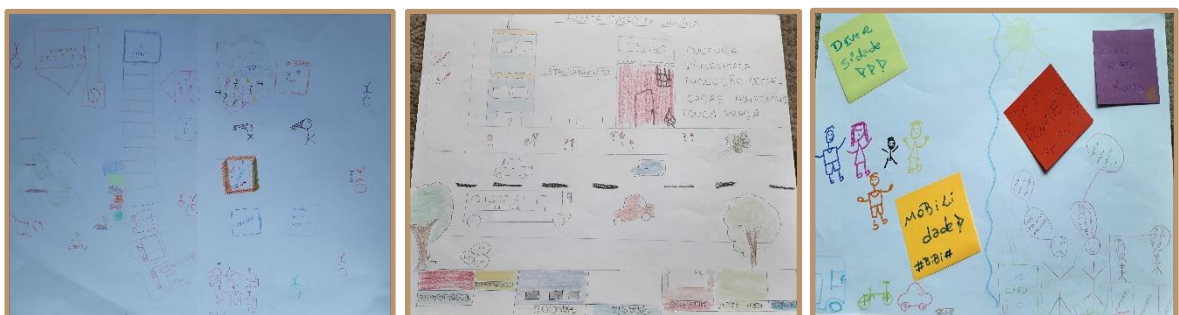
MAPAS SC 03 / SC 04 / SC 05



MAPAS SC 06 / SC 07 / SC 08



MAPAS SC 09 / SC 10 / SC G 01



MAPAS SC G 02 / TEC 01 / TEC 02



MAPAS TEC 03 / TECA 01 / TECA 02



MAPAS TECA 03 / TECA 04 / TO 01



MAPAS TO 02 / TO 03